



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Emerson dos Santos Dias

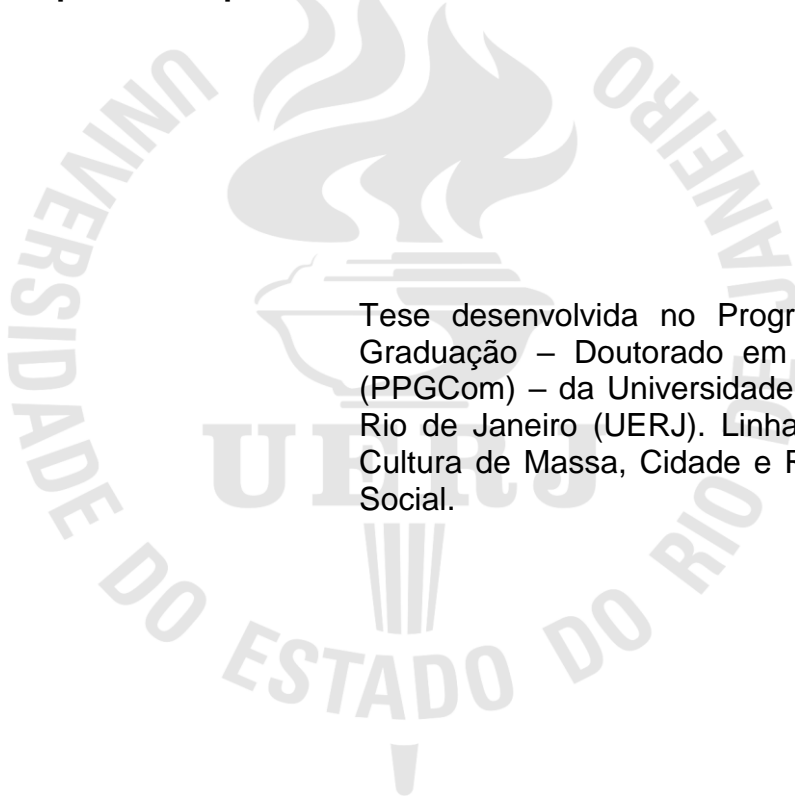
**O jornalista brasileiro no sistema público de radiodifusão:
Experiências profissionais nas emissoras da EBC**

Rio de Janeiro

2017

Emerson dos Santos Dias

**O jornalista brasileiro no sistema público de radiodifusão:
Experiências profissionais nas emissoras da EBC**



Tese desenvolvida no Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Comunicação (PPGCom) – da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Linha de pesquisa: Cultura de Massa, Cidade e Representação Social.

Orientação: Prof^ª. Dra. Sonia Virgínia Moreira.

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

D541 Dias, Emerson dos Santos.
O jornalista brasileiro no sistema público de radiodifusão:
experiências profissionais nas emissoras da EBC / Emerson dos Santos
Dias. – 2017.
238 f.

Orientadora: Sonia Virgínia Moreira.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Comunicação Social

1. Comunicação Social – Teses. 2. Radiodifusão – Teses. 3.
Jornalismo – Teses. I. Moreira, Sonia Virgínia. II. Universidade do Estado
do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

es

CDU 080(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Emerson dos Santos Dias

**O jornalista brasileiro no sistema público de radiodifusão:
Experiências profissionais nas emissoras da EBC**

Tese apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como exigência para obtenção do título de doutor em Comunicação.

Aprovada em 25 de janeiro de 2017.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Sonia Virgínia Moreira (Orientadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Marcelo Kischinhevsky

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Osmani Ferreira da Costa

Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Daniela Cristiane Ota

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Rio de Janeiro

2017

AGRADECIMENTOS

As pessoas com as quais convivi e convivo, sejam familiares (mãe Maria e irmão Peterson: obrigado, sempre!), amigos, colegas ou profissionais, me transformaram em um pesquisador que busca efetivamente a multidisciplinaridade. Foi daí que surgiu o foco na Comunicação Pública e no Jornalismo de Mídia Pública.

Agradeço a Rakelly Calliari Schacht, por exemplo, não apenas por ser companheira e mãe dos nossos filhos Clara e Gil, mas porque é grande estudiosa em dois campos comunicacionais importantes: no ambiente radiofônico (do *feature* ao radiojornalismo) e na comunicação corporativa (da imagem institucional à assessoria).

Sonia Virgínia Moreira também recebe minha gratidão e meus agradecimentos não somente por ser amiga e orientadora desta tese, mas principalmente por desenvolver – há vários anos – pesquisas importantíssimas sobre a radiodifusão brasileira, por atuar com desenvoltura internacional nos campos das Indústrias e Economias da Mídia e também como coordenadora de projetos e do grupo de pesquisa sobre as Geografias da Comunicação.

Agradeço ainda aos professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCom - UERJ) – principalmente Alessandra Aldé, Fernando Gonçalves, Marcelo Kischinhevsky e Muniz Sodré – com quem dividi conhecimento em sala de aula e também em conversas informais nos diversos almoços e cafés na UERJ e arredores. Aqui, também estendo o muito obrigado aos amigos doutorandos e mestrandos com os quais convivi no Rio de Janeiro, seja nas salas e nas rampas da instituição ou nos restaurantes e bares em constantes debates inflamados sobre Comunicação e o Jornalismo atual.

O mesmo serve para os professores de Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR), em especial Ayoub Hannah Ayoub, Flora Neves, Mario Benedito Sales, Osmani Ferreira da Costa e Paulo Cesar Boni, cinco profissionais que representam os demais amigos com quem convivo desde 2009, como professor, ou desde 1994 se incluídos os períodos de graduação e mestrado conquistados naquela instituição.

Ao debruçar sobre o projeto inicial proposto junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e também sobre os artigos, capítulos de livros, aulas e seminários

acadêmicos apresentados por este proponente entre 2012 e 2017 (entre a idealização do projeto da tese e a conclusão do doutorado), o leitor perceberá que há uma aparente produção fragmentada e com temáticas diversas. São publicações e trabalhos envolvendo Radiojornalismo e Telejornalismo, mas também Fotografia, Teorias da Imagem, Comunicação Pública, Geografias da Comunicação, Fotografia Institucional, Assessoria de Imprensa e ainda Comunicação Popular e Comunitária e Historiografia da Mídia.

O leitor, analista e crítico desta tese, ao encontrar diversas produções deste pesquisador nas referências bibliográficas pode questionar a relação entre temáticas envolvendo mudanças estruturais e sociais que reformularam o valor da notícia, o conceito de pioneirismo envolvendo a história das emissoras de televisão no Brasil, teorias e práticas para a fotografia institucional, ou ainda as variações sócio geográficas que influenciam a produção jornalística regional.

A melhor resposta que posso oferecer tem dois pesos para a mesma medida. Primeiro, a relação direta com as pessoas aqui citadas e agradecidas: muitas foram parceiras e/ou provocadoras de pesquisas e artigos apresentados – e publicados – no Brasil e no exterior. Em segundo lugar, um objeto empírico comum está presente em minhas produções: todas envolvem o profissional da comunicação como sujeito histórico, exercendo sua função social e enfrentando barreiras e intempéries da profissão, do mercado, das condições socioeconômicas e culturais de uma região ou país. Antes de ser pesquisador ou professor, sou jornalista-comunicador e defendo este laboro com todas as forças.

Assim, finalizo os agradecimentos estendendo o muito obrigado a todos os pesquisadores, professores e profissionais que prezam pelo jornalismo e a comunicação como algo essencial para o cidadão em busca de conhecimento e questionamentos da realidade.

Todo ato educativo é um ato político e todo ato político é um ato educativo.

Paulo Freire em "Pedagogia do oprimido" (1978)

Comunicação é um ato pedagógico e a educação é um ato comunicativo.

Paulo Freire em "A educação como prática da Liberdade" (1981)

Sendo assim:

Educar é socializar conhecimento, por meio da comunicação, para que a comunidade demarque terreno nas arenas públicas por meio do exercício da política, reforçando os vínculos culturais!

RESUMO

DIAS, Emerson dos Santos. *O jornalista brasileiro no sistema público de radiodifusão: experiências profissionais em emissoras da EBC*. 2017. 238 f. Tese de Doutorado (Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2017.

Esta tese é resultado da pesquisa que examinou o jornalismo de mídia pública e a atuação do jornalista profissional dentro da estrutura que serve de base para o sistema de radiodifusão pública – a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada em 2007. Este trabalho investiga a representação social do jornalista de mídia pública, cercado pelos avanços tecnológicos, pela pressão política, pela reformulação de padrões de percepção e de disseminação da informação. Também considera as configurações clássicas da filosofia que norteiam instituições jornalísticas e indivíduos jornalistas – vigilantes, moderadores e muitas vezes interventores no âmbito da coletividade. O referencial utilizado tem base na Teoria das Mediações de Martín-Barbero (2008) e de Análise Crítica das Audiências de Orozco Gómez (2002) e também nos conceitos de Comunicação Pública, Jornalismo e Mídia Pública de Rothberg (2011), Haswani (2013) e Intervenções (2009). A revisão bibliográfica compreende estudos da história da radiodifusão, da linguagem dos veículos e da correlação entre os sistemas de mídia pública e privada e seu papel político-social. A metodologia empregada é a da análise documental, com pesquisa em documentos oficiais e entrevistas complementares.

Palavras-chave: Radiodifusão. Comunicação Pública. Jornalismo. EBC.

ABSTRACT

DIAS, Emerson dos Santos. *The Brazilian journalist in the public broadcasting system: professional experiences in the Empresa Brasil de Comunicação (EBC)*. 2017. 238 f. Tese de Doutorado (Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2017.

This thesis is the result of the research that examined public media journalism and the professional journalist's work within the structure that serves as the basis for the Brazilian public broadcasting system - Empresa Brasil de Comunicação (EBC), created in 2007. This work investigates the social representation of the public media journalist, surrounded by technological advances, political pressure, the reformulation of patterns of perception and dissemination of information. It also considers the classical configurations of philosophy that guide journalistic institutions and journalistic individuals - watchers, moderators and often interveners within the collectivity. The reference framework is based on Martín-Barbero's Theory of Mediation (2008) and Orozco Gómez's Critical Analysis of Audiences (2002), besides the concepts of Public Communication, Journalism and Public Media of Rothberg (2011), Haswani (2013) and Intervenções (2009). The bibliographic review includes studies of the history of broadcasting, the language of vehicles and the correlation between public and private media systems and their political-social role. The methodology used is documental analysis, combining research in official documents and complementary interviews.

Keywords: Broadcasting. Public Communication. Journalism. EBC.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 –	Diagrama das “esferas” de Thomas Janoski.....	29
Imagem 2 –	Esquema de Martín-Barbero (2008)	40
Imagem 3 –	Fac-símile de um relatório mensal da Ouvidoria.....	48
Imagem 4 –	Representação segmentada no Congresso Nacional.....	61
Imagem 5 –	Ranking de emissoras de rádio em 2012.....	67
Imagem 6 –	Audiência de TV - TOP 5 GRJ	69
Imagem 7 –	Número de jornalistas no Brasil em 2011	74
Imagem 8 –	Fachada do Edifício “A Noite”	106
Imagem 9 –	Entrada do prédio da Rádio MEC	107
Imagem 10 –	Sede da EBC em São Paulo (mosaico)	112
Imagem 11 –	Geral de um dos estúdios da EBC em São Paulo	113
Imagem 12 –	Tércio Luz e Renato Rocha, EBC São Paulo.....	114
Imagem 13 –	Resumo de atendimentos solicitados junto à Ouvidoria Interna da EBC.....	115
Imagem 14 –	Jonas Valente, em Brasília	118
Imagem 15 –	Roberto Camargo e Patrícia Scarpin, EBC Brasília	119
Imagem 16 –	Rádio Nacional Alto Solimões.....	121
Imagem 17 –	Redações das emissoras da Rádio Nacional em Brasília.....	122
Imagem 18 –	Redações da TV NBR e d’A Voz do Brasil.....	123
Imagem 19 –	Redação da TV Brasil em Brasília	124
Imagem 20 –	Entrevista com Nereide Beirão em Brasília.....	127
Imagem 21 –	Entrevista com Ricardo Melo, em Brasília	129
Imagem 22 –	Divulgação Assembleia EBC (DF)	131
Imagem 23 –	Folha de S. Paulo	134
Imagem 24 –	Diário Oficial da União	137

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ARPUB	Associação de Rádios Públicas Brasileiras
CONTCOP	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FISTEL	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FRENTECOM	Frente Parlamentar de Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INTERVOZES	Coletivo Brasil de Comunicação Social
MC	Ministério das Comunicações
MP	Medida Provisória
PBS	<i>Public Broadcasting Service</i>
PPGCom	Programa de Pós-Graduação em Comunicação
SJDF	Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ULEPICC	União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	TEORIA, METODOLOGIA E FONTES	23
1.1	Conceituando Comunicação Pública	24
1.1.1	<u>O Público e o Privado</u>	26
1.1.2	<u>Esfera pública x Esfera Estatal</u>	29
1.1.3	<u>Rádiodifusão pública e Jornalismo público</u>	33
1.2	Teorias das Mediações e a Análise das Audiências	37
1.3	Cenário conjuntural da pesquisa	43
1.3.1	<u>Análise documental e de conteúdo</u>	46
1.3.2	<u>Coleta de entrevistas e depoimentos</u>	50
2	RADIODIFUSÃO E O JORNALISMO COMO MERCADO DE TRABALHO	57
2.1	O rádio no contexto histórico e social brasileiro	71
2.2	A televisão no contexto histórico e social brasileiro	76
2.3	A formação do campo público da radiodifusão no Brasil	83
2.4	A Estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)	87
3	O JORNALISTA E O JORNALISMO PÚBLICO DA EBC	98
3.1	Conhecendo o jornalismo de mídia pública	101
3.2	EBC Rio: precariedade estrutural	105
3.3	EBC em São Paulo: TV relevante e ausência de radiojornalismo	112
3.4	EBC em Brasília: estruturas concentradas	116
3.5	Mudanças de linha organizacional na EBC	131
	CONCLUSÃO	139
	REFERÊNCIAS	152
	APÊNDICE A – Entrevista com Nereide Beirão - ex-diretora de Jornalismo da EBC.....	162
	APÊNDICE B – Entrevista com Jonas Valente – presidente do Sindicato dos Jornalistas do DF, funcionário concursado da EBC e pesquisador universitário.....	181
	APÊNDICE C – Entrevista com Ricardo Melo – ex-diretor e ex-presidente EBC	197

APÊNDICE D – Entrevista com Tércio Luz e Renato Rocha Santos, chefe de redação e gerente de produção e reportagem da EBC São Paulo	207
APÊNDICE E – Depoimento de Guillermo Orozco Gómez	215
APÊNDICE F – Entrevista por e-mail com Nereide Beirão (já como ex-diretora)	217
APÊNDICE G – Entrevista por e-mail com Thiago Regotto (diretor Rádio MEC-FM).....	219
ANEXO A – Medida provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007	221
ANEXO B - Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.....	228
ANEXO C – Medida provisória nº 744, de 1º de setembro de 2016.....	237

INTRODUÇÃO

Para o comunicador ou jornalista, 2016 foi um ano de turbulências. Nos meses finais de redação desta tese, o campo da Comunicação Pública foi reorganizado por meio de alterações na lei que originou o sistema público de comunicação no país – primeiro via Medida Provisória nº 398/2007, depois convertida na Lei nº 11.652/2008 – que distinguia a mídia pública da estatal e da privada. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), síntese imperfeita do que podemos identificar como iniciativa recente para montar uma rede pública de radiodifusão, enfrentou problemas e baixas a partir de 2016, que foram ofuscados pela tensão maior registrada naquele ano: o impeachment da Presidente Dilma Rousseff (PT), votado e aprovado pelo Congresso Nacional.

Em 31 de agosto de 2016, a Presidente petista foi destituída do cargo. Assumiu o função o vice-presidente, Michel Temer (PMDB), sob resistência de parte da população, de observadores da imprensa internacionais que apontavam fragilidades no processo político que desencadeou o impeachment. Na noite do mesmo dia 31 de agosto, Temer viajou para a China para participar do encontro anual do grupo dos 20 países com as maiores economias do planeta (G20). Assumiu a Presidência da República, interinamente, o então presidente da Câmara dos Deputados Federais, Rodrigo Maia (DEM).

Na manhã do dia 2 de setembro, o Diário Oficial da União publicou a primeira Medida Provisória do novo governo, a MP nº 744, assinada por Maia, que alterou a Lei nº 11.652/2008 que havia instituído “os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta” e autorizado o Poder Executivo a constituir a EBC.

As principais mudanças impostas pela Medida Provisória¹ foram a revogação dos artigos 15 a 17 (que detalhava as configurações do Conselho Curador, instância responsável por orientar e auxiliar na condução da EBC) e alterações em outros artigos, como o 12 e o 18 (que tratavam da subordinação do Presidente da Empresa). A EBC teve o seu presidente exonerado, deixou de contar com um Conselho Curador

¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11652.htm>. Acesso em 4.set.2016.

formado por representantes da sociedade brasileira² e teve o seu comando alterado da Secretaria de Comunicação (extinta) para a Casa Civil da Presidência da República. A questão a destacar aqui é: este episódio mostra a contínua influência e interferência política no âmbito de uma comunicação pública que se propunha efetiva, sistematizada e independente no Brasil.

A preocupação, tanto no ambiente profissional como acadêmico, sobre a produção de conteúdo audiovisual para as mídias no país é recorrente. Algumas leituras passionais ou analíticas hermeticamente questionam a qualidade dos textos (jornalísticos ou não) e de muitas produções audiovisuais, culpando empresários e profissionais da comunicação por subestimarem leitores, ouvintes e telespectadores ao distribuírem material considerado limitado ou nivelado por baixo para fácil absorção e, conseqüentemente, de rápido descarte. Um olhar atento, porém, confirma que a produção midiática não se restringe a uma relação entre o repertório sociocultural de quem produz e o de quem consome programas populares (de auditório, de conteúdo policialesco, telenovelas, reality shows, filmes e seriados) ou a produção jornalística.

Existem atores e cenários que não são observáveis de imediato, exigindo análises em condições que vão desde as ações públicas para a radiodifusão – legislação, combate ao oligopólio de empresas e seu vínculo com dirigentes empresariais e políticos – até as questões geográficas e de realidades regionais, históricas e tecnológicas. Trata-se de pensar, antes de tudo, em processos que viabilizem a comunicação de ideias, dentro ou fora das plataformas transmissoras. Para tanto, o Estado, empresas e organizações que atuam neste segmento deveriam apresentar medidas de integração e interação com tais metas – evitar a oposição pura e simples para promover a articulação entre a comunicação pública e a privada.

Ao serem cassados os mandatos dos conselheiros curadores da EBC, a Empresa teria perdido suas características de radiodifusão pública, uma vez que as decisões passaram a ser tomadas por determinação presidencial. Mas há “ranhuras” na instituição que ainda garantiriam que a mesma não se extinguisse de vez. Além de resistências pontuais no corpo técnico e diretivo, a estabilidade funcional dos concursados e as articulações internas em concomitância com defensores externos mantêm viva a possibilidade de uma radiodifusão pública.

² O conselho curador era constituído por 22 membros: 15 representantes da sociedade civil; quatro do Governo Federal; um da Câmara dos Deputados; um do Senado Federal; e um representante dos trabalhadores da EBC.

Se não foi fácil até 2016, as perspectivas para os anos seguintes pareciam desanimadoras para os meios de comunicação, identificados como públicos em fase de desenvolvimento no Brasil. Em parte pela acomodação de uma parcela da população após décadas de “consumo” de informação produzida por meios de caráter comercial que utilizam as concessões públicas de forma enviesada em relação às determinações da lei. As barreiras se estendem para as restrições técnicas, ações de grupos político-empresariais atuantes na mídia e o contexto legislativo e administrativo.

A medida provisória 744/2016 evidencia o desinteresse e o desvio de projetos do Estado para a mídia pública. Ao observar a trajetória da EBC, marcada por dificuldades desde o seu surgimento em 2007 até as reais ameaças de interdição e encerramento das atividades em meio à crise política brasileira entre 2016 e 2017, notamos interferência e empenho de segmentos político-empresariais pelo desmantelamento da Empresa.

Não que a EBC, herdeira do espólio da antiga Radiobrás³, deva ser aceita como exemplo efetivo de radiodifusão pública eficiente e independente (esta tese mostrará, no decorrer do texto, que ela não conseguiu ser), mas que o cerceamento e a recente tentativa de extinção da EBC tendem a apagar as muitas batalhas e poucas conquistas de pesquisadores e ativistas que lutam pela democratização da comunicação no Brasil.

O fato de o presidente da EBC ter sido destituído do cargo em maio de 2016 e precisar da liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) para ser reconduzido às funções no início de junho, até ser definitivamente exonerado em setembro do mesmo ano, seria apenas um dos exemplos visíveis.

Além do afastamento, retorno e definitiva cassação do presidente Ricardo Melo (um dos entrevistados desta pesquisa), a EBC foi notícia e destaque diversas vezes na imprensa, aparecendo em espaços nobres e até em editoriais como o da *Folha de S. Paulo*, intitulado “Canal Chapa Branca”, cujo início – taxativo – propõe condição passiva e propagandista à Empresa: “Era de prever e foi previsto neste espaço: a EBC nasceu e cresceu como aparelho de propaganda a serviço do governo de turno.” (FOLHA S. PAULO, 25.6.2016). Neste mesmo jornal, Ricardo Melo ganhou página inteira em uma entrevista “pergunta-resposta” publicada na semana seguinte (FOLHA

³ Empresa Brasileira de Radiodifusão, de caráter efetivamente estatal, criada pelo governo militar por meio da Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975.

S. PAULO, 3.7.2016) com a manchete “TV Brasil é para dar voz a quem não tem, diz presidente da EBC”.

Adicionem a estes conflitos e polêmicas outro exemplo trágico: a interdição, desde março de 2013 até a conclusão desta tese, de prédios das duas históricas emissoras de rádio do país, a Rádio MEC e a Rádio Nacional, ambas sediadas no Rio de Janeiro e integradas à EBC. A citar também a falta de investimento nas atuais estruturas sediadas em Brasília, São Paulo, Rio e São Luís, no Maranhão, entre outros tantos problemas que serão detalhados no decorrer desta pesquisa. São visíveis os erros e omissões do Estado quando este trata a comunicação pública apenas como um difusor de ações positivas do Governo, transitando mais para a publicidade estatal e transmutando para algo “a serviço da vaidade particular”, como aponta Eugênio Bucci (2015).

Esta pesquisa trata desses problemas e para isso transita entre conceitos amplos, como a Comunicação Pública, a Radiodifusão Pública e a Mídia Pública, com o objetivo de fundamentar designações defendidas no decorrer da pesquisa – do “Jornalismo Público” de Danilo Rothberg (2011) ao “Jornalismo de Mídia Pública” de Jonas Valente (2009).

O objeto desta tese é o ator social cujos atos ou produções envolvem o interesse público e “do” público no campo midiático, tendo as funções muitas vezes sob adjetivos diversos como arauto, fiscalizador da sociedade, cão de guarda, líder de opinião, voz da verdade. Todos, porém, com foco no profissional atuante em segmentos específicos que envolvem as agências e emissoras não comerciais que estão sob o controle da EBC: o jornalista de mídia pública.

Para dar contorno a este sujeito histórico, corroboramos com a visão de “mídia pública como um espaço democrático necessário entre o mercado e o Estado”, mas preservando “centralidade à independência de mercados e governantes de plantão por meio de um controle democrático e participativo calcado na promoção de diferenciados e complementares mecanismos de participação” (VALENTE, 2009, p. 45-46).

Passados os primeiros anos de pesquisa do doutoramento, outras referências complementaram e também tornaram mais complexa a constelação midiática com a qual os públicos se relacionam, vislumbram, navegam e também se perdem, seja pela existência de modelos diferentes daqueles que condicionaram os sentidos ou por trajetórias que os colocam em atmosfera densa onde sons e imagens absorvem e

devoram eles próprios junto com a sociedade, como a *iconofagia* proferida por Baitello (2005).

A analogia com o cosmos aqui é proposital porque nos faz pensar naquilo que antecede – ou deveria anteceder – as indústrias midiáticas: o direito pleno do cidadão à informação e à comunicação, assim como condições sociais que otimizam e ao mesmo tempo restringem estes direitos, entre elas o espectro eletromagnético que pertence a todos. O universo é caótico e concomitantemente regido por leis. Acreditamos que o mesmo serve para o mundo da comunicação.

Assim, entre a criação da prensa de Gutenberg no século XV – passando pelo avanço do telégrafo via cabos submarinos e das agências internacionais de notícias na primeira parte do século XIX, seguido pelo estabelecimento das primeiras networks de radiodifusão pós-guerra – até a explosão das comunicações intercontinentais via satélite no século XX, sucedidos pela disseminação da informação por meio da Internet e das multiplataformas no século XXI, a sociedade passou a depender (e também a interagir) mais e mais com intermediários (mídia e o atores midiáticos) e do extremo oposto (os Estados em constante reformulação sobre quem assume o domínio desse ambiente invisível por onde a informação é transmitida).

A ideia de uma mídia livre, independente, plural e diversificada passa a se fixar como o ideal a ser alcançado para que o direito à liberdade de buscar, difundir e receber informações possa ser realizado em sua plenitude. Encontrar o formato adequado da participação do Estado Nacional na equação que busca fomentar sistemas midiáticos com essas características, rapidamente, configura-se em uma das peças mais relevantes desse quebra-cabeças (UNESCO, 2011, p. 5).

Por meio deste apontamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reiteramos que as investigações aqui reunidas não se amparam nos processos de comunicação em que qualquer pessoa ou organização pode ser considerada geradora de informação (a suposta democratização da comunicação a partir da Internet). Abordamos as instituições que colaboram com a compreensão deste atual ambiente midiático turbulento, que expõem focos sobre dois referentes que se apresentam em lados distintos e complementares da comunicação: o cidadão comunicador detentor de percepções e ferramentas necessárias para mediatizar de maneira eficiente a informação; e o Estado, detentor das concessões e possível incentivador da mídia pública. Ambos

estão contidos na Comunicação Pública, este campo que se apresenta em diversas formas, conceitos e práticas.

E não há como desvencilhar a pesquisa aqui apresentada da predominante participação da mídia privada comercial no Brasil, historicamente detentora das concessões legais da radiodifusão no país. Ao atualizar as condições legais envolvendo a radiodifusão brasileira, esta pesquisa se deparou com as observações de Sonia Virgínia Moreira (2004) que oferecia um cenário promissor, mas ainda no campo das expectativas da virada do milênio: o primeiro dado importante foi a demora na criação do Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão que assessora o Legislativo Federal cuja criação estava prevista na Constituição de 1988, mas que fora instalado somente em 2002, “justamente por contrariar interesses que resultaram no desmedido percentual de concessões (...) distribuídas a políticos, muitos dos quais sem qualquer afinidade ou até mesmo interesse no meio” (MOREIRA, 2004, p. 330).

Outro fator importante a destacar neste início de século é não apenas a criação da Lei Geral de Radiodifusão em si (em 2002), mas a formulação deste texto do Executivo como um dos primeiros processos amparados por consulta pública via internet (de junho a agosto de 2001). Segundo Moreira (2004, p. 331), “apesar de expressar um retrocesso em muitos pontos do projeto anterior (...), o número de sugestões não deixa de constituir dado significativo”, pois totalizou cerca de mil propostas virtuais sobre mudanças no texto original.

No âmbito da radiodifusão, uma ação combinada desse tipo poderia abranger desde outorgas de canais de rádio (AM, FM, ondas curtas) e de televisão (aberta, por assinatura e estações retransmissoras) até a definição de estratégias legais, tecnológicas e de interesse público, educativo, cultural, comunitário e comercial (MOREIRA, 2004, p. 331-332).

Como é possível perceber, a partir dos anos 2000 passa a haver um cenário otimista e ao mesmo tempo pantanoso onde as expectativas apresentadas para a comunicação pública, via Executivo, são enredadas por integrantes do Legislativo (que ainda ajudavam a perpetuar o interesse privado no campo das concessões). Cenário que aparentemente se reaquece com o surgimento da EBC⁴, criada em outubro de 2007, por meio da Medida Provisória nº 398, assinada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2008, a MP é transformada, pelo Congresso

⁴ As informações de constituição da empresa estão detalhadas em: <www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/historico>. Acesso em: 9 nov. 2015.

Federal, na Lei 11.652, oficializando a criação daquilo que seria o sistema público brasileiro de radiodifusão.

As configurações da EBC serão tratadas em capítulo específico, mas reitera-se que, a partir do surgimento desta organização, o cenário midiático brasileiro passa a sofrer remodelações. Mudança que proporia um descolamento do ambiente comercial das mídias amparado nos índices de audiência que retroalimenta aparentes definições daquilo que seriam “bons” ou “péssimos” programas ilusoriamente colocados em extremos: entre ser líder de audiência e apresentar “traço” (percentuais pífios nas avaliações quantitativas da mesma audiência).

Para além das configurações da EBC, foi proposto um ambiente envolvendo representantes da comunidade, governanças e pesquisadores da academia, nichos que atuavam em espaços definidos até serem convocados para as pesquisas, consultorias e curadorias, as “arenas públicas” de Hannah Arendt que efetivam a ação política e a liberdade (ARENDR, 1992) ou a “esfera pública” de Habermas onde o interesse público supera os interesses individuais e dão sustentabilidade às discussões críticas (HABERMAS, 2004).

Tratam-se de políticas de comunicação que podem ser estatais ou pessoais (privadas), mas não deixam de ser públicas. O diferencial a destacar é que as políticas públicas neste segmento – o da radiodifusão – envolvem condições e viabilidades técnicas e conjunturais que se estendem à educação, cultura, direitos humanos etc. Assim, as políticas de comunicação não podem “se restringir à criação de infraestrutura e a investimentos a ela vinculados. Compete-lhes também criar condições para a difusão de ideias, aliada ao (...) processo técnico de transmissão de informações.” (PIERANTI, 2007, p. 23).

Neste entrelaçamento – que inclui, obviamente, as redes enviesadas que atravancam as possibilidades latentes da comunicação pública, como os interesses comerciais das mídias que desrespeitam regras das concessões dadas pelo Estado – inserimos o jornalista de mídia pública.

Ao focar esta análise no jornalista profissional, reiteramos que pesquisas importantes anteciparam esta tese e colaboraram para o entendimento das características da produção jornalística no sistema público (esta como resultado do laboro daquele), a começar pela pesquisadora Iluska Coutinho, que desenvolveu levantamentos e observações que resultaram em um importante relatório sobre o

telejornalismo da EBC (COUTINHO, 2011), assim como artigos e dossiês posteriores (COUTINHO, 2012, 2013).

A tese aqui apresentada nasce, portanto, também de uma inquietação a respeito do espaço ocupado tanto pelo Jornalismo enquanto instituição quanto pelo profissional deste segmento naquilo que seria a radiodifusão pública brasileira. Comunicador (aqui, não apenas o jornalista diplomado) que é entendido como uma das molas-mestras tanto da indústria cultural quanto do jornalismo que apresenta, desde o início do novo século, características “pós-industriais.” (ANDERSON, BELL e SHIRKY, 2013, p. 33).

Tentar compreender os campos de atuação dos profissionais da comunicação e relacioná-los com os conceitos relativos à Comunicação pública⁵ estão entre as propostas deste estudo que tenta expor estes atores sociais e as condições em que eles se encontram no Brasil. Debateremos ainda questões diversas, mas três delas são pertinentes e devem ser adiantadas:

1- Há discordâncias, nos campos acadêmico e profissional, que minimizam esta pesquisa empírica? Acreditamos que não, pois existem diversas referências que podem nos amparar no campo teórico como as observações “desconstrutivistas” do real. Assim como no “ato fotográfico” (DIAS, 2014b), por exemplo, entendemos que o “ato jornalístico” reúne discurso, ideologia, referências estéticas e tradições e que isso deve ser levado em conta quando são postas em prática quaisquer teorias e metodologias em pesquisas envolvendo a configuração da notícia a partir das mídias que utilizam a produção de reportagens, mesmo as integrantes de um sistema público.

2- Expomos também questão e resposta (com as quais compactuamos) apresentadas pelo professor e pesquisador da ULEPICC⁶, Valério Cruz Brittos, na introdução do livro de Octávio Pieranti (2007) sobre a dificuldade para solucionar problemas decorrentes da falta de democratização da mídia: antes de constituir um sistema público não seria melhor focar a democratização da comunicação e das mídias? É possível resolver estes problemas com políticas públicas no Brasil?

⁵ Chamada comumente de “serviço público” (*public service*) pelos europeus e alcunhada de “mídia pública” pelo Coletivo Brasil de Comunicação Social (INTERVOZES, 2009).

⁶ União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, organização que mantém a Revista Eletrônica Internacional de Economia Política de Iãs Tecnologias de la Información y Comunicación (Eptic On Line).

Não, mas pode-se atenuar o problema com ações que incidam especificamente sobre questões como concentração da propriedade, controle público dos atos de mediação, regionalização dos conteúdos, terceirização de programação, cessão de horário a atores não-hegemônicos e financiamento da comunicação alternativa (BRITTOS apud PIERANTI, 2007, p. 13).

3- Por fim, qual seria a fronteira entre a “voz oficial”, a “voz dos comandados” e a efetiva “realização profissional” a partir de ambas as vozes anteriores na comunicação pública? Mesmo com as negativas de Bucci (2015) para uma efetiva separação do Estado e do público em um sistema de radiodifusão com tal perspectiva, encontrar este jornalista público em meio a tantas representações já consolidadas no cenário midiático internacional – enquanto outras ainda tropeçam na gestação de sistemas públicos recentes (como a EBC) – pode limitar a moderação das realidades distintas (da fonte da notícia, mas também da interlocução entre mídia e o cidadão)?

Para encontrar respostas é preciso impor limites aos conceitos levantados. Analisando historicamente e percebendo que a tentativa de sistematização da comunicação pública não tem como marco apenas a EBC, mas sim raízes nas iniciativas de Roquette Pinto durante as décadas de 1920 e 1930 até a criação da entidade que leva o nome do mesmo – a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), ou ainda na época em que esta assumia TV Educativa (TVE) do Rio de Janeiro, em 1975 ou antes disso, quando já era administradora da Rádio MEC. Temos ainda a Fundação Cultural Piratini (criada em 1959 e difusora da TVE e da Rádio Cultura no Rio Grande do Sul) e devemos incluir também a Fundação Padre Anchieta, criada pelo estado de São Paulo⁷ em setembro de 1967 e mantenedora da TV Cultura e das emissoras de Rádio Cultura de SP (AM e FM), assim como a Fundação TV Minas, responsável pela Rede Minas, criada em agosto de 1984 pelo governo mineiro e que hoje encabeça uma rede com mais de 20 emissoras em Minas Gerais, uma no Espírito Santo e outra no interior do Paraná.

Todas estas iniciativas preconizavam a criação de um sistema nacional que reunisse projetos e produções integrados ou influenciados uns pelos outros. Com a instituição da EBC, novas perspectivas se apresentam neste tabuleiro, principalmente a de que haveria um amparo financeiro (orçamento público) e legislativo (a partir da

⁷ Destaca-se aqui o Decreto-Lei nº 236, também de 1967, que “instituiu a figura da televisão educativa como tipo de radiodifusão de sons e imagens voltada à divulgação de programas educacionais, palestras, aulas, conferências, e debates. A norma estabeleceu ainda o caráter não comercial desse tipo de comunicação” (VALENTE, 2009, p. 43).

Lei de 2008) que funcionasse como motor para girar e ampliar as produções e a troca mútua das mesmas entre todas as emissoras e redes citadas anteriormente. Sem contar a possibilidade de interação com grupos audiovisuais independentes (institutos e agências de notícias) e, claro, com a própria mídia privada.

Essas condições comprovadamente não se concretizaram, pelo menos na EBC. Identificamos problemas de caráter burocrático, na distribuição física das estruturas (sucursais e redações) e no comando da empresa (diretorias e gerências instáveis, concentradas em polos saturados como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília).

O fato é que não há como desvencilhar o jornalista de mídia pública das crises e tensões tecnológicas atuais e dos cenários burocrático-legislativos, turbulentos e altamente entrópicos que o cerca. Assim, dividimos o texto desta tese em capítulos que escalonam avanços e entraves que auxiliam e prejudicam o entendimento do Jornalismo de mídia pública. O capítulo e subitens iniciais trazem os conceitos, teorias, metodologias e referenciais teóricos utilizados durante todo o doutoramento, a começar pelo conceito de Comunicação Pública sob o entendimento filosófico do público, do privado e do estatal a partir de diversos autores. São analisadas as variantes que orbitam ao seu redor: o público e o privado, o espaço e a esfera pública, até chegar à opinião pública e ao jornalismo público.

Dentre as teorias que ajudam a entender o interesse público de qualquer sistema de comunicação está o conceito de audiência de Guillermo Orozco Gómez quando esta transcende o “estar” diante das mídias para espaços diversos onde transitam os públicos das mesmas. Sendo assim, vemos que “o intercâmbio cotidiano das audiências com seu ambiente, mediato ou imediato, realiza-se simultaneamente no seio de várias instituições: do trabalho, do bairro, escolar, religioso, partidária, entre outras” (OROZCO GÓMEZ, 2002, p. 254).

Também são pertinentes os apontamentos da Teoria das Mediações de Jesús Martín-Barbero (2004, 2008), nos quais as pesquisas dos meios são desenvolvidas sempre sob o amparo da relação tríplice entre comunicação, cultura e política, evitando o trágico caminho pelo que esta última vem seguindo: a política sendo crescentemente substituída ou deslocada para o ambiente da comunicação. Nos tópicos 1.2 e 1.3 estarão também as estratégias técnicas e práticas metodológicas, como a pesquisa documental, a análise de conteúdo e a coleta de dados sobre o

sistema público de comunicação e ainda do jornalista no cenário brasileiro a partir de entrevistas e levantamentos estatísticos relacionados à profissão (MICK, 2013).

No segundo capítulo tratamos dos contextos histórico e social que configuraram a comunicação e a conformação das indústrias de mídia no Brasil. São apresentados as condições das organizações midiáticas, os processos de concessões e principalmente as configurações do campo midiático brasileiro. Ainda neste tópico, temos um breve panorama histórico e socioeconômico da radiodifusão no Brasil para em seguida tratarmos dos sistemas diversos da radiodifusão, os cenários financeiros e o mercado de trabalho que os cerca.

Nos subitens seguintes (2.3 e 2.4) serão tratadas especificamente a configuração do Sistema Público de Comunicação do Brasil, suas transformações desde o fim da Radiobrás e a criação da EBC. Além do cenário, serão expostos os dados que dão estrutura à empresa, como quadro de funcionários, emissoras, balanços e relatórios que preveem estratégias futuras para a organização.

O capítulo três é dedicado aos levantamento, observações e análises que recaem sobre os profissionais do Jornalismo: as condições de formação e atuação no Brasil, as principais conquistas e também os problemas latentes envolvendo reconfiguração de mercado, de plataformas e de modelos de produção da notícia. Os itens também expõem o conceito de jornalista público a partir da pesquisa de observação e em forma de entrevista junto à diretoria e profissionais ligados à EBC e ao Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (SJDF), apresentando tanto os limites quanto às perspectivas deste campo de atuação seguidos, por fim, das considerações finais.

Cabe ressaltar que transitaremos entre conceitos que academicamente se flexibilizam devido a variados processos de construção e de pesquisa, principalmente no campo geral de onde partimos para desenvolver a tese – a Comunicação Pública – onde pesquisadores que dedicaram artigos e livros a este tema deixam claro que divergências ocorrem e seguirão ocorrendo.

O conceito de sistema público de comunicação segue tênue na legislação e na academia. A pesquisadora Mariângela Haswani (2013, p. 119) reitera que “a inexistência de um conceito de comunicação pública que possa ser considerado ponto de partida para os níveis mais operacionais da matéria ou para eventuais divergências acadêmicas é comum a todos os estudiosos consultados”.

Embora saibamos os duros golpes que a EBC sofreu, a ponto de questionarmos se a Empresa continuaria pública sem a existência de um Conselho Curador, esta tese propõe colaborar e enriquecer ainda mais o debate e também as perspectivas da Comunicação pública no Brasil e fortalecer o ambiente profissional para o exercício do trabalho jornalístico neste campo, oferecendo condições – juntamente com outros destacados pesquisadores brasileiros – para que estes atores sociais repensem o modo de atuar, produzir e disseminar informações imprescindíveis junto à sociedade brasileira.

1 TEORIA, METODOLOGIA E FONTES

A metodologia que orienta este projeto envolve pesquisas bibliográfica e documental, ferramentas necessárias para o levantamento e análise de estatísticas recentes, leis federais e determinações governamentais do Ministério das Comunicações (MC). Foram realizados levantamentos quantitativos – a partir das orientações encontradas em Gil (2008, p. 54) e Oliveira (2007, p. 69) – das emissoras em funcionamento no país e dados referentes ao perfil profissional daqueles que atuam na radiodifusão brasileira, este último com destaque às pesquisas coordenadas por Jacques Mick (2013), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

A opção metodológica inicial para reunir e avaliar o material segue com a análise documental onde, por meio da qual são estudados os indícios (entrevistas, depoimentos para a construção e desconstrução do cenário exposto) e ainda dados e informações em livros, jornais e revistas para amparar, em um primeiro momento, a construção histórica e socioeconômica para depois adentrar o campo das experiências tecnológicas da radiodifusão no Brasil. Especificamente nesta pesquisa, foram vários documentos oficiais da EBC a serem destrinchados por meio de análise de conteúdo, dentre eles planejamentos da diretoria, relatórios de ouvidores, entre outros.

Os escritos de Sonia V. Moreira abarcam diversos ambientes nesta pesquisa, já que envolvem desde as configurações da radiodifusão no Brasil nos contextos técnico (rádio e TV digitais, sistemas de operação, configuração de redes na América Latina, entre outros assuntos), teórico (emissoras de radiodifusão no ambiente das indústrias midiáticas, reconfiguração do valor-notícia) e metodológico (análise documental e entrevistas desenvolvidas junto a diversos grupos de pesquisa, como o *Worlds of Journalism Study* e as Geografias da Comunicação, por exemplo).

A professora e pesquisadora também oferece subsídios para outras duas frentes presentes nesta tese: o contexto histórico do rádio brasileiro (MOREIRA, 1991; 1998; 2002) e as discussões sobre o marco regulatório e a radiodifusão brasileira no cenário nacional e internacional (MOREIRA, 2011, 2011c, 2010). Referendamos o que a pesquisadora (aqui também apresentada como orientadora) aponta logo na introdução do artigo sobre a configuração de um marco legal para as comunicações:

Desde há muitos anos a relação no Brasil entre indústria de telecomunicações, mídia, Estado e sociedade não se apresenta tão próxima como neste momento. O que une cada uma das partes é o interesse pelo estabelecimento de uma legislação contemporânea que contemple as indústrias de mídia e de telecomunicações e, com isso, a regulamentação sobre a composição formal e acionária (sistema público / privado) e o campo de atuação (dispositivos de controle de concentração) para a indústria em geral e para as companhias em particular (MOREIRA, 2011b, p. 1).

Embora não seja o foco desta pesquisa, o marco legal para o segmento que abordamos pode fornecer novos parâmetros para pesquisas futuras envolvendo jornalismo público. Acreditamos que o processo de criação da EBC, em 2007, foi uma das primeiras ações a demarcarem o terreno da comunicação em um caminho para diversificação.

Com a velocidade das mudanças tecnológicas junto às variáveis da política brasileira (ainda apresentada de forma maniqueísta em um ambiente fortemente polarizado, principalmente durante os meses de conclusão da tese), as atenções devem recair sobre uma reformulação das indústrias de mídia privadas, paralela ao processo de amadurecimento da comunicação pública. Como reiteramos, esse não será objeto central de nossa tese, mas nossas pesquisas tangenciam questões envolvendo as indústrias de mídia.

1.1 Conceituando Comunicação Pública

Esta pesquisa envolve a radiodifusão pública brasileira e as fissuras perceptíveis na produção da notícia no século XXI, questionando as condições atípicas em que a EBC tenta se desenvolver no Brasil (bem distintas dos ambientes que fizeram nascer e crescer instituições europeias) e as reconfigurações do campo jornalístico diante do cenário atual composto por mudanças radicais no processo de difusão e troca de informações.

Ao tentarmos amalgamar termos como campo público e mídia pública com a atuação jornalística, encontramos uma necessidade adicional: pensar em tais mudanças sem analisar as condições políticas e socioeconômicas que orbitam a produção da notícia seria como fazer comparativos desconexos entre cenários

distintos. Sendo mais direto: não podemos simplesmente comparar um jornal – impresso ou audiovisual – brasileiro com um *shimbun* japonês para afirmar que este ou aquele é melhor nas condições estruturais, possui uma redação mais ou menos sociável, oferece condições ótimas ou precárias na busca da informação ou na produção da notícia ou ainda se ele é mais ou menos ético de acordo com o comportamento do cidadão em relação às leis, costumes e à realidade social.

Quando esta junção de fatores se apresenta ou sintetiza como comunicação pública, passam a surgir dificuldades conceituais envolvendo o tema. Em trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom (cujos temas envolvem Comunicação Pública, mas também Legislação e Assessoria Governamental, entre outros), Curtinovi e Mesquita (2014) fizeram levantamento e análise dos 278 artigos apresentados entre 2000 e 2013 no próprio grupo de pesquisadores e apontaram que 29 textos utilizaram efetivamente o termo “Comunicação pública”. Deste total, 13 artigos buscaram conceituá-lo, muitas vezes com o amparo de autores clássicos reunidos por Jorge Duarte (2012).

O resultado a que chegaram também ponderou atores sociais e históricos, ambientes socioeconômicos e legislação pois, “mais do que um conceito, comunicação pública é um campo que inclui cidadão, aparato estatal, sistema de mídia e terceiro setor.” (CURTINOVI e MESQUITA, 2014, p.10).

Todos os itens envolvendo o termo – aliado às ações de comunicação educativa, comunitária, popular e movimentos sociais, entre outras – são partes constitutivas das mídias em um país ou região específica e destas peças se constrói o ambiente onde profissionais da comunicação trabalham e cidadãos interagem com a notícia. Em um trabalho apresentado na *11th World Media Economics & Management Conference* (DIAS, 2014b), tratamos da reformulação de emissoras televisivas comerciais em redes de médio porte na região sul do Brasil, onde programas de entretenimento e principalmente a produção jornalística sofreram adaptações microrregionais, seja no formato ou no conteúdo, para tentar atender as demandas do público. Dentre as principais iniciativas apresentadas neste trabalho estava a transferência de reportagens para blocos regionais, apresentadas por jornalistas locais e não mais da capital, entre outras.

Especificamente no campo público da Comunicação, as condições políticas e sociais de um país ou região são – segundo o pesquisador Danilo Rothberg (2011), um dos raros autores brasileiros que debatem especificamente o Jornalismo Público

– fatores decisivos que podem oferecer soluções ou problematizar o exercício da profissão jornalística nas mídias sob concessão.

Se há uma tradição de valorização do interesse público plasmada nas instituições políticas, é de se esperar que a atuação estatal na regulação das comunicações de massa seja bem-sucedida na preservação de mídias jornalísticas sérias, responsáveis e acessíveis. Se há, por outro lado, uma tradição de apropriação do bem público pelo poder privado mediada pelas instituições do Estado, é provável que TVs e rádios explorem as concessões de radiodifusão de maneira que lhes convier, sem outras referências dadas pelo atendimento do interesse público (ROTHBERG, 2011, p. 4).

Os conceitos de Jornalismo e Jornalista públicos serão abordados posteriormente às configurações da Comunicação Pública a partir dos termos etimológicos que o antecedem, como o surgimento e a diferença entre o estatal, o público e o privado, o espaço público, a publicização das ações governamentais, entre outros. Começamos pelo entendimento de público e privado.

1.1.1 O Público e o Privado

Alguns autores, como Giddens (1993), Philippe Aries e Roger Chartier (1991), desenvolveram prósperas análises sobre fases distintas da consolidação da vida privada⁸: a transição entre a intimidade pertencente ao público – quando o Estado tinha poder de interferir na vida dos indivíduos, proibindo duelos ou controlando, por exemplo, decisões e negociações particulares em feudos e vilarejos durante a idade média – e o foro íntimo efetivo das famílias para finalmente constituir a privacidade do cidadão.

“Há confusão entre público e privado. Ninguém tem vida privada, mas todos podem ter um papel público, mesmo que seja o de vítima”, afirmam Aries e Chartier (1991, p. 17), dando a entender que um apedrejamentos, enforcamentos ou morte por guilhotina em praça pública seriam exemplos de total falta de privacidade neste período histórico.

⁸ O autor desta tese desenvolveu pesquisas sobre a vida privada, os espaços públicos e a notícia durante a Especialização em História e Sociedade, quando analisou a interferência dos movimentos tenentistas no cotidiano dos moradores de Foz do Iguaçu entre 1924 e 1925 (DIAS, 2009).

Também é importante destacar a divisão clara que ocorreu a partir do século XVI, quando o privado teria absorvido o público e o reduzido a uma extensão, tal qual um jardim, uma praça ou o *boulevard* de uma cidade (locais onde as pessoas não se conhecem, mas se sentem bem por estarem juntas).

Depois vieram a descoberta e a imersão da autoanálise do cidadão, decorrente da crescente alfabetização e da difusão da leitura coloquial (imprensa) junto com a dispersão da fé em novas religiões como o Protestantismo, fazendo com que o homem urbano transferisse a exaltação ao divino para o confessionário ou para o diário íntimo, como os livros de memórias.

Surge ainda o corte definitivo que separa a vida privada (casa, família e amigos) da vida profissional (o escritório, os negócios e as relações com superiores hierárquicos) resultando, por fim, naquilo que chamamos de reorganização da intimidade colaborativa e política, onde frequentar bares, cafés e espaços acadêmicos interfere e intensifica as relações pessoais. Estamos falando do desejo revolucionário por mudanças político-sociais, comportamentais, artísticas e, por consequência, culturais.

De qualquer forma, as referências que resumimos acima apresentam uma trajetória: da impossibilidade de usufruir da vida íntima à conquista de uma privacidade demarcada. Assim, embora as ações externas mais extremas interfiram no campo íntimo (crises política e econômica, guerras, desemprego, epidemias), há um desejo e uma luta para afastar tais influências do íntimo.

Mariângela Haswani desenvolve no livro “Comunicação pública” (2013) um detalhado caminho para compreendermos as transformações do público e do privado. Tais reordenamentos se dão a partir do século XVIII, quando a divisão destes ambientes se configuram por meio das relações conflituosas entre a burguesia, o clero e a nobreza.

A partir dessa lenta ruptura que se firmam alguns dos conceitos adotados aqui. O primeiro deles é de que o público passa a ser o Estado, revestido de uma existência objetiva em relação à pessoa que o governa. O segundo refere-se à distinção entre público e privado que aparece na Europa, definindo *privat* (alemão), *private* (inglês) e *privé* (francês) como ‘sem função pública ou oficial’, de onde se desenvolve o conceito de sociedade civil. O terceiro é o de esfera pública, concepção da lavra de Habermas [2004], em que indivíduos privados se reúnem para discutir questões de interesse público e são capazes de construir e sustentar uma discussão política de caráter crítico (HASWANI, 2013, p. 13, grifo da autora).

Assim, a esfera pública nasce da revolução burguesa a partir da percepção de que deve haver participação política do cidadão para mediar o relacionamento não entre o privado e o público, mas entre o coletivo (sociedade) e aquele que o regimenta (Estado).

Encontramos aqui o conceito arendtiano de liberdade a partir das ações populares nas arenas públicas – onde o cidadão exerce a política somente nestes ambientes coletivos (ARENDDT, 1992) – e também o conceito de “esfera pública” sob os moldes habermasianos, onde – insistimos – os temas de interesse público capazes de sustentar discussões políticas de caráter crítico ecoam entre os indivíduos (HABERMAS, 2004).

O Coletivo Intervozes referenda tal ambiente como berço da opinião pública, surgida não do conflito, mas da somatória dos argumentos que resultam em uma síntese aprovada pela maioria. Assim:

(...) os meios públicos garantiriam a expressão do universal por intermédio do debate de ideias entre as diversas opiniões existentes sobre cada tema. Essa visão tem forte referencial no conceito de ‘esfera pública’ cunhada por Habermas (INTERVOZES, 2009, p. 36).

Haswani alerta ainda que não seriam apenas as características fundantes que podem sofrer variações de nação para nação. Exemplo são as abordagens lexicais do conceito habermasiano do alemão para o inglês e da versão anglo-saxã para outras línguas quando Habermas trata do público como manifesto, ou seja, como publicidade de algo que deixa de ser particular, privado ou restrito.

Öffentlichkeit é a palavra que Habermas utilizou originalmente para se referir à publicidade, ao estudar os efeitos do poder sobre a atividade pública da sociedade civil burguesa. Entretanto, o vocábulo teve sua tradução nas línguas neolatinas como vida pública, opinião pública, público, espaço público e esfera pública – esta última de uso mais comum em português e em inglês (HASWANI, 2013, p. 60-61, grifo da autora).

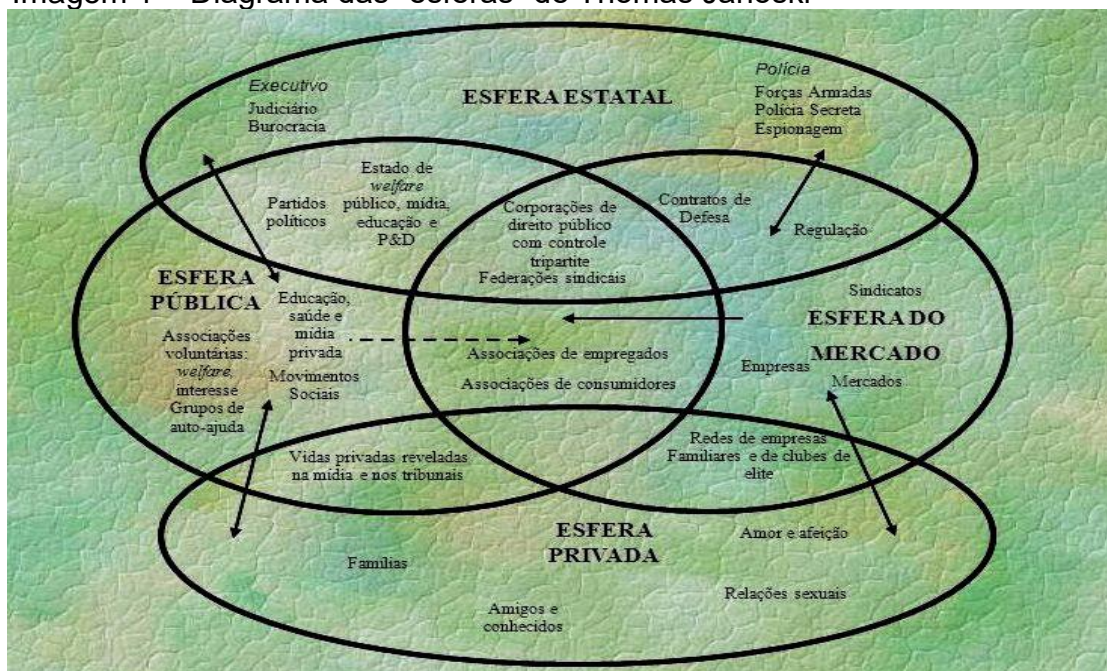
Nas análises acima, a autora ressalta o foco nas características da comunicação pública, das quais ela defende: a de compreender este segmento comunicacional mais como “prestação de contas” que necessariamente intermediação com a sociedade, já que esta última condição deveria partir dos cidadãos e não do assessor ou do comunicador público em veículos como TV Câmara ou TV Senado, por exemplo. Tais contornos não são recentes, mas sim resultado

histórico da queda dos governantes com perfis absolutistas, pois a partir da queda destes “firmaram-se os objetivos desse novo público de mediar a relação entre Estado e sociedade, fazendo com que o Estado prestasse à sociedade contas do que realizava, por meio da publicidade disponível” (HASWANI, 2013, p. 13).

1.1.2 Esfera pública x Esfera Estatal

Nesta tese são utilizados os referenciais de Liszt Vieira (2001) para entender a construção das esferas pública, privada e estatal, seus intercâmbios e suas interferências junto à sociedade. Com base nas teorias de Thomas Janoski, é inserida nesta discussão a esfera de mercado, como mostra o diagrama abaixo.

Imagem 1 – Diagrama das “esferas” de Thomas Janoski



Fonte: (JANOSKI apud VIEIRA, 2001, p. 66).

Vieira utiliza ainda o conceito de cidadania de Janoski para avançar na construção da esfera pública. Esta construção teórica nos interessa porque mostra uma variação de demandas que transita entre os direitos individuais e coletivos, passando pela questão da diversidade de gênero, classe social e até mesmo nacionalidades.

Janoski afirma que os indivíduos e seus grupos podem adotar valores diversos e 'pós-modernos' e ainda demandarem a aplicação universalista de políticas estatais aos diversos grupos, de gênero, idade, classe ou etnia. Enquanto muitas das teorias de cidadania requerem uma universalidade de direitos e obrigações, cada um desses direitos de fato beneficia certos grupos mais que a outros (VIEIRA, 2001, p. 50).

Assim, a diversidade cidadã também pode resultar em diversidade de direitos, extrapolando grupos específicos e beneficiando outros, dando forma à esfera pública (mesmo que inspirada em teorias diversas, como a de Arendt e Habermas, por exemplo).

O que é importante ressaltar a partir das análises de Vieira e Haswani é que, na esfera pública – em processo de formação, ação e interferência – não há garantias de contínuo equilíbrio na vida social em comum. É quase uma alusão à visão marxista de processo social, onde os conflitos também são importantes e muitas vezes funcionam como molas propulsoras da sociedade para outros patamares.

A constituição da esfera pública não necessariamente destina-se a interesses coletivos de paz e bem-estar. A organização da sociedade civil como ator político pode, sim estar a serviço de empenhos segregacionistas, violentos e até belicosos (HASWANI, 2013, p. 25).

Especificamente no campo comunicacional, Octávio Pieranti reforça que – para o bem ou para o mal – é função do Estado assumir a responsabilidade de criar e oferecer as condições para que, das relações sociais e das interações coletivas, surja um projeto amplo que garanta direito à informação. Talvez seja um dos únicos momentos em que o Estatal e o Público se confundem, necessitando ainda mais de atores complementares para amplificar as condições democráticas de comunicação. “O Estado é o ponto de partida para a adoção de uma política nacional de comunicação, e as duas dimensões a ela ligadas – infra-estrutural e informacional – estão na órbita das competências desse ator.” (PIERANTI, 2007, p. 34).

A melhor maneira que encontramos para reduzir o tensionamento deste conceito foi optar pelo termo “mídia pública” para, pelo menos, dar contorno ao nicho onde atuam o jornalista e/ou a atividade jornalística específica que estamos pesquisando. Assim, conseguimos juntar tanto estrutura física (redações, emissoras, retransmissores, etc.) quanto plataforma (radiofônica, televisiva, digital via internet) e ainda respeitar os demais espaços da comunicação pública onde outros atores sociais atuam.

Com o objetivo de aprofundar o embasamento sobre a opção feita, acreditamos serem importantes ainda reflexões a respeito dos conceitos que moldam ou garantem condições para a mídia pública existir: a Comunicação Pública junto ao Jornalismo Público e aos desdobramentos dos mesmos na contemporaneidade. Especificamente em relação ao termo Comunicação pública, reiteramos a afirmação de Haswani:

A inexistência de um conceito de comunicação pública que possa ser considerado ponto de partida para os níveis mais operacionais da matéria ou para eventuais divergências acadêmicas é comum a todos os estudiosos consultados. (...) há três substantivos com incrível potencial desorganizador de convicções: social, cultural e público. Cada fragmento, cada prisma de abordagem dessas palavras abre uma centena de horizontes que, se não impossibilitam, certamente dificultam e retardam a convergência (HASWANI, 2013, p. 119).

A autora trabalha com as pesquisas de um grupo italiano focado neste conceito, entre eles Franca Faccioli, Stefano Rolando e Paolo Mancini⁹. Por meio da pesquisadora brasileira, a visão italiana da Comunicação Pública se apresenta como:

... aquela destinada ao cidadão em sua veste de coletividade e conota-se, em primeira instância, como 'comunicação de serviço' que o Estado – nas suas articulações funcionais e territoriais – ativa, com o objetivo de garantir a implantação do direito à informação, à transparência, ao acesso e à participação na definição das políticas públicas e, assim, com a finalidade de realizar uma ampliação dos espaços de democracia. (HASWANI, 2013, p. 120).

Ao nosso entender, esta percepção da Comunicação pública está focada em um processo de compartilhamento que reuniria todos os meios e profissionais nesta esfera atuando em sistema de rede. Basicamente, se adaptássemos tal conceito ao Brasil, teríamos os profissionais da EBC recebendo materiais impresso e audiovisual de outras assessorias do governo e também das organizações que orbitam o Estado e que nele interferem, como os partidos políticos, os sindicatos e as organizações não governamentais (ONGs). Tais envolvidos tratados tanto como fonte quanto como informação efetiva noticiosa, entendida não como “reportagem oficial” mas como notícia apresentada sob diversas facetas por grupos que integram um mesmo prisma.

Mas como entender estes atores comunicacionais para além dos jornalistas? Segundo Haswani (2013, p. 122), o teórico italiano Mancini delimita Comunicação

⁹ FACCIOLI, Franca. *Comunicazione pubblica e cultura del servizio*. Roma: Carocci, 2000; ROLANDO, Stefano. *Comunicazione pubblica: modernizzazione dello Stato e diritti del cittadino*. Milão: Ore, 1992; e MANCINI, Paolo. *Manuale di Comunicazione pubblica*. Bari: Laterza, 2008.

pública sob a conjunção de três fatores: promotores/emissores, finalidade e objetos. Os primeiros podem ser públicos, privados ou semipúblicos.¹⁰

Já a finalidade está claramente ligada a uma referência clássica da Comunicação Pública que a distingue do privado: não ser lucrativa. Por fim, os objetos a que se refere Mancini seriam os “negócios de interesse geral”, normalmente definidos em inglês como *public affairs* (HASWANI, 2013, p. 124).

Complementarmente, Danilo Rothberg utiliza o trabalho de Mancini¹¹ para discutir o pluralismo nos sistemas de mídia envolvendo política. O autor chama este processo de paralelismo político e o coloca como essencial para a interação dos diferentes atores envolvidos e suas variações gradativas.

Uma nação contará com mais ou menos paralelismo entre suas instituições sociais e políticas (notadamente os partidos, entidades de classe e sindicatos) e os meios de comunicação, à medida que houver maior ou menor exposição das posições de cada setor em determinados meios de comunicação ou na mídia como um todo (ROTHBERG, 2011, p. 31).

O problema, citado por Rothberg, é que no Brasil este pluralismo seria infectado pela histórica cultura política do clientelismo. “A própria profissionalização dos jornalistas é afetada pelo clientelismo: sob esse componente cultural, os profissionais tendem a nutrir ligações diretas e pessoais com seus patrões” (ROTHBERG, 2011, p. 34). Os pesquisadores italianos complementam:

O clientelismo, finalmente, é associado a padrões privados de comunicação, ao invés de padrões públicos. A necessidade dos cidadãos comuns por informação sobre questões de gestão pública é relativamente pequena. (...) audiências públicas e documentos são menos importantes ao processo político do que as negociações internas das elites (HALLIN; MANCINI apud ROTHBERG, 2011, p. 35).

Para complementar este debate, teríamos aqui, ainda, similaridades com os apontamentos de Reis (2012), que define Comunicação Pública como “um serviço

¹⁰ “Por instituições semipúblicas se entendem aquelas que, como os partidos, são sujeitos de direito privado, mas interveem continuamente sob argumentos de interesse público. São aquelas instituições que se põem entre o Estado e os cidadãos, que organizam a participação deles no Estado e nos confrontos com o Estado. Em alguns casos, como naqueles dos partidos, organizações sindicais ou de empreendedorismo, mesmo regendo-se exclusivamente por financiamento privado, têm uma tarefa prioritária de representação e contratação de interesses também nas fronteiras do Estado”. (HASWANI, 2013, p. 123).

¹¹ HALLIN, C.; MANCINI, P. Comparing Media Systems: three models of media and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

realizado por profissionais de Comunicação no interior das estruturas de Estado e a partir dos governos”, embora pondere logo em seguida que:

Mesmo entendendo que o conceito transcende esse arco de atuação, (...) são os profissionais dessa parte de um universo mais amplo que têm se apropriado de forma mais efetiva da expressão Comunicação pública para designar a multiplicidade das suas práticas (REIS, 2012, p. 2).

Por outro lado, entendemos também que “a ideia de igualá-lo à radiodifusão pública é equivocada” (CURTINOVI e MESQUITA, 2014, p.11) porque a comunicação pública não pode apenas servir de molde para abarcar tanto a estrutura quanto as produções da EBC, por exemplo. Para melhor conceituar comunicação e radiodifusão, seguiremos aliando o jornalismo a este debate.

1.1.3 Radiodifusão pública e Jornalismo público

A radiodifusão está no interior da Comunicação Pública, tanto que pesquisas na América Latina envolvendo a primeira, promovidas por Del Bianco, Esch e Moreira (2012), destacam que os modelos com extensa base teórica e experiências continuam sendo dois – o europeu e o norte-americano – e que estas referências estão impregnadas de relações sociais e culturais envolvendo os governos e os cidadãos, relação que também recebe a alcunha de comunicação pública.

Em ambos os casos, o desenho de seus sistemas públicos de radiodifusão é, em boa medida, o resultado de processos culturais que estabelecem papéis bem definidos entre a cidadania e a distintas dimensões do Estado e de seu aparato burocrático administrativo, construindo assim, regras que definem limites, possibilidades e complementaridades que marcam a relação cidadão/Estado (DEL BIANCO, ESCH e MOREIRA, 2012, p. 157).

Um pode conter ou complementar o outro, mas um não pode substituir o outro. Se incluirmos aí o “mercado midiático” como terceiro interessado ou atuando no processo comunicacional público, temos uma nova crise conceitual. Mesmo inserindo contornos modernos e democráticos nos processos de condução das concessões públicas, seja por meio de coletivos da sociedade ou de oligopólios privados, seria preciso evitar qualquer choque com as orientações do Setor de Radiodifusão Pública das Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco):

Nem controlada pelo mercado ou pelo Estado, a razão de ser da radiodifusão pública é o serviço público. (...) Radiodifusores públicos encorajam o acesso e a participação na vida pública. Eles desenvolvem o conhecimento, ampliam horizontes e permitem às pessoas entender melhor elas próprias por meio de um melhor entendimento do mundo e dos outros. Radiodifusão pública é definida como um local de encontro onde todos os cidadãos são bem-vindos e considerados iguais (UNESCO, 2000, p. 4).

Mais uma vez as relações – e interferências – socioeconômicas e culturais de cada país influenciam o comportamento da Comunicação pública, com destaque para aquilo que seria o modelo ideal de Estado. Neste contexto, Rothberg salienta:

A aplicação do ideário do Estado provedor (*welfare state*) sobre as comunicações de massa mostrou-se, na Europa, como solução para proporcionar diversidade e qualidade aos meios massivos de comunicação. (...) o modelo de *welfare state* aplicado à comunicação **não dispensa, no entanto, a atuação de um vigoroso setor privado na área**. Da competição entre as duas esferas, espera-se a melhor maneira possível de satisfazer, ao mesmo tempo, os interesses imediatos do consumidor e os interesses de longo prazo da sociedade na difusão de certos conteúdos adequados ao estímulo da participação consciente na vida democrática (ROTHBERG, 2011, p. 38-39, grifo nosso).

Ressaltamos que o foco destas referências está na Europa, mas o entendimento do público – especificamente relacionado à Comunicação – também deve passar pelo conceito norte-americano. Del Bianco, Esch e Moreira (2012) apresentam diferenças importantes entre este e o europeu.

Ao longo da história, a construção do sentido do que é público [na Europa] passou necessariamente pela ideia de que o Estado, como instituição de poder dominante, tem como uma de suas principais tarefas zelar pelo atendimento das necessidades do cidadão. (...) No caso norte-americano, a comunicação recebeu o mesmo tratamento de outros serviços públicos e passou a não vincular, necessariamente, como acontecia na Europa tempos atrás, a presença de instituições governamentais como caracterizadora da prestação de serviço ao conjunto de cidadãos. (...) Nesse contexto, pode **haver serviço público mesmo quando for prestado por entidades privadas, desde que oferecido sob regras definidas pela autoridade pública** e que essa prestação atenda plenamente o interesse do público (DEL BIANCO, ESCH e MOREIRA, 2012, p. 158-159, grifo nosso).

A diferença entre as análises dos autores acima e as de Rothberg é que a viabilidade de setores privados oferecerem serviços públicos não está descartada no contexto americano, enquanto a segunda situação prevê a coexistência das iniciativas pública e privada como concorrentes que se complementam. Independente de determinar qual seria a melhor opção para uma eficiente Radiodifusão Pública, percebe-se que o Brasil encontraria dificuldades para se enquadrar em qualquer uma das referências históricas.

Para poder fornecer a informação e o conhecimento necessários à afirmação da vida democrática, os meios de comunicação precisam estar livres de outros compromissos – sejam eles com governos ou mercados – que não sejam exatamente aqueles firmados e continuamente renovados com o público (ROTHBERG, 2011, p. 9).

Eugênio Bucci reforça este comprometimento a partir do próprio jornalismo de um sistema público: “a vontade determinada de servir à sociedade e de formar cidadãos críticos, essencial a um bom projeto de comunicação pública, é também um ideal do jornalismo.” (BUCCI, 2015, p. 108). Para além da concepção um tanto quanto romantizada, Bucci e Rothberg fazem observações de cenários midiáticos que mostram ações e reações em diversos países, inclusive o Brasil, onde a pressão para manter o *status quo* insiste nos ambientes político e empresarial.

Muitos países com debate público mais amadurecido estão preocupados com as possíveis relações de causa e consequência entre mídia e despolitização, e tem procurado coordenar a ação da mídia para reverter a situação. Somente com alguma ignorância (por parte dos defensores do livre mercado da comunicação) e talvez má-fé (por parte dos que lucram com o tal mercado) é possível qualificar como censura uma missão de tamanha responsabilidade (ROTHBERG, 2011, p. 12).

No que tange à produção informativa da radiodifusão pública, vale inserir elementos socioeconômicos que interferem em qualquer modelo de sistema: a pressão da mídia privada e a pressão política do grupo hegemônico do momento em qualquer governo. A censura é o pior reflexo disso.

Desde seu surgimento, [emissoras públicas europeias] tinham a missão de fazer jornalismo e promover a cultura. (...) Nasceram para informar, debater e criticar. Portanto, se o jornalismo vai bem, sinal de que outras atividades podem ir bem. Se o jornalismo está amordaçado ou acanhado, péssimo sinal (BUCCI, 2015, p. 108).

Assim como diversos autores apresentados neste capítulo, entendemos que a construção conceitual para a Radiodifusão Pública é complexa, aberta e ainda assim extremamente necessária quando se trata de políticas de comunicação. Mesmo focando nossas pesquisas recentes na mídia pública e especificamente no jornalismo produzido por ela, não seria possível avançar nestes ambientes sem tentar entender aquilo com que estamos lidando. A própria EBC afirma, tanto durante a programação quanto em texto disponibilizado em seu portal os valores que explicitam o tema: “Temos compromisso com a comunicação pública. Acreditamos na independência dos

conteúdos, na transparência e na gestão participativa. Defendemos os direitos humanos, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania”. (PORTAL EBC, 2015).

A sensação de conceito inacabado ou ainda em construção é mais que compreensível e basta comparar cerca de uma década da EBC com os mais de oito décadas de história das emissoras públicas europeias. Acreditamos que trabalhos recentes e propostas futuras podem melhorar ainda mais os contornos conceituais da Comunicação Pública e da Radiodifusão Pública.

Concordamos com integrantes do Grupo de Pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom sobre a necessidade de menos retórica e mais pesquisas quantitativas, analíticas, de contexto histórico e ainda a criação de mais pontes eficientes entre conceito e método. Geraldes e Sousa (2014), que avaliaram pesquisas do grupo a partir das principais premissas e necessidades, apontaram:

... escassez de bibliografia sobre metodologia aplicada à Comunicação e, em especial, a uma linha de pesquisa como a de Políticas de Comunicação; a importância da metodologia científica para a ciência, de forma geral e para a comunicação em especial, e a possibilidade de compreender melhor os estudos dessa linha a partir de suas preferências metodológicas (GERALDES E SOUSA, 2014, p.3).

Também entendemos serem necessárias melhorias na construção de conceitos e *corpus*, mas principalmente de mais empirismo. Curtinovi e Mesquita (2014, p.10) reforçam: “é preciso agora que se saia o mais rapidamente da retórica do diagnóstico para uma perspectiva de tarefa, algo que só nos parece possível a partir de estudos empíricos”.

Para esta tese foram feitas visitas, entrevistas e coletados dados junto aos diretores e jornalistas da EBC, reforçando a preocupação com o empirismo e a pesquisa de campo. No entanto, vale ressaltar que a mudança drástica na configuração da EBC (dissolução do Conselho Curador), foi tido por alguns pesquisadores – como Venício Lima (2016) e Thiago Regotto (2016) – como efetivamente o fim do sistema público em formação.

Nosso posicionamento contrário em relação à tal afirmação envolve ressonâncias que consideram os precedentes históricos e as possibilidades futuras, mesmo sob forte pessimismo entre acadêmicos e profissionais da comunicação. Os resultados destas observações serão expostos após a apresentação da sistemática

da radiodifusão brasileira e a relação com o mercado de trabalho para jornalista e comunicadores.

No depoimento a este pesquisador, Orozco Gómez (2016) questiona se haveria emissoras com configuração pública na América Latina, mas em seguida reafirma que elas existem. O que ocorre, segundo o pesquisador mexicano, é uma vigilância constante sobre elas.

Creio que na América latina, a televisão pública está muito vigiada. No México, eu creio que a televisão pública não tem liberdade para dizer o que realmente se quer dizer. (...) O mais importante é aproximar a audiência da televisão e dar espaço para que ela fale com a própria audiência. Assim se requer um ambiente mínimo, político externo, que permita reinventar a televisão pública na América Latina e isso é uma meta muito importante (OROZCO GÓMEZ, 2016).

Tanto em observações anteriores, quando falamos da escolha do termo “mídia pública” – para dar base ao que entendemos por um sistema público instável, ainda em construção e já ameaçado – quanto em análises subsequentes do objeto em meio a tensões e debates, percebemos avanços e retrocessos históricos, políticos e legislativos.

A Teoria das Mediações e o conceito de Audiências servem para pavimentar caminhos neste ambiente onde comunicação, cultura e política se imbricam, amalgamam e se chocam continuamente.

1.2 Teorias das Mediações e a Análise das Audiências

Entre os referenciais teóricos metodológicos inseridos neste projeto, reforçamos os apontamentos da Teoria das Mediações de Jesús Martín-Barbero (2004; 2008) e o conceito de Audiências de Guillermo Orozco Gómez (2002). Ambos entendem que as pesquisas dos meios se deslocam para o “lugar”, o ambiente das apropriações da informação e, em conjunto com a tecnologia, reforçam propostas por mudanças nos dois extremos que cercam o modelo radiofônico comercial vigente no Brasil e na América Latina.

De um lado, a insistente pressão das emissoras públicas, educativas e comunitárias, encabeçadas pelos sujeitos receptores não passivos descritos por

Martín-Barbero (2008); do outro, a construção de novas estruturas físicas e ambientes constitucionais legais a partir de políticas públicas – como a criação da EBC.

Seguindo tais premissas, entendemos o cotidiano interagindo com os sistemas midiáticos como algo sempre complexo por se tratar do espaço produtor de sentido que integra a relação com as mídias. Assim, entre as propostas de Martín-Barbero está analisar o consumo midiático de maneira integral e integrada; não apontar, mensurar ou simplesmente pesquisar mensagens e seus efeitos sob uma ótica separatista compartimentada.

Por outro lado, convém inserir a Teoria das Mediações em conjunto com o Conceito de Audiências pelo viés de Orozco Gómez (2002). Para o pesquisador, a “mediatização” só se configura como referência expansiva da atual sociedade da informação se conseguirmos entender a “audientização”, quando as relações sociais carregadas de interferências audiovisuais “reconstituem diariamente a cultura, a cidadania, os saberes e conhecimentos, as identidades, as sensibilidades, as representações, as alianças e o poder” (OROZCO GÓMEZ, 2002, p. 235). E complementa:

Acima de tudo, onde se amplia o despoder dos sujeitos sociais, através da exuberância mediática homogeneizante, a petrificação unilateral dos silêncios auditivos e visuais, o prolongamento das experiências vicárias, a expropriação da expressão e a **usurpação mediática do espaço público** (OROZCO GÓMEZ, 2002, p.235, grifo nosso).

Ao tratar das tramas de audiências e mediações que envolvem a relação comunicação/cultura/política, Martín-Barbero (2008, p. 11) destaca a “envergadura econômico-cultural que adquiriram as tecnologias audiovisuais e informáticas nos acelerados processos de globalização” e propõe contemporizar os itens integrantes do processo mediador. O autor sugere pensar uma hegemonia comunicacional que interfere diretamente na sociedade: “a comunicação convertida no mais eficaz motor de desengate e de inserção das culturas – étnicas, nacionais ou locais – no espaço tempo do mercado e nas tecnologias globais” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 13).

No campo cultural, por sua vez, o pensador aponta falhas na visão maniqueísta que arrebanhava as culturas primitivas sob a tutela dos antropólogos (onde “cultura é *tudo*, pois, o magma primordial em que habitam os primitivos”) e a culturas modernas a cargo dos sociólogos (onde “cultura é *somente* um tipo especializado de atividades

e de objetos, práticas e produtos pertencentes às artes e às letras”). Atualmente, a cultura escaparia de toda a compartimentação:

Hoje são sujeito/objeto de cultura tanto a arte quanto a saúde, o trabalho ou a violência, e há também cultura política, do narcotráfico, cultura organizacional, urbana, juvenil, de gênero, cultura científica, audiovisual, tecnológica, etc. (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 14).

Orozco Gómez destaca que esta fragmentação se amplia ainda mais quando somos colocados como audiência a partir de novos critérios para as segmentações clássicas (de gênero, idade, etnia ou orientações política e religiosa) por uma “segmentação midiática” realizada numa espiral de “mass-mediação globalizante”. Assim, temos a subversão de segmentos e ainda a do espaço-tempo das interações sociais.

As audiências não apenas estão à deriva, como veem sua ancoragem no real tornar-se difusa, movediça, imprevisível, o que provoca um processo inflacionário de dispersão-reencontros, com ligações em “não-lugares”, que tornam deslocadas e intempestivas as suas inserções no fluxo cotidiano. (OROZCO GÓMEZ, 2002, p.237).

Quando adentramos à trindade configuradora das mediações, vemos que a política é tida por Martín-Barbero como a mais importante e também a mais influenciada e reformulada pelos meios:

Mais que substituí-la, a mediação televisiva ou radiofônica passou a constituir, a fazer parte da trama dos discursos e da própria ação política. Pois essa mediação é *socialmente produtiva*, e o que ela produz é a densificação das dimensões rituais e teatrais da política. (...) o meio não se limita mais a veicular ou a traduzir as representações existentes, nem tampouco a substituí-las, mas começou a *constituir uma cena fundamental da vida pública* (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 14).

O autor apresenta esta reconfiguração da trama das mediações por meio do esquema que aqui replicamos abaixo:

Imagem 2 – Esquema de Martín-Barbero (2008)



Legenda: Esquema que demonstra a correlação entre Comunicação, Cultura e Política junto às condições de produção e consumo da informação.
 Fonte: MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 16.

Exposto o tripé que condiciona as mediações junto à sociedade (Comunicação, Cultura e Política), passamos por um deslocamento importante para entender a correlação destes compostos:

(...) a comunicação e a cultura constituem hoje um campo primordial de batalha política: o estratégico cenário que exige que a política recupere sua dimensão simbólica – sua capacidade de representar o vínculo entre os cidadãos, o sentimento de pertencer a uma comunidade – para enfrentar a erosão da ordem coletiva (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 15).

Tais condições enquadram mídias audiovisuais diversas. Nelas estão arraigados referenciais populares que reconfiguraram não somente a mídia brasileira, mas de toda a América Latina, tida como uma espécie de mediação “tecno-lógica”, como dizem o próprio Martín-Barbero e German Rey (2004), entre a oralidade/visualidade (cultural, popular e resistente) e a tecnicidade (moderna, hegemônica e dominante). É onde ainda encontramos a costura da tradição falada das comunidades com a gramática tecnicista dos meios (cinema, rádio, TV e agora a Internet).

No entanto, não é possível debater tais temas sem termos em mente as constantes críticas de Martín-Barbero sobre estratégias desenvolvimentistas e soluções tecnocráticas e de estímulo ao consumo (inclusive das mídias e tecnologias).

Não há como encontrar soluções no campo da comunicação sem pensar na política, assim como não há como pensar os problemas sem considerar a mesma.

Quando os meios são desviados de sua função política, que o dispositivo econômico se apodera deles – porque os Estados mantêm a retórica do “serviço social” das transmissões, tão retórica quanto a “função social” da propriedade, mas cedem aos interesses privados a tarefa de dirigir a educação e a cultura – e a ideologia se torna agora sim informadora de um discurso de massa, que tem como função fazer os pobres sonharem o mesmo sonho que os ricos (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 234).

Extrapolando as análises do teórico, entendemos que tanto as ficções sonoras e televisivas quanto o jornalismo de rádio e TV exercem discurso ilusório junto à massa, colocando ilusoriamente a ideia que o acesso à informação pelas mídias é igual ao efetivo acesso aos produtos e serviços inseridos nas mesmas. Caberia ao jornalista público estar atento também a este discurso replicado à exaustão na radiodifusão comercial.

Por outro lado, se cairmos na aparente iniciativa a partir daqueles que dizem “se não gosta do que está vendo/ouvindo, basta mudar de emissora ou desligar”? Especificamente sobre a televisão, Martín-Barbero e Rey respondem:

Esta resposta implica é que as lutas contra a lógica mercantil avassaladora que devora essa mídia, acelerando a concentração e o monopólio, a defesa de uma televisão pública, que passe das mãos dos governos às das organizações da sociedade civil, a luta das regiões, dos municípios e das comunidades para construir as imagens de sua diversidade cultural, resultariam todas elas irrelevantes (MARTÍN-BARBERO; REY, 2004, p. 27).

Sabemos que não é fácil transitar entre as características das mídias no âmbito local e a percepção do profissional da comunicação como aquele que media quando temos, colocada ao lado destas condições, a grande estrutura física da EBC (aliada às emissoras educativas e comunitárias que, reforçamos, não foram foco desta pesquisa) e as configurações muitas vezes subjetivas do sistema público de comunicação no Brasil.

Para isso, levantamos uma bibliografia capaz de reduzir a distância entre estes extremos, partindo de teorias e conceitos envolvendo as relações de mediação já apresentadas (MARTÍN-BARBERO, 2004, 2008) e também as configurações de campos diversos que se integram e também se colocam em oposição conforme as condições sociais, políticas e econômicas de acordo com este ou aquele segmento histórico ou geográfico. Outro amparo teórico desta tese está nos escritos de François

Jost (2004), ao destacar que a comunicação televisual se condiciona no “modelo de promessa” composto, segundo o autor francês, por dois momentos.

O telespectador deve fazer a exigência de que a promessa seja mantida. Assim, em um segundo tempo, o espectador tem o dever de verificar se a promessa foi efetivada. O homem político deve diferenciar a assunção de um contrato, da afirmação de uma promessa. Se ele fizer uma promessa, poderá posteriormente ser cobrado por ela. Portanto, o modelo da promessa é o mais cidadão. Esse modelo exige do espectador uma contribuição ativa, embora ela não se dê simultaneamente ao momento da própria promessa (JOST, 2004, p. 18-19).

Ainda segundo o autor francês, exatamente pelo fato de o conhecimento não ser linear que os critérios “para entender, identificar, aprender, saber” passam a ser indispensáveis no ambiente audiovisual. “O problema não é apenas saber o que é um telejornal ou um documentário. É preciso saber, também, como a própria televisão denomina tal e tal objeto, como o define.” (JOST, 2004, p. 17).

Assim, o jornalista se sobressairia no cenário apresentado por Jost, Barbero e Orozco e passaria a ser visto mais como mediador, sujeito histórico e, ainda, parte do valor institucional dos meios, situação que apresentamos em pesquisa anterior (DIAS; MOREIRA, 2014) e que volta à tona quando pensamos nos agentes que compõem o entrelaçamento comunicação/cultura/política.

Para ampliar o debate vale acrescentar Meditsch (2012) sobre a inocuidade do posicionamento de muitos integrantes da academia que defendem mais prática ou mais teoria nos cursos universitários. O importante é que o bom profissional seja formado pelo complemento de ambos e que pesquisadores deveriam intervir mais na prática jornalística e não se afastar dela. “Ambas as mediações – dos jornalistas e dos professores – seguirão sendo úteis e necessárias na prática, mesmo que subestimadas por algumas visões teóricas.” (MEDITSCH, 2012, p. 22).

Torna-se importante pensar efetivamente o profissional da comunicação como pilar essencial deste processo. A valoração do jornalista aqui se faz exatamente num momento histórico onde a dispersão de informações carece de pessoas capazes de aglutiná-las, ordená-las, analisá-las e divulga-las em mídias diversas. Situação incondicional para colaborar – junto a outros sujeitos históricos, como pesquisadores, ativistas e organizações que defendem a democratização da comunicação – no estabelecimento de processos comunicativos eficientes para a desconstrução da

teatralidade política encenada no espaço-tempo tecnológico da “hegemonia comunicacional” sobre o qual nos alerta Martín-Barbero.

Para desenvolver uma reflexão sobre este processo tenso de valoração, e ao mesmo tempo de usurpação, da função social do comunicador/jornalista num sistema público de radiodifusão é importante entender a conjuntura temporal/social em que este sujeito histórico está inserido. E assim então entender e pôr em prática técnicas e metodologias necessárias à pesquisa.

1.3 Cenário conjuntural da pesquisa

Observando o cenário midiático brasileiro, um resultado analítico aparentemente óbvio é que as condições que constituíam a formação deste campo à época da pesquisa, sobretudo da estruturação da radiodifusão em nossa história, seguia o caminho inverso da evolução ocorrida em várias nações europeias e em países como o Canadá e Japão. Não que nestes exemplos citados as configurações já estavam decantadas, pois, “apesar de não ser um fenômeno novo e datar do início da década de 20 do século passado, não há um entendimento consolidado sobre aquilo que define a natureza dos sistemas públicos”. (INTERVOZES, 2009, p. 25).

Sem adiantar o debate sobre o conceito de Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão (a ser abordado em capítulo específico), queremos ressaltar que não foram apenas os idealizadores (especialistas, pesquisadores e autoridades), mas também os cidadãos que configuraram a Comunicação pública nos países citados como exemplo. Estado, produtores e consumidores de informações deram forma aos ambientes que fizeram nascer e crescer instituições como a NHK japonesa, a BBC inglesa, a RFI francesa, RAI italiana, RTP portuguesa, DW-ARD alemã, entre outras importantes instituições de comunicação.

Assim como a maioria dos europeus, até a década de 1980, nunca havia se deparado com uma radiodifusão mantida pela propaganda, aqui nós nunca havíamos vislumbrado a possibilidade de ter uma rede nacional de TV sem sustentação majoritariamente comercial (INTERVOZES, 2009, p. 13-14).

Eis o dilema histórico brasileiro onde, apesar de a radiodifusão germinar na forma de rádios clube e rádios sociedade no mesmo período entre-guerras de onde

surgiram os “*public services*” na maioria dos países já citados (dando ênfase ao caráter formativo), observamos que o Brasil optou por um modelo de concessão em que efetivamente predominariam emissoras com características comerciais. Para Bucci (2015), quase toda atividade pública latino-americana é amparada por estratégias publicitárias deturpadoras.

Na América do Sul, e também no Brasil, há abusos exemplares. Os serviços são frequentemente convertidos em logomarcas atraentes, dotadas de um valor imaginário equiparável ao de mercadorias banais. A imagem do governo é trabalhada publicitariamente como fator identitário, usurpando funções culturais, estatizando vínculos que não deveriam ser estatais (BUCCI, 2015, p. 28-29).

Para degradar ainda mais esta situação, as leis que deveriam regulamentar ou pelo menos orientar as mídias foram insuficientes no passado e perdem cada vez mais estofo para garantir equilíbrio neste campo.

A Constituição de 1988 estabeleceu três sistemas para a radiodifusão – o privado, o estatal e o público – e sua complementaridade. Mas até hoje não houve a regulamentação. E a legislação que disciplina a radiodifusão, da década de 60 do século 20, encontra-se totalmente desatualizada, há muito não dando conta de disciplinar e estruturar o setor (ZUCULOTO, 2012, p. 19).

Analisando a evolução da legislação brasileira para a radiodifusão e telecomunicações, apenas em 1962 são legalmente adicionadas a este cenário emissoras efetivamente educativas e, em 1998, as comunitárias. Somente entre 2007 e 2008, emissoras estatais são unidas pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), na tentativa de regulamentar e fomentar um efetivo campo público na radiodifusão brasileira. Segundo dados coletados por meio do Sistema de Controle de Radiodifusão do Ministério das Comunicações (MC, 2014a), o sistema brasileiro era composto por 14.119 emissoras de rádio e TV¹² de caráter comercial. Deste total, 4.587 eram empresas radiofônicas licenciadas¹³.

No serviço comunitário, haviam sido licenciadas até então 4.641 emissoras de rádio em todo o País (MC, 2014b). Já para o segmento de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos constavam 543 estações de rádio (AM e FM) e 1750

¹² No segmento TV, havia 329 geradoras e 9.203 retransmissoras, totalizando 9.532.

¹³ Vale ressaltar que o MC mantinha lista com 2.934 emissoras de Rádio e TV em caráter provisório. Destas, apenas 470 eram empresas comerciais de radiofonia. Ver: <<http://www.mc.gov.br/radiodifusao-comercial>>. Acesso em: 9 ago. 2014.

geradoras e retransmissoras de televisão, totalizando 2.293 emissoras (MC, 2014b). Vê-se que as emissoras comunitárias já superavam em número as comerciais. O número de veículos de comunicação comunitários e educativos também segue a tendência de crescer ainda mais até a terceira década deste século, com o Plano Nacional de Outorgas do Ministério das Comunicações.

No entanto, a ampliação da quantidade de concessões não representa necessariamente pluralidade na programação e nem maior presença da atividade jornalística, objeto de nossa pesquisa. Em meio a tantos dados e índices, como integrar as mudanças do cenário da radiodifusão brasileira ao direito à Comunicação e à reconfiguração do sistema público brasileiro a partir do surgimento da EBC?

Iluska Coutinho (2013, p. 25-26) afirma que “poderíamos entender o direito à comunicação como um direito social, relacionado a outros, como aquele por representação por diferentes instâncias decisórias” e destaca a importância do jornalismo no ambiente público para (re)construir a percepção e atuação cidadãos junto às mídias, pois:

...parte do projeto iluminista do Jornalismo a autonomia do cidadão, [que] também poderia ser assim associada à sua capacidade em converter-se de espectador apenas, em também produtor de discursos e relatos audiovisuais, ainda que potencialmente. Novos sons e imagens assim tensionariam a produção jornalística, mas também estariam em diálogo com ela, com procedimentos consolidados de produção de notícias e redução de incertezas quanto ao conteúdo veiculado (COUTINHO, 2013, p. 26).

Para entender as condições atuais de incertezas na construção de um sistema público de radiodifusão, faz-se necessário apresentar o cenário histórico onde transitaram e transitam o jornalismo e a comunicação pública no Brasil. Para compreender a História precisamos de métodos complementares eficientes. Para isso, temos as análises de documentos oficiais aqui apurados em conjunto com a realização de entrevistas, que oferecem ótima base para amparar a visualização do novo cenário público de comunicação que teve início no país. A seguir trataremos destas duas metodologias.

1.3.1 Análise documental e de conteúdo

Aos coletarmos e organizarmos documentos, estamos também desenvolvendo os procedimentos de análise de conteúdo, metodologia que Antonio Gil (2008) sistematiza em três condições: pré-análise; exploração do material e tratamento dos dados; inferência e interpretação.

A pré-análise é a fase de organização. Inicia-se geralmente com os primeiros contatos com os documentos (leitura flutuante). A seguir, procede-se à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. A exploração do material constitui, geralmente, uma fase longa e fastidiosa que tem como objetivo administrar sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise. Refere-se fundamentalmente às tarefas de codificação, envolvendo: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria) (GIL, 2008, p. 152).

Logicamente, faz-se necessário aqui delimitar o que seriam os “documentos”. André Cellard os define:

Tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte” (...) pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc. No limite, poder-se-ia até qualificar de “documento” um relatório de entrevista, ou anotações feitas durante uma observação, etc. (CELLARD, 2008, p. 296-297).

O autor separa os documentos em duas grandes áreas: os públicos e os privados. Como um dos amparos desta tese é a utilização dos documentos públicos, tais materiais serão colocados nos moldes sugeridos por Cellard, que os reclassifica em “arquivos públicos” e “documentos públicos não arquivados”. Ambos serão importantes para esta pesquisa.

- Os arquivos públicos. Trata-se de uma documentação geralmente volumosa e, por vezes, organizada segundo planos de classificação, complexos e variáveis no tempo. Ainda que ela seja dita pública, ela nem sempre é acessível. Esse tipo de arquivo compreende comumente: os arquivos governamentais (federais, regionais, escolares, ou municipais), os arquivos do estado civil, assim como alguns arquivos de natureza notarial ou jurídica
- Os documentos públicos não arquivados. Eles incluem, entre outros, os jornais, revistas, periódicos e qualquer outro tipo de documentos distribuídos: publicidade, anúncios, tratados, circulares, boletins paroquiais, anuários telefônicos, etc. (CELLARD, 2008, p. 297).

Voltando à análise documental, Sonia Moreira (2005, p. 276) a classifica em quantitativa e qualitativa. Tratando aqui de maneira bem objetiva, a primeira busca levantar informações, dados, papéis, relatórios e relatos, enfim vestígios físicos sistematizados em arquivos, livros ou mídias em determinado contexto. Já a qualitativa tem o objetivo de analisar conteúdo do material sob diversos olhares.

Especificamente nesta pesquisa, utilizamos relatórios internos e externos da EBC envolvendo listas de funcionários, identificação de funções¹⁴, entre outros itens. As organizações relacionadas ao objeto desta tese também oferecem vasto material documental. Relatórios de órgãos estatais (como o Ministério das Comunicações), institucionais (como o Conselho Curador e a Ouvidoria da EBC) ou independentes (como o Coletivo Intervezes) são exemplos de fontes provedoras de dados relevantes.

Apresentaremos planilhas destinadas a análises específicas, mas destacamos que o fato de muitos documentos estarem disponíveis em portais de transparência colaboram significativamente para amparar análises e até mesmo críticas ao sistema público de comunicação brasileiro.

Serviram de apoio à pesquisa planilhas de custeio, de despesas e de pagamentos, parâmetros que auxiliaram este pesquisador em alguns quesitos importantes, como a produção de entrevistas. Muitos documentos estão disponíveis no portal da própria empresa¹⁵, por determinação da Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527, criada em novembro de 2011, com o objetivo de dar transparência às ações públicas e ao uso do dinheiro público. Um dos links de acesso do portal da EBC é o espaço institucional (www.ebc.com.br/institucional), onde se encontram os gastos e orçamentos (fundos e despesas), salários de todos os funcionários concursados, contratados e funções diretivas.

Importantes também são os relatórios mensais e anuais da Ouvidoria, disponíveis no mesmo espaço do portal. Neles, é possível acompanhar as observações, ponderações, críticas e orientações tanto para o funcionalismo quanto para o Conselho Curador.

¹⁴ Somente na categoria “jornalistas”, por exemplo, há 41 níveis salariais e funcionais (catalogados de JC01 a JC41) no sistema de recursos humanos da EBC.

¹⁵ Disponível em: <www.ebc.com.br/institucional/acessoainformacao/empregados/remuneracao> Acesso em jun. 2016.

Nos anos em que esta pesquisa foi desenvolvida, a ouvidora reeleita foi Joseti Marques¹⁶, jornalista e professora universitária, mestre e doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Imagem 3 – Fac-símile de um relatório mensal da Ouvidoria



Assim como apontam Moreira (2005) e Gil (2008), este relatórios serviram para contextualizar muitos fatos e situações levantados, desde questões sobre a precariedade das estruturas sediadas no Rio de Janeiro, até problemas envolvendo questionamentos do público e das mídias. É um caminho de mão dupla e de visão ampla, envolvendo acompanhamento da programação, das ações estratégicas e das condições profissionais da Empresa.

A Ouvidoria produz relatório mensal e anual com análises de conteúdos produzidos pelos veículo de comunicação da EBC - TV Brasil, Agência Brasil,

¹⁶ Joseti Marques iniciou as atividades na EBC como ouvidora adjunta da TV Brasil, em 2011, sendo depois nomeada para seu primeiro mandato como ouvidora-geral em fevereiro de 2014 e reeleita para mais dois anos durante a 60ª Reunião Ordinária do Conselho Curador, realizada em 25 de fevereiro de 2016. Como jornalista atuou nos principais veículos de imprensa do Rio de Janeiro - impressos, rádio e TV. Em 2015, foi eleita e cumpriu o mandato à frente da presidência do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Vale lembrar que, em 2004, representou a entidade junto à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) na Comissão de Revisão do Código de Ética dos Jornalistas.

Portal EBC e Sistema de Rádios. A publicação serve de subsídio para o Conselho Curador e as decisões estratégicas da empresa. Além do monitoramento do conteúdo e gestão da informação, o relatório traz mensagens de reclamações, elogios e sugestões sobre a programação dos veículos recebidos durante o mês. Na última parte, são apresentados os dados estatísticos de atendimento (PORTAL OUVIDORIA, 2016)¹⁷.

O mesmo serve tanto para as atas quanto para os registros audiovisuais das reuniões do Conselho Curador, até este ser extinto em setembro de 2016. Os vídeos estão disponíveis no canal da Internet¹⁸, mostrando que a EBC buscou alternativas possíveis para a difusão das decisões, problemas e perspectivas discutidas nestas reuniões oficiais. Moreira reforça que a importância da análise de documentos audiovisuais também para garantir melhor contextualização dos fatos e objetos.

A análise documental, muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, sons e imagens, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue, dessa maneira, introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos (MOREIRA, 2005, p. 276).

Por meio das gravações é possível identificar unanimidades, discordâncias, tensões e consensos sobre as condições da EBC. São registros valiosos que muitas vezes expõem crises e interferências políticas que não podem ser identificadas no texto das atas. Exemplo é o último registro oficial do canal virtual: a 62ª Reunião do Conselho Curador, realizada em sete de julho de 2016.

Neste encontro final, percebe-se que mudanças na direção da EBC feitas pelo Presidente da República interino são reflexos das interações e substituições flutuantes das ações políticas sobre a comunicação, uma das condições negativas apontadas por Martín-Barbero na Teoria das Mediações. Neste ambiente, a produção de sentido não está apenas identificada na interação entre mídia e audiências mas também quando antecede, cerceia e altera as matrizes da produção de conteúdo comunicacional.

As análises documentais realizadas no desenvolvimento desta tese mostraram como comunicação, cultura e política se mesclam sob interferência do Estado e das corporações midiáticas. Reiteremos que documentos, nesta pesquisa, se referem a material impresso (relatórios, leis, estatutos), visual (fotografias, cartazes, etc.) e audiovisual (vídeos, programas, entre outros), assim como depoimentos.

¹⁷ Disponível em: < www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/relatorios > Acesso em: jun. 2016.

¹⁸ Disponível em: < www.youtube.com/user/conselhocuradorebc >. Acesso em: out. 2016.

1.3.2 Coleta de entrevistas e depoimentos

Juntamente com o debate sobre as condições legislativas e políticas do sistema público de comunicação brasileiro, propusemos fazer visitas (pesquisa observativa) e entrevistas junto a diretores e jornalistas da EBC. Ressaltamos que, decorrer do texto, haverá “falas” de representantes do Ministério das Comunicações e das mobilizações que colaboram para a consolidação da comunicação pública, como a Frente Parlamentar de Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (Frentecom) e um dos mais importantes grupos brasileiros de pesquisa na área de comunicação pública, o Coletivo Brasil de Comunicação Social, chamado Intervezes. No entanto, muitos destes “dizeres” foram coletados a partir do histórico de conferências, relatórios e declarações oficiais. Basta lembrar do maior debate público sobre o tema já realizado no país: a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009, quando 1.800 delegados indicados em eventos estaduais preparatórios aprovaram 633 propostas entre mais de 6 mil sugestões.

A pesquisa bibliográfica feita previamente trouxe a esta pesquisa, por exemplo, o documento (em formato de livro) “Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo - Experiências de doze países e o caso brasileiro” (2009), levantamento importante que serviu de complemento para as entrevistas agendadas, principalmente em Brasília e São Paulo. Ouvir tais debatedores da Comunicação pública, assim como de outras possíveis fontes orais que surgiram durante as investigações, ampliaram o escopo e as perspectivas da nossa pesquisa.

Tendo o Jornalismo como graduação, muitas vezes trabalhamos a entrevista como uma técnica, uma ferramenta eficiente para coletar informações sobre um fato, tal qual nos aponta Nilson Lage (1982). Para uma pesquisa acadêmica, no entanto, faz-se necessário buscar outros autores com preocupações envolvendo entrevistador e entrevistado. Stela Caputo (2006) aponta alguns caminhos (abertos, é verdade) onde transitam a Comunicação e a Sociologia.

Penso que a entrevista é uma aproximação que o jornalista, o pesquisador (ou outro profissional) faz, em uma dada realidade, a partir de um determinado assunto e também a partir de seu próprio olhar, utilizando como instrumento perguntas dirigidas a um ou mais indivíduos. (CAPUTO, 2006, p. 21).

Já Cremilda Medina (2008) – influência de Caputo e também nossa – reforça a interação social como prioridade. A partir daí o pesquisador dará os passos seguintes para conquistar informações ou respostas para as questões que o incomodam:

A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em todos estes ou outros usos das Ciências Humanas, constitui sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano (MEDINA, 2008, p. 8).

Como exemplo, citamos aqui uma observação importante conseguida em uma entrevista sobre um assunto periférico nesta pesquisa: as rádios comunitárias. O acesso a recursos e o gerenciamento destas emissoras foram abordados em uma conferência realizada na Universidade Estadual de Londrina (UEL)¹⁹ em 3 de maio de 2012, pelo diretor do escritório da Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC) em São Paulo, Sérgio Gomes. Ele debateu com estudantes e pesquisadores a importância de reverter a imagem das rádios de caráter comunitário no Brasil, observadas unicamente sob um perfil pobre, modesto e limitado.

Entende-se que rádio comunitária não deve ter renda porque não visa lucro, o que é um absurdo. Você encontra instituições que não visam lucro, mas precisam de renda para pagar luz, aluguel, telefone e as pessoas que lá trabalham. No mundo existem grandes rádios comunitárias como a Rádio Popular de Milão²⁰, por exemplo, que custa algo como US\$ 2 milhões [orçamento anual e previsão de gastos com manutenção]. Ela tem 16 mil pessoas que contribuem anualmente com US\$ 100,00. É uma cabeça de rede de 23 rádios populares na Itália, mas existem grandes rádios comunitárias na Austrália, nos EUA, na França... Aqui no Brasil é que se convencionou que rádio comunitária é pequena e pobre (GOMES, 2012)²¹.

Várias entrevistas foram feitas para esta pesquisa, entre elas diretores de jornalismo da EBC, representantes dos funcionários da Empresa e ainda especialistas no Campo Público da Comunicação. A intenção foi trabalhar algumas entrevistas com o uso da pauta para complementar as informações levantadas com a análise

¹⁹ Ver site do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP) da UEL, responsável pela conferência: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/ncp/>>

²⁰ Acessar: www.radiopopolare.it

²¹ Entrevista de Sérgio Gomes concedida ao pesquisador, em parceria com a Rádio Web Alma Londrina, emissora de perfil comunitário, mas sem concessão, de atuação exclusiva na Internet (opção tomada, inclusive, após ouvir Gomes). Disponível em: www.almalondrina.com.br

documental e dados quantitativos. Estas ações seguem o amparo teórico de Antonio Carlos Gil:

O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo. (...) À medida que o pesquisador conduza com habilidade a entrevista por pautas e seja dotado de boa memória, poderá, após seu término, reconstruí-la de forma mais estruturada, tornando possível a sua análise objetiva (GIL, 2008, p. 112).

Como registro acadêmico, vale pontuar que a proposta inicial desta tese contou com a possibilidade de entrevistar um percentual dos jornalistas da EBC por meio de um questionário do *Worlds of Journalism Study*, um grande projeto envolvendo dezenas de nacionalidades. O grupo de pesquisa ganhou dimensão em 2006 com a *Journalism Brazil Conference*, realizada no Rio de Janeiro, que reconfigurou e fortaleceu procedimentos e ações coletivas a partir de uma base de dados que é alimentada e ao mesmo tempo redistribuída pelos integrantes internacionais. Sonia Virgínia Moreira (2011b) detalha o processo de formação dos grupos de pesquisa:

Entre 2007 e 2010 investigadores de jornalismo em 18 países (Alemanha, Austrália, Áustria, Brasil, Bulgária, Chile, China, Egito, Espanha, Estados Unidos, Indonésia, Israel, México, Romênia, Rússia, Suíça, Turquia, Uganda) constituíram uma rede de pesquisa colaborativa internacional (Worlds of Journalism Project) cujo objetivo principal foi verificar se, apesar das evidentes diferenças entre nações, seria possível identificar uma cultura própria, peculiar à atividade jornalística, independente das variáveis macro. No Brasil, a pesquisa de campo foi conduzida entre 2007 e 2009, com a consolidação e a análise dos dados agregados em 2010. A equipe local entrevistou 100 jornalistas em redações de 20 meios de comunicação – impressos e eletrônicos; de abrangência nacional, regional e local; em âmbito privado e estatal. A rede colaborativa evoluiu em 2011 para o *Worlds of Journalism Study* e continua a desenvolver pesquisas (MOREIRA, 2011b, p. 1).

Ainda segundo Moreira, houve uma tentativa de estimular a utilização uniforme de metodologias-padrão na tentativa de oferecer dados equilibrados e passíveis de comparativos em diferentes regiões do planeta. O questionário que ajudaria esta tese foi o *Worlds of Journalism Study*, que abrange quatro grandes níveis:

1. noções de cultura jornalística conforme marcos empíricos mensuráveis;
2. dimensões dessa cultura jornalística de acordo com três níveis de análise – sistemas (nações), organizações e indivíduos;
3. checagens do que pode ser percebido como cultura universal da profissão;

4. aportes de contextos (gênero, propriedade de mídia, valores culturais, sistemas políticos, desenvolvimento humano e econômico, sistemas midiáticos etc.), ou seja, das principais forças incidentes na cultura jornalística (MOREIRA, 2011b, p. 2).

Infelizmente, pontos mais divergentes que convergentes surgiram quando profissionais passaram a apresentar comportamento arredo em relação aos convites para preencher o questionário virtual. Chegamos a acreditar que seria o processo burocrático e/ou demorado de preenchimento (que girava em torno de 25 minutos) ou então de limitações das nossas próprias iniciativas, mas entendemos que fatores externos envolvendo a crise política brasileira tenham sido as principais causas.

A proposta de entender a universalidade do comportamento jornalístico no ambiente público por meio de um questionário colaboraria para quantificar dados, diferenciar as configurações dos “jornalistas privados” e “jornalistas públicos” e assim inserir propostas que apontassem para reformulações no campo de atuação dos profissionais e das instituições (incluindo as de caráter comercial).

Infelizmente, não conseguimos sequer número razoável de participantes da EBC para garantir condições mínimas de comparações e aferições. Acreditávamos que dos cerca de 460 jornalistas da EBC, índices entre 10% (perto de 25 participantes) e 20% (cerca de 45 questionários respondidos) seriam ótimas metas iniciais para desenvolver gráficos e análises comparativas. No entanto, entre cerca de 80 voluntários que este pesquisador conseguiu para o projeto *Worlds of Journalism Study* apenas 13 eram de jornalistas da EBC que se propuseram a participar (o que não significa que os mesmos 13 tenham respondido o questionário, que era sigiloso).

Fizemos contatos por e-mail, redes sociais, telefonemas e, claro, em visitas pessoais nas redações. Em novembro de 2015, chegamos a custear um estagiário para ajudar na pesquisa. Além das listas de e-mail e de registros conseguidos junto à secretaria da direção de Jornalismo da EBC e do portal da transparência, o estagiário reiniciou os contatos pelas redes sociais para atingir pelo menos os 10%. Em 30 dias de trabalho, o estagiário não conseguiu mais que três voluntários. Outros poucos que se mostraram interessados, encerraram contatos logo após o envio dos códigos-chave para participar do levantamento internacional.

O fato de haver um identificador inicial (o “código do entrevistado” constituído por três números) talvez fosse uma condição frágil para atrair interessados, mesmo com a garantia de que este código passaria por criptografia durante o processamento.

Ou seja, os entrevistadores (havia grupos de pessoas colaborando para o *Worlds of Journalism Study* em diversos países) seriam os únicos a saberem o caminho inicial do processo de pesquisa, garantindo anonimato a partir do resguardo ético dos pesquisadores.

No entanto, em contatos diretos com funcionários da EBC (pessoal ou por telefone), percebemos que a condição acima foi um fator relevante, mas não primordial. Sendo direto: muitos profissionais da EBC evitaram participar, pessoal e virtualmente, da pesquisa porque aparentemente faziam autocensura diante das tensões vividas por eles ou por colegas de trabalho.

Tais pressões, somadas às constantes ameaças contra a comunicação pública no Brasil que já se apresentavam nos dois anos que antecederam a reconfiguração da Empresa e acabaram se concretizando em 2016, como destituições do Conselho Curador e da presidência da EBC por meio de Medida Provisória, explicitaram ainda mais a falta de interesse em colaborar com a pesquisa. Ressaltamos: não percebemos má fé ou menosprezo dos convidados a responder o questionário proposto, mas sim receio, medo e sensação de insegurança profissional dos mesmos diante da conjuntura que se reconfigurava no segmento em que atuavam naquele momento histórico do país.

Ao macro cenário nacional, somemos as micro estratégias gerenciais usadas para desestabilizar o profissional no ambiente de trabalho. Segundo o presidente do SJDF, mesmo tendo estabilidade de emprego por serem estatutários, muitos jornalistas e comunicadores sofriam censuras, represálias e repreensões de maneira indireta e sob argumentos “legais”. Um pequeno exemplo eram transferências de setor e/ou de função: muitos saíam da redação de um telejornal para catalogar registros de acervos em outro prédio da Empresa. Ou ainda a transferência entre cidades (de Brasília para São Luiz do Maranhão, por exemplo), entre outros “instrumentos” apontados pelo Sindicato dos Jornalistas:

Na EBC, que a gente conhece mais efetivamente, são muitos mais instrumentos. (...) Quer que eu te dê um exemplo? Dentro da EBC os jornalistas fazem *clipping*²². Existe uma forma de retaliação que a pessoa nunca mais saia do *clipping*, porque o cara tem que trabalhar de madrugada (VALENTE, 2015).

²² Termo de origem inglesa, a clipagem ou o *clipping* é o a seleção de notícias em jornais, revistas, sites e outros meios de comunicação, impressos e audiovisuais, resultando em recortes e acervos digitais, organizados cronologicamente, sobre assuntos de interesse de quem os coleciona (pessoa física ou jurídica).

Em outro longo trecho da entrevista que o presidente do SJDF concedeu a esta pesquisa estão detalhes de como as pressões internas e de conjuntura interferem nas ações pessoais e/ou profissionais dos jornalistas da Empresa.

A empresa tem um conjunto de instrumentos de domesticação dos seus trabalhadores, e aí saindo do lado normativo e indo para o lado mais concreto, que é impressionante. Que passa por dar ou não uma coordenação, por dar ou não uma prorrogação de jornada, por onde o sujeito está lotado, então se ele quer sair daquele lugar que ele está para ir para um outro lugar, qual é a função que ele exerce. Se o sujeito é um repórter, se ele quer continuar sendo setorista de congresso ou não. Folgas. Substituições de chefia. Todos esses instrumentos. **Retaliações das mais diversas. Todos esses instrumentos hoje são utilizados para domesticar as pessoas, os jornalistas na EBC.** E não só na EBC, porque a gente sabe que isso existe em outros lugares também. (VALENTE, 2015, grifo nosso).

Em, 2016, passamos a entender a magnitude das preocupações que surgiram com a tensão criada entre Governo Federal e a EBC, principalmente depois do afastamento da Presidente Dilma Rousseff, durante o processo de impeachment. O ponto máximo deste tensionamento foi a exoneração do presidente da Empresa logo no início do governo Michel Temer, em maio de 2016. O retorno do presidente da EBC ao cargo ocorreria somente por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), situação que se repetiu até a definitiva exoneração do mesmo a partir de mudanças na Lei que criou a Empresa, conforme citado no início desta pesquisa.

Em capítulos posteriores mostraremos detalhes desta crise, mas antecipamos este caso para expor o cenário desestimulante para que os funcionários da EBC pensassem em colaborar efetivamente junto a trabalhos e pesquisas acadêmicas diversas envolvendo questionários e entrevistas, motivo que fragilizou o uso deste modo de coleta de dados.

Esta pesquisa oferece um recorte específico envolvendo o jornalismo público brasileiro e para isso desdobrou-se em levantamentos, análises e comparações de outros dados específicos. Das pesquisas bibliográficas para “saídas a campo”, a partir do primeiro semestre de 2015, obtivemos entrevistas com responsáveis pelo jornalismo da EBC e com os profissionais que atuam nas redações da empresa em Brasília, Rio e São Paulo.

No decorrer das entrevistas, percebemos que havia muitas diferenças de argumentação, principalmente entre diretores da Empresa e o representante do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (SJDF), Jonas Valente, citado acima. São condições óbvias de embate social, mas que se reconfiguram quando um ativista

sindical possui experiência profissional da Empresa ao mesmo tempo em que segue em desenvolvimento contínuo de produção acadêmica, com publicação de livros.

Ponderações que serviram para expor as diferenças entre os entrevistados e também entender o cenário conjuntural. Em seus escritos, o próprio presidente do SJDF (VALENTE, 2009) colabora para a compreensão da radiodifusão brasileira e do mercado de trabalho de jornalistas e comunicadores, pano de fundo sobre o qual desenvolvemos esta tese e como detalharemos a seguir.

2 RADIODIFUSÃO E O JORNALISMO COMO MERCADO DE TRABALHO

Quando o navio entrou em águas brasileiras e o rádio começou a transmitir anúncios eu fiquei em pânico. Estava acostumada com a BBC, que tinha programas fantásticos e não tinha anúncios. Você podia escolher o programa e de repente, aqui, você tem que enfrentar meia hora de anúncios. Você tem que ouvir uma coisa que não quer ouvir. Eu fiquei apavorada.

Lya Cavalcanti, uma das primeiras locutoras do Serviço Brasileiro da BBC, no retorno ao Brasil em 1945.

Intervezes, 2009, p. 14

Neste capítulo iniciaremos análises da radiodifusão brasileira com foco inicial no rádio, seguido pela televisão e as configurações do mercado de trabalho disponível nestas mídias. Evitaremos abordagens relacionadas diretamente à criação das mídias, já que destacadas publicações (ORTRIWANO, 1985; FERRARETTO, 2014, 2001; e MOREIRA, 1991, entre outros) podem dar conta deste processo de formação do meio.

São importantes as primeiras experiências radiofônicas brasileiras: o trabalho pioneiro do padre Roberto Landell de Moura,²³ cujas “primeiras experiências com transmissão e recepção da palavra falada teriam ocorrido entre 1893 e 1894 e, portanto, seriam anteriores às realizadas por Guglielmo Marconi”. (FERRARETTO, 2012, p. 44), amparado em relatos e pesquisas de outros historiadores; a criação da Rádio Clube de Pernambuco, em 6 de abril de 1919, cujo foco seria na produção e pesquisa da radiotelegrafia no Brasil (FERRARETTO, 2014); ou ainda a experiência de 7 de setembro de 1922, quando o discurso do presidente Epitácio Pessoa foi transmitido durante a Exposição Internacional realizada no Rio de Janeiro em comemoração ao centenário da Independência do Brasil; até a criação da primeira

²³ Há inúmeras publicações tratando direta ou indiretamente deste precursor do rádio. O trabalho que destacamos é encontrado gratuitamente na internet: KLÖCKNER, Luciano; CACHAFEIRO, Manolo S. *Por que o Padre Roberto Landell de Moura foi inovador?* Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0226-8/pages/v2.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

emissora atribuída a Edgar Roquette-Pinto e Henrique Morize: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, inaugurada em 20 de abril de 1923 sob o prefixo SQA-A e com transmissão inicial em 1º de maio de 1923.

Este pequeno histórico aqui apresentado segue provocando discussões acadêmicas e polêmicas históricas que entendemos serem saudáveis para as contínuas pesquisas sobre mídia sonora.

No Brasil, a primeira entidade a reunir aficionados pelas possibilidades da transmissão de mensagens por ondas eletromagnéticas surgiu na cidade de Recife em 1919. No dia 6 de abril daquele ano, é fundado o Rádio Clube de Pernambuco, por um grupo de “amadores da radiotelegrafia”, como aparece no estatuto aprovado algumas semanas depois, no dia 27. (...) A singela atitude destes pioneiros liderados por Augusto Joaquim Pereira vai dar origem a uma das principais dúvidas históricas sobre os anos iniciais do rádio no país, ligada a qual seria, realmente, a entidade a instalar a primeira estação: o Rádio Clube de Pernambuco ou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A questão, portanto, passa por definir quem transmitiu antes conteúdo sonoro – conversação, conferências, debates, música etc. – em uma perspectiva ponto-massa e com que frequência o fez (FERRARETTO, 2014, p. 16).

No entanto, aqui convém partir do marco histórico do radiojornalismo no país, da produção de notícias de maneira contínua a partir de formatações impostas por padrões estrangeiros (o que não significou algo necessariamente positivo para a mídia em questão). Estamos falando da primeira edição do Repórter Esso, informativo da Rádio Nacional do Rio de Janeiro transmitido em 28 de agosto de 1941 sob o comando do locutor Heron Domingues. A pesquisadora Sonia Moreira, que organizou um livro especificamente para tratar dos 70 anos de radiojornalismo no Brasil, destacou que uma das principais contribuições do Esso para a produção jornalística foi:

... introduzir no Brasil o noticiário com linguagem própria para o rádio, a partir da adaptação dos telegramas da [agência] UPI: frases curtas, elaboradas em ordem direta, números escritos por extenso (para a contagem do tempo pelo total de linhas) e, dado importante, um estilo de leitura – a voz, intérprete do fato – que fez de Heron Domingues o exemplo a ser seguido pelos locutores de todo o país (MOREIRA, 2011a, p. 10).

Ao relato de Moreira, complementamos: a formatação imposta pelo Repórter Esso no rádio se estendeu para muitos jornais impressos e foi referência efetiva para o *protojornalismo* televisivo a partir da década de 1950. Com base nos fatos citados acima, veremos que condições históricas (não necessariamente cronológicas) surgirão, principalmente aquelas relacionadas aos ambientes públicos que abrem

clareiras enormes no ambiente comercial, ao mesmo tempo em que ambas criam barreiras de difícil transposição para a produção radiofônica comunitária, por exemplo.

Ao buscar descrever e analisar este cenário onde figura o jornalista de rádio e televisão, esta pesquisa acaba expondo as raízes conflituosas da radiodifusão brasileira, principalmente as brechas oferecidas pelo modelo comercial norte-americano para a ocupação política e a criação de nichos partidários sob as influências econômicas regionais (CAPARELLI, 1986).

O relatório da UNESCO (2011) que relata, analisa, repreende e propõe sugestões envolvendo o ambiente regulatório para a radiodifusão em nosso país, é objetivo e incisivo em relação a isso:

O ambiente brasileiro da radiodifusão é caracterizado por uma atividade comercial muito forte, uma presença pública fraca e um serviço comunitário que ainda tem um caminho a trilhar até realizar seu potencial. Esse quadro fez com que algumas emissoras comerciais assumissem parte das funções de interesse público. Por outro lado, isso também reduziu a diversidade e o pluralismo que uma ecologia de radiodifusão mais equilibrada costuma oferecer (UNESCO, 2011, p. 10).

No governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) o Brasil regulou o uso do espectro e definiu um sistema misto estatal e comercial de radiodifusão (BRASIL, 1932), com permissão para veiculação de propagandas – limitada a 10% do tempo diário de transmissão – onde cada veiculação deveria ter, no máximo, 30 segundos nas transmissões radiofônicas (neste período não se falava em televisão, pois esta plataforma midiática se consolidaria apenas na década de 1950).

Nessa mesma época [com o Decreto-Lei 21.111, de 1932], o Brasil adotava o modelo de radiodifusão norte-americano e passava a distribuir concessões de canais a particulares, fato que ajudava a reforçar a exploração comercial do veículo. As principais emissoras da época – como a Mayrink Veiga e a Phillips, no Rio de Janeiro, ou a Record e a Cruzeiro do Sul, em São Paulo – introduzem o pagamento regular de cachês pelas apresentações de artistas (MOREIRA, 1991, p. 23).

Foram condições dúbias para a produção das rádios no país porque, ao mesmo tempo em que delineou o perfil comercial seguido até os dias de hoje, ofereceu meios para que as emissoras dessem um salto tecnológico expressivo em poucos anos.

Com a possibilidade dos comerciais ocuparem 10% das transmissões [à época de Vargas], são captados os recursos que, lucro à parte, podem ser reinvestidos em uma programação para garantir a audiência responsável, em

um ciclo se possível interminável do ponto de vista do capitalista, pela atração dos anunciantes. (FERRARETTO, 2001, p.102).

Conforme a legislação vigente, a liberação de concessões a “*sociedades civis ou empresas brasileiras idôneas*” caberia ao Estado e poderia ele próprio também estabelecer emissoras (BRASIL, 1931).

Apesar do paradoxo, o sentido puramente mercantilista da radiodifusão, como supermercado de entretenimento e amenidades, não consegue livrar-se de sua dimensão política: por um lado tem origem num autoritarismo controlador da circulação de informações e no esforço de difundir sua própria imagem junto da população; por outro lado, o rádio favorece os objetivos do Governo no plano econômico, que é a consolidação do mercado de consumo interno (CAPARELLI, 1986, p.84).

Ocorre que a mídia comercial enfrenta outra barbárie além das pressões de mercado: a permissividade envolvendo diretamente grupos políticos, seja em forma de facções ou de congregações familiares históricas. Em 2007, ano em que surgiu a EBC, reformas legais necessárias precisariam passar pelo parlamento nacional, onde 53 dos 513 deputados federais e 27 dos 81 senadores controlavam direta ou indiretamente emissoras de rádio ou então de TVs em gestões anteriores (DEAK e MERLI, 2007, p. 85-89). Já a “Radiografia do novo congresso” sobre a legislatura 2015-2019 (DIAP, 2015) apresentava em detalhes a conjuntura da “bancada da comunicação” durante o período de produção desta pesquisa.

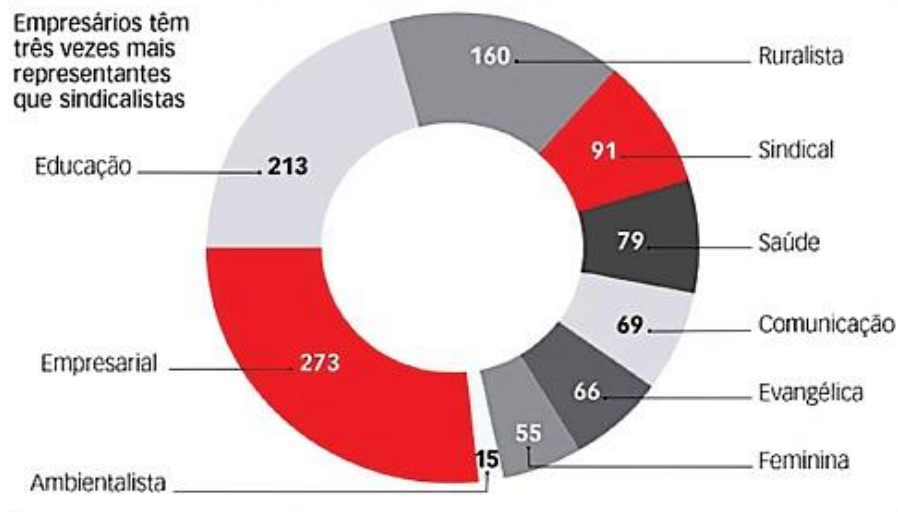
A bancada dos meios de comunicação é outra poderosa no Congresso Nacional, que inclui parlamentares em todos os partidos. Ela, entretanto, perdeu em qualidade na eleição de 2014. Embora continue contando com algo em torno de 60 parlamentares entre os concessionários de rádio ou de televisão, não terá a presença na próxima legislatura, por exemplo, de expoentes como José Sarney (PMDB-AP), Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) e Inocêncio Oliveira (PR-PE). Apesar das perdas mencionadas, a bancada contará com a deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), reeleita; com Sarney Filho (PV-MA), reeleito; com Miro Teixeira (PROS), reeleito; com Arolde Oliveira (PSD-RJ), reeleito; com o senador Fernando Collor (PTB-AL), reeleito; com os senadores do PMDB Edison Lobão, Romero Jucá e Jader Barbalho, que tem mandato até 2019, além de contar com o novo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e o novo deputado Ricardo Barros (PP-PR). (DIAP, 2015, p. 135, grifo nosso).

O próprio Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) apresentou um gráfico (Imagem 4) com as principais bancadas com forte interferências nas pautas e também matérias analisadas e votadas no Congresso Nacional.

Imagem 4 - Representação segmentada no Congresso Nacional

O Congresso por representação

Empresários têm três vezes mais representantes que sindicalistas



Fonte: Diap

Fonte: DIAP, 2015.

Ressaltamos que nesta bancada específica da Comunicação não existem apenas empresários do setor, mas também profissionais que atuavam nas mídias: entre os senadores, foram levantados três jornalistas e dois radialistas (DIAP, 2015, p. 42), enquanto a Câmara dos Deputados registrava quatro apresentadores de TV, dez jornalistas, cinco radialistas e um locutor de rádio e TV (DIAP, 2015, p. 20-21).

Assim, vemos que a “dimensão política” envolvendo a influências e interferências, como reforça Martín-Barbero (2008), seguiam permeando a história das mídias e minando tanto o ambiente radiofônico quanto televisivo. Nossa abordagem propõe uma ponte entre o processo constitutivo dos empreendimentos e a configuração do profissional da comunicação ao longo do tempo.

Passados 80 anos desde as primeiras transmissões radiofônicas entre 1922 e 1923, percebe-se que a EBC surgiu dentro de um processo maior e bastante diferente do modelo getulista, envolvendo a tentativa de consolidação de um sistema público de radiodifusão (parcerias com educativas e comunitárias), aliada a outras pautas nacionais como o Marco Regulatório da Mídia²⁴.

Tais pautas, que até então eram discutidas em ambientes acadêmicos e de minorias interessadas em outros modelos de comunicação, passaram para o ambiente parlamentar. Exemplo foi o Seminário Internacional de Regulação da

²⁴ Marco este que o MC vem prometendo submeter à consulta pública desde 2012 sem sucesso até o encerramento desta pesquisa.

Comunicação Pública, em 2012, organizado Frente Parlamentar de Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (Frentecom). Tais mobilizações ainda seguem em atividade durante a fase de conclusão desta pesquisa. Cabe aqui ressaltar que o Sistema Público de Comunicação compõe o objeto desta tese, as torna-se imprescindível evidenciar que o jornalista e/ou comunicador social são destaques efetivos em nossos apontamentos.

Acreditarmos que estes profissionais já foram atores históricos referenciais e passaram por momentos onde se tornaram reféns da cadeia produtiva de informação atual (dos quais muitos representantes ainda estão presentes no cenário brasileiro). No entanto, tanto o cenário da comunicação global quanto a própria reconfiguração das profissões e daquilo que chamamos mercado de trabalho estão remodelando a produção, pesquisa e divulgação da informação.

Um processo produtivo que – como preveem os relatórios norte-americanos sobre o jornalismo pós-industrial (ANDERSON, BELL e SHIRKY, 2013) – deveria ter, em primeiro plano, conhecimento e habilidade prática destes profissionais como elementos fundamentais para a manutenção da credibilidade das instituições jornalísticas e para a reformulação do valor da notícia no atual momento histórico de transição e junção de plataformas midiáticas²⁵.

Isso não significa dar a este sujeito histórico todos os créditos e também a responsabilidade pelo processo de trocas de informação das mídias, mas sim recolocá-lo como peça-chave, capaz de apresentar informações eficientes e elaborar perspectivas com credibilidade junto ao público. Audiência esta que não se apresenta mais com as características do século XX diante de um comunicador em crise, como apontam Orozco Gómez (2002) e Robert Picard (2013).

A parte positiva do fosso entre jornalistas e público, especialmente aqueles fora da audiência regular das notícias, parece advir do facto de os jornalistas valorizarem as notícias e informações em si e por si, enquanto os leitores, ouvintes e telespectadores valorizam o uso das notícias e informações. Dessa forma, auxiliar os consumidores a compreender o seu significado, ver a sua relevância para si próprios como indivíduos e entender como usá-las são fatores importantes para a criação de valor (PICARD, 2013, p. 118).

Se nesta descrição é possível perceber similaridades com os *opinions leaders* de Paul Lazarsfeld (1901-1976), ressaltamos que o jornalista não deve ser visto como

²⁵ Situação que apresentamos no trabalho (DIAS; MOREIRA, 2014) junto ao 2º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, em Braga (Portugal).

doutrinador do seu público, mas sim como observador e tradutor das informações capaz de digerir e oferecer dados precisos para a efetiva compreensão da sociedade em distintas camadas sociais onde eles (jornalistas e comunidade) atuam²⁶. Neste novo século, tanto o ambiente corporativo quanto os processos de dispersão de informações ampliam as dificuldades de atuação deste profissional, mas entendemos que há brechas onde é possível desenvolver observação, análise, crítica e prática.

Um destes ambientes é um Sistema Público de Comunicação, onde – em tese – os profissionais estariam amparados pela estabilidade funcional e livres de referências típicas de desempenho e resultados (como índices de audiência e retorno nas receitas financeiras, por exemplo).

No entanto, cabe aqui questionar: por que muitos programas das emissoras de rádio e TV da EBC (que deveria se posicionar marcadamente como gestora do sistema público de radiodifusão no país) ainda se parecem com produções que vemos em empresas comerciais (privadas) que detêm concessões públicas? Condição criticada, inclusive, pela própria diretoria de Jornalismo da Empresa, conforme entrevistas que gravamos.

Por sua vez, por que muitos críticos (sejam eles colunistas de jornal, pesquisadores ou simples ouvintes e telespectadores) da EBC insistem em lamentar índices de público e sugerir que muitos programas devem, sim, se ampararem em exemplos de sucesso das emissoras privadas?

A pesquisadora Iluska Coutinho, em suas pesquisas envolvendo a produção audiovisual da TV Brasil (integrante da EBC), reitera que as inovações são acanhadas no ambiente da televisão pública, situação parecida com a que identificamos nas visitas e entrevistas com os gestores da EBC ouvidos em Brasília entre 2015 e 2016.

A despeito da potencialidade de inovação na emissora pública, que estaria liberta das exigências de disputa comercial por audiência, ou mesmo de adequação a um padrão pré-determinado de edição de textos e imagens, percebeu-se a existência de um certo conservadorismo nas edições de telejornais analisadas (COUTINHO, 2013, p. 36).

²⁶ Tal qual apontam Ilana Polistchuck e Aluizio Trinta (2003, p. 91), “Lazarsfeld não titubeou em afirmar que cada indivíduo é capaz de procurar e encontrar um meio de comunicação cujo conteúdo mostre compatibilidade às suas convicções e a seus modos de ver.”

Os diretores de Jornalismo da EBC ouvidos por esta pesquisa, Nereide Beirão e Ricardo Melo, reforçaram a premissa do uso das “armas do mercado” na radiodifusão. Melo afirma veemente que sua convocação para o cargo foi para

(...) tentar trazer para a empresa uma visão de empresa pública competitiva, que faça diferença, tenha relevância e enfrente as outras emissoras que existem no Brasil, na área de Comunicação, com aquilo, com as armas que o mercado oferece para você utilizar (MELO, 2015).

O diretor reiterou que a equipe da EBC deveria usar “as armas de competição” dos canais comerciais” sem “violentar os objetivos” de uma empresa pública de comunicação. Para Beirão, não apenas a EBC mas todos os veículos que integram aquilo que seria uma rede pública de comunicação (emissoras universitárias, livres, comunitárias) enfrentam condições precárias generalizada. “A gente consegue, com *a rede pública também precária* que a gente tem (...). A gente consegue mostrar coisas do Brasil também que os outros não mostram” (BEIRÃO, 2015, grifo nosso).

Iluska Coutinho ressalta que outros quesitos devem anteceder tais discussões, ou pelo menos caminhar juntos às inovações a serem consolidadas no campo audiovisual.

O tensionamento das categorias público x privado no Telejornalismo Público deveria observar a necessidade imperativa de inclusão do contraditório, como parte fundamental das reportagens veiculadas em lugar de configurar-se somente enquanto normativa técnica (ética). Também no que refere-se ao material visual, às imagens veiculadas, o telejornalismo de uma emissora pública deverá ter como qualidade central a preservação da intimidade, o cuidado/atenção na representação das diferenças, a recusa à perpetuação de estereótipos, o respeito ao cidadão e à dignidade do ser humano, em diferentes gêneros, sotaques, graus de escolaridade, nível socioeconômico e/ou orientação sexual (COUTINHO, 2013, p. 32).

Antes de adentrar o ambiente da mídia pública, é necessário apresentar preliminarmente as condições do jornalismo junto aos diversos veículos de comunicação. Deixemos clara mais uma vez a perspectiva universal que esta pesquisa adota em relação à responsabilidade, à função social e também aos atributos do jornalista. Seja aqui ou na América do Norte e Europa, o papel do jornalismo deve apresentar-se como essencial para democracias e para o equilíbrio social.

Acreditamos que o papel do jornalista – como porta-voz da verdade, formador de opinião e intérprete – não pode ser reduzido a uma peça substituível para outro sistema social; jornalistas não são meros narradores de fatos.

Precisamos, hoje e num futuro próximo, de um exército de profissionais que se dedique em tempo integral a relatar fatos que alguém, em algum lugar, não deseja ver divulgados, e que não se limite apenas a tornar disponível a informação (mercadoria pela qual somos hoje inundados), mas que contextualize a informação de modo que chegue ao público e nele repercuta (ANDERSON, BELL e SHIRKY, 2013, p. 33).

Convém salientar que Jornalismo é tido tanto como profissão (composto por técnica, aperfeiçoamento, carga horária, etc.) quanto compromisso social: o jornalista não escreve ou produz para o patrão, mas sim para o público. O mesmo ocorre com o reconhecimento profissional: ele se constrói na “área de produção” (como na classe operária), mas é conquistado e ampliado fora das redações a partir da reverberação da notícia de qualidade junto aos espectadores e líderes de opinião. O que costura tais peculiaridades é aquilo que muitos professores e teóricos da Comunicação Social reafirmam diariamente junto aos acadêmicos e profissionais: a ética individual que se propaga na relação com o público. Resumindo: mesmo sendo privado em muitos casos, historicamente o jornalismo segue e seguirá com características e compromissos públicos.

Ainda que o jornalismo não seja um serviço público, no sentido de serviço necessário e, portanto, subsidiado pelo Estado, é igualmente um serviço ao público, uma vez que sua base utópica se constrói a partir da noção ética do dever de informar de forma clara e imparcial sobre tudo que é importante ou essencial para a vida cotidiana, tudo que, de alguma forma, afeta a sociedade (TEMER, 2014, p. 30).

Temos, portanto, um trabalho com características de serviço público, mesmo estando muitas vezes sob o amparo de organizações privadas dependentes de concessões (como as emissoras de rádio e de televisão) ou não (como os jornais impressos e portais de notícias na Internet).

Quando o foco recai sobre o jornalismo de mídia pública, é preciso pensar em tradições já enraizadas em um relacionamento não consensual entre poder, credibilidade, ética e visibilidade. Em um dos últimos textos abordados por esta pesquisa, a ouvidora da EBC, Joseti Marques (2016a), apresentou a perspectiva acima, lembrando que estas “tradições” comportamentais em relação à imprensa envolvem quem produz informação, quem a oferece como fonte e, por fim, que a consome ou reage diante da mesma.

O discurso autorreferencial da imprensa e do jornalismo invoca a busca pela verdade como o seu mais alto valor e principal arma na defesa do bem

comum. A contrapartida para o investimento é o capital de credibilidade, que se transforma em lucro e dinheiro para os veículos atrelados ao comércio e setores econômicos; no caso dos veículos estatais, o retorno vem em termos de publicidade que se pode transformar em prestígio político e voto. Para ambos, igualmente, a moeda de troca é o poder. Mas quando o vínculo é apenas com a sociedade e o cidadão, de que tipo de retorno se poderia beneficiar a mídia pública ou os que nela atuam? Como empreendimento, nenhum – não terá lucro, nem voto, nem poder. Ao contrário, na comparação frequente com os modelos comercial e estatal, a mídia pública é ameaçada permanentemente de extinção. Não se compreende o que ela é, o que significa e para o que serve. Estamos acostumados a uma imprensa que serve. E servir à sociedade tornou-se apenas uma peça de retórica, esfrangalhada pelo uso excessivo e indevido nos discursos políticos e em propagandas eleitorais ditas gratuitas. Muitos se perguntam qual a razão para se ter um aparato tão caro e complexo como a radiodifusão pública, cujo objetivo é apenas contribuir para a formação crítica das pessoas; servir à sociedade (MARQUES, 2016a).

A questão é que os tensionamentos enfrentados em diferentes segmentos que envolvem a produção de notícias transitou para novos ambientes que se condensariam no chamado “jornalismo pós-industrial” – uma referência às pesquisas da escola norte-americana de Columbia (ANDERSON, BELL e SHIRKY, 2013). Neste cenário do novo milênio está o profissional que atua neste campo, cercado pelos avanços tecnológicos, pela reformulação de padrões de percepção e de dispersão da informação e também pelas configurações clássicas dos comportamento filosófico que norteiam o indivíduo.

É um cidadão tido como vigilante, moderador e muitas vezes interventor junto à coletividade por meio de ideais românticos – como bem reiterou a pesquisadora Ana Temer (2014) – que são, contudo, inseridos na profissão de maneira inseparável da ética, da função social e da eterna busca pela informação clara, precisa e verdadeira.

Se jornalistas do velho continente, onde instituições públicas da comunicação se estabeleceram e solidificaram no decorrer dos 70 anos pós-guerra, enfrentam dilemas, crises e reconfigurações na profissão, que dizer dos repórteres e demais integrantes das redações e organizações midiáticas brasileiras, que buscam acompanhar o ritmo das mudanças de todo o processo jornalístico – desde o ato de buscar as informações até a elaboração e disseminação da notícia – sob a pressão de um cenário amplamente privado e comercial?

Transformações estruturais do capitalismo combinaram-se à política de expansão do ensino superior, à redemocratização do país e as mudanças na regulamentação profissional e produziram um ambiente em que se reconfiguraram por inteiro as possibilidades de atuação dos jornalistas. Como resultados, as dimensões da categoria se expandiram exponencialmente,

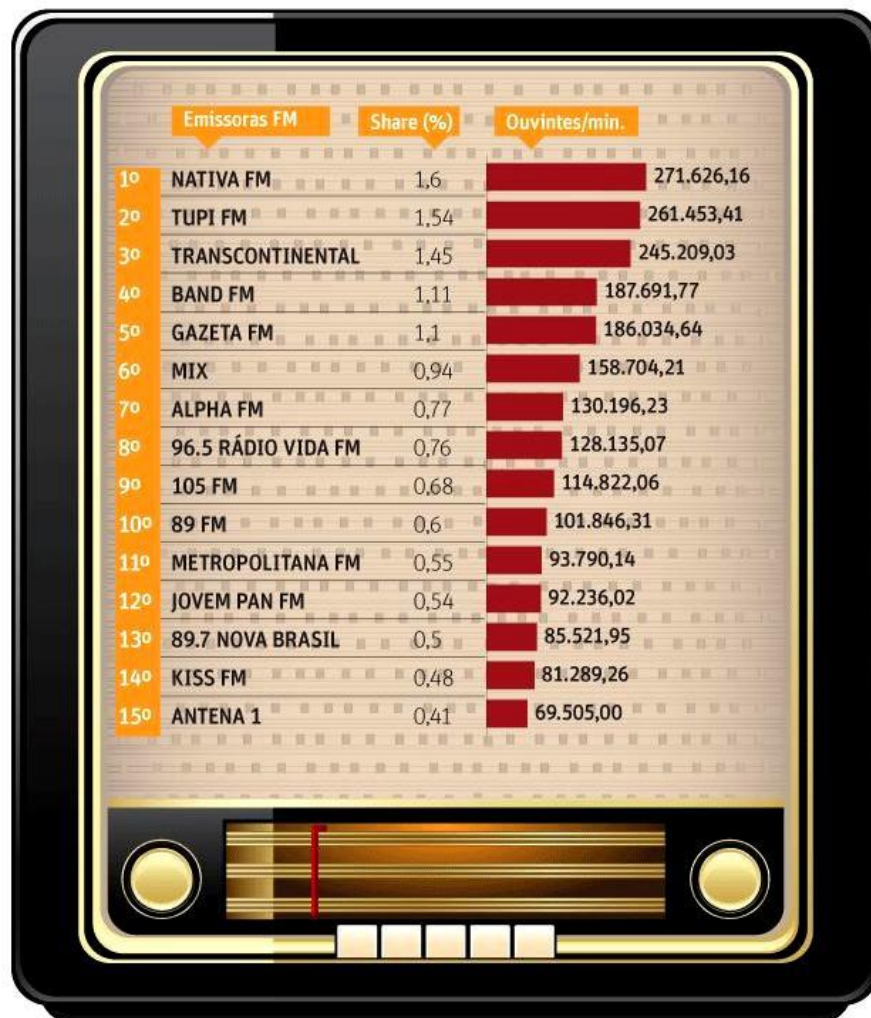
diversificaram-se as áreas de atuação desses profissionais e alteraram-se competências e habilidades deles demandadas (MICK, 2013, p. 15).

Dentre as diversas dimensões que envolvem o jornalismo está o quesito “baixo índice de produção informativa jornalística” conjugado com “baixo índice de audiência”, algo bastante confuso e muitas vezes colocados como similares ou reflexos um do outro. Tomemos como amostra 15 emissoras de rádio, com maior audiência em São Paulo no ano de 2012, que utilizamos em um trabalho apresentado no Colóquio Sur Le Journalisme na Universidade de Rennes, na França (DIAS; SCHACHT, 2012).

Imagem 5 - Ranking de emissoras de rádio em 2012

AUDIÊNCIA DAS RÁDIOS FM EM SÃO PAULO

Medição feita das 7h às 19h, de segunda a sexta



Legenda: Ranking das 15 emissoras de rádio líderes de audiência na capital São Paulo. Fonte e arte: Jornal Folha de S. Paulo – 15.05.2012.

A destacar: apenas uma das 15 líderes de audiência (Jovem Pan) possuía horário fixo dedicado a um radiojornal formatado. A maioria pulverizava informações tidas como “jornalísticas” durante a programação e incluía no índice obrigatório de produção jornalística os 60 minutos, também obrigatórios, do informativo estatal “Voz do Brasil”.

Já em relação ao índice máximo de publicidade, todas as rádios seguiam o mesmo modelo da televisão, desrespeitando o percentual permitido pela Lei nº 4.117/62 que determina, no artigo 124: “O tempo destinado na programação das estações de radiodifusão, à publicidade comercial, não poderá exceder de 25% (vinte e cinco por cento) do total.” Observou-se ainda que várias emissoras se multiplicavam quando atuavam em rede, totalizando 168 repetidoras, promovendo a padronização de programação (e de limitação da produção jornalística) em diversas regiões do nosso país.

A escolha deste levantamento também envolve outro fator preocupante: é um exemplo de índice que explicita o quanto a “hegemonia comunicacional” – um termo de Martín-Barbero (2008) que será bastante utilizado no decorrer desta pesquisa – tornou-se tão latente que a padronização das mídias nos campos da produção, estratégias de publicidade, conteúdo, entre outros, avançou para o resultado das audiências. Se os números absolutos mostram diferença de cerca de 210 mil ouvintes, a diferença de *share*²⁷ entre o primeiro e o 15º colocados do universo da audiência radiofônica em São Paulo, em 2012, era de estreitos 1,19%.

Portanto, quando encontramos opiniões e análises em jornais e até mesmo em pesquisas acadêmicas que chamam a televisão e a rádio públicas de “rede traço” ou “TV traço” (alusão ao percentual menor que 1%), vemos que as justificativas entram em conflito com os resultados do próprio processo de padronização das emissoras comerciais: poderíamos chamar de “emissoras-traço” as rádios paulistanas que registravam *share* entre 1,6% e 0,41% em 2012?

²⁷ O “*share*” é um valor comparativo. Permite verificar quais as emissoras e os programas que obtiveram - no mesmo momento ou no mesmo dia - uma preferência em relação aos outros programas do momento ou do dia. O valor de referência é a totalidade das pessoas que estavam com o televisor ou o rádio ligado. Alguns teóricos e críticos da mídia defendem a utilização do “*rating*” como referência mais próxima ao real. Os “*ratings*” exprimem-se em números absolutos de espectadores dum universo. Em percentagem desse universo, o “*rating*” transforma-se em audiência média. Os “*ratings*” dariam uma dimensão verdadeira da audiência.

Um levantamento do Ibope Media na região Grande Rio de Janeiro (GRJ)²⁸ em julho de 2016, por exemplo, colocava a TV Brasil entre as sete maiores audiências da TV aberta. A emissora pública estava em penúltimo lugar, praticamente empatada com a CNT, com ambas marcando zero de audiência (mesmo não havendo especificações após a vírgula, sabemos que não seria 0,0 porque havia um número de telespectadores alcançados). Importante ressaltar que, entre os cinco programas com maior audiência em cada emissora, os telejornais não apareciam na lista da Rede TV e nem no SBT.

No percentual de pessoas que assistiram aos jornais naquela semana (11 a 17 de junho de 2016), o Jornal da Band registrou apenas 1%, o Jornal da Record obteve 6% e o Jornal Nacional liderou com 15% (lembrando mais uma vez que foram números apurados apenas na região metropolitana do Rio de Janeiro).

Imagem 6 - Audiência de TV - TOP 5 GRJ

KANTAR IBOPE MEDIA Quem Somos Soluções Conteúdo Relacionamento				
Audiência de TV RJ 28/07/2016				
TOP 5 GRJ – Audiência de TV – 11/07 a 17/07/2016				
BAND	Total Domicílios		Total Individuos	
	Audiência %	Audiência (000)	Audiência %	Audiência (000)
PÂNICO NA BAND	5	207	2	244
MASTER CHEF	5	205	2	276
JORNAL DA BAND	3	145	1	173
SÓ RISOS NOT	3	110	1	134
BATE E VOLTA	2	103	1	130
CNT	Total Domicílios		Total Individuos	
	Audiência %	Audiência (000)	Audiência %	Audiência (000)
CONEXÃO ZÉ AMÉRICO	0	14	0	15
CNT NEWS NOT	0	14	0	18
JOGO DO PODER NOTIC NOT	0	12	0	12
JOGO DO PODER NOTIC NOT 2	0	12	0	10
BALANÇO ESPORTIVO NOT 3	0	12	0	11
GLOBO	Total Domicílios		Total Individuos	
	Audiência %	Audiência (000)	Audiência %	Audiência (000)
NOVELA I ÉTA MUNDO BOM	34	1.457	16	1.888
RJTV 2A EDIÇÃO	33	1.437	17	1.920
NOVELA III VELHO CHICO	30	1.315	15	1.735
JORNAL NACIONAL	29	1.250	14	1.633
NOVELA II HAJA CORAÇÃO	29	1.241	14	1.655
RECORD	Total Domicílios		Total Individuos	
	Audiência %	Audiência (000)	Audiência %	Audiência (000)
NOVELA II A TERRA PROMETIDA	17	727	9	1.005
NOVELA I ESCRAVA MÃE	11	469	5	623
JORNAL DA RECORD	11	469	6	654
GUSU	11	467	5	637
RELIGIOSO VES	9	399	4	514
REDETV	Total Domicílios		Total Individuos	
	Audiência %	Audiência (000)	Audiência %	Audiência (000)
ENCRENCA	4	165	2	221
SUPERPOP	2	97	1	116
A TARDE E SUA	2	86	1	107
LUCIANA BY NIGHT	2	65	1	93
ENCRENCA MAD	1	65	1	82
SBT	Total Domicílios		Total Individuos	
	Audiência %	Audiência (000)	Audiência %	Audiência (000)
PROGRAMA SILVIO SANTOS	13	575	7	805
CALDEIRÃO DA SORTE MAD	11	465	5	619
FRA GANHAR E SO RODAR	10	431	5	590
A PRACA E NOSSA NOT	10	429	5	543
TELE SENA	10	424	5	595
TV BRASIL	Total Domicílios		Total Individuos	
	Audiência %	Audiência (000)	Audiência %	Audiência (000)
CINE NACIONAL NOT	0	18	0	24
FILME NOT	0	13	0	13
SAMBA NA GAMBIA	0	12	0	15
SEM CENSURA	0	10	0	12
REPORTER BRASIL NOT	0	10	0	11

Legenda: Audiência medida na Grande Rio de Janeiro, de 11 07 a 17 07 2016.
Fonte: Kantar Ibope Media.

²⁸ Disponível em: < <https://www.kantaribopemedia.com/top-5-grj-audiencia-de-tv-1107-a-17072016/> > Acesso em ago. 2016.

Se cruzássemos estes dados com pressupostos comportamentais dos telespectadores que se distinguem sensivelmente entre grandes polos e locais afastados da grande Rio, regiões distintas do país (sul-sudeste do norte-nordeste), condições socioeconômicas, etc., poderíamos dizer que o jornalismo da TV Brasil estaria em empate técnico com as emissoras CNT, Band, Rede TV e SBT, ou seja, cinco dos sete telejornais das emissoras estariam entre 0% e 1%.

Ressaltamos que estamos apenas tratando aqui de especulações provocativas, já que esta pesquisa não busca e não pretende vislumbrar o jornalismo público pelo viés das audiências.

Tratando especificamente de conteúdo jornalístico radiofônico nas emissoras comunitárias, por exemplo, a média de duração diária da programação jornalística é superior ao das líderes paulistanas (Imagem 5), conforme pesquisa de Ana Gomes (2007, p. 112-113). É bem verdade que os índices sofreram variações quando ao número de comunitárias, já que estas emissoras mais que dobraram de 2007 até a conclusão desta tese. Ainda assim, elas seguem enfrentando dificuldades extremas decorrentes das condições financeiras e principalmente da legislação normativa, que restringe a potência máxima de transmissão a 25 watts e só permite captação de apoio cultural na área de sua comunidade.

No campo da televisão comunitária e educativa, tais levantamentos tornam-se ainda mais difíceis de serem avaliados, visto que as emissoras se concentram nas capitais e normalmente surgem a partir de demandas previamente amparadas (ou pelo menos sob expectativas) nas iniciativas estatais: historicamente, governos e prefeituras tomam a frente do processo de constituição e formatação de emissoras de TV de suposto caráter público.

Assim, mesmo sendo capitaneado por bons exemplos, como a TV Cultura (SP) e a Rede Minas (MG), a televisão pública brasileira enfrenta uma enxurrada de emissoras transformadas em assessorias regionais de assembleias legislativas, da justiça e até mesmo do executivo, onde escancaradamente existem autopromoções de lideranças políticas²⁹.

²⁹ No estado do Paraná, onde este pesquisador reside e leciona, a TV Educativa registrou na história uma das situações mais curiosas da comunicação pública, entre 2004 e 2010: a transmissão das reuniões do governador Roberto Requião (PMDB) com os seus subalternos que ganhou a alcunha de “Escolinha do Requião”, uma alusão ao clássico programa humorístico “Escolinha do Prof. Raimundo”, da Rede Globo. As transmissões eram suspensas apenas em períodos pré-campanha, por determinação da Justiça Eleitoral, conforme a reportagem:

Reiteramos, pois, a importância da produção jornalística no ambiente público, visto que a presença destes profissionais colaboraria para a inibição de ações que descaracterizem a função social das concessões. Mesmo não sendo o carro-chefe da radiodifusão pública (entretenimento de boa qualidade, reforçamos, também faz-se necessário), o jornalismo tem um papel importante de vigiar (enquanto profissional a campo) e vigiar-se (enquanto segmento fixo de um conglomerado de comunicação), algo próximo à analogia encontrada nas discussões sobre o importante processo de “continuidade”³⁰ das instituições jornalísticas na história das sociedades:

A continuidade institucional vem respaldar duas funções exercidas pelo jornalismo: a de cão de guarda e a de espantalho. Tanto um cão de guarda quanto um espantalho dão certa proteção. Mas o fato de que só o cão de guarda é capaz de ladrar nem sempre importa. Embora o espantalho “não faça nada”, sua simples existência (...) costuma bastar para coibir a má conduta de corvos e afins. (ANDERSON, BELL e SHIRKY, 2013, p. 59).

Com base nos apontamentos teóricos do Jornalismo pós-industrial e em recentes pesquisas nossas (DIAS, 2015 e DIAS; SCHACHT, 2012), seria possível pensar as mídias públicas como bom espaço a ser preservado e ampliado pelo jornalismo. Para melhor amparar esta afirmação, reconstituiremos brevemente as mídias históricas disponíveis para o jornalista ao longo do tempo, principalmente no ambiente radiofônico e televisivo.

2.1 O rádio no contexto histórico e social brasileiro

Embora tenha como forte característica o regionalismo, que “permite a existência de emissoras locais, que poderão emitir mensagens mais próximas do

<<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/transmissao-da-escolinha-do-requiao-e-suspensa-a3689emb5q9gk7bib21jtz32m>>. Acesso em 20 abril 2015.

³⁰ Lembrando que os pesquisadores norte-americanos afirmam que “continuidade significa poder decidir cobrir um certo fato, setor ou segmento da sociedade de forma persistente ao longo do tempo, mesmo com alterações no time de jornalistas” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 33). Para os autores, a “continuidade” seria um dos quatro pilares que consolidam muitos veículos de comunicação como “instituições jornalísticas”. Os outros três fatores seriam “influência, capital simbólico e margem de capacidade” para atuar continuamente em diversos campos de investigação, condições que novos e/ou pequenos veículos de comunicação (principalmente os digitais) não conseguem apresentar ao público, tornando-os efêmeros ou ainda frágeis no ambiente pós-industrial.

campo de experiência do ouvinte” (ORTRIWANO, 1985, p. 79), a produção radiofônica no Brasil apresenta-se de maneira paradoxal: ao mesmo tempo em que é extremamente fragmentada – entre emissoras comerciais, educativas, comunitárias e ainda disponíveis na internet sob o nome de web rádio (tanto *playlists* armazenados virtualmente quanto efetivos empreendimentos com grade e equipes constituídas) – o rádio se padronizou de norte a sul do Brasil, ancorado em fenômenos que transitam em diversas mídias uniformemente (sucessos concomitantes na TV, no rádio e nas redes sociais virtuais).

Especificamente no ambiente radiofônico comercial, a conclusão neste primeiro momento é a visível semelhança entre a programação de uma emissora do sul e do norte do país, mesmo com comportamentos culturais bem diferentes. A tendência é fortalecida pela formação de grandes redes com matriz no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, impulsionadas pelo interesse mercantil e disputa por audiência.

Como exemplo, apresentamos mais uma vez levantamentos de pesquisa anterior (DIAS; SCHACHT, 2012) que mostravam emissoras configuradas em sistema de rede, como a Jovem Pan, que contava com 82 emissoras AM e 55 FM retransmitindo uma única programação. Tínhamos ainda a Transamérica (com 60 afiliadas) e a Central Brasileira de Notícias (CBN), cuja programação nacional era transmitida por 30 emissoras.

Para complementar nossa análise (usaremos mais uma vez a Imagem 5), temos uma amostra pontual mas reveladora do panorama das emissoras comerciais brasileiras que pode ser encontrada no levantamento da programação dentre as 15 emissoras de maior audiência média de São Paulo. A destacar: oito rádios dentre as 15 líderes de público e mercado na capital paulista atuavam em rede, perfazendo um total de 168 afiliadas nas diversas regiões do Brasil.

Estas 15 emissoras transmitiam em frequência modulada e possuíam a música popular como carro-chefe da programação: “apenas uma delas possuía horário fixo dedicado a um rádio jornal diário. Outras cinco emissoras informavam possuir algum tipo de boletim informativo, três deles ligados exclusivamente a música ou esporte que se aproximam mais do gênero ‘variedades’” (DIAS; SCHACHT, 2012, p. 7).

O que se percebe é uma maior inserção de referências populares³¹ na programação – uma tentativa clássica de emular gêneros surgidos nas classes sociais

³¹ As “referências populares” aqui descritas são bem diferentes do conceito de Comunicação Popular, bastante discutido no Brasil por ser usado muitas vezes como sinônimo de Comunicação

de base como forma de reconhecimento mútuo – sem que haja uma iniciativa popular ou um espaço plural onde o entretenimento transite com a informação jornalística e a utilidade pública sobre a realidade social vivida pelos mesmos ouvintes que escolhem os líderes musicais de audiência.

Em poucas palavras, “o popular é adotado, usado e consumido, mas não necessariamente criado pelas classes subalternas”, analisa Gomes (2007, p. 91), destacando uma distância ainda maior em relação à programação padronizada e às possíveis produções diversificadas que poderiam surgir com a ampliação das rádios comunitárias.

Nas emissoras comerciais, de maneira geral, parte desta carência informativa (de caráter jornalístico ou não) está relacionada à linha editorial dos veículos e à interpretação das concessões de radiodifusão como propriedade privada. Nas emissoras comunitárias, há limitações estruturais, inclusive impostas por uma legislação que restringe potência de transmissão (25 quilowatt de potência e um quilômetro de alcance), captação de recursos e formação de rede, além de deficiências na própria formação escolar dos profissionais que atuam nessas emissoras.

O trabalho de Ana Luíza Gomes também aponta o perfil dos profissionais que atuam nas rádios brasileiras. Utilizando um recorte de 142 emissoras, a pesquisa revela que 32% dos radialistas das empresas comerciais e apenas 18% das comunitárias possuem formação superior (GOMES, 2007, p. 122). Apesar de apontar uma curvatura crescente na busca pelo diploma de uma faculdade (há perto de 10% ainda cursando universidade), o índice de pessoas com ensino médio abrange a maioria dos profissionais: são 59% com apenas oito anos de estudos.

Voltando aos profissionais com formação universitária, há um detalhe curioso: dentre os radialistas das empresas comerciais, 36% fizeram Comunicação Social. As comunitárias indicam queda para menos de 14%.

Já nas emissoras educativas ou estatais filiadas à ARPUB é possível constatar uma maior concentração numérica de jornalistas, o que leva a crer que a grade de programação contemplaria maior espaço para o tratamento da informação de interesse público (se tem mais jornalista, em tese, há mais jornalismo e menos entretenimento). Em um levantamento oficial realizado em 2007 com 30 emissoras,

Comunitária. Pesquisas de Círcia Peruzzo (2006) e Rozinaldo Miani (2006) são referências para este debate.

chegou-se a um número de 266 jornalistas registrados, o que resulta em uma média de 8,9 profissionais por veículo (ARPU, 2007, p.23-24).

Sabemos que são grandezas diferentes para comparativos exatos mas, em um exercício simples de ilustração, podemos observar que o número de 8,9 jornalistas por mídia pública ficava muito acima da média brasileira. Na pesquisa que divulgamos na França (DIAS; SCHACHT, 2012), mostramos que levantamentos do Ministério do Trabalho e da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) apontam que havia 20.253 profissionais contratados em atividades de rádio e televisão em 2010, o que representaria 23% do total de jornalistas profissionais com registro. Dividindo-os pelos 14.350 canais outorgados pelo Ministério das Comunicações naquele mesmo ano, obtivemos a média de 1,4 jornalista profissional atuando em cada veículo (Imagem 7).

Imagem 7 – Número de jornalistas no Brasil em 2011

Grupos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Profissionais na EDIÇÃO E IMPRESSÃO	11.198	12.283	13.414	14.416	15.411	14.239	15.529
Profissionais em ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO	15.746	16.509	16.391	17.531	18.236	18.994	20.253

Fonte: DIAS; SCHACHT, 2012.

Complementando e atualizando estes dados, cabe citar o levantamento do grupo de pesquisa organizado por Jacques Mick (2013, p. 53) sobre índice de profissionais que atuava no jornalismo diário, onde “um terço dos profissionais trabalha em mídia eletrônica: 21,4% fazem TV, 11,6% emitem em rádio e 0,6% em cinema”. Ao mostrar que há um jornalista de rádio para cada dois jornalistas de televisão, fica evidente como a mídia sonora ainda tem importância e oferece mercado para os profissionais diplomados.

Por fim vale reforçar que no Brasil a obrigatoriedade do diploma (em muitas universidades os cursos de Jornalismo estão vinculados à formação de Comunicação Social) para exercer a profissão de jornalista durou até 17 de junho de 2009, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a exigência da formação ao considerar

inconstitucional o Decreto Lei 972 de 1969, que estabelecia tal exigência. A época, o ministro do STF Gilmar Mendes argumentou que a liberdade de expressão é cláusula pétrea e derrubou a restrição com o seu voto.

Mesmo com o fim da obrigatoriedade do diploma, praticamente todas as emissoras de televisão e os jornais impressos de abrangência nacional e estaduais mantiveram a exigência da formação como condição para contratar novos profissionais, como mostram as análises sobre a atuação do jornalista na radiodifusão brasileira (que mostraremos a seguir, juntamente com o cenário da produção televisiva no país). Além disso, muitas faculdades e universidades mantiveram o curso em oferta (em 2016, eram 326 instituições), acreditando ser ainda essencial para a profissão uma formação específica no Jornalismo.

Em 2014, especificamente no dia 7 de abril (Dia do Jornalista), a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 206/2012, que restabeleceria a exigência do diploma de nível superior em jornalismo, foi aprovada em votação na Câmara dos Deputados. Até a conclusão desta pesquisa, a chamada “PEC do diploma” seguia sem votação no Senado. Em caso de nova aprovação, passaria para a sanção presidencial.

Conforme apresentado no início deste capítulo, há no âmbito da mídia sonora várias emissoras comerciais e comunitárias (na casa das milhares), educativas e, atualmente, web rádios (mídia difícil de mensurar, mesmo quando restringimos àquelas com significativa produção autoral).

O próprio autor desta pesquisa é também produtor de programas e projetos envolvendo uma web rádio sediada em Londrina (PR): a Rádio Web Alma Londrina (www.almalondrina.com.br), com suas 18 horas de produção exclusiva, cerca de 20 profissionais (cinco deles jornalistas) atuando na produção audiovisual e oferecendo atividades práticas junto à comunidade (oficinas de produção, participação em eventos como rádio-poste, produção de festivais e compartilhamento de espaço com outros produtores culturais em sua sede “real”). Os detalhes de configuração e difusão foram apresentados em congresso (DIAS; SCHACHT, 2016), compartilhando experiências vividas neste recente ambiente comunicacional que também entendemos como público e de função social.

São configurações que reforçam o “rádio expandido” de Marcelo Kischinhevsky (2016), para quem os novos espaços digitais convergem para mediações reais com a sociedade.

A distribuição de conteúdos radiofônicos via internet, por meio de web rádios, podcasts e rádio social, traz o desenvolvimento de novas práticas interacionais e de novas modalidades de recepção, em múltiplas temporalidades e ambiências, reconfigurando o rádio como instância de mediação sociocultural (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 124).

Tratadas as disposições históricas, conceituais e sociais do rádio, cabe agora abordar a televisão, mídia tão íntima do brasileiro que interfere diariamente nas decisões pessoais e coletivas, comportamentais e políticas do país.

2.2 A televisão no contexto histórico e social brasileiro

No tópico anterior, procuramos “desconstruir” o rádio como mídia por meio da sua fragmentação, algo menos evidente no ambiente televisivo. Como bem mostramos no início desta pesquisa, no âmbito das mídias sonoras há milhares de emissoras comerciais e comunitárias, educativas e, atualmente, web rádios, situação bem diferente das emissoras de TV.

Por serem tecnicamente mais complexos, empreendimentos televisivos requerem análises com outro viés, já que experiências, concessões políticas e efetivas corporações se entrelaçam na história midiática do país. Nesta tese, mais importante que ressaltar o domínio de grandes corporações televisivas (como a Rede Globo, alvo eterno das flechas e dardos da pesquisa acadêmica) seria avaliar as conjunturas históricas e sociológicas que criaram um ambiente ideal, de temperatura e pressão, propício para o surgimento das cinco grandes redes comerciais no Brasil.

Muitos registros e pesquisas acadêmicas sobre a história da televisão brasileira se interessam pelo início do funcionamento das primeiras emissoras do país. Desde aquela considerada oficialmente a primeira do Brasil – fundada por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, em 18 de setembro de 1950, na cidade de São Paulo³² – várias transmissoras e repetidoras foram instaladas no sul e sudeste do Brasil até se espalhar pelo país nos anos 1970, transformar-se na principal fonte de

³² Vale destacar que a TV Tupi tinha outro nome na data da inauguração: chamava-se PRF-3 TV Difusora de São Paulo. Somente na semana seguinte, Chateaubriand decidiu simplificar o nome da emissora.

informação da sociedade brasileira e, por fim, interferir nas próprias relações socioculturais e políticas dos cidadãos.

No entanto, quando debruçarmos mais atentamente sobre pesquisas, livros e escritos relativos à história da televisão brasileira percebemos que há muitos registros envolvendo as chamadas cabeças de rede, as emissoras-sede normalmente instaladas nas capitais. Quando o tema de pesquisas avança sobre emissoras regionais, nota-se certo descolamento da realidade temporal onde tais empreendimentos foram iniciados.

Em pesquisa apresentada no Encontro Nacional de História da Mídia em Ouro Preto (DIAS, 2013) deixamos claro que conceitos históricos distorcem a própria história das mídias, como o exemplo do termo “pioneirismo” no ambiente televisivo: afinal, qual foi a real origem da televisão brasileira? Seria a primeira exibição ao público na Exposição da Televisão durante a Feira do Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1939? Seria a primeira experiência técnica, como a montagem de equipamentos e testes executados por Olavo Bastos Freire em Juiz de Fora (MG) em 24 de agosto de 1948? Ou ainda a primeira transmissão completa de um evento, como a partida de futebol que marcou o Centenário de Juiz de Fora em 21 de maio de 1950?

São todos “atos pioneiros” da televisão brasileira que antecedem a inauguração da TV Tupi de Chateaubriand, mostrando que a história conceitual pode e deve colaborar com investigações no campo da Comunicação Social. Koselleck (2006), uma das referências teóricas deste conceito, discute em seus textos a recusa do tempo cronológico na construção do tempo histórico exatamente porque o primeiro alteraria o segundo. Assim, a história conceitual “abarca aquela zona de convergência em que o passado, junto com seus conceitos, afeta os conceitos atuais. Precisa, pois, de uma teoria, pois sem ela não poderia conceber o que há de comum e de diferente no tempo”. (KOSELLECK, 2006, p. 124).

Tanto a afirmação de Koselleck quanto a de Marc Bloch – quando ressalta que “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p. 79) – devem, em nosso entendimento, ser compreendidas como complementos da construção histórica e sociológica de uma plataforma midiática.

Amparado nestes e em outros autores seminais da História, como Asa Briggs e Peter Burke (2006), o pesquisador Osmani Ferreira da Costa reforça a relação histórica entre mídia e poder, responsável pela própria consolidação da televisão no

Brasil. “a história da mídia como um todo, e da TV em particular, está estreitamente ligada a três fatores: o desenvolvimento tecnológico, a economia – que normalmente determina o item anterior – e o poder político do Estado” (COSTA, 2015, p. 20).

Historicamente, em relação à televisão “pré-1950”, todos (empresários, artistas, apresentadores, diretores e técnicos) estavam desbravando, abrindo fronteiras na área da comunicação e tal busca foi compreendida e reverenciada pela sociedade local. A televisão reflete parte das ações e do comportamento da sociedade brasileira, mas também digere, deturpa ou exagera estas mesmas ações (fatos) para que o telespectador encontre respostas fáceis (descoladas da História) às indagações que faz diante da tela.

É a espetacularização necessária para mobilizar (ou manipular) a sociedade que, segundo Guy Debord (2003), torna-se condição posta desde o surgimento do cinema e acentua-se a partir da segunda metade do século XX com o advento da TV. Na relação do ontem com o hoje, onde a sociedade vivencia as consequências das conjunturas reais e idealizadas no passado, é preciso consciência “desta” como de “outra” realidade audiovisual possível. Martín-Barbero e Rey (2004) também criticam a “perturbação do sentimento histórico” provocada pelas produções audiovisuais a partir de tudo aquilo que é instantâneo, pois:

(...) confunde os tempos e os achata na simultaneidade do atual, no ‘culto ao presente’ alimentado pelos meios de comunicação em seu conjunto e, em especial, pela televisão. Porque uma tarefa-chave, hoje, da mídia é fabricar presente: um presente concebido sob a forma de ‘golpes’ sucessivos sem relação entre si. (...) Com isso, nos enchemos de projeções, mas já não há projetos. (MARTÍN-BARBERO; Rey, 2004, p. 35, grifo dos autores).

Freire Filho (2008) afirma que a televisão, considerada hoje como principal meio de comunicação de massa brasileiro (e por que não mundial), foi determinada historicamente por ações políticas e socioeconômicas das classes dominantes da sociedade moderna. Por isso mesmo ela (a TV enquanto meio) permanece aberta a mudanças e assim, desta forma, precisa ser vista pelos pesquisadores.

É desnecessário frisar a atualidade política, econômica, social e cultural das questões levantadas naqueles longínquos anos 1930 – período em que a transmissão televisiva, a partir de uma unidade central para o consumo privado e doméstico, ainda não havia sido naturalizada. (...) a pesquisa serve para lembrar-nos o que o presente pode ser – ou poderia ter sido. (FREIRE FILHO, 2008, p. 140).

Assim como diversos comunicólogos, vários historiadores buscam preencher as lacunas entre audiência e a real identificação do público com a programação das redes de TV. Por meio de análises pontuais (resgatando, por exemplo a trajetória de um programa específico, líder de audiência em um determinado período) ou de cronologias que apontam avanços e retrocessos tal qual um gráfico oscilante em um plano cartesiano (como ascensão e queda de grandes redes, empresários ou artistas).

São investigações produtivas e importantes, mas que isolam o ambiente político-econômico de outros fatores que passam pelo processo cultural (a consolidação dos profissionais que se tornaram líderes de audiência passa pela identificação do público com estes mesmos ídolos, sejam eles representantes de programas de auditório ou de telenovelas reconhecidamente bem produzidos) e pelo desenvolvimento do jornalismo brasileiro ancorado no ambiente televisivo.

As plataformas atuais disponíveis para os telenoticiários (Internet, *smartphones*, *tablets*...) têm agitado ainda mais o *status quo* desta mídia, mas ainda são insuficientes, por exemplo, para eliminar o “horário nobre” já internalizado pelo espectador. Mesmo assim, alguns autores alertam para as leituras necessárias das realidades midiáticas, ainda mais quando o assunto é regionalização. Rogério Bazi (2001) reforça que as condições de regionalização envolvem identificações com segmentos diversos que, por sua vez, recorrem à cultura local. Assim, seria preciso:

(...) pensar o regional como um campo, uma vez que além de representações mentais (língua, sotaque, dialeto, caráter etc.) existem as representações objetais em coisas (emblemas, bandeiras, hinos, indumentárias etc.) e em atos-estratégia de manipulação simbólica, com o objetivo de determinar representações mentais que funcionam na prática e são orientadas para a produção de efeitos sociais. (BAZI, 2001, p.16).

Francois Jost (2004), ao nos oferecer “Seis lições sobre a televisão”, aponta o mesmo caminho quando trabalhamos com o desenvolvimento de pesquisas para avaliação de uma produção feita para a televisão.

Analisar um programa televisual implica examinar todos os elementos que participam de sua comunicação: revistas editadas pelas emissoras para informar os profissionais, dossiês de imprensa, entrevistas com os idealizadores ou autores, título da emissão, anúncios publicitários, etc. O conjunto dessas fontes contribui para formular a promessa feita ao telespectador, promessa essa cujo cumprimento será necessário conferir no espaço representado pelo próprio programa e com um público mais ou menos crédulo. (JOST, 2004, p. 30).

Se a história conceitual e social de uma mídia se entrelaça aos elementos constituintes das produções audiovisuais (sejam os profissionais, os experimentos, as concessões, legalizações, investimentos, constituição de público, etc.), o que dizer da trajetória da televisão no campo das leis e dos processos políticos democráticos que a constituem?

Aqui, nos amparamos na tese premiada³³ de Edna Miola intitulada “Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na imprensa” (2012). No seu trabalho, Miola apresenta as configurações históricas e, principalmente, políticas ao utilizar a percepção das ações públicas (legislativa, popular e midiática) antecedendo a consolidação do sistema público.

A diversificação do mercado da comunicação, aliada à própria pluralização das forças políticas em disputa no país, resultado da consolidação de sua democracia, pode ter favorecido uma alteração no modo de se legislar sobre a radiodifusão pública. Fato é que, depois de muitas décadas de abandono e instrumentalização (...) foi possível observar a tematização da radiodifusão pública em diferentes espaços, da esfera política à mediática, colocando as emissoras de TV de caráter público na agenda nacional. (MIOLA, 2012, p. 137).

Ressaltamos aqui que Miola não busca questionar se há condições para a radiodifusão pública se consolidar, mas se é possível constituir um sistema deliberativo sólido, envolvendo mídias e Legislativo, que ofereça arenas públicas para tal debate a partir da criação da EBC. Assim, não estamos apenas tratando de sistema público de comunicação, mas de uma agenda pública envolvendo a sociedade para debater o tema (condições apresentadas no capítulo sobre Comunicação pública).

No campo televisivo, as dificuldades em se criar tal agenda pública mais uma vez resvalam na estrutura calcificada da radiodifusão brasileira e na imobilidade dos atores que debatem o tema (a destacar os políticos, os empresários e os políticos-empresários da comunicação). Isso porque as mídias mediam (MARTÍN-BARBERO, 2008) e também “mediatizam” (DEBORD, 2003) as negociações de caráter público dando a aparência de “ação estatal”, anulando a essência democrática de tomada das

³³ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) premiou a pesquisadora da UFMG como a melhor tese em 2013 na categoria Ciências Sociais Aplicadas I. Premiação e download disponíveis em: <https://capes.gov.br/premiocapesdetese/edicoes-antiores/6590-teses-premiadas-em-2013>. Acesso em: jan. 2015.

decisões no campo da comunicação e colocando vestes de “ações autoritárias” e de “censura” supostamente propostas pelo Estado.

A principal dificuldade relacionada a essa abordagem reside na tensão entre as expectativas normativas da democracia deliberativa e as características intrínsecas ao campo da Comunicação (de frágil equilíbrio entre as finalidades comerciais da indústria da informação e do entretenimento e certos códigos de ética que sustentam sua credibilidade junto ao público). À primeira vista, parece pouco provável que os media, cada vez mais concentrados em grandes corporações, dedicados na maior parte do tempo ao entretenimento barato de alto retorno em audiência e anunciantes, venham a constituir esferas de debate público. (MIOLA, 2012, p. 100).

A observação final da pesquisadora coloca em evidência o transbordamento das produções fáceis que mantinha submersa qualquer possibilidade de reconfiguração do cenário midiático brasileiro. O excessivo percentual de propagandas e a quase absoluta ausência de gêneros plurais nas grades de programação das emissoras de rádio e TV do País, a impossibilidade de ver e ouvir em redes abertas vídeo-documentários, peças radiofônicas e programas voltados a minorias ou grupos à margem da sociedade de consumo (produções comuns em sistemas públicos consolidados em outros países).

Martín-Barbero e Rey (2004) conseguem fazer uma brilhante conexão entre a padronização da televisão e do rádio (temas que reunimos neste capítulo) no campo cultural (e de consumo) da sociedade moderna.

O que anima o ritmo e compõe a cena televisiva é o fluxo: esse *continuum* de imagens, que não faz distinção dos programas e constitui a forma da tela acesa. (...) No outro extremo do campo cultural, o rádio veio ritmar a jornada doméstica, dando forma, pela primeira vez, com seu fluxo sonoro, ao *continuum* da rotina cotidiana. De uma ponta a outra do espectro cultural, o fluxo implica dissolvença de gêneros e exaltação expressiva do efêmero. (MARTÍN-BARBERO; REY, 2004, p. 36, grifo dos autores).

A diferença, destacada pelos teóricos, entre os fluxos radiofônico e televisivo é que este último “constitui a metáfora mais real do fim dos grandes relatos pela equivalência de todos os discursos”, no qual informação, publicidade, ciência, pornografia, economia etc., se esvaziam na efemeridade e na ausência de debate que efetivem os temas como realmente pertinentes junto à sociedade. Para Martín-Barbero e Rey, a televisão vinha “preparando” o público para o ambiente comunicacional das redes sociais virtuais vivido hoje.

A mediação estratégica introduzida pelo fluxo televisivo remete, acima da experiência estética, aos novos 'modos de estar juntos' na cidade, às sociabilidades cotidianas que o caos urbano suscita, uma vez que, ao mesmo tempo que desagrega a experiência coletiva, impossibilitando o encontro e dissolvendo o indivíduo no mais opaco dos anonimatos, introduz uma nova continuidade: a das redes e dos circuitos, a dos conectados (MARTÍN-BARBERO; REY, 2004, p. 36).

Neste ambiente dos “conectados” desenvolveu-se a ideia de que a produção jornalística audiovisual entra em conflito com o exercício da liberdade de expressão de qualquer cidadão. Rothberg (2011) afirma que isso resultou, erroneamente, “em um sistema no qual a disponibilidade da informação se daria por meio de correspondente liberdade no acesso aos meios de sua disseminação generalizada”. Ele ainda pondera em seguida:

A simplicidade desse raciocínio logo se confrontou com a realidade dos mercados de comunicações de massa. Tais ideias foram contestadas e tiveram sua fragilidade, ou sua falsidade, revelada por quem dedicou mais atenção ao que ocorria na esfera simbólica tornada pública pelo jornalismo. Percebeu-se que, assim como os mercados de produtos materiais estavam sujeitos a várias distorções importantes que precisavam ser devidamente enfrentadas pelas políticas públicas, também os mercados de ideias eram distorcidos por diversos fatores (ROTHBERG, 2011, p. 2).

Percebemos, com isso, que os fluxos midiáticos presentes no “*continuum* cotidiano” de Martín-Barbero e German Rey (2004) impregnaram a produção jornalística televisiva, já que ela também deixou de analisar e investigar para tornar-se uma disseminadora de informação generalizada. Uma possibilidade de reversão está nos apontamentos do Coletivo Intervozes e também nas observações de Iluska Coutinho (2013, p. 25): pensar o direito à comunicação do cidadão como algo mais amplo que o direito à informação, pois, “o direito à comunicação pressupõe que os cidadãos tenham voz, que essa possa ser expressa, publicizada, também na mídia”.

No caso da televisão, ela deveria se transformar em meio disseminador da expressão livre do cidadão e não falso representante do mesmo, a ponto de a sociedade ter absorvido o errôneo termo “opinião pública” quando a voz das corporações midiáticas tomam o lugar da voz popular.

Em geral nos programas jornalísticos de televisão ocorreria uma tentativa de inserção de narrativas externas à emissora mais como parte do ritual estratégico de construção da objetividade do que de efetiva incorporação do outro (espectador), e de seus pontos de vista acerca dos fatos narrados na tela. Restritas em geral à inserção de sonoras com tempo reduzido, as evidências de cidadania eletrônica aproximariam os telejornais das emissoras

de televisão da condição de vitrine social, em lugar de se constituírem como praça de troca e interação efetiva (COUTINHO, 2013, p. 31).

A pesquisadora encontra na TV pública alternativa para reconfigurar as estratégias das corporações de viés comercial, onde a informação deve ser entendida efetivamente como algo a ser “consumido”.

Assim, neste capítulo destacamos as mídias elementares que compõem a radiodifusão no Brasil e que necessitam de concessões públicas: rádio e TV. No tópico a seguir trataremos do processo de formação dos sistemas públicos de comunicação, com destaque para o cenário brasileiro.

2.3 A formação do campo público da radiodifusão no Brasil

O Brasil conta com uma ação integrada envolvendo o Governo Federal e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC,³⁴ grupo que atua havia 20 anos e ganhou fôlego com a colaboração intensa de representantes de diversos segmentos da sociedade brasileira. Exemplo a destacar foi a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) em dezembro de 2009. A partir de reuniões estaduais preparatórias, a Conferência foi assim estruturada: 40% de representantes não-empresariais, 40% das organizações da sociedade empresarial e outros 20% representando os três poderes federais.

Os resultados estão no texto oficial editado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (CADERNO 1ª CONFECOM, 2010). No total, foram enviadas 6.119 propostas para apreciação dos participantes do evento, cujo tema era “Comunicação: Meios para a Construção de Direitos e de Cidadania na Era Digital”.

As propostas aprovadas nas Conferências Estaduais e Distrital foram amplamente debatidas em Brasília. Resultaram em 633 propostas aprovadas, sendo 569 nos 15 grupos temáticos de trabalho e 64 na Plenária final da Conferência Nacional. Outras 15 foram rejeitadas e 29 não apreciadas porque não houve tempo hábil para serem lidas no plenário em razão do encerramento da 1ª Confecom. (CADERNO 1ª CONFECOM, 2010, p. 7).

³⁴ Ver site: www.fndc.org.br

Dentre os avanços surgidos na Conferência estão determinações e leis como a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que estabelece a produção e veiculação mínima, diária, de 3h30 de conteúdo brasileiro nos horários nobres dos canais via cabo. A Confecom também lançou luz a novos debates e considerações sobre o Marco Regulatório das Comunicações, o Conselho Nacional de Comunicação e o Marco Civil da Internet.

Outro destaque foi o amparo legal para que os estados criassem os Conselhos Estaduais de Comunicação Social (CECS), determinação que resultou em ataques políticos e midiáticos em todo o país. Em diversos artigos e também em livro específico sobre os CECS, Venício Lima lembra que “a Confecom, boicotada, combatida e satanizada pelos principais grupos de mídia do país, teve todas as suas propostas transformadas – in limine – em propostas autoritárias, obscurantistas e de ‘controle da mídia’”. (LIMA, 2013, p. 69).

Mesmo sob ataques contínuos, a Confecom segue como referência pelo seu caráter inovador de debate público e de ação coletiva envolvendo a população e representantes dos três poderes. Do Legislativo, por exemplo, surgiu outra importante mobilização histórica: as reivindicações expostas no Seminário Internacional de Regulação da Comunicação Pública, promovido em 2012 pela Frentecom.

Paralela à Frente Parlamentar surgiu o Intervezes que desde 2003 organiza encontros nacionais, participa das reuniões oficiais do MC e desenvolve pesquisas que subsidiaram as ações do Ministério e da EBC durante os anos iniciais. A tese de Nordahl Neptune (2011), sobre a televisão pública no Brasil, apresenta detalhes destas ações e ótima reconstituição histórica sobre o tema.

Se no passado recente a democratização da comunicação nem chegava a ser colocada em pauta no Legislativo, hoje é possível perceber articulações iniciadas pelos próprios representantes públicos. Estes e outros temas incluídos na pauta da discussão nacional, como o Marco Regulatório da Mídia (que veremos mais a frente), complicam ações mais enérgicas por parte do sistema público:

Os meios de comunicação públicos passam por um processo de ascensão a partir da criação da Empresa Brasil de Comunicação. A companhia, após um ano de existência, enfrenta complexos desafios para sua consolidação relacionados à definição de sua identidade, à ampliação de sua oferta no território nacional e à constituição de processos que garantam seu efetivo caráter público (VALENTE, 2009, p. 287).

Estas ações integradas servem para discutir as mudanças no sistema midiático por meio do debate público paralelo e “anterior” ao debate político. Anterior porque faz-se necessário conceituar, inicialmente, o que é sistema público de comunicação para inseri-lo nas arenas políticas. O mesmo Jonas Valente – presidente do SJDF, funcionário licenciado da TV Brasil e também pesquisador e professor de pós-graduação sobre Comunicação pública – estendeu o campo deste debate quando nos concedeu entrevista em Brasília. Ele reiterou que há questões legislativas insuficientes e afirmou que até mesmo as TVs Câmara, Senado e Justiça teriam pouco amparo legal de configuração.

Eu dou aula sobre TV Pública. Nessa aula eu trabalho com a seguinte noção: pra definir o que é sistema público, mídia pública, campo público, você precisa combinar uma dimensão legal e política. E conceitual na verdade. As três coisas. Algumas coisas são dadas por um foco no conceito, outras na política, outras no que a legislação diz. Então, se a gente for olhar do ponto de vista da legislação, a nossa constituição é muito clara. Existem três sistemas: público, privado e estatal. Desses três sistemas, só o sistema público é regulamentado e ainda assim pela metade. Porque a única regulamentação que existe é na esfera federal. Mais especificamente do executivo federal. Porque a lei da EBC quando fala, ela não trata, por exemplo: o que são os veículos da câmara e do senado, ou o que são os veículos do judiciário? Então temos uma regulamentação muito específica que foi uma menção ao sistema público como dispositivo condicional para criar a EBC (VALENTE, 2015).

O Coletivo Intervozes, do qual Valente participa ativamente, apresenta este debate por meio de outra leitura: quando dizemos “emissora pública” estaríamos negando tudo aquilo que não é ou não consta nas emissoras comerciais. Isso significa inserir não apenas emissoras públicas e/ou estatais, mas todas aquelas com identidade não-comercial.

Assim, antes do sistema público, é preciso configurar o “campo público” de comunicação. Como exemplo, o Intervozes cita o histórico relatório da Comissão Carnegie de TV Educativa, publicada nos Estados Unidos em 1967 e considerada a base para muitos sistemas públicos de comunicação. O documento deixou claro a distinção entre emissora educativa e emissora pública, pois “a primeira visa os estudantes na sala de aula ou fora dela, dentro do quadro geral de ensino formal, enquanto a televisão pública visa ao público em geral”. (COMISSÃO CARNEGIE, 1967 apud INTERVOZES, 2009, p. 32). Ao delimitar claramente tais campos, o relatório afirma que ambos se complementam, mas não podem ser tratados como iguais.

Está aí a abordagem presente na gênese do Public Broadcasting Service (PBS) dos Estados Unidos, bem como na recente criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) em nosso país. Não por acaso o contexto dessa perspectiva é o cenário de hegemonia dos meios de comunicação comerciais e o enviesamento dos conteúdos transmitidos por estes, que seguem a lógica da produção de audiências para a venda de anúncio publicitários em detrimento do atendimento das diversas necessidades do(s) público(s) (INTERVOZES, 2009, p. 32-33).

Não detalharemos aqui as concepções diversas elencadas pelo Intervozes, mas convém registrar que o coletivo construiu – ao longo das análises envolvendo modelos de sistemas públicos em todo o mundo – seis configurações de mídia pública. São elas: elitista, educativa, pública não-estatal, pública como alternativa à mídia comercial, cultural e aparelhos do Estado (INTERVOZES, 2009, p. 26).

Em nosso entender, a conformação da EBC se assemelha mais com o modelo de “alternativa à mídia comercial”, tal qual funciona o PBS norte-americano. Este modelo ganha respaldo inclusive da Unesco:

Não é apenas uma questão de produzir os tipos de programas que outros serviços não estão interessados em fazer, visando audiências rejeitadas por outros. É uma questão de fazer diferente, sem excluir nenhum gênero. Este princípio deve comandar os radiodifusores públicos a inovar, criar novos gêneros e formatos, dar o exemplo no mundo audiovisual e estimular outras redes a seguir o exemplo (UNESCO, 2000, p. 8).

O Intervozes referenda essas prerrogativas e destaca ainda que:

Ao buscar outros parâmetros de qualidade inovadores, diversos e mais profundos, a mídia pública apresenta outros referenciais que podem qualificar a condição do receptor em relação às mensagens dos meios comerciais, seja pela apresentação de outras versões daquela informação, seja pelo estímulo frequente à reflexão crítica acerca dos fenômenos (INTERVOZES, p. 2009, p. 35).

Como foi abordado anteriormente, sobre o atual quadro da realidade brasileira no campo da radiodifusão é necessário apontar as tentativas de mudar este cenário a partir de novas ferramentas e iniciativas públicas. A tentativa de criar uma rede pública de radiodifusão brasileira vem sendo articulada há pelos menos 30 anos, como demonstram os estudos de Zuculoto (2011). O movimento ganhou maior impulso a partir de 2007, com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que nasceu com a missão de articular e implantar uma Rede Nacional de Comunicação Pública. Esse período de transição foi acompanhado por importantes grupos brasileiros de

pesquisa na área de Comunicação Pública, como o Coletivo Intervezes, principalmente no que se refere aos primeiros passos da EBC.

Outro importante processo foi o projeto do Marco Regulatório da Mídia, para organizar, entre outros temas, a convergência dos meios de comunicação e a possível criação de uma agência para gerenciar as concessões (MOREIRA, 2011, 2011b). As propostas para tal regulação eram discutidas pelos diversos segmentos da sociedade e as reivindicações do segmento não comercial de radiodifusão foram estabelecidas em encontros com a Frentecom³⁵ e a secretaria de comunicação da Câmara dos Deputados.

Entre as principais reivindicações estavam a descriminalização dos radialistas comunitários, a instalação de conselhos curadores nas emissoras de campo público, além de pontos muito importantes relativos ao financiamento das emissoras, como a “implantação de fundo público para financiar o campo público de comunicação”, o “disciplinamento do uso de recursos da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública não destinados à EBC”, a adoção de política de destinação de percentual de recursos da publicidade de governo e empresas estatais para as emissoras do campo público e a possibilidade de recebimento desses recursos por parte de emissoras comunitárias e universitárias (OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO, 2012).

Por meio dessas observações verifica-se que a EBC foi instituída para atuar como força motriz de uma rede pública envolvendo suas afiliadas e também empreendimentos diversos não-comerciais. Tal configuração será debatida com maiores detalhes a seguir, quando trataremos também da estrutura da Empresa.

2.4 A Estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

A criação da EBC ocorre em 2007 por meio da Medida Provisória nº 398, assinada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir dali passou a existir no Brasil a terceira modalidade de radiodifusão prevista no Art. 223 da Constituição

³⁵ Disponível em: <<http://frentecom.wordpress.com>> Acesso: ago. 2015.

Federal, “observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Depois da análise empreendida sobre as características da radiodifusão no Brasil, assim como os conflitos existentes no âmbito das emissoras sob a gestão da EBC como um sistema público de comunicação, passamos a detalhar parte das reconfigurações da Empresa e também as suas condições ao completar dez anos de atividade.

Uma forma de expor as variações que envolvem direta ou perifericamente a EBC é escalonar os principais nomes e momentos históricos em uma linha do tempo que marca a década de funcionamento da EBC, com interferência dos momentos políticos do Brasil, conforme o quadro a seguir.

Ano	Principais fatos históricos
2007	- Medida Provisória 398/2007 - Institui princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública e configura a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). - Fim da Radiobrás: o jornalista Eugênio Bucci deixa a presidência da estatal depois de quatro anos.
2008	- Criada a Lei 11.652/2008 ou Lei da EBC. - Espólios da Radiobrás e Acerp são repassados para EBC.
2009	- Realizada a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) em Brasília (14 a 17 de dezembro).
2010	- Em abril, a jornalista Helena Chagas é substituída por Nereide Beirão (2010-2015) na direção geral de Jornalismo da EBC.
2011	- Realizado o primeiro concurso para ampliação do quadro de jornalistas da EBC: foram aprovados 102 profissionais – 30 gestores de comunicação; 72 repórteres e editores. - Instituída a Lei 12.485/2011 que, entre outras determinações, estabelece a produção e veiculação mínima (3h30 diárias) de conteúdos brasileiros nos horários nobres dos canais de TV por assinatura.
2012	- Realização do Seminário Internacional de Regulação da Comunicação Pública promovido pela Frentecom.
2013	- Apresentado o Plano de Trabalho que propõe ampliação das quatro geradoras e 15 canais abertos para 32 emissoras de TV (geradoras e retransmissoras) em áreas distantes das capitais (incluía, por exemplo, Foz do Iguaçu na tríplice fronteira sul).

	<ul style="list-style-type: none"> - Interdição, em março, de prédios das duas históricas emissoras de rádio do país, a Rádio MEC e a Rádio Nacional, ambas sediadas no Rio de Janeiro e integradas à EBC.
2014	<ul style="list-style-type: none"> - Joseti Marques é nomeada para o primeiro mandato como ouvidora-geral da EBC em fevereiro. - Iniciada em março a operação Lava Jato, conduzida pelo Ministério Público, para investigar a corrupção nos ambientes estatais em diversos níveis.
2015	<ul style="list-style-type: none"> - Demissão da diretora de Jornalismo da EBC, Nereide Beirão, em agosto. - Ricardo Melo assume a direção de Jornalismo da EBC em novembro. - Criado o núcleo interno de pesquisadores da EBC para debater questões de gerenciamento e conteúdo em conjunto com o Conselho Curador.
2016	<ul style="list-style-type: none"> - Joseti Marques é reeleita ouvidora-geral para mais dois anos durante a 60ª Reunião Ordinária do Conselho Curador, realizada em 25 de fevereiro. - Ricardo Melo deixa a direção do Jornalismo para assumir a presidência da EBC em maio. Em junho, ele é afastado por portaria do presidente interino, Michel Temer, mas segue no mandato por meio de liminar do STF. - Seminário "O futuro da comunicação pública" é realizado pela UnB em parceria com a Universidade do Minho (Portugal), com o apoio do Conselho Curador da EBC em junho. - 31 de agosto: aprovado o impeachment da presidente Dilma Rousseff - 1º de setembro: extinto o Conselho Curador da EBC, por meio da Medida Provisória (MP) nº 744. - 8 de setembro: cai a liminar do STF que mantinha Ricardo Melo na presidência da EBC. - 9 de setembro: o jornalista Laerte Rímoli assume a presidência e Lourival Antonio de Macedo assume da direção de Jornalismo da EBC - 16 de novembro: funcionários da EBC entram em estado de greve.
2017	<ul style="list-style-type: none"> - EBC completa dez anos de atividade sem previsão de ampliação da estrutura física. - em janeiro, direção da EBC segue com o PDV (Plano de Demissão Voluntária) na tentativa de reduzir em 15% o nº de funcionários da Empresa.

Em quase uma década, foram poucas as mudanças na EBC em relação à infraestrutura. Documentos oficiais defendem “a certeza de ter avançado muito no processo de construção da comunicação pública brasileira” (EBC, 2013, p. 5). O Plano de Trabalho aponta aqueles que deveriam ser os cinco avanços principais da EBC, resumidos a seguir:

- 1- organização da Rede Nacional de Comunicação Pública, mediante cooperação e colaboração com entidades públicas e privadas;
- 2- formatação do modelo de produção, empacotamento e distribuição de rádio e televisão responsável pela difusão de mais de 400 mil horas - 350 mil de rádio e 50 mil de televisão, incluindo internacional;
- 3- ampliação e modernização da rede própria de radiodifusão, composta por 18 emissoras de rádio consignadas (nove operadas diretamente e outras nove em parcerias com Universidades e Forças Armadas), sete geradoras de televisão analógica (quatro operadas diretamente e três por meio de parcerias com universidades), cinco geradoras de televisão digital operadas diretamente e dez retransmissoras de televisão;
- 4- iniciado o programa para estimular a formação e o treinamento de pessoal para atividades de radiodifusão, comunicação e serviços, a partir da cooperação com o Ministério das Comunicações a UNESCO, para a criação da Escola Nacional de Comunicação Pública;
- 5- Aprimoramento da prestação de serviços de radiodifusão e comunicação, antes prestados pela Radiobrás, para produção e distribuição em múltiplas plataformas de atos e matérias do Governo Federal.

Ao analisarmos os dez anos de atividades da EBC, verificamos que poucos dos avanços foram efetivados. O primeiro tópico, amplo e generalizado, pode ter sido concretizado se aliado ao item 2 (que trata das emissoras de responsabilidade direta), mas não se materializa quando o assunto é unir todas as emissoras públicas atuando em rede. Basta verificar a desconexão com emissoras de rádio e televisão educativas das universidades federais e estaduais, assim como a falta de engajamento para tornar emissoras comunitárias efetivamente vinculadas a interesse específicos da população ao invés de serem gerenciadas por empresários, igrejas e políticos locais.

No item 2, modelos chegaram a ser formatados e desenvolvidos em projetos específicos como o Programa Especial, focado nas pessoas portadoras de deficiências, e o Estação Plural, criado para atender o público LGBT. No entanto, é preciso considerar que conteúdos televisivos - “37% são de produção própria, 33% por meio de parcerias e 30% licenciados” (EBC, 2013, p. 5-6) - não conseguiram seguir essa tendência. Isso desequilibrou a distribuição da produção trazendo a responsabilidade para a EBC, pois cerca de 60% da produção é da Empresa, seguida por programas efetivados por licitação e poucas parcerias com emissoras públicas regionais.

Em relação ao item 3 apontado no Plano de Trabalho (EBC, 2013) era fato que o número de emissoras próprias segue igual, conforme a configuração disponível no website oficial da Empresa: oito emissoras de rádio, dois canais de televisão e duas agências de notícias - uma para conteúdo impresso, outra para conteúdo de rádio. A lista de meios da EBC era a seguinte: TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro (1.130 KHz), Rádio Nacional AM de

Brasília (980 KHz), Nacional FM de Brasília (96,1 MHz), Rádio MEC AM do Rio de Janeiro (800 KHz), MEC FM do Rio de Janeiro (99,3 MHz), Rádio Nacional da Amazônia OC (11.780 KHz e 6.180 KHz), Rádio Nacional AM do Alto Solimões (670 KHz), Rádio Nacional FM do Alto Solimões (96.1 MHz) e Radioagência Nacional. No website da EBC, o conteúdo produzido e veiculado em rede era assim apresentado:

Os veículos da EBC têm autonomia para definir produção, programação e distribuição de conteúdos. Atualmente, são veiculados conteúdos jornalísticos, educativos, culturais e de entretenimento com o objetivo de levar informações de qualidade sobre os principais acontecimentos no Brasil e no mundo para o maior número de pessoas (PORTAL EBC, 2016)³⁶.

Para atender o item 4 foram realizados treinamentos e seminários internos, mas a Escola Nacional de Comunicação Pública (ENCP) nunca saiu do papel. A intenção era criar uma estrutura pública de aprendizado nos moldes da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em funcionamento desde 1986 e mantida pelo Governo Federal.³⁷

Em reportagem divulgada no Observatório da Radiodifusão Pública da América Latina (2014),³⁸ a ouvidora da EBC Joseti Marques chegou a apresentar o projeto inicial da Escola durante reunião do Conselho Curador em 14 de maio de 2014. Os conselheiros elogiaram a proposta, mas pediram que a mesma fosse reescrita “incluindo novas formas de participação da sociedade na construção da Escola, para uma posterior reapresentação ao Conselho”.

Os conselheiros pontuaram a necessidade do projeto ser ampliado, incluindo a contribuição de universidades confessionais e privadas, dos parceiros de rede da EBC, de movimentos sociais e entidades da sociedade civil, de produtores de conteúdo colaborativo e comunitário, e de veículos públicos de outros países, especialmente da América Latina (OBSERVATÓRIO DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA DA AMÉRICA LATINA, 2014).

Houve controvérsias sobre a real utilidade de um centro de formação. Isso porque, antes de pensar na disponibilidade geral do atendimento da Escola, havia cobranças dos funcionários para aperfeiçoamento profissional, como afirma o presidente do SJDF.

³⁶ Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/a-empresa>>. Acesso em: nov. 2016.

³⁷ Acessar o website da ENAP: www.enap.gov.br

³⁸ Disponível em: <www.observatorioradiodifusao.net.br/index.php/destaques/1554-a-criacao-de-uma-escola-nacional-de-comunicacao-publica>. Acesso em: out. 2016.

Você precisa formar os seus profissionais. A EBC tem que entender. Aí o Nelson Breve vai lá e dá uma declaração para uma entrevista esses dias: “a EBC precisa ter uma cultura de inovação”. Concordamos! Cadê a formação? “Ah, tem um milhão e setecentos mil só para a educação corporativa”! Isso não é nada! O repórter da agência vai viajar para cobrir a greve dos professores no Paraná, aí alguém vira para ele e fala assim “você vai fazer para TV também”. Aí o sujeito já fica meio assim porque não sabe fazer para TV. Como é que ele vai? Está no acordo coletivo, há dois anos (...) inclusive, não necessariamente é só formação. É qualificação, atualização e reflexão coletiva (VALENTE, 2015).

Uma Escola para formação em Comunicação Pública seria de grande valia para evitar que as decisões sobre aperfeiçoamento profissional fossem exclusivas da direção, independente da ideologia ou do viés político da presidência do momento. Para a então diretora de jornalismo Nereide Beirão, por exemplo, a Escola demandaria um grupo de profissionais originários do mercado de mídia tradicional. Isso gerou polêmicas, visto que havia a expectativa de aprovação de “profissionais de mercado” no concurso de 2011.

No concurso, evidente que não é geral, houve bons profissionais que foram contratados via concurso também. Mas a prova do concurso foi muito teórica, então selecionou profissionais sem nenhuma experiência de mercado. (...) Eu estou falando sério. Todo mundo que é bom de serviço, que tinha alguma experiência, não passou (BEIRÃO, 2015).

Ainda sobre concurso público, em outro Plano de Trabalho da direção executiva da EBC (2012) havia previsão (efetivada) para o fortalecimento da programação radiofônica e do jornalismo, com a perspectiva de novas contratações derivadas do primeiro concurso para ampliação do quadro de profissionais realizado em 2011 (EBC, 2012, p.38). Na seleção de profissionais foram aprovados 102 jornalistas, sendo 30 gestores de comunicação e 72 repórteres e editores.

Em entrevista à pesquisa, o então diretor de Jornalismo da EBC, Ricardo Melo, comentou a suposta ineficiência dos concursos para selecionar “profissionais tarimbados” oriundos do mercado. “Em termos de mão de obra, às vezes o concurso não consegue fornecer uma mão de obra com a expertise técnica que o jornalismo precisa ter. Agora isso não implica que eles não possam vir a ter.” (MELO, 2015). Apesar de se mostrar mais ponderado, sugerindo que houvesse uma “mescla de jornalistas”, o diretor foi incisivo em um ponto: a formação acadêmica do jornalista.

Sempre defendi que a gente tem que fazer uma mescla, uma mistura. Pegar gente qualificada do mercado, tarimbada, que seja reconhecida, jornalistas

reconhecidamente competentes, talentosos, investigativos e que tenham empatia com o público com as pessoas que estão aqui, e ir formando áreas do dia a dia. Até porque minha visão do jornalismo, eu acho faculdade de jornalismo uma perda de tempo. (...) Vocês que estão me ouvindo: é uma perda de tempo. Eu não fiz faculdade de jornalismo (MELO, 2015).

Jonas Valente, que além de sindicalista é pesquisador na área de Comunicação Pública, discorda totalmente da visão dos presidentes que passaram pela EBC quando os temas são experiência profissional e formação complementar, principalmente em relação ao entendimento do jornalismo nas mídias públicas.

Defendo que isso deve ser combinado com uma cultura de formação, reflexão e inovação permanente, por quê? Porque sempre vai entrar gente nova. E aí a empresa tem que dar conta de formar os seus quadros, e não formar os seus quadros falando assim “ah, então vamos trazer aquele cara da Globo pra ele ensinar pra gente como é que é o jornalismo”. A EBC não tem uma periodicidade de formação sobre o que é comunicação pública (VALENTE, 2015).

Nereide Beirão destacou que havia constantes atividades internas de formação complementar, mas lamentou o fato de a maioria ser teórica. Para a ex-diretora de Jornalismo, havia carência de conhecimento – por boa parte dos concursados – em áreas primordiais como estrutura de reportagem e até redação e língua portuguesa.

Cursos, a gente mesmo fez aqui no jornalismo [da EBC]. Mas eram cursos muito mais temáticos do que práticos. Então, você tem um curso sobre “ah, questões como tratar do trânsito, como tratar da violência, alguns cursos da área de planejamento”. Cursos mais teóricos de informação pra cobertura de determinados assuntos. Mas essa coisa básica do fazer, do produzir, você pressupõe que muitas das pessoas já sabem, mas como não sabe? Redação, português, roteiro, como você constrói uma matéria, edição. Captação de imagem. Como é que o repórter constrói a matéria, essas coisas (BEIRÃO, 2015).

Se há embates sobre a necessidade ou não de uma Escola Nacional de Comunicação Pública, o item final do Plano de Trabalho (2012) transita polemicamente entre o público e o estatal. No item 5, relativo ao aprimoramento da prestação de serviços de radiodifusão e comunicação do governo federal, houve melhorias na agência de notícias e nos equipamentos da NBR, visto que mais transmissões ao vivo foram efetivadas em diversos pontos do país, sempre, onde o presidente em exercício estava presente.

Situação parecida ocorreu em A Voz do Brasil: desde a gestão de Eugênio Bucci, na presidência da Radiobrás (extinta em 2007) até o final de 2016 houve pelo

menos quatro grandes mudanças estéticas e de linha editorial no programa que leva as informações do governo federal para o público por meio do rádio. A principal ocorreu em 1º de setembro de 2003, quando um editorial lido pelo apresentador demarcou as mudanças propostas por Bucci:

Esta nova fase da Voz do Brasil vem para atender, com mais eficiência, ao direito que você tem de estar bem informado. Isso mesmo, um direito. Vamos repetir: estar bem informado é um direito fundamental que você tem. (...) É por isso que A Voz do Brasil está mudando: para ser um serviço mais democrático, mais acessível e mais claro, sempre a serviço do cidadão e da cidadã. E de mais ninguém (BUCCI, 2015, p. 140).

Com as mudanças na Presidência da República após o processo de impeachment, as estruturas estatais de comunicação (TV Câmara, TV Senado, TV Justiça, NBR) pareceram ser as menos afetadas, mas seria necessário um bom levantamento quantitativo e qualitativo das produções, não previsto por esta pesquisa. Mesmo assim, convém registrar a importância de compreender que um sistema público de comunicação engloba atividades educativas, de prestação de serviços e de informação de caráter estatal. Valente explica melhor esta configuração onde as funções aparentemente estão diluídas.

Existe um debate conceitual e político sobre [se] a Voz do Brasil e a NBR deveriam estar dentro da EBC ou não. Se a gente pegar do ponto de vista legal, a EBC não faz comunicação pública e estatal. Inclusive, tem que explicar isso para os próprios diretores da EBC. **A EBC faz comunicação pública e pode prestar serviço** [para o Governo]. E, nessa prestação de serviço, aí sim, entre outras coisas, ela opera, não é dela, não é da sua natureza, mas ela opera determinados produtos ou veículos que são de comunicação governamental e que podem ser encaixados dentro do sistema estatal embora não haja uma regulamentação clara do sistema estatal (VALENTE, 2015, grifo nosso).

O maior impacto nos dez anos de existência da EBC foi a mudança estrutural a partir de setembro de 2016. O website oficial passou a apresentar da seguinte forma a configuração da Empresa: “A sua estrutura é formada por: Assembleia Geral; Órgãos da Administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) e Órgãos de Fiscalização (Conselho Fiscal e Auditoria Interna)” (PORTAL EBC, 2016). Ressaltamos que até agosto desse ano, o site incluía entre os órgãos de fiscalização o Conselho Curador, extinto por meio da MP 744, de 1º de setembro de 2016.

O importante a destacar aqui é que a extinção do Conselho Curador levou com ela diversas ações de monitoramento, como se tivéssemos presenciado a demolição

de um observatório múltiplo. O Conselho sediava diversas câmaras de poder consultivo, a começar pela Câmara de Jornalismo. Nereide Beirão falou sobre elas durante a entrevista concedida a esta pesquisa.

O Conselho Curador tinha algumas câmaras de, era... jornalismo, era rádio, programa infantil, programação infantil, infanto-juvenil. Aí eles mudaram essas câmaras, recentemente. Mas a Câmara de Jornalismo e Esporte sempre continuou, porque, o foco deles é sempre esse (BEIRÃO, 2015).

Com o fim do Conselho Curador, as câmaras deixam de ter “proteção para agir e se reconfigurar”, ficando à mercê de mudanças vindas “de cima para baixo”. Um dos órgão complementares que enfrentaram mudanças de transição foi o Comitê Editorial formado por representantes das diversas redações da EBC. Nereide Beirão destacou que, excetuando o setor de serviços estatais, havia jornalistas de todos os veículos midiáticos da Empresa.

Inclusive no caso do portal da EBC, que não era do jornalismo. Então todas as áreas da EBC onde existe jornalismo e público. Não tem ninguém da diretoria de serviços, por exemplo. Mas, quem faz jornalismo público, tem representante aqui. A gente tentou também colocar pessoas não só de Brasília, mas de Brasília, Rio e São Paulo. Além disso, que é um critério que o Conselho Curador insistia: (...) diversidade, ficar preocupado com a questão do gênero (BEIRÃO, 2015).

Estas foram algumas ponderações sobre a década de existência da EBC. Dentre tantas mudanças analisadas nesta tese (em detrimento de outras que não poderão ser detalhadas pelo fato de seguirem em transformação depois do encerramento desta pesquisa), alguns pressupostos não sofreram alteração por terem sido determinados coletivamente pelos conselhos deliberativos: a missão, a visão e os valores, frequentemente citados na programação e sempre destacados no portal da Empresa:

Missão: criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas.

Visão: ser referência em comunicação pública.

Valores: temos compromisso com a comunicação pública. Acreditamos na independência nos conteúdos, na transparência e na gestão participativa. Defendemos os direitos humanos, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania. Valorizamos as pessoas e a diversidade cultural brasileira. Cultivamos a criatividade, a inovação e a sustentabilidade (PORTAL EBC, 2015, grifo nosso).

As referências aos valores propostos e assumidos pela Empresa fazem paralelo a pressupostos europeus. No entanto, Rosario Pérez e Laura Saura (2009) apontam tais definições como ação direta do Estado, como uma espécie de condição que já daria contornos prévios ao serviço público de radiodifusão (aqui, especificamente, nos estudos sobre televisão).

A regulação do pluralismo e concentração dos meios de comunicação, promoção de culturas e línguas, assim como a regulação de prestação de serviço público de radiodifusão são de responsabilidade essencialmente nacional (dos estados-nação e dos diferentes tipos de administração regional e local) (PÉREZ; SAURA, 2009, p. 25, tradução nossa)³⁹.

Tais afirmações parecem as mesmas convicções dos conselhos da EBC, mas pressupõem condições de regulação e equilíbrio constantes, tanto técnica quanto de conteúdo. É como se o Estado não apenas orientasse ou determinasse estas configurações, mas que servisse de referência contínua, apresentando modelos sólidos que possam nortear entretenimento e informativos jornalísticos.

Podemos ainda traçar um paralelo entre a configuração legal da EBC e a determinações constitucionais para a produção audiovisuais da radiodifusão em nosso país. O artigo 221 do capítulo V da Constituição da República Federativa do Brasil determina que as emissoras de rádio e televisão devem atender os seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
 II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
 III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Tais pressupostos estão previstos nos “valores institucionais” da EBC, aqui novamente lembrados: “Defendemos os direitos humanos, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania. Valorizamos as pessoas e a diversidade cultural brasileira. Cultivamos a criatividade, a inovação e a sustentabilidade” (PORTAL EBC, 2015). Mas, como funcionaria isso na prática? Como perceber tais valores na produção

³⁹ “La regulación del pluralismo y la concentración de medios de comunicación, la promoción de las culturas y lenguas, y la regulación y prestación del servicio público radiotelevisivo, son responsabilidad mayoritariamente nacional (de los Estados centrales y de los diferentes tipos de administración regional y local)”

radiofônica e visual diária de uma emissora? As emissoras de caráter privado também conseguiriam incluir tais premissas em suas programações?

Entendemos que tais questionamentos são pertinentes e necessários, mas queremos focar e fazer conexão das análises deste capítulo com o profissional – sujeito histórico que aqui colocamos como mediador desta relação/tensão entre Estado, mercado e sociedade –, ao mesmo tempo em que se posicionaria como baliza, guia e guardião das determinações constitucionais para a radiodifusão: o jornalista profissional.

No capítulo a seguir, o foco estará nesses agentes, com destaque para o jornalista e o seu ambiente: a formação profissional e a condição de seus atributos envolvendo função pública dentro de um ambiente majoritariamente privado da comunicação, seja no chamado jornalismo tradicional ou no jornalismo pós-industrial.

3 O JORNALISTA E O JORNALISMO PÚBLICO DA EBC

Uma instituição que se exime de informar jornalisticamente a sociedade e que abre mão de debater ideias que interferem nos rumos políticos da nação renuncia à sua própria identidade

Bucci, 2015, p. 108

No campo público da Comunicação, o objetivo não é buscar resultados quantitativos, mas oferecer alternativas para dispersar/difundir cultura e conhecimento em um ambiente engessado por fórmulas repetitivas de sucesso comercial. Gomes (2007, p. 92) lembra que, historicamente, nunca houve tanto desenvolvimento científico e de práticas sociais que poderiam beneficiar a maioria da população mundial. No entanto, “esse conhecimento, tanto quanto à produção quanto ao acesso, não está equitativamente distribuído na sociedade”.

Este ambiente é propício para o principal objeto empírico desta pesquisa: o jornalista e/ou o comunicador social que atuam na produção da notícia. Há possibilidades abertas pelas redes alternativas, não só das emissoras da EBC, como também das outras 34 emissoras educativas e estatais que, juntas, formam a ARPUB. As comunitárias também são um campo aberto que podem buscar integração ainda maior com as universidades.

O problema é que o jornalista e/ou comunicador social aparentemente se tornaram reféns da cadeia produtiva – repetimos – de informação clássica e engessada. Um processo produtivo que – como preveem os relatórios norte-americanos sobre o jornalismo pós-industrial (ANDERSON, BELL e SHIRKY, 2013) – deveria ter em primeiro plano o conhecimento e a habilidade prática destes profissionais, como elementos fundamentais para a manutenção da credibilidade das instituições jornalísticas e para a reformulação do valor da notícia no atual momento histórico de transição e junção de plataformas midiáticas⁴⁰.

⁴⁰ Situação que apresentamos também em Dias e Moreira (2014).

Entendemos o profissional da comunicação (aqui, não apenas o jornalista) como uma das molas-mestras tanto da indústria cultural quanto do jornalismo industrial que apresenta, há anos, características pós-industriais.

Sobre os “não profissionais” atuando colaborativamente na produção de notícias neste início de século, Anderson, Bell e Shirky defendem que “o jornalista não foi substituído – foi deslocado para um ponto acima na cadeia editorial”. Os autores enaltecem a ação de cidadãos conectados e reforçam que o jornalista “já não produz observações iniciais, exercendo agora uma função cuja ênfase é verificar, interpretar e dar sentido à enxurrada de texto, áudio, fotos e vídeos produzida pelo público” (ANDERSON, BELL e SHIRKY, 2013, p. 43).

Assim sendo, os jornalistas estariam preparados para atender a essa demanda no momento em que enfrentam a aglutinação extrema do trabalho dentro e fora das redações, a exemplo do Mojo, Movement Journalist (“jornalista em movimento”, profissional equipado para viajar e produzir textos, fotos, vídeos e *audiocasts*), conforme a definição de Crucianelli (2010)? Talvez a questão recaia mais sobre o grau de impacto desse tipo de desempenho nas organizações de mídia.

Uma pequena amostra da estreita linha que separa o “jornalista multimidiático” do “jornalista acumulador de funções” está no artigo de Marcelo Kischinhevsky (2010) sobre “o discurso da convergência inevitável” usado para condicionar mais tarefas aos profissionais de jornais como O Globo.

O jornalista multitarefa também é identificado no levantamento de Jaques Mick (2013) sobre os fotojornalistas brasileiros: menos de 2% dos profissionais afirmam ter registro como repórter fotográfico, mas 35,4% responderam que produzem fotografias para a sua organização de mídia. Na extensa pesquisa – que tem origem na parceria entre a UFSC e a FENAJ para analisar 2.731 questionários entre os mais de 5 mil preenchidos pelos profissionais – estão explícitas as condições precárias para o exercício da profissão no Brasil, disfarçadas em termos como empreendedorismo, jornalismo colaborativo ou jornalismo digital.

A pesquisa capitaneada por Mick detalha atribuições clássicas da profissão que podem ser deslocadas para todas e quaisquer plataformas. Exemplo: “dos jornalistas que trabalham em mídia no Brasil, 84,3% fazem reportagem, 83,1% fazem redação, e 67,9% fazem edição, embora só 46,5% sejam contratados como repórteres e 20,6% como editores” (MICK, 2013, p. 58).

Percebemos neste recorte da pesquisa que um “repórter” ou um “editor” pode exercer tal função no rádio, na TV, no impresso, em um portal de notícia e ainda em uma emissora no campo público (a TV Brasil, por exemplo). Utilizamos esta amostra para ressaltar que a formação acadêmica, que qualifica uma pessoa como jornalista profissional diplomado, coloca e/ou oferece ao estudante o máximo de experiências possíveis envolvendo funções previstas por lei federal. No entanto, as determinações legais afirmam que as funções devem ser exercidas nas redações, tanto que há adicionais para funções de editores de 30%, por exemplo.

Com isso queremos destacar que estamos também tratando do “jornalista” antes de se tornar repórter, editor, produtor, repórter fotográfico ou cinematográfico. O conceito que abordamos nesta pesquisa trata dele antes mesmo de ser profissional com algum apêndice ou complemento funcional (jornalista “de rádio”, “de TV”, “de impresso”, “de webnotícias”...). Jornalista é um profissional preparado e capacitado técnica e teoricamente para atuar em qualquer função prevista legalmente, inclusive as de chefia, gerência, assessoria, entre outras. Todavia, a função deve ser claramente estabelecido e remunerada.

Isto posto, retornamos às análises dos dados apresentados pelo grupo de pesquisa da UFSC sobre o perfil do jornalista brasileiro, com destaque para a carga horária e a dupla jornada. Segundo a pesquisa (MICK, 2013, p. 72) um em cada quatro jornalistas tinha mais de um emprego na área e apenas 11,6% atuavam na carga horária estabelecida por lei federal (jornada de 5 horas diárias ou 30 horas semanais). Outros 43,3% trabalhavam entre 5 e 8 horas, enquanto 40,3% exerciam diariamente a profissão, em jornadas que vão de 8 a 12 horas.

Há exemplos interessantes de jornalismo público ou de jornalismo “fora da mídia”, caso das assessorias de imprensa e das agências de comunicação (não de notícias). Nesses espaços são valorizados o desenvolvimento crítico e a formação acadêmica além da graduação em Jornalismo. Segundo Mick (2013, p. 72), aqueles que trabalhavam na mídia têm mais formação (66%) especificamente em Jornalismo do que os “fora da mídia” (51%). Mas os “fora da mídia” formavam o maior grupo com pós-graduação (quase 50% contra pouco mais de 30% daqueles que atuavam na mídia convencional).

Ressaltamos mais uma vez que a guinada da produção jornalística, deslocada da ênfase na investigação e na função social para a mera disseminação de informações (replicando o que as máquinas fazem hoje por processos algorítmicos

que dissecam fontes e “consumidores de notícia”), dificulta que seus caminhos sejam redirecionados e, mais ainda, reinventados. A comunicação pública pode oferecer condições – insistimos – de observação, análise, crítica e prática aos jornalistas interessados em restabelecer a investigação dos assuntos pertinentes, em âmbito local, regional ou nacional, sem pressões de resultados corporativos (índices de produção e de audiência).

Sob esse aspecto vale registrar o alerta da pesquisadora Edna Miola (2012), que faz conexão com aquilo que afirmamos antes: o (fazer) jornalismo é entendido como função pública, mas para ele existir é preciso a ação do profissional. Este, por sua vez, não consegue se desvencilhar dos interesses, sejam estes pessoais (manter a família, a moradia, as relações de amizade) ou profissionais (cargos e funções que ocupou, empreendedorismo e tensões no trabalho, esteja ele em ambiente público ou privado).

(...) o sistema dos media é heterogêneo e composto por instituições, agentes e práticas que se colocam em uma posição paradoxal entre os valores necessários para sustentar o prestígio do campo e as finalidades comerciais que sustentam as empresas. Se o Jornalismo pode ser entendido como arena para a deliberação pública, é preciso reconhecer empresas e profissionais do jornalismo como atores que sustentam interesses particulares – mesmo que procurem zelar pelo interesse público. (MIOLA, 2012, p. 135).

Até aqui tentamos compreender os campos de atuação dos profissionais da comunicação para relacioná-los com os conceitos relativos à Comunicação Pública. Nos próximos subcapítulos, buscamos constituir conceitualmente o “jornalista de mídia pública”, assim como expor as configurações deste profissional e as condições em que ele se encontra no Brasil, especificamente nas redações da EBC. As contribuições e análises a seguir são baseadas em entrevistas, levantamentos e observações realizados durante visitas às estruturas da Empresa Brasil de Comunicação.

3.1 Conhecendo o jornalismo de mídia pública

As abordagens e os apontamentos teóricos percorridos até aqui mostram uma condição paradoxal: a comunicação pública – especificamente um sistema público de

comunicação – como um campo promissor no Brasil, mas que esbarra em tensões e interferências políticas, assim como em formulações e premissas que podem não condizer com a realidade atual ou os caminhos propostos por teóricos e analistas para este segmento. De acordo com os documentos, depoimentos e análises de produções, temos que buscar respostas para o que planejar e como proceder na prática do jornalismo de mídia pública, além de avaliar quais as condições atuais que orbitam a produção jornalística e principalmente o profissional que a produz.

No decorrer das pesquisas não encontramos apenas configurações teóricas para o campo público da produção jornalística, mas também pesquisas analíticas e de abordagem crítica ou colaborativa sobre telejornais, radiojornais ou programas que contam com a atuação de profissionais concursados ou contratados pela EBC. Em trabalhos organizados por Iluska Coutinho (2013), por exemplo, estão alguns resultados alusivos ao que a TV Brasil produz, assim como diversas sugestões de aperfeiçoamento de remodelação das ações e estratégias envolvendo pautas, edições e veiculações de informativos jornalísticos. Não há como negar a preocupação de segmentos da academia em relação aos produtos audiovisuais da EBC.

O que invocamos e provocamos aqui são análises e propostas que focam o “fazer jornalismo”, aquilo que antecede a produção jornalística. Pensamos o “profissional atuando como jornalista”, considerando fundamental analisar as condições de trabalho, o ambiente, a legislação, o amparo técnico; mas também pensamos o “profissional sendo jornalista”: as relações entre jornalista e o público, o jornalista e a direção, o jornalista e própria empresa e, por consequência, o jornalista e a ética. No ambiente geral, público ou privado, Eduardo Meditsch entende a crise no jornalismo do século XXI no Brasil como uma percepção focada mais no descompasso tecnológico em relação à produção e menos no processo de recepção da informação noticiosa.

Pode-se dizer que o Jornalismo como instituição atravessa um período de crise, mas esta crise tem sido muito mal interpretada, porque ela não se explica pelos aspectos que têm sido enfatizados normalmente pelo idealismo presente na observação da mutação tecnológica, ou seja, ela não se centra no fato dos receptores e fontes terem se tornado potenciais produtores. A crise da instituição jornalística, na verdade, se localiza muito mais na concorrência observada na recepção do que na descentralização da produção. (MEDITSCH, 2012, p. 19).

Ser jornalista não significa apenas dar conta das atribuições técnicas como pautar, investigar, analisar, escrever, editar e publicar/apresentar (seja no impresso, rádio ou na TV), mas também enveredar pelas inter-relações que dão contornos ao profissional, como os pressupostos sindicais, éticos, coletivos e/ou corporativos. Como desenvolver um trabalho radiojornalístico na MEC AM, por exemplo, se o prédio no Rio de Janeiro seguia (até a finalização desta pesquisa) interditado por falta de condições de segurança, por exemplo? Como configurar condições isonômicas para os jornalistas no pool de emissoras que compõem a EBC quando pisos salariais e até mesmo cargas horárias se distinguem de Estado para Estado da Federação? Como oferecer um jornalismo plural para mais de 200 milhões de pessoas se os profissionais praticamente se concentram em três grandes polos (Brasília - Rio de Janeiro - São Paulo) e neles são produzidos cerca de 80% do conteúdo jornalístico e informativo?

Neste capítulo trataremos destas e de outras condições reais vividas pelos profissionais da EBC e ao mesmo tempo tentaremos construir pontes entre a compreensão do jornalismo de mídia pública (como conceito e profissão) e a atuação dos jornalistas nas redações (como trabalho e relação social, entre outras conciliações). Para isso, detalharemos observações resultantes de visitas às sedes da EBC em dois estados e no Distrito Federal, mostrando como as práticas, as relações e os meios interferem nas mídias, nas mensagens e na sistematização de um Jornalismo Público ainda em gestação no Brasil.

O foco deste segmento não é tratar das produções informativas e jornalísticas em si, como elencar e analisar os programas veiculados nas emissoras de rádio e televisão. Pesquisas anteriores conseguiram apresentar detalhes das produções e oferecer, inclusive, análises quantitativas sobre a programação. No campo das rádios públicas, temos o relato detalhado de Valci Zuculoto no livro “A programação de rádios públicas brasileiras” (2012).

Já no campo televisivo, Iluska Coutinho, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e referência frequente neste trabalho, discute o ambiente analítico de dados garimpados entre 2010 e 2016. Muitos artigos de Coutinho e demais integrantes da equipe dela foram publicados em anais de congressos, revistas científicas e livros, oferecendo várias perspectivas da trajetória da televisão pública.

No artigo em coautoria com José Tarcísio Oliveira Filho, a pesquisadora detalha um trabalho de nove meses que resultou no levantamento de mais de 100 programas veiculados na TV Brasil desde o seu surgimento, em dezembro de 2007, até março

de 2014 – 13 deles de caráter informativo (situação que praticamente não se alterou até o fim de 2016). Dentre os programas jornalísticos, as atenções dos pesquisadores recaíram sobre o Repórter Brasil, o principal telejornal da EBC apresentado em duas edições (às 12 horas e às 21 horas).

(...) pesquisadores da UFJF analisaram diariamente como esse telejornal se comporta diante das premissas do telejornalismo público. O trabalho foi viabilizado através de um convênio entre a instituição e a EBC, sendo uma forma de atender a demanda do conselho curador da emissora. No estudo, percebeu-se que há dependência das agendas oficiais, sendo que a maior parte das matérias era da editoria de cotidiano (32,32%), seguido pela política. As notícias internacionais, apareceram como superficiais. A constatação pode ser explicada pela dificuldade em enviar e manter correspondentes no exterior – realidade mais próxima das grandes empresas de comunicação, que possuem recursos para manter o “padrão globo de qualidade” – no que se refere a questões técnicas (COUTINHO; OLIVEIRA FILHO, 2014, p. 9).

Estas e outras pesquisas mostram a importância de levantamentos e análises a partir de observações do conteúdo da programação. São trabalhos que oferecem subsídios para entendermos as possibilidades e principalmente os limites da atuação do jornalista de mídia pública. Para tratarmos das condições legais, técnicas e profissionais do jornalista de mídia pública, temos que abordar as condições igualmente legais, técnicas e profissionais disponibilizadas pela EBC.

Assim, contribuíram para esta pesquisa as visitas à redações, análise de documentos oficiais e entrevistas feitas com diretores de jornalismo da Empresa e representantes dos funcionários e do sindicato que mediam a relação profissional neste ambiente público-midiático. Foram visitadas estruturas e redações em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Deixemos registrado que a proposta de visitar a EBC em São Luiz, no Maranhão, não se concretizou por questões de agenda e principalmente pelas turbulências políticas ocorridas dentro e fora da Empresa.

Para iniciar a empreitada é necessário expor as condições atuais de precariedade técnica e de espaço físico para os profissionais exercerem suas funções. Começamos com as rádios, das quais destacaremos duas das mais importantes emissoras históricas do país.

3.2 EBC Rio: precariedade estrutural

A Empresa no Rio de Janeiro – seja para cariocas e fluminenses ou para profissionais e pesquisadores de outras regiões – remete primeiramente a duas emissoras históricas do Brasil: a Rádio MEC e a Rádio Nacional. Portanto, não se deve estranhar que boa parte da abordagem do Rio de Janeiro, neste capítulo, está centrada mais nas emissoras radiofônicas do que na TV Brasil.

Outro motivo que justifica maior destaque às emissoras foi o fato de termos começado a viabilizar visitas aos prédios das rádios Nacional AM⁴¹ e MEC AM e FM ainda em 2013, a partir de contato inicial com Thiago Regotto, jornalista, pesquisador e coordenador da Rádio MEC FM no Rio. Regotto foi nosso colega de disciplinas como aluno de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da UERJ enquanto desenvolvia pesquisas que resultaram na dissertação intitulada “Que rádio é esse? Memórias, questionamentos e perspectivas do rádio não comercial brasileiro” (REGOTTO, 2016).

O pesquisador é pessimista, tanto na dissertação quanto na entrevista concedida a esta pesquisa, sobre as configurações da radiodifusão pública. À pergunta “Como coordenador de uma rádio pública, como vê a atual conjuntura do país para a mídia pública ou para o sistema público que ainda está em formação?”. A resposta na entrevista, realizada em 6 de agosto de 2016, foi enfática:

Não existe rádio pública no Brasil. A MEC, por exemplo, é um rádio educativa tentando ser menos ligada ao governo estatal e mais ligada a sociedade, pública. Avançamos, mas a dependência do orçamento mostra que ainda somos rádios educativas/estatais e nacional (oficial)/estatal (REGOTTO, 2016).

Os contatos com Thiago Regotto tiveram início em 2013, durante as primeiras disciplinas cursadas como parte do doutoramento, projetando ótimas chances para desenvolver visitas e entrevistas junto às emissoras (visto que viajavamos semanalmente do Paraná para o Rio de Janeiro para cumprir o calendário do PPGCom). Esse período coincidiu com a interdição, em março de 2013, tanto dos

⁴¹ Lembrando que a produção da Rádio Nacional FM está concentrada em Brasília, dividindo espaço e equipes de produção com as rádios Nacional Amazônia, Nacional Alto Solimões e Nacional Brasília AM.

estúdios da Rádio Nacional AM, instalados nos andares finais do prédio Joseph Gire (fundado em 1927 e conhecido pelos cariocas como edifício “A Noite”), na Praça Mauá, quanto do prédio das rádios MEC AM e FM, sediadas na Praça da República, número 141-A (imóvel com seis andares doado por Roquette Pinto para o Estado, com a condição de que a emissora permanecesse pública e independente). O pedido de interdição feito pelo Ministério Público do Trabalho deveu-se às péssimas condições de infraestrutura e de segurança para os funcionários.

Imagem 8 – Fachada do Edifício “A Noite”



Legenda: Fachada do Edifício “A Noite”, onde estão localizados os estúdios da Rádio Nacional. Fonte: Próprio autor, 2015.

Da estrutura disponível nestes edifícios, alguns equipamentos foram transferidos para “um puxadinho dentro TV Brasil (antiga TVE) na Lapa” (CARMONA, 2013), junto com todo o pessoal da redação. Assim, nossas visitas acabaram limitadas e pouco proveitosas, a ponto de descartarmos avaliações qualitativas e entrevistas com profissionais dessas emissoras por acreditarmos que, tanto as imagens quanto os depoimentos coletados poderiam ter conotações enviesadas, distorcendo parte do resultado da pesquisa.

As visitas ocorreram em dois momentos: nos dias 17 e 18 de abril de 2013 e nos dias 25 e 26 de novembro de 2014. Na primeira visita, foi impossível entrar no prédio da Rádio MEC dia 17 e na Rádio Nacional no dia 18, quando restou seguir para o prédio da EBC na Lapa, onde fizemos breves contatos com profissionais e transitamos pela estrutura da Empresa. O clima entre os funcionários era visivelmente

péssimo e não havia interesse em conceder entrevistas mais demoradas para esta pesquisa (ninguém, por exemplo, quis ser fotografado). Na agenda seguinte, a situação foi semelhante: passados meses desde a interdição, nova visita confirmou que as rádios Nacional e MEC seguiam com produções e transmissões de forma precária no mesmo espaço limitado da EBC na Lapa. Em entrevista ao jornal *O Dia*, a procuradora Cynthia Lopes, do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro, disse que os problemas eram os mesmos e que a estrutura necessitava de uma reforma geral, já que a questão não era apenas predial, mas também de caráter histórico. Segundo a procuradora, responsável pela vistoria que resultou na interdição,

Havia uma denúncia que apontava para a situação precária do edifício em relação às normas de segurança, higiene e acessibilidade que hoje devem ser respeitadas. Fomos ao local, identificamos esses pontos e cobramos providências (LOPES apud CARMONA, 2013).

Vale ressaltar que a direção da EBC acatou rapidamente as orientações do Ministério Público, transferindo o pessoal. A reportagem de *O Dia* destacou que, na avaliação de Cynthia Lopes, “a EBC tem se comportado exemplarmente ao compreender que os trabalhadores não podem atuar sob condições inadequadas” (LOPES apud CARMONA, 2013).

Imagem 9 - Entrada do prédio da Rádio MEC



Legenda: Entrada do prédio da Rádio MEC fechada por tempo indeterminado.
Fonte: Próprio autor, 2015.

No anos de 2015, outro problema técnico, que não tinha relação com a transmissão ou produção radiofônica, impediu por quase três meses as transmissões ao vivo de todas as emissoras: um incêndio no sistema de ar-condicionado. O caso foi apresentado no relatório anual daquele período, produzido pela ouvidora da EBC Joseti Marques e publicado em 2016:

O ano de 2015 começou com uma falha no ar-condicionado no prédio da EBC no Rio de Janeiro. Com as altas temperaturas na capital fluminense, foi necessário suspender os programas ao vivo. O problema prejudicou todos os veículos da empresa e ocorreu a partir do final de janeiro até meados de março. Durante o período sem os programas ao vivo, a transmissão se resumiu a uma planilha musical automatizada. Diversas foram as mensagens que a Ouvidoria recebeu de ouvintes que questionaram e reclamaram as razões da mudança brusca na programação. O problema no sistema de refrigeração não foi o único a atrapalhar as emissoras da EBC no Rio de Janeiro. (...) Em fevereiro, após uma tempestade de verão, as rádios ficaram sem sinal durante quatro dias, devido à inundação que atingiu o local onde ficam os transmissores (EBC, 2016, p. 38).

As condições e limitações da EBC no Rio serviram para reforçar a questão da precariedade que permeia o trabalho de técnicos, diretores e dos jornalistas que atuam na Empresa quando tratamos das filiais e sucursais fora do Distrito Federal. Especificamente sobre a Rádio MEC (não havia ainda soluções definitivas para a questão do prédio da Rádio Nacional AM, mas sim sobre a destinação do acervo da mesma), a própria EBC daria explicação à sociedade em 16 fevereiro de 2016, ao divulgar o nome da empresa vencedora da licitação (Fox Engenharia) do projeto para a reforma e revitalização do prédio da Rádio MEC, também sede da Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC (SOARMEC).

O projeto de reforma do prédio das rádios MEC AM e FM seguiria acompanhado por um grupo de funcionários diretos da rádio e também da EBC. Segundo a Gerência de Comunicação na época a empresa teria até julho de 2016 para apresentar o projeto definitivo e este entrar em nova fase licitatória:

A Fox Engenharia terá 150 dias úteis para entregar o projeto pronto e aprovado em todas as instâncias necessárias para a realização da obra, cuja execução dependerá de nova licitação. A partir de agora, o grupo terá diversos encontros para a criação do projeto de revitalização do prédio, localizado na Praça da República, na cidade do Rio de Janeiro (EBC, 2016).

Conforme o projeto, estavam previstas reformas e a inauguração de um Centro de Memória para receber o acervo das rádios MEC, Nacional AM e da TVE Rio (hoje

pertencente também à TV Brasil, da EBC), “além do Centro de Produção Radiofônica – espaço para a produção das rádios com estúdios sinfônico e de radioteatro e auditório” (EBC, 2016).

E quanto à avaliação do desempenho do radiojornalismo praticado pela EBC? As condições detalhadas acima podem explicar, mas não justificar, as limitações relativas ao aprofundamento em assuntos densos, principalmente em editorias como política e economia. Boa parte dos ouvintes que enviam comentários e propostas para a Empresa observa que a produção noticiosa, encontrada ao longo das programações, segue o padrão tradicional de reportagem: ordem direta; sonoras de autoridades e o maniqueísmo situação-oposição (jornalisticamente ouvindo os dois lados da notícia); certo rebuscamento no texto, usando termos técnicos e situações político-jurídicas sem remissões (como o acompanhamento da Lava Jato, operação do Ministério Público iniciada em março de 2014 para investigar a corrupção nos ambientes estatais em diversos níveis).

As considerações apresentadas brevemente aqui sobre o radiojornalismo da EBC (sem análises das programações) se confirmaram na avaliação anual da Ouvidoria sobre 2015:

De modo geral, a constatação é que falta segurança ao radiojornalismo na abordagem dos assuntos, principalmente aqueles de natureza econômica e política. A falta de contextualização leva a crer que os fatos são relatados como se já fossem de amplo conhecimento do público e como se todos os ouvintes acompanhassem com regularidade as notícias (RELATÓRIO DA OUVIDORIA, 2015, p. 36).

Como ficam então as perspectivas oficiais da produção jornalística das emissoras de rádio da EBC? Em entrevista para esta pesquisa no período em que estava ocupando a função de diretor de jornalismo da Empresa, Ricardo Melo (que viria a se tornar presidente da EBC em maio de 2016) afirmou categoricamente que havia metas para melhorar e expandir o radiojornalismo, tanto por meio da criação da rede nacional de rádios públicas (projeto proposto desde 2008 e que seguia apenas no papel) até a constituição de uma emissora *all news* similar à emissora comercial Rádio CBN. Para isso, segundo Melo, seria necessário migrar o quanto antes as emissoras da AM para a FM.

A gente quer criar uma rede de rádio nacional. A gente está investindo agora em termos de conteúdo e em termos de investimento para criar uma rádio *All*

News, uma rádio noticiosa, e cujo conteúdo se espalhe pelo Brasil inteiro. Seja através de parceria, seja através de emissores próprias. A gente tem algumas limitações que a gente está procurando superar. Por exemplo, São Paulo a gente não tem rádio. Tem a Rádio MEC [AM e FM], mas que tem um certo foco. Mas a rádio mesmo, a Rádio Nacional é AM. Ninguém mais tem AM... Mas nem para aqueles rádios que você compra para o carro. Tem que ser FM! Então tem uma série de coisas que são herdadas do passado, da Radiobrás, Roquete Pinto [Acerp], e não sei o que, coisa e tal, aquela coisa toda, que a gente está procurando superar. Mas a rádio pra gente é estratégico. Porque a rádio é uma coisa que tem uma capilaridade e um poder de multiplicação (MELO, 2015).

São proposições e propostas pertinentes que deveriam servir de norte em se tratando de planejamento estrutural. No entanto, quando observamos questões pontuais, simples e de fácil demanda e solução no ambiente jornalístico, podemos afirmar que há desorganização em certo nível, principalmente o operacional. O presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (SJDF) e funcionário da EBC (liberado das funções), Jonas Valente, exemplifica tal configuração a partir de uma simples atitude diária que deveria estar na rotina das redações de rádio.

Recentemente, ao Conselho Curador, foi encomendado uma pesquisa sobre radiojornalismo da EBC. Essa pesquisa foi feita pela UnB. Foi apresentada e constatou o que todos os trabalhadores de lá já sabiam: **não tem reunião de pauta**. Na rádio. Para mim, isso é coisa número zero de jornalismo, reunião de pauta. Não tem. Aí, qual é a grande questão? Você pedir reunião de pauta é visto com: "você está me questionando". Aí você já entra no processo das retaliações (VALENTE, 2015, grifo nosso).

Vendo as condições tensas e quase precárias das emissoras cariocas, esta pesquisa optou por trabalhar com dados oriundos da coordenação e do Conselho Curador, assim como informações sobre a redação da TV Brasil no Rio de Janeiro, sediada na Avenida Gomes Freire, 474, na Lapa. A equipe de produção no Rio de Janeiro tem importante participação na produção jornalística da TV Brasil (transmitida do Distrito Federal) e mantém edições diárias do Repórter Rio, telejornal que vai ao ar às 12h30, com duração de meia hora.

Assim como aconteceu com a estrutura em Brasília, a TV Brasil carioca absorveu os espólios da TV Educativa do Rio de Janeiro (TVE), inaugurada em 1975 pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), que a manteve até dezembro de 2007. A TVE tem relevância histórica na produção audiovisual, mas acabou também deixada de lado pela EBC, que focou tanto direção quanto produção em Brasília. Nas visitas ao prédio da emissora que coincidiram com os períodos de tensão e de ajustes para dar conta de absorver a estrutura e o pessoal da emissoras

de rádio, muitos profissionais não se dispuseram a falar com este pesquisador. Quando o faziam, era visível a influência das condições estruturais da época, minando a possibilidade de análise ou comentário crítico mais apurado.

Não são apenas problemas de estrutura física e do funcionalismo que preocupavam os Conselhos e a Ouvidoria da EBC. O item básico de qualquer sistema de radiodifusão também apresentava entraves crescentes, principalmente no Rio de Janeiro: o sinal, deficiente ou ausente, de recepção das emissoras de TV nas residências. Segundo último relatório anual disponível até a conclusão desta tese, as reclamações

(...) aparecem nos relatórios de todos os meses do ano. Embora as queixas sejam provenientes de vários pontos do Brasil, as zonas norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro se destacam. O sinal da área provém da estação retransmissora da Serra do Mendanha, cujos equipamentos não garantem boa qualidade do sinal e muitas vezes deixam a região sem sinal algum durante meses. As zonas norte e oeste, juntas, concentram nada menos que 78% da população do Rio de Janeiro, que é a segunda maior metrópole do Brasil. Outro dado: dos 10 bairros mais populosos da cidade, 7 ficam na zona oeste. Esses números dão uma ideia da gravidade da situação. E nem falamos de parte dos municípios da Baixada Fluminense, que também estão no raio de alcance das antenas do Mendanha. A Susup (Superintendência de Suporte) respondeu que em virtude de uma descarga elétrica, equipamentos da estação retransmissora da Serra do Mendanha foram danificados. Sobre a demora para solucionar o problema – morador de Bangu disse que a TV Brasil estava fora do ar havia dois meses – a Susup respondeu que a equipe técnica estava se empenhando em consertar os equipamentos danificados. E acrescentou: “Infelizmente, a burocracia interna da empresa para a aquisição de componentes impede uma solução rápida do problema” (RELATÓRIO ANUAL DA OUVIDORIA, 2015, p. 6).

O problema principal não seria, portanto, a competência dos técnicos ou a falta de funcionários na manutenção, mas sim a burocracia que envolve a documentação legal para qualquer procedimento que trabalhe ou utilize dinheiro público.

Enquanto as emissoras privadas reparam os danos com muita rapidez, a TV Brasil tem que seguir, segundo o ex-gerente, um doloroso, demorado e caro processo de procedimentos burocráticos para a compra de componentes relativamente baratos. É preciso fazer RMS [Requisição de Material e/ou Serviços], Termo de Referência, Pregão Eletrônico para poder adquirir os materiais (RELATÓRIO ANUAL DA OUVIDORIA, 2015, p. 6).

Assim, mais uma diferença desponta entre a emissora pública brasileira e as europeias: o grau de autonomia para gerenciar recursos e ações, sejam elas estratégicas ou de resolução dos problemas internos e externos. Tais limitações

apareceram, em maior ou menor grau, na EBC Rio e também na EBC São Paulo, como veremos a seguir.

3.3 EBC em São Paulo: TV relevante e ausência de radiojornalismo

As condições estruturais da sede paulistana se mostraram boas para o desempenho técnico dos jornalistas da redação. Em visita realizada dia 18 de julho de 2016, na sede localizada na Avenida Mufarrej, bairro Vila Leopoldina (zona oeste de São Paulo), fomos recepcionados pela jornalista e assessora de comunicação Giovana Tiziani.

A estrutura está localizada em uma espécie de condomínio de empresas (produtoras audiovisuais e um restaurante) no número 1.200 daquela Avenida, motivo pelo qual não há logomarca na fachada externa. A prevalência da estrutura interna em vidro (inclusive os escritórios de chefias) tende a oferecer arquitetonicamente condições arejadas, expansivas e abertas a maior contato humano (existe até um jardim de inverno usado para reuniões). Restava saber se isso ocorria mesmo no espaço de trabalho.

Imagem 10 – Sede da EBC em São Paulo (mosaico)



Legenda: No sentido horário - Entrada da EBC sediada em São Paulo (fotografia na vertical), onde parte superior da estrutura é para a administração, inferior para as redações. A redação à esquerda da escada mostra a Agência EBC e apenas uma jornalista cuidando das produções de rádio. Na redação à direita da escada, seis ilhas com jornalistas da TV Brasil, totalizando 10 equipes de jornalismo. Fonte: Próprio autor, 2016.

Especificamente em relação ao espaço para o jornalismo, havia uma redação localizada na base do escritório central de dois andares, logo na entrada do prédio (imagens anteriores). Uma escada de metal servia como divisória de estruturas jornalísticas, sendo as pequenas ilhas à esquerda utilizadas pelas agências e pela única jornalista responsável pela produção radiofônica da EBC em São Paulo (estrutura paulista não tem concessão de rádio).

À direita da escada ficavam as seis ilhas (com quatro computadores cada uma) de produção para pauteiros, editores, coordenadores e equipes de externa que produzem material para a TV Brasil – não apenas para o Repórter Brasil, mas também envolvendo alguns programas da grade que são gravados e gerados de São Paulo (Estação Plural, Palavras Cruzadas, etc.). A redação aparenta boa iluminação e organização dos objetos, condições que podem ser atribuídas à preocupação com a qualidade de vida dos jornalistas ou simplesmente por questões técnicas: o espaço funciona como cenário em participações fixas de jornalistas nos dois telejornais diários: o Repórter Brasil e o Fique Ligado. Estruturas de apoio (duas *switchers*, cinco ilhas de edição e dois grandes estúdios) fazem conexão direta com a redação, separadas – claro – por portas com isolamentos acústicos.

Imagem 11 – Geral de um dos estúdios da EBC em São Paulo



Fonte: Próprio autor, 2016.

A grande preocupação dos profissionais parecia mesmo ser a quantidade de reportagens produzidas, já que as distâncias urbanas da capital paulista são

superlativas. Na rotina de produção, as equipes (eram dez, segundo os diretores de jornalismo) conseguiam gravar e “fechar” uma reportagem diária, em média.

Bem diferente da pouca receptividade da EBC Rio, além de conhecermos toda a estrutura do prédio (mais parecido com um galpão de cinema, onde a parte operacional e a de produção se integram em corredores, escadas e vidraças em forma de “aquários humanos”), foi possível conversar informalmente com alguns profissionais e entrevistar os dois diretores de jornalismo: o gerente de redação, Tércio Luz, e o gerente de produção e reportagem, Renato Rocha.

Imagem 12 – Tércio Luz e Renato Rocha, EBC São Paulo



Legenda: O gerente de redação, Tércio Luz (e), e o gerente de produção e reportagem, Renato Rocha (d), em entrevista à esta pesquisa.
Fonte: Próprio autor, 2016.

Tércio Luz confirmou que havia dez equipes de reportagem cobrindo a grande São Paulo, embora não soubesse dizer quantos jornalistas havia na casa naquele momento. Sobre as condições gerais de trabalho, o gerente de redação destacou inicialmente as limitações burocráticas para produção de reportagens factuais.

A TV pública, apesar de os recursos serem bem razoáveis, a gente tem algumas limitações em função da agilidade que normalmente uma emissora privada não tem. São recursos muitas vezes improvisados e de emergência. (...) Nas emergências a gente tem uma certa desvantagem na mobilização da equipe, uma vez que tudo é preciso ser licitado, você não tem uma verba extraordinária, tudo precisa ser comprovado. São desafios inerentes na forma como a TV pública está inserida, como foi possível ela ser inserida (LUZ, 2016).

Perguntado se tais condições estavam relacionadas a produções especiais envolvendo diárias, por exemplo, Renato Rocha explicou que isso acontece também no dia a dia.

Vou usar um exemplo próximo aqui: se eu tenho um factual em Campinas [cidade-polo distante 99 km a noroeste da capital São Paulo], eu demando de um pedido de viagem que é feito por um departamento responsável em Brasília. Isso daí tem que ser feito na verdade com uma certa antecedência porque tem toda aprovação pra fazer o repasse da viagem. Só que você concorda que um factual não dá pra você prever, acontece e já tem que mandar? A gente tem toda essa burocracia que acaba atrapalhando (ROCHA, 2016).

Apresentado este problema inicial, ambos os gerentes disseram que as dificuldades burocráticas não inviabilizavam a produção jornalística. Sobre reclamações da equipe, fossem de relacionamento e de tensões internas ou de ordem técnica envolvendo condições de produção, os dois também disseram que a EBC São Paulo registrava poucos casos, além das pequenas discussões que toda redação presencia no dia a dia sobre produção, encaminhamentos de pauta e situações semelhantes.

Esta questão pode ser visualizada no quadro montado e apresentado pela Ouvidoria no relatório anual 2014-2015 da Empresa. Os dados mostram que o número maior de reclamações de funcionários – e, conseqüentemente, de conflitos – está concentrado em Brasília e Rio de Janeiro. São 11 e 10 reclamações, respectivamente, nestas sedes, contra apenas duas originárias de São Paulo (Imagem abaixo).

Imagem 13 – Resumo de atendimentos solicitados junto à Ouvidoria Interna da EBC

2014 / 2015					
OUVIDORIA INTERNA	REGIONAL	Reclamação	Pedido de Informação	Sugestão	Total
	Brasília	11	4	1	16
	Rio de Janeiro	10	4	0	14
	São Paulo	2	2	0	4
	Tabatinga	2	0	0	2
	* Externo	1	0	0	1
TOTAL		26	10	1	37
Atendimentos Realizados	37				

Fonte: RELATÓRIO ANUAL DA OUVIDORIA, 2015, p. 67.

É possível acrescentar aqui um questionamento da própria condição do jornalismo público como uma interconexão de fatores envolvendo gerências, ouvidoria, integrantes da redação e, claro, espectadores que se informam por este meio. Jonas Valente, com suas experiências somadas no ambiente da academia e da atividade sindical junto ao trabalho de jornalista da própria EBC, apresenta esta questão de maneira objetiva.

Jornalismo vai ser a síntese entre o que o meu diretor de jornalismo, meu chefe de reportagem, meu editor chefe vão pautar, mais o que o cidadão vai pautar por meio da ouvidoria, por meio do conselho curador, por meio de uma instância de participação, somados ao que o profissional entendido como um sujeito relevante dessa construção [vai pautar], porque ele não foi colocado lá pelo governo, ele é um sujeito entendido na burocracia, no sentido positivo do termo (VALENTE, 2015).

Historicamente, atuar na redação e enfrentar a burocracia interna de uma organização jornalística são dificuldades enfrentadas pelos profissionais. Além de precisarem entender os meandros que envolvem custos operacionais e financeiros, os jornalistas passaram a enfrentar uma nova configuração da produção de valor no século XXI: o empreendedorismo e as funções multimidiáticas. Tal reconfiguração foi menos evidente em São Paulo que em Brasília, onde estavam concentradas a maior parte dos jornalistas da EBC.

3.4 EBC em Brasília: estruturas concentradas

Detalhamos ao máximo os problemas estruturais identificados em levantamentos e visitas nas emissoras da EBC no Rio de Janeiro, para justificar pequenas alterações no encaminhamento da pesquisa desta tese. Descartamos, por exemplo, as pouquíssimas entrevistas e conversas com funcionários nas visitas à EBC carioca porque havia desencontros de informações neste trânsito de pessoal e de equipamentos entre as praças Mauá e da República junto as duas estruturas existentes na Lapa.

Optamos por focar análises e construir os amparos da tese por meios daquilo que observamos e comprovamos em visitas às redações⁴² da EBC principalmente em Brasília. Não apenas por ter a maior concentração de profissionais atuando em uma única cidade, mas por elencar outros fatores pertinentes:

- 1- A Direção Geral e a Direção de Jornalismo estão sediadas lá;
- 2- Diferentes segmentos da empresa (TV, rádio, agências, núcleos estatais como a NBR e A Voz do Brasil) também têm o foco das decisões (de pauta, técnicas e/ou administrativas) concentradas no Distrito Federal;
- 3- Os espaços de crítica (Ouvidoria, conferências e reuniões do conselho) e de aperfeiçoamento (minicursos, oficinas, seminários, e encontros informais de chefias e editores, etc.) tentam encontrar dinamismo na própria sede da EBC;
- 4- Também em Brasília ficam concentradas as ações do Centro de Pesquisa Aplicada em Comunicação Pública da EBC.

Vale acrescentar um parênteses relacionado a este último item, para falar da proposta deste importante espaço destinado à pesquisa na área em questão. Criado em agosto de 2015, o centro contava (até o fim desta pesquisa) com 11 doutores, 57 mestres e 60 especialistas, praticamente todos eles empregados da EBC com pós-graduação. O Centro de Pesquisa conta com salas equipadas para aulas e minicursos locais ou à distância e foca três grandes áreas:

- Convergência digital em diferentes plataformas tecnológicas
- Produção de conteúdo e participação social em comunicação pública
- Comunicação, memória e informação

Na página digital oficial destinada ao Centro⁴³ estão detalhadas a linhas de pesquisa e também listados coordenadores e participantes. Vale ressaltar que há pesquisas também no ambiente sindical, capitaneadas pelo então funcionário

⁴² Usamos o termo no plural para destacar que em um mesmo prédio estão instalados as redações da TV Brasil, parte das Rádios Nacional, Solimões, das agências Nacional e Portal EBC, NBR e d'A Voz do Brasil.

⁴³ Disponível no link: < <http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/centro-de-pesquisa-em-comunicacao-publica> >. Acesso em: mar. 2016.

licenciado e presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (SJDF), Jonas Valente.

Imagem 14 – Jonas Valente, em Brasília



Legenda: Registro do final da entrevista com Jonas Valente, em Brasília.
Fonte: Foto do autor. Ano, 2015.

Por fim, há conexões acadêmicas com o núcleos de pesquisa da Universidade de Brasília, como o Laboratório de Políticas Públicas (Lapcom / UnB)⁴⁴ e o projeto “Políticas de comunicação, radiodifusão pública e cidadania”, resultado da parceria entre a Faculdade de Comunicação da UnB e o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, de Portugal⁴⁵.

Voltando às visitas à EBC em Brasília, durante cinco dias acompanhamos o trabalho das redações, começando pelas emissoras de rádio sediadas em Brasília, mas que geram sinal para a Região Norte: são as rádios Amazônia e Alto Solimões. As produções são feitas no Distrito Federal e retransmitidas na Amazônia (por meio de Manaus e Tabatinga) e de São Luiz do Maranhão. O mesmo ocorre junto à redação e aos estúdios de A Voz do Brasil: a transmissão ao vivo é distribuída de Brasília para todas as emissoras de rádio do país, por força de lei.

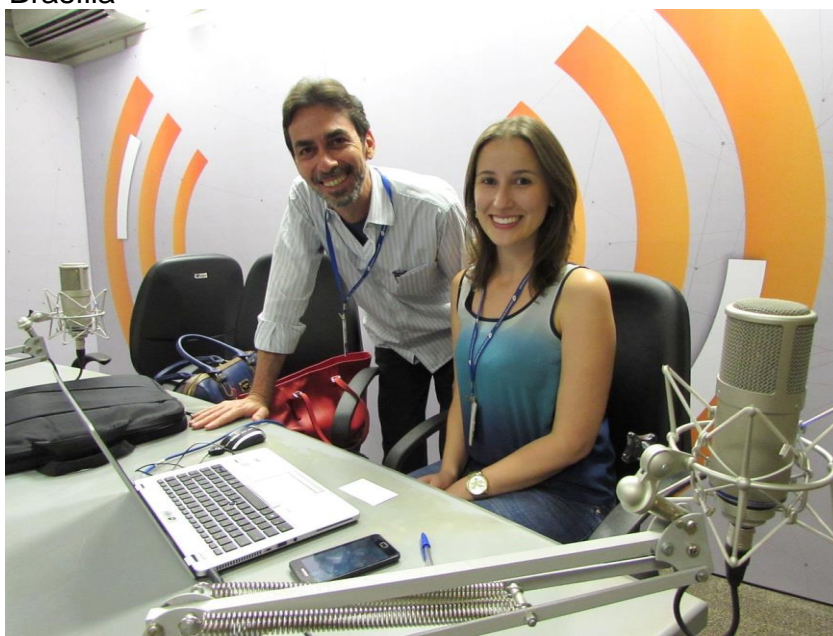
⁴⁴ Detalhes do Laboratório disponíveis no site: < <http://www.lapcom.unb.br> >. Acesso em maio. 2016.

⁴⁵ Detalhes do projeto estão disponíveis no site: < <https://radiodifusaopublica.wordpress.com> >. Acesso em mai. 2016.

Nas próximas páginas, citaremos alguns dos profissionais com quem foi possível dialogar e que, de uma forma ou de outra, colaboraram com a pesquisa. Na primeira visita, em nove de junho de 2015, fomos recebidos pelo jornalista (que também é um dos apresentadores e editores de A Voz do Brasil), Roberto Camargo, que nos mostrou todas as redações que compõem o subsolo do Edifício Venâncio 2000, localizado na região central de Brasília (Setor Comercial SUL - SCS // Quadra 08 Bloco B-60, cuja maior parte do prédio é ocupada por um shopping), próximo ao setor de hotéis da Asa Sul e também à estação central de ônibus e metrô, além de fácil acesso à Esplanada dos Ministérios.

Camargo, assim como Patrícia Scarpin (imagem 15), são jornalistas paranaenses que atuam no programa A Voz do Brasil. Ele é graduado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR) em 2011, tendo sido aluno do autor desta tese, e ela obteve o diploma pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-PR), em 2014. Ambos são concursados e precisaram mudar-se da Região Sul para o Distrito Federal, em função do trabalho.

Imagem 15 – Roberto Camargo e Patrícia Scarpin, EBC Brasília



Legenda: Roberto Camargo e Patrícia Scarpin, apresentador e produtora d'A Voz do Brasil. Fonte: Próprio autor, 2015.

Para Roberto Camargo, trabalhar na EBC “é como uma extensão da Rádio UEL FM, onde é possível mostrar projetos de instituições públicas que ajudam a sociedade como processo formador” (CAMARGO, 2015). O jornalista fez referência à emissora

educativa sediada na Universidade Estadual de Londrina (PR), onde atuou como estagiário no Departamento de Jornalismo e também desenvolveu projetos próprios como o “Deixa que eu Conto”, um programa em série com objetivo de desencadear uma campanha educativa de incentivo à leitura de obras literárias infanto-juvenis nos bairros.

A campanha era composta por spots gravados com um grupo de adolescentes convidados. Obras literárias selecionadas eram apresentadas por estudantes de escolas públicas na forma de narrativas, intercaladas com a dramatização de trechos da história. “Estas e outras produções me ajudaram a entender a função social das emissoras, sejam elas públicas ou privadas, já que estão sob concessão do Estado. É pensando assim que desenvolvo o meu trabalho aqui na EBC” (CAMARGO, 2015). No texto do projeto “Deixa que eu conto”, havia conexões com o que Roberto Camargo desenvolvia na EBC naquele momento.

O serviço de radiodifusão é uma concessão do Estado, regulamentada pelo Ministério das Comunicações. Independentemente da natureza da concessão, se é comunitária, educativa ou comercial, a constituição determina que as emissoras têm uma função social e, por essa razão, devem se pautar por conteúdos educativos, que contribuam para a formação e informação de seus públicos – ouvintes de rádio e telespectadores de televisão (CAMARGO, 2010, p. 3).

Ouvir e ler os argumentos de um jornalista de mídia pública reforçam as perspectivas positivas deste segmento profissional da comunicação junto à sociedade brasileira. Aquilo que Camargo apresentava, ainda como acadêmico em 2010, se conecta a pressupostos da Unesco para a Radiodifusão Brasileira.

As emissoras públicas apresentam programas educativos, infantis, religiosos, culturais e artísticos, muitos deles com uma linguagem mais popular, abordando também temáticas das minorias, que nem sempre são atraentes em termos comerciais. As melhores dessas emissoras oferecem serviços de notícias confiáveis, conteúdo de qualidade e programas que atendem aos interesses de públicos não contemplados pela radiodifusão comercial (UNESCO, 2011, p. 45).

Ainda no segmento radiofônico, conversamos com Edileia Martins Fonseca, jornalista e apresentadora da Rádio Nacional da Amazônia (Alto Solimões), que comandava um programa informativo e de variedades (Nacional Jovem), juntamente com o técnico de som Maan Pipi Kaiabi, que iniciou a vida profissional como operador de mesa de áudio na região amazônica do Alto Xingu e foi transferido para Brasília

para colaborar com diversos programas retransmitidos para o Alto Solimões (na época, havia completado 22 anos de atividade na Rádio Nacional).

Imagem 16 – Rádio Nacional Alto Solimões



Legenda: Edileia e o técnico índio Maan Pipi, apresentadora e operador de áudio do programa Nacional Jovem, da Rádio Nacional do Alto Solimões AM.

Fonte: Próprio autor, 2015.

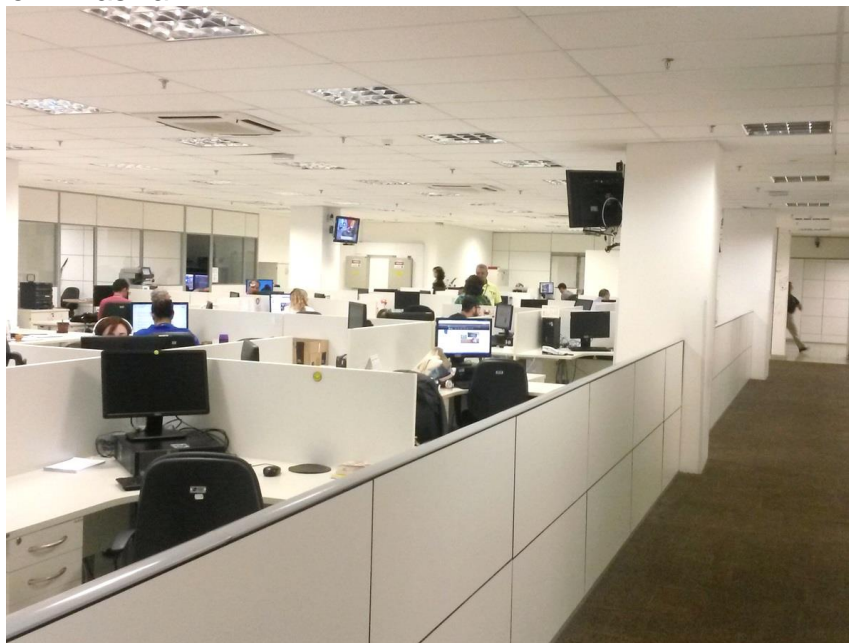
Edileia Fonseca (ou Didi Fonseca, como gosta de ser chamada pelos ouvintes) declarou à pesquisa que desenvolvia e estrutura o programa sempre pensando em fatores importantes, como distância entre o local de produção (Brasília) e a maior repetidora na Amazônia (Tabatinga) e, por sua vez, a distância entre os polos de transmissão da EBC na região amazônica e os vilarejos onde se encontravam os ouvintes. “Mesmo sendo um programa musical, não podemos deixar de pensar em coisas básicas como a hora certa, dizer que temos amparo técnico e de produção e ainda envolver nossos colegas nas transmissões” (FONSECA, 2015).

Acompanhamos parte da apresentação do programa ao vivo e observamos que a apresentadora descrevia mesmo o ambiente do estúdio, falando da “camisa bonita, Pipi Kaiabi” ou destacando a produção da “Maria Paula Abreu, nossa índia de cabelos dourados! Branquinha, branquinha!”. São estratégias encontradas nas produções comerciais que não diminuem a qualidade do trabalho nas emissoras públicas, normalmente tachadas de sisudas e com pouca animação. “Tentamos mudar esta imagem da emissora pública, mas sem cair totalmente no formato daquilo que

encontramos nas emissoras comerciais. Sabemos que tem índio, ribeirinho, gente de cidade entre os ouvintes e tentamos valorizar estas diferenças” (FONSECA, 2015).

Nos dois exemplos apresentados, percebe-se que há disponibilidade de bons profissionais e material técnico. Estes são alguns destaques que optamos por expor na tese para mostrar não apenas algumas das pessoas ouvidas, mas também as bases estruturais de trabalho, como equipamentos, condições de higiene, climatização, acompanhamento da poluição sonora e dos ruídos, entre outros. Assim como as anteriores, as três imagens seguintes mostram a estrutura das várias redações existentes no Distrito Federal.

Imagem 17 – Redações das emissoras da Rádio Nacional em Brasília



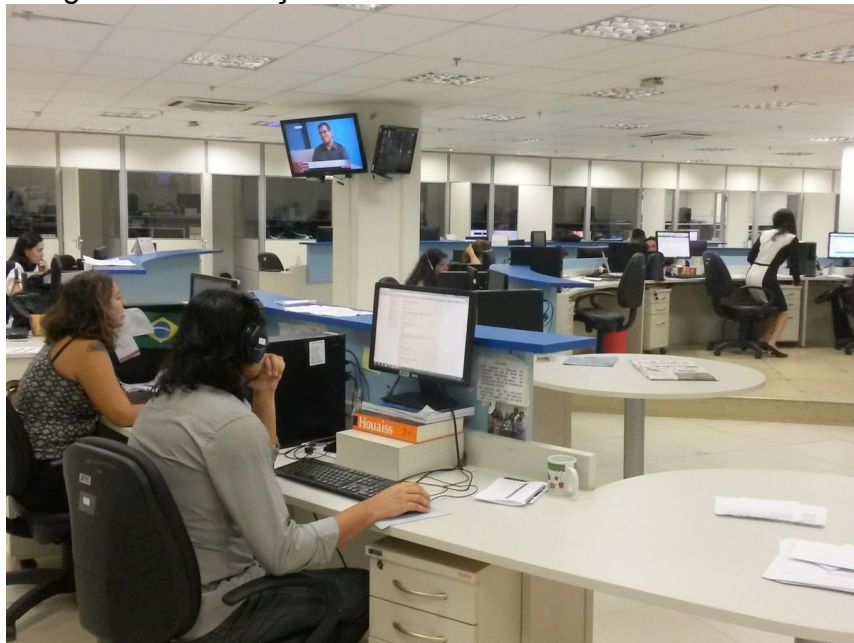
Fonte: Próprio autor, 2015.

As redações da EBC possuem basicamente três formatos visuais, sendo a primeira (Imagem 17) bastante similar ao padrão americano de “baias” que se disseminou pelo Brasil a partir da década de 1960. São espaços reservados para cada colaborador divididos por laminados ou material compensado com altura de, no máximo, um metro para que o contato visual ou verbal não seja obstruído.

O segundo padrão é o formato circular ou “em mandala”, como mostra a tomada fotográfica a seguir (Imagem 18), registrada na redação da TV NBR em conjunto com A Voz do Brasil. O espaço mostra ainda contato visual com as saletas laterais onde ficam localizadas as ilhas de edição de imagem e de som.

Em breve contato com a coordenadora de reportagem Helen Bernardes (na fotografia abaixo está em primeiro plano, de costas com camisa cinza), este pesquisador foi informado sobre o modo de produção das notícias e as facilidades com que as decisões junto à equipe são tomadas. O sistema circular permite “praticamente manter todos em constante reunião, sem a necessidade de parar ou sair das mesas para discutir pautas ou encaminhamentos” (BERNARDES, 2015).

Imagem 18 - Redações da TV NBR e d'A Voz do Brasil



Fonte: Próprio autor, 2015.

Por fim, temos o clássico padrão de redação em formato de escritório (Imagem 19), com mesas e escrivaninhas colocadas em linhas retas, mas sem divisões, oferecendo assim condições de contato visual e verbal com os demais integrantes da equipe, assim como acompanhamento dos acontecimentos da redação (reuniões menores, verificação das transmissões por meio dos monitores colocados no alto das colunas, etc.).

Nesta redação se concentram principalmente as equipes da TV Brasil, visivelmente tratada pela maioria dos profissionais e diretores como a mídia principal da EBC.

Imagem 19 - Redação da TV Brasil em Brasília



Fonte: Próprio autor, 2015.

As fotografias mostram condições salubres e de bons recursos técnicos para o exercício da profissão do jornalismo público em Brasília, bastante distintas das encontradas nas demais regionais, principalmente as que tratamos anteriormente envolvendo as emissoras de rádio do Rio de Janeiro. Jonas Valente declarou a esta pesquisa que as tensões existem, mas não são visíveis para os funcionários de Brasília devido à imagem de “emissora-sede” que o Distrito Federal impõe.

O que você traz do Rio de Janeiro é um problema com o qual nós convivemos. Então assim, a EBC achar que ela, de forma centralizada em Brasília, vai conseguir gerar uma empresa que é nacional, não vai dar conta. E não foi à toa que nós tivemos uma crise no Rio. A EBC não teve a competência mínima de fazer uma transição de contratação. A ACERP, que era a organização social [responsável no Rio], foi embora e faltou até papel higiênico, água. E os trabalhadores quase tiveram que quebrar tudo para a empresa entender que aquilo era o problema (VALENTE, 2015).

Outro exemplo a apresentar, mesmo que de maneira breve, é a estrutura da EBC mantida em Tabatinga, região de tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia), na microrregião do Rio Solimões. Lá está sediada a Rádio Nacional do Alto Solimões, inaugurada em 15 de dezembro de 2006 e que, segundo a própria EBC (2013), tem o “objetivo de integrar, educar, informar e legitimar a identidade cultural brasileira”, focando a população dispersa da região fronteira.

A Rádio transmite para uma região de 214 mil quilômetros quadrados, nove municípios, 700 comunidades ribeirinhas e indígenas, pelotões de fronteira, comunidades peruanas e colombianas, uma população de 220 mil habitantes. Possui um público diversificado, como o trabalhador rural, seringueiros, ribeirinhos, povos indígenas, estrangeiros, professores, estudantes de todas as idades, comerciantes, profissionais liberais; que enviam cartas, mensagens de texto via celular e e-mails, fazem ligações e visitam a Emissora, para transmitir recados ou sugerir pautas (EBC, 2013, p. 237).

A sede da emissora fica em Tabatinga, a sétima maior cidade da Amazônia. Dados do IBGE (2010) informam que o município possuía uma população de 52.272 habitantes, ocupando uma extensão de 3,2 mil km², resultando em uma densidade demográfica de 16 pessoas para cada quilômetro quadrado. Novos levantamentos em 2012 indicam – extraoficialmente – que a população subiu para 54.440 moradores. Distante 1.105 quilômetros da capital Manaus, o acesso a Tabatinga só pode ser feito de barco ou avião. A primeira opção de transporte demora de sete a oito dias de ida (subindo o rio) e de três a quatro dias de volta. Os voos disponíveis na capital são de pequeno e médio porte e demoram, em média, três horas de viagem. Longe da maioria das cidades amazonenses, Tabatinga fica próxima apenas do município de Benjamin Constant, distante 20 quilômetros e com 33.411 moradores. O acesso entre as cidades, porém, só pode ser feito de barco, com o percurso demorando metade do dia. O percurso é burocrático porque aquele trecho do rio é fiscalizado por órgãos federais de fronteira.

Dentre os programas locais, um que se destacava era o “Programa de Recados”, das 14h às 16h. São mensagens enviadas por e entre familiares, profissionais e amigos, moradores das comunidades carentes de telefone ou internet. A proposta do programa, segundo a EBC, era “integrar, dar agilidade e aumentar o intercâmbio entre elas [pessoas], além de prestar um importante serviço, como localização de parentes e avisos comunitários” (EBC, 2013, p. 238).

No contexto (geográfico, social e econômico) em que a emissora amazonense foi estruturada, fica claro que tanto audiência quanto a viabilização de recursos por meio de publicidade privada não podem e nem devem ser levadas em conta. Ela demonstra a importância de impor outros valores sociais em conjunto com outras práticas midiáticas para consolidar o modesto desempenho do sistema público brasileiro de radiodifusão.

Assim, tanto Estado quanto empresários do setor de comunicação não deveriam distanciar realidades públicas e privadas, mas sim integrá-las e reorientá-las sem envolver processos de dominação. Para Moreira (2012, p. 8), observar a conjunção e o funcionamento destes sistemas “é determinante para a análise das várias camadas de contextos – geográfico, midiático cultural, econômico, político, identitário – que compõem o processo contemporâneo da comunicação”.

Apresentados os detalhes da estrutura na região do alto Amazonas, quais as condições da redação, envolvendo a produção jornalística em um ambiente tão diferenciado das capitais Rio, Brasília e São Paulo? O presidente do SJDF destacou que se trata de pensar a produção jornalística sob amparos técnicos, viabilidade financeira e também sob perspectivas profissionais internas, como planos de carreira, estabilidade e questões salariais. A existência de situações diferenciadas (concursados, contratados e comissionados) provoca críticas e discordâncias internas no ambiente das redações.

Hoje, essa adversidade não é tão grande. Porque nós temos três praças, mais ou menos parecidas. Se a gente pudesse falar que Rio, Brasília e São Paulo são mais ou menos parecidas. E a gente já percebe isso no Maranhão. **Tabatinga é só cargo de confiança.** (VALENTE, 2015, grifo nosso).

Estas particularidades tão distintas foram identificadas por esta pesquisa e também pelo sindicato no Distrito Federal responsável pela fiscalização das condições de trabalho da EBC em todo o Brasil e também pelas negociações salariais (já que os estados brasileiros possuem diferentes pisos salariais para a categoria). Conforme entrevista com o então presidente do SJDF, Jonas Valente, questões salariais e condições de trabalho são pontos fortes nas assembleias e reuniões informais do sindicato junto aos profissionais.

Ainda sobre Tabatinga, em entrevista concedida para esta pesquisa, a diretora de jornalismo na época, Nereide Beirão, confirmou que a situação era difícil e que não havia concursados na cidade amazônica. Quando questionada se os profissionais eram terceirizados, ela explicou que eram funções comissionadas provenientes da extinta Radiobrás, chamadas “FCC”.

(...) Existiam várias funções comissionadas e existia essa linha de contratação. Que teve que ser extinta. Então, foi sendo pressionado pra todas as empresas extinguirem essa função comissionada. (...) E aí, lá em Tabatinga a situação é tão grave que são todos FCC (BEIRÃO, 2015).

Imagem 20 - Entrevista com Nereide Beirão em Brasília



Fonte: Próprio autor, 2015.

Tanto Valente quanto Beirão confirmam que há rusgas internas entre concursados, terceirizados e comissionados, principalmente porque estes últimos estariam em fase de diluição natural: são realocados ou “incentivados” a se aposentarem. Estas diferenças são percebidas na folha de pagamento. Ao contrário do pensamento lógico, a presidência ou as diretorias não representam os maiores salários da empresa. Muitos profissionais da extinta Radiobrás acumularam renda e benefícios próximos ao limite federal (remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal que, ao término da pesquisa, estava em R\$ 33.763,00 mensais), exatamente por estarem em uma política de transição em relação às remunerações.

Na visita à redação da TV Brasil no Distrito Federal, que tem hoje mais de 240 jornalistas, observamos a sistemática de trabalho dos profissionais. Percebe-se que o processo de pauta e de produção é bastante democrático, mas que os encaminhamentos (“espelho” do telejornal) são obrigatoriamente passados à direção de Jornalismo.

(...) A gente tem uma equipe no geral de repórteres muito inexperiente. Que acaba refletindo no conteúdo que vai ao ar. Não só de repórteres como de editores também. (...) A gente quer dar mais informação, quer fazer matéria mais completa, quer contextualizar, então você perde informação. (...) Eu falo com eles assim: gente, você tá fazendo uma matéria, você tem de pensar com o olhar do telespectador. O telespectador não está lá. Mas a gente tem chance no nosso telejornal ou no nosso rádio jornal, a gente tem tempo, a gente não tem a obrigação de ficar fazendo tudo muito rapidinho pra poder segurar a audiência (BEIRÃO, 2015).

Neste aspecto há similaridades com a rotina de uma redação de rádio ou televisão de cunho comercial, onde os assuntos são elencados pelos produtores e editores junto ao chefe de redação ou chefe de jornalismo para aval e/ou reformulação. Não se trata de uma censura prévia, mas estão aí as características do *gatekeeper*, referencial teórico bastante usado para explicar a função de quem determina o que entra ou não em um jornal.

No caso da EBC, isso cabia à diretora na época, Nereide Beirão. Em uma sexta-feira, 12 de junho, a diretora concedeu a detalhada entrevista, entre 18h30 e 20h, que usamos nesta pesquisa. Dois meses e meio após nossa conversa, Beirão seria substituída por Ricardo Melo. Depois disso, enviamos uma mensagem com apenas duas perguntas complementares para a ex-diretora: 1- poderia narrar como foi vossa saída do cargo de chefia do Jornalismo da EBC; 2- e Agora, observando de fora, como analisa os caminhos da comunicação pública no Brasil por meio da EBC?

Na tarde do dia 30 de dezembro de 2015, Nereide respondeu as questões da seguinte maneira:⁴⁶

1- Saí no dia 26 de agosto, depois da nomeação do Américo Martins como novo presidente da EBC. Não houve uma explicação ou justificativa para a minha saída, a não ser a de que eu iria ser substituída pelo Ricardo Melo, da Folha de São Paulo. Américo e o novo ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência fizeram grandes mudanças na gestão da empresa. Trocaram todos os antigos diretores da EBC e alguns superintendentes. A única diretora da antiga gestão, a da produção, era interina até fevereiro de 2015. Ela foi confirmada no cargo após a posse do Américo Martins, como diretor-geral.

2- Acho que a EBC desempenha um papel importante na comunicação pública. Conseguiu, apesar de todas as dificuldades, construir uma rede nacional de televisão com empresas e fundações estaduais, tem uma boa produção de conteúdo, mantém rádios históricas, uma agência de notícia pública e gratuita e um portal. Produziu o seu Manual de Jornalismo, com valores, princípios e regras da comunicação pública e, em um momento crítico do jornalismo brasileiro, acredito que consegue ser uma alternativa de informação correta e sem manipulação. Mas a luta da comunicação pública no Brasil não é fácil. A empresa é relativamente nova, tem apenas oito anos e sofre com a pequena divulgação, com falhas na qualidade técnica, com poucos investimentos em tecnologia e na comunicação virtual, com o ainda pequeno alcance dos seus sinais de TV e rádio, e com o preconceito de parte do público por ela ser pública. O "não vi e não gostei". Até parte do governo federal não apoia ou respeita a empresa (BEIRÃO, 2015b).

A segunda visita à EBC faz referência aos três dias em que este pesquisador permaneceu em Brasília em dezembro de 2015. Além de refazer caminhos já percorridos pelas redações, estavam agendados dois compromissos: acompanhar

⁴⁶ O e-mail de Nereide Beirão está anexado ao final deste trabalho.

uma assembleia dos funcionários na escadaria da EBC e fazer uma entrevista com o então novo diretor de Jornalismo da Empresa, Ricardo Melo, que viria a se tornar presidente da Empresa em maio de 2016.

Imagem 21 - Entrevista com Ricardo Melo, em Brasília



Fonte: Próprio autor, 2015

Transcrevo aqui parte da resposta do diretor Ricardo Melo para a primeira pergunta que fizemos: A partir da experiência em jornalismo, em que ele poderia colaborar com a EBC - ou por que foi convocado para tal função?

O que eu posso trazer pra EBC é mais ou menos o espírito que marca a atual gestão, cujo presidente é o Américo Martins, a diretoria-geral é o Asdrúbal Figueiró, ambos egressos da EBC, da Rede TV e tudo mais. Também no sentido de tentar trazer para a empresa uma visão de empresa pública competitiva, que faça diferença, tenha relevância e enfrente as outras emissoras que existem no Brasil, na área de Comunicação, com aquilo, com as **armas que o mercado oferece** para você utilizar (MELO, 2015, grifo nosso).

Aqui cabem dois detalhamentos. O primeiro é relativo à configuração da presidência e diretoria-geral da EBC. As pessoas que Melo cita foram exoneradas no dia 28 de março de 2016, pouco mais de três meses depois da entrevista. Ele mesmo viria a se tornar presidente da Empresa dois dias antes de Dilma Rousseff ser afastada da presidência com a aprovação do processo de impeachment pelo Senado. Daremos detalhes mais adiante destas mudanças, mas tais fatos já demonstram a instabilidade

na cúpula da EBC que prevaleceu entre 2015 e 2016, ano de encerramento da pesquisa de campo.

Outro detalhe está naquilo que grifamos e que foi o foco da resposta de Melo: atuar usando estruturas e estratégias similares ao “mercado”, aos padrões jornalísticos das concessões públicas sob administração de empresas privadas.

Sobre o primeiro aspecto, a instabilidade percebida entre 2015 e 2016 foi de uma abrangência ampla no ambiente público. Basta ressaltar o fato mais importante que se costurou naqueles 12 meses (de abril a abril), dos pedidos protocolados de impeachment até a confirmação de abertura do mesmo.

Sobre o segundo item, envolvendo diretamente as estratégias do diretor de jornalismo, similares às emissoras de caráter comercial, este pesquisador automaticamente questionou o diretor, perguntando se o objetivo seria buscar índices de audiência (que, no Brasil, sintetizamos em uma marca que virou sinônimo do produto: o Ibope).

Ricardo: Esta visão de competitividade, esta **agressividade** no bom sentido, seja a busca por um espaço dentro desse um universo que até hoje foi dominado por quatro ou cinco grandes grupos de comunicação, quatro ou cinco famílias, requer que a gente use também as armas de competição que os caras usam, sem rebaixar o nível e sem **violentar** os objetivos que uma empresa pública de comunicação tem que ter.

Pesquisador: ou seja, o objetivo número um é o Ibope?

Ricardo: Não... Mas a gente precisa de Ibope.

Pesquisador: na sua avaliação?

Ricardo: de nada adianta fazer uma emissora pública de qualidade se ela não é vista por ninguém (MELO, 2015, grifo nosso).

A preocupação com a visibilidade do jornalismo de mídia pública é a mesma para Jonas Valente, mas os pressupostos são outros. O presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal dava ênfase à qualidade da produção e à credibilidade conquistadas a longo prazo, descoladas do padrão audiovisual vigente e sem qualquer dualismo.

Eu não defendo uma emissora pública que ninguém veja, acho um absurdo. É óbvio que nós temos que buscar sermos vistos pelas pessoas. Agora, às vezes o fato da gente trabalhar com determinados tipos de conteúdo que contemplam determinados segmentos da sociedade que nunca vão aparecer naqueles [veículos comerciais de comunicação], isso é fundamental (VALENTE, 2015).

No mesmo dia em que Ricardo Melo concedeu a entrevista, foi realizada uma das conhecidas “reuniões da escadaria”, encontros promovidos pelo Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (presidido por Valente) e marcados na entrada da EBC Brasília. A escada com 22 degraus fica entre a porta de vidro da Empresa e a calçada que oferece acesso ao setor dos hotéis. Uma estratégia para dar visibilidade aos manifestos do funcionalismo e ao mesmo tempo tensionar a relação com o espaço público da Empresa (mostrar-se “dentro do grupo” estando fisicamente “fora da empresa”), conforme mostra a Imagem 22.

Imagem 22 – Divulgação Assembleia EBC (DF)



Legenda: Material de divulgação da reunião dos funcionários da EBC.
Fonte: divulgação do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, 2015.

3.5 Mudanças de linha organizacional na EBC

É um consenso entre profissionais e pesquisadores que o Sistema de Comunicação Pública no Brasil está longe e ser perfeito, exatamente porque está longe de manter uma caminhada, uma ascensão, um processo contínuo e evolutivo

nos debates, nas experimentações e também nas bases legislativas e jurídicas sólidas.

Dentre diversos argumentos, destacamos o fato de que comparar a primeira década da EBC com oito décadas de projetos públicos europeus não seria apenas injusto, mas capcioso por parte de qualquer análise crítica. No decorrer desta tese, são apresentados pontos positivos e negativos, críticas e ponderações de pessoas envolvidas diretamente com a Empresa, como os diretores de jornalismo entrevistados nesta pesquisa, além de estudiosos como Bucci (2015) e Coutinho (2013), entre outros. Fizemos assim, a apuração de dados que evitariam abordagens maniqueístas do assunto na tentativa de apresentar um olhar convergente, ciente de um processo construtivo que requer longo caminho da autonomia em conjunto com uma produção cidadã e participativa.

Por ser jornalista, a visão romântica de um sistema público comunicativo eficiente, sustentável e totalmente independente jamais esteve presente nos pensamentos, nos escritos e nas investigações deste pesquisador. A crítica deve ser feita e os problemas existentes apontados sempre que ocorrerem, seja por meio de investigações acadêmicas, de comentários vindos diretamente do público, dos funcionários que atuam neste segmento e da Ouvidoria da EBC, que funciona como olhos e ouvidos que tudo captam para expor deficiências e ingerências assim como reconhecer limites e experimentações com os materiais humano e técnico disponíveis para a Empresa.

Em resposta a um editorial publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em 7 de junho de 2016⁴⁷, intitulado “TV chapa branca”, a Ouvidoria apresentou exatamente os pressupostos discorridos acima, amparada por Lei Federal.

Ao contrário do que tão enfaticamente afirma o jornal, o papel da Ouvidoria não se limita “a receber e encaminhar reclamações dos cidadãos a respeito dos veículos da EBC”. Basta conferir o Art. 20 da Lei 11.652/2008, que institui os princípios e objetivos da radiodifusão pública, para ver que uma das obrigações da Ouvidoria é fazer a crítica de conteúdos dos veículos da EBC, encaminhando relatórios ao Conselho Curador e boletins periódicos à diretoria executiva. E isso, justamente para evitar, entre outros deslizes, que a comunicação pública se torne “chapa branca” (OUVIDORIA RESPONDE CRÍTICA DO ESTADÃO, 2016).

⁴⁷ A coluna da Ouvidoria, bem como as críticas internas, estão disponibilizadas no site da EBC: <<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/noticias/2016/06/ouvidoria-responde-a-critica-do-estado>>. Acesso em: jun. 2016.

Assim, além de identificar pressões vindas de organizações civis e de políticos declaradamente contrários à existência de emissoras de rádio e TV mantidas com subsídio do Estado, percebemos também que a imprensa brasileira seguia veiculando e/ou publicando notas, reportagens, colunas de opiniões e até mesmo editoriais pedindo o fim da Empresa. A reportagem do jornal *O Globo*, assinada por Cristiane Jungblut em 11 de junho de 2016 e intitulada “EBC virou ‘cabide de emprego’ e símbolo de aparelhamento político, diz ministro”, desfigura a imagem da EBC e a reduz erroneamente a uma assessoria do Estado. Para isso, utiliza a frase reducionista do ministro responsável pela Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima.

Geddel disse que o governo não precisa de uma empresa para “autopromoção” e que basta o presidente ter uma estrutura para os registros históricos, por exemplo. Para ele, só deve existir uma estrutura para dar informação e não fazer autopromoção (JUNGBLUT, 2016a)⁴⁸.

A repórter publicou no mesmo dia uma reportagem-réplica com a presidente do Conselho Curador, Rita Freire, que “reagiu às declarações do ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, afirmando ser uma ‘temeridade’ querer acabar com uma estrutura voltada para a sociedade, de informação pública”.

Rita Freire ressaltou que a EBC não se resume à TV Brasil, tendo uma agência de notícias e toda uma estrutura que leva informação à sociedade, com a discussão de temas polêmicos. Ela explicou que a TV Brasil é a TV pública e que a NBR é a TV estatal, do governo, para quem a EBC presta serviço e que é preciso separar as coisas (JUNGBLUT, 2016b).

O Conselho Curador também se posicionou em relação à tentativa de exoneração de Melo, emitindo uma nota de repúdio (em maio de 2016) expondo as condições que distinguem a EBC de um núcleo tradicional de comunicação estatal.

A EBC dispõe de uma área de prestação de serviços, a EBC Serviços, que é contratada pelo governo federal para desenvolver coberturas da NBR, mas esta emissora governamental, no entanto, não deve ser confundida com as emissoras públicas próprias da EBC, como a TV Brasil, as agências de notícias e as emissoras de rádio, de caráter não governamental. Há que esclarecer que a **EBC não é a NBR**, emissora de divulgação das atividades governamentais sob gestão direta da presidência da República e contratante da EBC para atividades específicas, o que pode estar na origem dos equívocos (CONSELHO CURADOR, 2016, grifo nosso).

⁴⁸ Reportagem disponível em: < <http://oglobo.globo.com/brasil/ebc-virou-cabide-de-emprego-simbolo-de-aparelhamento-politico-diz-ministro-19487534> >. Acesso em: jun. 2016.

Ainda dentre a reportagens que destacaram a EBC no período de presidência interina no Brasil, apresentamos as da *Folha de S. Paulo* que, em dois domingos seguidos (25 de junho e 3 de julho de 2016), colocou a Empresa em espaços nobres do jornal impresso, como mostram as imagens abaixo.

Imagem 23 – Folha de S. Paulo



Legenda: Editorial com título “Canal chapa branca” na página 2 da edição de 25.6.2016 (à esquerda) e reportagem com título “TV Brasil é para dar voz a quem não tem, diz presidente da EBC” na página 9 da edição de 3.7.2016 (à direita). Fonte: Folha S. Paulo, 2016.

Quando o jornal de maior vendagem e considerado o mais influente do país dedica um editorial à Empresa Brasil de Comunicação, fica evidente que o assunto teve repercussões políticas naquele período histórico. Infelizmente, a posição foi de não detalhar propostas ou apresentar dados para uma consolidação da comunicação pública, mas sim de reduzir mais uma vez às questões econômica (envolvendo gastos oficiais que seriam desnecessários para a nação) e de aparelhamento da máquina do Estado (esquecendo que a gestão da empresa é feita por um Conselho Curador e não por indicações políticas, como ocorreu na gerência da TV Câmara em março de 2015, por exemplo).

Usando um título no editorial praticamente copiado de *O Estado de S. Paulo* (“TV chapa branca”) do dia 7 de junho, a Folha questionou a independência da Empresa na linha fina que diz “Temer estuda fechar a TV Brasil; deveria também desidratar a própria EBC, que nunca foi independente como prometia a propaganda do PT”. E seguiu apedrejando:

Desde o princípio o Planalto controlou e aparelhou seus conselhos curador e de administração. A EBC tornou-se cabide de empregos para petistas e profissionais simpáticos ao partido, abrigados à sombra da esfinge da “comunicação pública” (FOLHA DE S. PAULO, 25.6.2016, p. 2).

Na semana seguinte, a Folha publicou a entrevista (pergunta-resposta) com o presidente Ricardo Melo, que mostrou-se bem amparado tecnicamente para contradizer os argumentos do editorial da semana anterior. Com o subtítulo “Ricardo Melo nega que PT tenha aparelhado emissora e diz que sempre convidou oposição para dar entrevista”, a reportagem traz questionamentos importantes que foram construídos ao longo dos anos junto à população. Destacamos alguns: primeiro sobre a suposta ampliação do quadro funcional, inchando a Empresa.

Em 2008, quando a EBC foi criada [por meio de lei federal], reunindo empresas como Radiobrás, TVE e Fundação Roquete Pinto, eram 2.572 funcionários, 54% deles de carreira. Hoje são 2.552. E 94% de carreira. Dizer portanto que o número de trabalhadores dobrou é outra falsidade (MELO IN FOLHA DE S. PAULO, 3.7.2016, p. 9).

Sobre alinhamento político dos jornalistas com o PT, Ricardo Melo respondeu da seguinte forma:

Nunca teve esse critério. A maioria desses jornalistas, aliás, já estava na empresa quando cheguei [em junho de 2015]. Se tinham perfil de esquerda ou de direita, pouco me interessa. Não peço ficha de filiação partidária para ninguém. Mas eu quero falar é do perfil jornalístico deles. Paulo Moreira Leite [que apresentava o programa Espaço Público] trabalhou no Jornal da Tarde, na Folha, na revista Veja, no Estado de S. Paulo, dirigiu a revista Época [das Organizações Globo]. Paulo Markun [que apresentava o Palavras Cruzadas] foi da TV Globo e da TV Cultura nos governos do PSDB. Ricardo Melo [referindo-se a si mesmo] trabalhou na Folha, na revista Exame, na TV Bandeirantes, na TV Globo, no site Terra, no SBT. Sidney Rezende foi da CBN e da Globo News. Luís Nassif trabalhou na Folha e na TV Cultura em governos tucanos. Tereza Cruvinel trabalhou no jornal O Globo. Quando vêm para a EBC eles viram todos petistas? Isso é um absurdo (MELO IN FOLHA DE S. PAULO, 3.7.2016, p. 9).

Ricardo Melo também falou sobre o custo de R\$ 500 milhões anuais, o suposto déficit de R\$ 90 milhões apontado pelos ministros do então presidente interino Michel Temer, dados que significariam prejuízo para o Estado:

A EBC deveria ser financiada pela Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, paga pelas operadoras de telecomunicações. Só que elas entraram na Justiça e nós temos depositados em juízo R\$ 1,96 bilhão. Esse é o dinheiro que deveria financiar a comunicação pública. Além disso, a TIM [empresa de telefonia], que não entrou na Justiça, depositou na conta do governo R\$ 783 milhões. E o governo não libera para nós. Usa essa verba para fazer superávit fiscal. A EBC tem dinheiro pra caramba, só que depositado em juízo. Nós não damos prejuízo. Nós damos um enorme lucro (MELO IN FOLHA DE S. PAULO, 3.7.2016, p. 9).

A precariedade financeira, o tensionamento e o descomprometimento que a comunicação pública enfrenta, em comparação às mídias de caráter comercial, não é algo novo. Coutinho (2014, p. 2) aponta que nos anos 1970, período de governo militar, enquanto as televisões comerciais recebiam apoios maciços, “o sistema público estatal de televisão educativa, criado no início da década de 70, carecia de recursos – já que por lei não poderia promover publicidade.”

O que se percebeu no duro período em que o país passou, entre 2015 e 2016, envolveu também a credibilidade da própria imprensa brasileira. Desconstruir a Comunicação Pública, e com ela o Jornalismo Público, seria uma estratégia para evitar falta de lastro na produção jornalística das mídias de cunho comercial.

O próprio jornalismo de mídia pública colaborou com este tensionamento, ao se perder em ondas revoltas que serviram para desestabilizar o dia a dia da redação. No período entre a exoneração do presidente da EBC e sua recondução ao cargo por meio de liminar do STF, os jornalistas da Empresa se engessaram – fosse na produção diária ou na vida pessoal – ao ver de perto a possibilidade de não haver mais rádios, agências e a TV Brasil num curtíssimo espaço de tempo.

Na 62ª Reunião do Conselho Curador da EBC⁴⁹, realizada em 7 de julho de 2016 e já contando com o retorno do presidente da Empresa, o clima de tensão era visível nos participantes. Coube a Ricardo Melo descrever a situação das redações, que viviam:

(...) um ambiente de insegurança, de agonia, de ninguém saber o dia de amanhã afetou todos os funcionários, do mais humilde ao mais graduado

⁴⁹ Gravação disponível no canal do Conselho Curador da EBC no YouTube: <<https://www.youtube.com/watch?v=hoehjLig-lc>>. Acesso em: jul. 2016.

dentro da empresa. A empresa começou a viver [um clima de instabilidade] que não era sobre o programas que a gente ia pôr no ar, que iniciativa a gente poderia ter pra ajudar na comunicação pública, que tipo de projeto a gente poderia impulsionar, mas sim se a empresa iria sobreviver no dia seguinte. (MELO in REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EBC, 7.7.2016.).

Com a efetivação do impeachment da presidente Dilma Rouseff, Melo foi exonerado e o Conselho Curador extinto, a partir da MP que alterou o texto da Lei-base da Empresa Brasil de Comunicação.

Imagem 24 – Diário Oficial da União

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO	
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional	
Em circulação desde 1º de outubro de 1862	
Ano LVII Nº 170	
Brasília - DF, sexta-feira, 2 de setembro de 2016	
Sumário	
PÁGINA	
..... 1	
ecuarria e Abastecimento..... 3	
logia, Inovações e Comunicações..... 3	
..... 5	
..... 5	
..... 9	
..... 33	
cional..... 36	
dania..... 36	
..... 37	
, Fiscalização e Controle..... 42	
..... 42	
eriores..... 42	
gia..... 42	
mo Social e Agrário..... 44	
serviço Exterior e Serviços..... 47	
..... 47	
	EXONERAR
	RICARDO PEREIRA DE MELO do cargo de Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC.
	Brasília, 1º de setembro de 2016; 195ª da Independência e 128ª da República.
	RODRIGO MAIA <i>Eliseu Padilha</i>
	O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS , no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA , no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, e no art. 16 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, resolve
	NOMEAR
	LAERTE DE LIMA RIMOLI, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC.
	Brasília, 1º de setembro de 2016; 195ª da Independência e 128ª da República.
	RODRIGO MAIA <i>Eliseu Padilha</i>
	Presidência da República
	MINISTRI
	O MINISTRO DA PRESIDÊNCIA DA
	tendo em vista o disposto em julho de 2016, resolve
	Nº 1.812 - EXONERAR
	JEAN MARC GEORGES a Distância da Coordenação Superior - CAPES, código
	Nº 1.813 - NOMEAR
	CARLOS CEZAR MODE Diretor de Educação a Distância de Pessoal de Nível Superior
	Nº 1.814 - NOMEAR
	TERESA COZETTI PON Diretora de Currículos e E Básica do Ministério da Educação

Legenda: Reprodução de parte do Diário Oficial com a exoneração do presidente da EBC. Fonte: Imprensa Nacional, 2016.

O mesmo ministro do STF, Dias Toffoli, que havia concedido liminar a Ricardo Melo (em junho de 2016), foi responsável por cassá-la, em setembro, baseando-se nas mudanças legais a partir da Medida Provisória nº 744/ 2016 que mudou o Estatuto Social da EBC, transferindo o poder de escolha e remoção do principal dirigente da Empresa para o presidente da República.

Tais alterações legais teriam sido profundas a ponto de reconfigurar aquilo que seria o sistema público de comunicação? Convidado como palestrante no 2º Fórum Socicom, realizado no Congresso Intercom em 6 de setembro de 2016, Venício Lima tratou o fim das atividades dos conselheiros da EBC como “um ato de cassação de mandato”. A participação de Lima no Fórum (com o tema “O papel da informação na

democracia e os oligopólios de mídia”) se transformou em um desabafo coletivo contra os ataques que a Empresa estava sofrendo desde maio daquele ano.

São condições que devem continuar ainda após a conclusão da tese aqui apresentada, mas que revelam também a necessidade de comprometimento da sociedade e a busca de informações sobre a Comunicação Pública por meio de outros canais além das mídias tradicionais.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa mostra que, tanto o jornalista de mídia pública quanto o (frágil e imperfeito) sistema público de radiodifusão brasileiro que acolhe o primeiro, enfrentaram mudanças que desconfiguraram o trabalho e a atuação de ambos junto à sociedade durante os quase dez anos de existência da Empresa Brasil de Comunicação (2007-2016). O período histórico faz alusão à década que marcou a criação e funcionamento da EBC, espécie de âncora e suporte, previstos na Constituição Federal, para sistematizar e oferecer modelos basilares para a produção de mídia pública com perspectivas de uma contínua e crescente democratização das mídias audiovisuais no país. Neste recorte da História, foram observadas condições típicas que ainda reforçam o estereótipo do serviço público neste país: morosidade, burocracia, dispersão no planejamento em longo prazo e interferência política.

Ao mesmo tempo, embates, discussões coletivas e preocupação com o aperfeiçoamento dos profissionais estiveram sempre em evidência e apresentados de modo claro pelas entidades responsáveis, a começar pelo Conselho Curador em seus relatórios e canais de comunicação da EBC (no portal da Empresa, nas redes sociais e demais espaços virtuais).

Com base nas análises documentais usadas como metodologia nesta tese, verificamos que todo material de arquivo disponível no website da Empresa (portarias, relatórios, planos de trabalho), assim como o acervo audiovisual de reuniões e debates na íntegra, reforçavam as premissas básicas da Lei nº 11.626/2008, responsável pela constituição da EBC.

No entanto, a extinção do Conselho Curador em 2016, juntamente com a destituição traumática do presidente da Empresa (por meio de alterações via Medida Provisória na lei que a rege) demonstraram que as preocupações e tentativas de discussões democráticas para encaminhamentos na linha editorial e na produção jornalística não sensibilizaram o Poder Executivo. Tanto a demora ou o esquecimento institucional por parte dos governos Lula e Dilma - demonstrados através do sucateamento estrutural tratado no decorrer desta pesquisa – aliados aos entraves institucionais e de ordem financeira (como a não liberação de recursos previstos para a EBC retidos judicialmente, conforme afirmou o então presidente da Empresa, Ricardo Melo) quanto as ações de total descaso do governo Temer com os

pressupostos básicos para a comunicação pública fustigaram as possibilidades de uma mídia alternativa ao padrão comercial obtido pelas concessões de radiodifusão.

Mesmo muitos fatores não resultando em avanços visíveis ao público, fosse por meio das emissoras da Empresa ou por meio dos debates e enfrentamentos que a envolvem, tomamos por compreensível pensar que um projeto desenvolvido em tão pouco tempo histórico tornou-se uma caminhada a passos lentos e de conquistas milimétricas no terreno midiático dominado por empresários e políticos conhecidos como mantenedores do “coronelismo eletrônico”⁵⁰ que transformaram as concessões públicas de radiodifusão em oligopólios e latifúndios virtuais.

No capítulo inicial buscamos, por meio de conceitos da Comunicação Pública, reconstituir historicamente as experiências da radiodifusão que atuaram a partir da perspectiva da comunicação como bem comum, como direito do cidadão e como ação publicizadora de toda e qualquer informação de interesse público por meio de veículos e/ou plataformas midiáticos sob concessão autorizada pelo Estado.

Com o amparo de vários autores, mostramos que a conceituação da Comunicação Pública segue diversa, oscilando entre o trabalho de assessoria das instituições estatais até os compromissos que as concessionárias da radiodifusão (historicamente de caráter comercial) deveriam manter junto à educação, à conscientização dos brasileiros sobre as questões do país ou ainda o respeito às minorias e aos segmentos pouco privilegiados na programação televisiva e/ou radiofônica (conforme previsto no artigo 221 do capítulo V da Constituição Federal).

Utilizamos também o referencial do jornalismo público, de Danilo Rothberg, para tratar do jornalismo de mídia pública a partir das relações tensas, porém complementares, entre emissoras comerciais e não comerciais. Como Rothberg (2011, p. 38-39), entendemos ser salutar a existência e atuação entre os dois setores porque satisfariam, concomitantemente, os interesses imediatos e os de longo prazo da sociedade a partir de um estímulo da participação consciente do cidadão por meio de produções diversificadas.

Defendemos a participação da indústria de mídia no debate público, entretanto expomos o problema do tratamento desigual na programação (massiva, repetitiva, homogênea e pouco oxigenada) e também nos bastidores da radiodifusão, um ambiente com grande influência política e econômica, capaz de dificultar e até mesmo

⁵⁰ Detalhes sobre o tema disponível em extensa pesquisa no link:
<http://www.coronelismoeletronico.com.br/coronelismo-eletronico/>

aniquilar o florescimento de alternativas comunicacionais. Basta acompanhar a contenção midiática junto às rádios comunitárias, aos conselhos regionais de comunicação social e à própria tentativa de reunir emissoras não comerciais num sistema público nacional gerido pela EBC, como mostra Venício Lima (2011; 2013). Aliás, pesquisador este que também foi vítima direta da interferência política junto à Empresa ao ser ‘cassado’ juntamente com os demais conselheiros curadores em setembro de 2016, quando o Conselho foi extinto.

A análise de documentos e de conteúdo juntamente com as entrevistas realizadas, métodos-base para esta tese, mostraram o quanto tais interferências se embrenharam nas concessões midiáticas deste país, reforçando a importância das teorias da Mediação e das Audiências detalhadas no primeiro capítulo (MARTÍN-BARBERO, 2008; OROZCO GÓMEZ, 2002) para ajudar a entender o deslocamento de ações/articulações do ambiente político-cultural para o comunicacional.

A partir do segundo capítulo, quando tratamos dos contextos históricos que atam e emaranham os laços de origens da radiodifusão no Brasil, percebemos inúmeras tentativas frustradas de formação de uma rede de comunicação interessada na formação do cidadão. Mostramos que a preocupação de Roquette Pinto, já na década de 1920, de entender e usar o rádio como meio complementar de formação da população distante dos polos urbanos serviria de norte para a construção de sistemas públicos de radiodifusão similares aos europeus. Se a história midiática brasileira (e, por extensão, a história latino-americana) tivesse trafegado pelo mesmo caminho da radiodifusão em outros países após a Primeira Guerra Mundial, teríamos talvez estruturas respeitadas internacionalmente, como a Radio France, a britânica BBC ou a NHK japonesa.

O que a história mostrou, no entanto, foi o uso direto da radiodifusão por presidentes da República (a começar por Getúlio Vargas), por empresários – de Assis Chateaubriand a Roberto Marinho, passando pelos coronéis eletrônicos regionais (LIMA, 2011). Ao invés da pluralidade e da independência política e econômica da mídia, percebemos um processo de retroalimentação nefasta: empresários colaboram com políticos regionais e estes, por sua vez, legislam para beneficiar oligopólios. Com o passar das décadas, deputados e senadores perceberam que a mídia era essencial para garantir votos e passaram a “adquirir” e repassar concessões entre eles mesmos ou para “testas de ferro” regionais (vereadores, prefeitos, deputados estaduais), todos legislando em causa própria e represando tentativas de democratizar a mídia.

Mesmo assim, em meio a tantas pressões, um cenário político favorável para a descentralização midiática surgiu a partir do governo Lula. Primeiro, o interesse do então Presidente em diminuir a influência de meios de comunicação críticos ao seu grupo político. Uma confirmação está na alteração havida na distribuição de recursos publicitários para veículos de comunicação em todo o país: segundo Venício Lima (2011, p. 45-46), dos 499 empreendimentos midiáticos beneficiados com tais verbas em 2003, o governo federal passou a alocar recursos para 7.047 veículos em 2009.

Somando essa conjuntura à ampla base de apoio (popular e de ativistas com anseios pela democratização da comunicação) e à desestabilidade temporal das próprias indústrias das mídias (com a chegada explosiva da informação veloz pela Internet 2.0), houve um ambiente propício para oxigenar a antiga Radiobrás (sob o gerenciamento de Eugênio Bucci, entre 2003 e 2007) e, em seguida, implantar a EBC.

Parecia a estratégia ideal para iniciar um sistema público de radiodifusão: oferecer concurso público modesto para complementar as estruturas técnica e de pessoal já existentes, por meio da reunião das emissões de referência como as rádios MEC e Nacional, em conjunto com as centrais de televisão já instaladas em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e São Luís do Maranhão. Depois bastaria adicionar a esta rede audiovisual as produções da mídia estatal em Brasília (A Voz do Brasil, agências com assessorias ministeriais e TVs Câmara e Senado) sob a chancela do Ministério das Comunicações. O grande diferencial na configuração foi organizar um Conselho Curador de âmbito nacional, com relativo poder de decisão na tentativa de equilibrar as forças democráticas, capaz de debater os rumos editoriais e orientar o presidente da Empresa.

Em dez anos de atividade da EBC identificamos e apresentamos avanços consideráveis em diversos quesitos, principalmente envolvendo diversidade e transparência em suas ações. Os problemas enfrentados foram muitos. Para detalhar avanços, entraves e retrocessos reunimos no terceiro capítulo anotações e registros das visitas a estruturas regionais da EBC com a avaliação do jornalismo de mídia pública.

Em meio ao turbilhão de interferências políticas no período de conclusão desta tese procuramos identificar onde se encontra (ou se perde) a produção jornalística no sistema público. Como a programação e o conteúdo foram objetos de relatórios e pesquisas de Iluska Coutinho (2011; 2013), o foco da nossa análise foi a própria condição estrutural e de ambiência do jornalismo. Tratamos da identificação dúbia

entre o público e o estatal, das diferenças de realidades salariais, as estruturas físicas díspares (das avançadas sedes montadas em São Paulo e em Brasília à decadente condição dos prédios históricos das rádios MEC e Nacional no Rio), das pressões e dos desentendimentos internos entre concursados e contratados com cargos de confiança. Verificamos a dificuldade do jornalista em se perceber como um profissional de mídia pública e entender os compromissos éticos e as perspectivas diferenciadas para debater, criar e desenvolver uma programação descolada do padrão da mídia comercial brasileira.

Entre os problemas e dificuldades encontrados podemos elencar alguns bastante evidentes, a começar pela alta concentração de profissionais em Brasília. Ao final da pesquisa eram mais de 200 jornalistas em uma “central” que poderiam ser melhor distribuídos em cinco ou dez redações pelo país, por exemplo.

Essa situação conduz a outro problema: os projetos de descentralização, previstos em planos de trabalho entre 2011 e 2013, pararam na burocracia. A previsão de outras sedes (entre 20 e 24 emissoras) localizadas longe das capitais, mas com estrutura e equipe próprias, garantiriam pautas diversificadas e possibilitariam trocas de material regional de produções sonoras e audiovisuais. Em um dos seus principais relatórios, a Empresa afirma ter organizado uma Rede Nacional de Comunicação Pública “formada por 47 geradoras e 728 retransmissoras de TV aberta terrestre, que alcançam 1.781 municípios de 24 estados brasileiros mais o Distrito Federal, que abrigam 61% da população do país” (EBC, 2013, p. 5).

A prática, no entanto, mostra que os telejornais seguem amparados em reportagens de Brasília, Rio e São Paulo em quase sua totalidade, subvalorizando produções regionais de parceiros locais. Não apenas por questões editoriais, mas por uma série de questões como qualidade técnica, hermetismo no conteúdo de produções periféricas e a própria dificuldade regional em garantir uma qualidade técnica satisfatória em conjunto com linguagem inovadora. Quando afirma que “as parcerias possibilitaram a difusão de 10% de conteúdo regional e 15% de conteúdo independente na programação semanal” (EBC, 2013, p. 5), o Conselho responsável ratifica o que apuramos: baixa variação na programação ausência de um “modelo público” a ser seguido, como é o caso da BBC inglesa na Europa.

Assim, mostramos que a EBC enfrenta dificuldades para criar e efetivamente consolidar um perfil, uma identidade própria, que garantisse ao jornalismo de mídia pública administrado por ela uma espécie de chancela, um selo abstrato e simbólico

que melhor representasse a Empresa e a diferenciasse das demais. Além da produção jornalística concentrada, identificamos também casos de autocensura e perseguição nas redações, situações comprovadas pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. “Esse medo crônico às vezes é resultado concreto de uma pressão que vem de cima, às vezes não. Às vezes é uma autocensura e uma livre interpretação dos seus trabalhadores” (VALENTE, 2015).

A influência do jornalismo tradicional praticado nos meios comerciais é visível no processo de produção das pautas e reportagens nas redações da EBC, principalmente em Brasília. Situação que remete a outro problema: com profissionais criados e formados nos grandes centros, a EBC perpetua uma visão urbana, arraigada em costumes e comportamentos que não refletem a heterogeneidade do país exibida nos índices do IBGE. Como solucionar isso? Concursos públicos são considerados a “opção menos ruim” para um cargo em qualquer setor público e acreditamos que devem seguir como alternativa para contratação. Eles se apresentam como isonômicos conceitualmente, mas o que os antecede é sempre um fator desigual: entrarão aqueles que tiverem formação de bom nível (histórica, socioeconômica e educacional acima da média) ou aqueles que fizeram investimentos pesados em cursos preparatórios para processos seletivos públicos. Resultado: os aprovados provavelmente não representarão as diversidades levantadas nos índices populacionais do país.

Nos concursos são possíveis experimentações que apresentam fatores positivos e negativos. Por exemplo: ao condicionar as notas ao desempenho teórico e técnico – como provas com perguntas e respostas sobre experiência e de exercícios práticos como para cinegrafista (produzindo imagens), editor (montando reportagens) ou repórter (escrevendo textos para rádio ou TV) – poderíamos encontrar profissionais diplomados aptos a se transformarem em jornalistas de mídia pública?

Tércio Luz e Renato Rocha, gerentes jornalismo da EBC São Paulo, destacaram que a transição entre contratados e concursados em 2014 foi impactante, “pra não dizer traumatizante” (ROCHA, 2016). Para os dois, que valorizam a formação jornalística, o problema está na especialização de cada profissional. “A gente fazia uma análise grosseira aqui em São Paulo, eu poderia dizer que 90% dos profissionais [concursados] que vieram trabalhar em televisão, 90% ou mais não tinham experiência anterior” (LUZ, 2016). Se o Jornalismo de mídia pública deveria oferecer uma programação diferenciada, com produção apurada mas com formato e conteúdo

diferentes das emissoras comerciais, como desenvolver, debater, pautar e produzir material audiovisual para uma TV pública se muitos profissionais sequer sabem manusear equipamentos ou utilizar a linguagem básica da mídia?

O questionamento é interessante, mas esbarra no pressuposto da experiência adquirida na mídia comercial, com os mesmos vícios, repetições e estereótipos apresentados resumidamente em minutos de produção. Diretores da Empresa e do Sindicato dos Jornalistas ouvidos nesta pesquisa acreditam que a experiência profissional é importante, mas ambos a justificam de maneira diferente.

Para a então diretora de Jornalismo da EBC, Nereide Beirão (2010-2015), o mercado de trabalho cobra agilidade e perspicácia na produção jornalística, condições que faltariam a muitos dos profissionais concursados coordenados por ela. Nereide defendeu formações complementares alternativas, mas com a priorização das necessidades técnicas básicas para dar qualidade à produção jornalística. “Oficinas, cursos, tudo [é necessário]. Mas não há nem mesmo o básico. As pessoas [repórteres de rádio e TV] não têm acesso nem mesmo a fonoaudiólogos” (BEIRÃO, 2015).

O ex-diretor e então presidente da Empresa, Ricardo Melo (2015-2016), disse respeitar os preceitos da Comunicação Pública, mas defendeu até mesmo a não existência do diploma de Jornalismo. Para ele, que não tem formação superior (cursou até o terceiro ano de Economia na USP entre 1973 e 1975), a ética e a experiência nas empresas de Comunicação garantem bons profissionais. “Eu teria perdido quatro anos da minha vida se tivesse feito faculdade de Jornalismo. Então o ‘cara’ pode com tranquilidade fazer faculdade de História, Economia, Medicina, Direito e virar jornalista” (MELO, 2015).

Por outro lado, o presidente do SJDF, Jonas Valente, entende que a formação acadêmica é importante, assim como a continuidade da formação por meio de cursos técnicos e teóricos, seminários e discussões sobre as premissas da Comunicação Pública dentro da própria EBC. “A Empresa precisa constituir uma cultura de formação e inovação. (...) A EBC pretendia criar uma escola e acabou criando um centro de pesquisa. Está convocando pesquisadores dentro da Empresa para produzir pesquisa. Isso eu acho fenomenal”, disse Valente (2016) referindo-se ao centro coordenado pela ouvidora Joseti Marques (conforme tópico sobre a EBC em Brasília).

Ainda que por meio de perspectivas diferentes, as tentativas de formação complementar, de aperfeiçoamento ou de pelo menos realizar seminários e discussões sobre o jornalismo na comunicação pública mostram que o caminho é

longo para conseguir consolidar a função no país. Como bem lembrou Valente, os planos iniciais de trabalho da EBC previam a criação de uma escola para os funcionários da Empresa e para disseminar os princípios da Comunicação Pública, um tema sugerido por diversas organizações independentes como FENAJ, FNDC e Intervezes, assim como a transformação da Comunicação Pública em disciplina nas universidades. A UnB, por exemplo, mantinha a disciplina “Políticas de Comunicação” no 7º período do curso de Jornalismo, algo mais próximo da proposta anterior.

Importante ainda observar que o entendimento do que é jornalismo de mídia pública transpassa a programação a partir de discussões plurais. No caso da EBC, isso acontece em seminários e centros de pesquisa ou nos debates sobre questões pertinentes que eram levadas ao Conselho Curador. Pensar a ética jornalística e o respeito à pluralidade vai além dos telejornais nacionais (Repórter Brasil, tarde e noite) e regionais (Repórter Rio, Repórter Maranhão, Repórter São Paulo e Repórter DF) e se estende a programas como Ver TV e Observatório de Imprensa, transitando nos bastidores das produções de programas informativos. Como não elogiar iniciativas importantes de produções como Programa Especial (no qual a apresentadora e repórter é uma portadora de síndrome de Down) e o Estação Plural (com âncoras gay, lésbica e transexual)? Estes e outros programas contam com produtores ou redatores que atuam ou atuaram no jornalismo diário de emissoras comerciais e devem ser observados com atenção pelos diretores da Empresa.

Ainda assim, o jornalismo da EBC segue sem tentativas de inovar em relação a propostas visuais e conceituais (não apenas com a estrutura de bancada ou com apresentadores-totem ao lado de telões digitais, mas também em conteúdo de texto e visual, continuamente extraídos dos padrões tradicionais das emissoras comerciais de TV aberta) e carente de profissionais que representem a diversidade racial e socioeconômica do país, não apenas negros (o índice de pessoas com ascendência hispânica e asiática, por exemplo, é praticamente nulo nas emissoras visitadas), assim como sem buscar pautas que não se concentrem em área ou temáticas metropolitanas.

Houve registros de novos programas e experimentações nas emissoras de rádio, principalmente naquelas que atuam em toda a região amazônica (que têm, exceto Tabatinga, toda produção oriunda de Brasília) e também na Rádio MEC, sediada no Rio de Janeiro. A maior parte da programação observada, no entanto, estava focada em serviços e jornalismo cultural (temas não menos importantes para

a comunicação pública), deixando o jornalismo informativo e interpretativo atado aos padrões clássicos de produção de notícia. O mesmo ocorreu nas emissoras de TV, nas quais o programa Fique Ligado (no ar desde outubro de 2015, que segundo o site da Empresa “mescla entretenimento, cultura, informação e variedades”) atua mais no jornalismo cultural de maneira pouco densa (mais expositivo e com pouco aprofundamento nas pautas).

Na grade específica do telejornalismo, com exceção de março de 2014, quando estrearam outros dois telejornais (Repórter São Paulo e Repórter DF), nenhum experimento significativo de produção regional foi registrado na EBC. Não tratamos aqui de produções fechadas, concentradas neste ou naquele apresentador/jornalista/âncora – como os programas Espaço Público, com Paulo Moreira Leite, Palavras Cruzadas, com Paulo Markun, Brasilianas.org, com Luís Nassif. Em comum, além de todos possuírem perfil jornalístico com características autorais, todos tiveram contratos cancelados na TV Brasil depois da mudança de gestão na EBC em setembro de 2016, quando assumiu a presidência da Empresa o jornalista Laerte Rímoli.

Argumentos para os cortes: não eram “pratas da casa” e sim terceirizados, com contratos (por meio de produtoras) que variavam de R\$ 180 mil anuais (da produtora Tereza Cruvinel) a R\$ 760 mil anuais (do apresentador Luis Nassif, contratado como pessoa jurídica), enquanto a Empresa possuiria em seu quadro próprio, segundo a direção, profissionais capacitados para a produção de conteúdo equivalente a um custo significativamente menor. Para deixarmos registrado, em dezembro de 2016 os salários para a função de Jornalista na EBC variavam de R\$3.921,79 (salário inicial na categoria JC01) a R\$16.451,28 (categoria JC41), excluindo benefícios⁵¹.

Alternar jornalistas concursados com contratações terceirizadas seria a melhor alternativa para ampliar a qualidade das produções noticiosas? Como conseguir equilibrar tais condições na EBC envolvendo a qualificação profissional? Pensar estas questões é lembrar mais uma vez que o jornalismo também está presente em toda a estrutura da organização: sua influência envolve desde os bastidores dos programas até a alta direção da Empresa, já que todos os presidentes da EBC desde a sua criação tiveram como profissão o Jornalismo: Tereza Cruvinel (nov/2007-out/2011) Nelson Breve (nov/2011-ago/2015), Américo Martins (ago/2015-fev/2016), Mario

⁵¹ Disponível em: <www.ebc.com.br/institucional/acessoainformacao/empregados/remuneracao>. Acesso em dez.2016.

Maurici (interino pouco mais de dois meses em 2016), Ricardo Melo (maio/2016-set/2016, ainda que sem formação acadêmica) e Laerte Rímoli, na presidência de 14 de setembro de 2016 até a conclusão desta pesquisa.

Outro ponto a considerar é que sempre haverá interesses político-partidários e ideológicos envolvendo os nomes indicados para o cargo. Os exemplos mais visíveis são de Maurici (ex-prefeito pelo PT de Franco da Rocha, SP) e Rímoli (ex-coordenador da campanha de Aécio Neves a presidente em 2014). Não é coincidência que as escolhas envolvam profissionais com formação jornalística porque os compromissos da função envolveriam boa comunicação, conhecimento dos bastidores do poder e capacidade de articulações, decisões e pressões relativas ao cargo. Apuramos que, nos anos finais da pesquisa, a pressão política existente desde a criação da EBC desdobrou-se em interferência direta em três níveis:

- No nível editorial, com interferência no conteúdo e na linha editorial das emissoras de rádio e televisão: entre 2010 e 2016 foram quatro substituições na direção de jornalismo da EBC. Saíram Helena Chagas (em abril de 2010), Nereide Beirão (em agosto de 2015), Ricardo Melo (em maio de 2016, até Lourival Antonio de Macedo assumir o cargo em julho de 2016). Se incluirmos aqui as substituições na presidência da Empresa, aumentamos para nove trocas em seis anos;

- No nível gerencial, por meio de tentativas de exoneração do presidente da Empresa de forma unilateral (por determinação direta da Presidência da República), desrespeitando a escolha resultante de ação coletiva da Assembleia Geral em conjunto com os órgãos da Administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) e de Fiscalização (Conselho Fiscal, Auditoria Interna e Conselho Curador);

- No nível conceitual, ao extinguir o Conselho Curador em 2016 e reconfigurar o sistema público de comunicação instituído na origem (entre 2007 e 2008).

As medidas provisórias (MPs) da Presidência, logo depois do processo de impeachment de Dilma Rousseff, foram a parte mais visível de uma estratégia de reorganização da mídia pública. Embora não pareça evidente, esse processo havia sido iniciado em 2010, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Ele foi o Presidente da República a criar a EBC, mas também foi durante a sua gestão que propostas apresentadas e aprovadas junto à Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), à Frente Parlamentar de Liberdade de Expressão e do Direito à Comunicação com Participação Popular (FRENTECOM) e ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) foram engavetadas, na tentativa de

acalmar mercados e arautos midiáticos da crise político-econômica, como aponta Venício Lima (2011; 2013).

Qual foi então o foco do ataque à EBC? Embora o Conselho Curador tenha sido a principal vítima, o jornalismo também foi alvo das ações estratégicas orquestradas pelos poderes Executivo e Legislativo. Com as mudanças verificadas no ambiente político brasileiro entre 2015 e 2016, jornalistas concursados e contratados pela Empresa foram demitidos ou realocados. O ano de 2016 finalizou com a possibilidade de implantação de um Plano de Demissão Voluntária (PDV) que, segundo Laerte Rímoli em reunião no dia 24 de novembro de 2016 com a Comissão Mista da Câmara Federal instituída para analisar a Medida Provisória 744/2016, teria por objetivo dispensar pelo menos 600 servidores dos 2.100 concursados da EBC.

Eugênio Bucci, severo crítico da comunicação pública ampla (referindo-se à EBC e também às emissoras e programas estatais produzidos pelas TVs Câmara e Senado, A Voz do Brasil e assessorias de comunicação dos ministérios, entre outros), ressalta que a produção de um núcleo jornalístico (na mídia pública ou privada) é a contínua “fiscada no tendão de Aquiles” dos governantes. “O jornalismo é quem machuca o poder. Logo, é ele o nervo que mais dói dentro de casa. Não há como ser diferente” (BUCCI, 2015, p. 109).

A pressão política sobre a EBC explicitaria um fator positivo vinculado diretamente ao jornalismo de maneira geral: a imagem deste profissional como observador e guardião ainda gera receio e pode trazer ameaças ao *status quo*. É visível o anseio das autoridades por controlar organismos que podem criticar ou questionar a ação de políticos e empresários.

Se o presidente Rímoli, que assumiu a Empresa depois do impeachment de 2016, entrou já criticando as ações do Conselho Curador que viria a ser extinguido, não foram menores as críticas durante a gestão de Tereza Cruvinel. Ao deixar a presidência da EBC em novembro de 2011, ela disse que havia sido “ameaçada de impeachment” pelos conselheiros⁵².

Assim como destacamos que Rímoli trabalhou na campanha presidencial de Aécio Neves (candidato do PSDB) na última eleição majoritária, vale pontuar que

⁵² Reportagem de *O Estado de S. Paulo* de 1º/11/2011 disponível no link: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,jornalista-deixa-ebc-e-ataca-conselho-imp-,793144> >. Acesso em: dez. 2016.

Teresa Cruvinel (ex-presidente) e Helena Chagas (ex-diretora de Jornalismo da EBC) saíram da EBC para atuar na campanha de Dilma Rousseff, do PT.

Concluimos que interferências políticas e econômicas persistiram ao longo dos anos e que estes e outros problemas seguirão afetando a EBC. Com base nos últimos dois anos da pesquisa, podemos afirmar que a Empresa se encontrava fragilizada e que enfrentava a maior das ameaças desde sua origem, já que a conjuntura política se juntou à da crise econômica.

As palavras de ordem em vigência no país, entre 2015 e 2016 – contingenciamento de gastos, equilíbrio das contas públicas e terceirização de atividade-fim – reverberaram na sociedade sob a perspectiva de serviços públicos ineficientes, onerosos ou ainda tachados de pouco úteis, como uma empresa pública de comunicação.

Assim como na mídia comercial, há jornalistas competentes e eficientes nos meios estatais e públicos. A diferença é que divergências entre chefias e profissionais nos veículos privados podem ser resolvidas diretamente contratando ou demitindo. As empresas estatais e públicas adotam o remanejamento, a subutilização do profissional ou ainda a “conversão” do servidor, assediando-o para que adote a linha editorial (ou ideológica) de chefias efêmeras. Independentemente de ser tachado por evidenciar posições mais à direita ou mais à esquerda das configurações políticas centradas em Brasília, o jornalismo da EBC passou praticamente uma década incomodando e questionando interesses em produções como o Repórter Brasil (vespertino e noturno), em programas de debates e ainda nas produções com características opinativas ou com preocupação em representar minorias.

Ainda há um longo caminho para aproximar a comunicação pública como um direito essencial ao cidadão brasileiro (no mesmo nível da saúde e da educação). Se o jornalismo atua diretamente monitorando, analisando e denunciando alterações nos direitos básicos, cabe ao jornalismo de mídia pública fortalecer este processo e oferecer diversidade, descentralização e espaços alternativos para ampliar vozes dissonantes da mídia comercial.

Essa conscientização coletiva foi registrada entre 2007 e 2008, quando a conjuntura favorável reuniu pensadores, organizações e integrantes dos três poderes interessados em construir a base para um Sistema Público de Comunicação. Esperamos que o mesmo ocorra entre os anos 2017 e 2018, período em que outros abalos (incluindo uma eleição à presidência da República) devem alterar o modo de

fazer política em âmbito nacional, para que a curta e pedregosa estrada percorrida pela EBC passe a ser melhor cuidada e, por fim, pavimentada. Será por ela que, esperamos, irão tráfegar ideias, perspectivas e projetos plurais para o Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, C.W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. “O Jornalismo Pós-Industrial – adaptação aos novos tempos”. *Revista de Jornalismo ESPM / Columbia Journalism Review (CJR)*. São Paulo: ESPM, ano 2, n. 5, abr.-mai.-jun. 2013, p. 30-89.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo : Perspectiva, 1992.
- ARIES, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991
- ARPUB. 2007. *Pesquisa nacional sobre rádios públicas do Brasil*. Disponível em <www.arpub.org.br/documentos/pesquisa_nacional_arpub.pdf>. Acesso: jul. 2012.
- BAITELLO Jr, Norval. *A era da iconofagia*. São Paulo: Hacker, 2005.
- BAZI, Rogério E. R. *TV Regional: trajetória e perspectivas*. Campinas: Editora Alínea, 2001.
- BEIRÃO, Nereide. Entrevista concedida ao pesquisador na sala da Direção de Jornalismo da EBC. Brasília: 12 jun. 2015a (58’30”): gravação em áudio
- _____. Entrevista concedida por e-mail [anexada à tese]. Brasília: 30 dez. 2015b.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. 1931. *Decreto 20.047/1931*. [define um sistema misto estatal e comercial de radiodifusão]. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=71425>>. Acesso em set. 2014.
- BRASIL. 1932. *Decreto 21.111/1932*. [liberação de concessões a “sociedades civis ou empresas brasileiras idôneas”]. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=18836>>. Acesso em set. 2014.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História social da mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BUSETTO, Áureo. *Relações entre TV e poder político: dados históricos para um programa de leitura dos produtos televisivos no ensino e aprendizagem*. In: PINHO, Sheila Z.ambello; SAGLIETTI, José Roberto Corrêa (Org.). *Núcleos de Ensino*. 1ª ed., v.4. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2007.
- CADERNO 1ª CONFECOM [recursos eletrônico]. Brasília: Ministério das Comunicações / FGV, 2010. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/component/docman/doc_download/480-caderno?Itemid=13217>. Acesso em: mar. 2016

CAMARGO, Roberto Antonio. P. *Deixa que eu conto: uma campanha de incentivo à Leitura pelas ondas do rádio*. Projeto de Oficina de Radiojornalismo. Londrina: UEL, 2010.

CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Summus, 1986.

CAPUTO, Stela Guedes. *Sobre Entrevistas: Teoria, prática e experiências*. Petrópolis: Vozes, 2006.

CARMONA, Daniel. *Rádios MEC e Nacional sob a sombra do futuro*. Caderno de Economia. Rio de Janeiro: Jornal O Dia, 19.mai.2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2013-05-19/radios-mec-e-nacional-sob-a-sombra-do-futuro.html>>. Acesso em: 26.fev.2016.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean (et al). *A pesquisa qualitativa - enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

COSTA, Osmani Ferreira da. *Televisão e Política*. Londrina: Eduel, 2015.

COUTINHO, Iluska (Coord.). *Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil: Relatório Final*. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. Disponível em: http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/ufjf_relatoriotelejornalismoebc.pdf

_____. *A informação na TV Pública*. Florianópolis : Insular, 2013.

COUTINHO, Iluska; MEIRELLES, Allana. Análise do jornalismo da TV Brasil: Uma avaliação do cumprimento do papel público de uma emissora de televisão. In: IV Seminário Internacional - Media, jornalismo e democracia, 2012, Lisboa (Portugal). Anais... Lisboa: Centro de Investigação Media e Jornalismo, 2012. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxuZWxzbn250cmFxdWluYXxneDo0OWUzZWZhYjVmNzJmOTQx>

COUTINHO, Iluska; OLIVEIRA FILHO, José T. Silva. *A TV Pública no Brasil: a evolução histórica do formato e o papel da TV Brasil na promoção do jornalismo cidadão*. Anais... III Encontro Regional Sudeste de História da Mídia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Emerson/Downloads/Gtaudiovisual_Tarcisio-Iluskacoutinho.pdf> Acesso em: nov. 2015.

COUTINHO, Iluska; VIZEU, Alfredo (et.al.) (orgs.). *Telejornalismo em questão*. Florianópolis: Insular, 2014.

_____. *Telejornal e praça pública*. Florianópolis: Insular, 2015.

CURTINOVI, Jefferson e MESQUITA, Wákila. *De que comunicação pública estamos falando?* In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, 2014

CRUCIANELLI, Sandra. *Ferramentas Digitais para Jornalistas* [recurso eletrônico]. Austin, Texas: Knight Center of Journalism, 2010. Disponível em: <https://knightcenter.utexas.edu/hdpp_pt-br.pdf>. Acesso em: ago. 2014

DEAK, André; MERLI, Daniel. 2007. "Donos de TVs e rádios, parlamentares desrespeitam a constituição". *Rolling Stone*, São Paulo, ed. 07, abril de 2007, p. 85-89. Disponível em: <<http://www.rollingstone.com.br/edicao/7/donos-de-tvs-e-radios-parlamentares-desrespeitam-a-constituicao>> Acesso em: mai. 2014.

DEBORD, Guy. *Sociedade do Espetáculo*. [recurso eletrônico]. São Paulo: Projeto Periferia, 2003. Disponível em: <www.geocities.com/projetoperiferia>. Acesso em: mai. 2014.

DEL BIANCO, Nélia; ESCH, Carlos e MOREIRA, Sonia V. *Radiodifusão pública: um desafio conceitual na América Latina*. In: Estudos da Comunicação, nº 12, dez. 2012.

DIAP. *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019* [recurso eletrônico]. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília: DIAP, 2014. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&view=viewcategories&Itemid=513>. Acesso em: abr. 2015.

DIAS, Emerson dos Santos. *Abordagens Teóricas e Práticas para a Fotografia Institucional*. Anais... XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2014). Foz do Iguaçu: Unicentro/UNILA/UDC, set. 2014a.

_____. *O ato fotográfico como rusticidade midiática: representação, fotojornalismo e arte*. In: BONI, Paulo C. (org.). *Fotografia: usos, repercussões e reflexões*. Londrina : Midiograf/FUNARTE, 2014b.

_____. *Social and geographics changes in regional TV News programmes – The case of Grupo Paranaense de Comunicação (Grpcom-Brazil)*. Anais... XI World Media Economics & Management Conference. Rio de Janeiro: UERJ, mai. 2014c.

_____. *Rodeio às escuras - A experiência pedagógica do radiodocumentário nas mãos de um acadêmico cego*. Anais... II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-americana (Confibercom). Braga (Portugal) : Universidade do Minho, abr. 2014d.

_____. *Televisão e pioneirismo - Um olhar historiográfico sobre as cinco primeiras TVs do interior do Brasil*. 2013. 9º Encontro Nacional de História da Mídia, ALCAR. Ouro Preto. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historiografia-da-midia>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

_____. *Educação e comunicação nos movimentos sociais rurais*. IN: FERNANDES, Marcio; PEREIRA, Ariane; TOMITA, Íris (Orgs). *Fatos do passado na mídia do presente: rastros históricos e restos memoráveis*. São Paulo : Ed. Intercom, 2011.

_____. *O Relato como Notícia e História: a Memória da Fronteira nos Jornais de Foz do Iguaçu*. Anais. 1º Encontro Paraná/Santa Catarina de História da Mídia. Anais. Guarapuava : UNICENTRO, 2010.

DIAS, Emerson dos Santos. *Fronteira Sitiada: as memórias dos moradores de Foz do Iguaçu sobre os movimentos tenentistas (1924-1925)*. In: PRIORI, Angelo (org). História, Memória e Patrimônio. Maringá: EDUEM, 2009.

DIAS, Emerson dos Santos; MOREIRA, Sonia V. *Outro valor da notícia? Reflexão sobre as tensões entre a organização de mídia e o jornalista profissional*. Anais... II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-americana (Confibercom). Braga (Portugal) : Universidade do Minho, 13 a 16 abr. 2014.

DIAS, Emerson dos Santos (et al). *Paraná [capítulo com 10 Radialistas Esportivos do Estado]*. IN: PRATA, Nair; SANTOS, Maria Cláudia (Orgs). *Enciclopédia do Rádio Esportivo Brasileiro*. Florianópolis: Insular, 2012.

DIAS, Emerson dos Santos; LIMA, Carlos Guilherme. *Da emoção à descrição – a história da narração esportiva no rádio*. IN: *Mídia Sonora em 4 dimensões*. Luciano Klöckner e Nair Prata (orgs). Porto Alegre : Edipucrs, 2011.

DIAS, Emerson dos Santos; SCHACHT, Rakelly Calliari. *A estruturação do campo midiático radiofônico e sua influência sobre a programação: o caso brasileiro*. Anais. Colloque GiS Journalisme, Rennes (França) : GIS, out. 2012.

_____. *Da rádio-poste à internet - Os desafios de linguagem na trajetória da Alma Londrina Rádio Web*. Anais... 39º XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes – ECA-USP, 2016.

DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação Pública – Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2012.

EBC. 2016. Relatório Anual da Ouvidoria – 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/relatorios-anos-anteriores>> Acesso em: 18.mar. 2016.

_____. 2015. Relatório Anual da Ouvidoria – 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/relatorios-anos-anteriores>> Acesso em: 14.dez. 2015.

_____. 2014. *A EBC e a Lei de Acesso à Informação*. Disponível em: <www.ebc.com.br/acessoainformacao>. Acesso em: out. 2014.

_____. 2013. *Plano de trabalho para os canais EBC em 2013*. Brasília: Resolução 02/2013 do Conselho Curador. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/ckfinder/userfiles/files/Plano_de_Trabalho_EBC_2013.pdf>. Acesso: jun. 2015.

_____. 2012. *Plano de trabalho para os canais EBC em 2012*. Brasília : Direção-Executiva. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/ckfinder/userfiles/files/Plano_de_Trabalho_EBC_2012.pdf>. Acesso: ago. 2014.

FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre. Sagra: DC Luzzato, 2001.

FERRARETTO, Luiz Artur. Roberto Landell de Moura: o pioneiro brasileiro das comunicações. In: KLÖCKNER, Luciano; CACHAFEIRO, Manolo S. *Por que o Padre Roberto Landell de Moura foi inovador?* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0226-8/pages/v2.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

_____. *De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil* [recurso eletrônico]. In: Revista Brasileira de História da Mídia - RBHM. Teresina: UFPI, v.3, n.1, jan.- jun., 2014. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/issue/view/220>>. Acesso em: nov. 2015.

FIDLER, R. *Mediamorfosis - comprender los nuevos medios*. Buenos Aires: Granica, 1998.

FOLHA DE S. PAULO. 2016. Canal chapa-branca (Editorial). 25 jun. 2016, p. 2.

_____. 2016. TV Brasil é para dar voz a quem não tem, diz presidente da EBC. 3 jul. 2016, p. 9.

_____. 2012. *FMs com mais audiência são de música para 'povão'; veja ranking*. Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/televisao/1090630-fms-com-mais-audiencia-sao-de-musica-para-povao-veja-ranking.shtml>> Acesso: 15 de jul. 2013.

FREIRE FILHO, João; MARQUES, Carla. Sob o domínio do medo: a construção de sujeitos temíveis e sujeitos temerosos na mídia. In: COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel. *Mídia e Poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

FREIXEDA, Nivaldo. *Jornalismo Público - Guia de princípios*. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2004.

GERALDES, Elen; SOUSA, Janara. *Apontamentos sobre Métodos de Pesquisa em Políticas de Comunicação*. In: XXXVI Congresso Bras. de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, 2014.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. S. Paulo : Unesp, 1993

GIL, Antonio. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Ana Luisa Zaniboni. *Na boca do rádio – o radialista e as políticas públicas*. São Paulo: Oboré, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *História y crítica de la opinión pública – La transformación estructural de La vida pública*. Barcelona : Gustavo Gili, 2004.

HASWANI, Mariângela Furlan. *Comunicação pública – bases e abrangências*. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1987.

INTERVOZES. *Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo – Experiências de doze países e o caso brasileiro*. São Paulo : Paulus/Intervozes, 2009.

JOST, François. *Seis lições sobre televisão*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

JUNGBLUT, Cristiane. *EBC virou ‘cabide de emprego’ e símbolo de aparelhamento político, diz ministro - Geddel Vieira Lima confirma que proposta de extinção da empresa pública ganha adeptos e foi discutida com Temer*. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 11 jun. 2016a. Disponível:

< <http://oglobo.globo.com/brasil/ebc-virou-cabide-de-emprego-simbolo-de-aparelhamento-politico-diz-ministro-19487534> >. Acesso em: 14 jun. 2016.

_____. *Presidente do Conselho Curador da EBC diz que é ‘temeridade’ desmontar aparato público de informação*. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 11 jun. 2016b.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/presidente-do-conselho-curador-da-ebc-diz-que-temeridade-desmontar-aparato-publico-de-informacao-19487655> >. Acesso em: 14 jun. 2016.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. *Rádio e Mídias Sociais*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

_____. *O discurso da convergência inevitável: a construção do jornalista multitarefa nas páginas de O Globo*. Revista Eptic (UFS). Aracaju: UFS, v. 12, p. 3, 2010.

Disponível em: < <http://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/26/835> > Acesso em: jul. 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.

LAGE, Nilson. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Petrópolis: Vozes, 1982.

LIMA, Venício A. *Conselhos de Comunicação Social: a interdição de um instrumento da democracia participativa* [recurso eletrônico]. Brasília: FNDC, 2013. Disponível em: < <http://www.fndc.org.br/download/conselhos-de-comunicacao-social/publicacoes/196/arquivo/livro-fndc.pdf> >. Acesso em: mar. 2016.

_____. *Regulação das comunicações: História, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011.

LOPES, Fernanda Lima. *Ser jornalista no Brasil – Identidade profissional e formação acadêmica*. São Paulo : Paulus, 2013.

LUZ, Tércio. Entrevista concedida ao pesquisador na sala da Gerência de Jornalismo da EBC. São Paulo: 18 jul. 2016. (32’11”): gravação em áudio.

MARQUES, Joseti. *Jornalismo público e a busca da verdade no palheiro das versões*. Ouvidoria da EBC. Rio de Janeiro: EBC, 11.mar.2016. Disponível em:<<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/noticias/2016/03/jornalismo-publico-e-a-busca-da-verdade-no-palheiro-das-versoes>>. Acesso em: 19.mar.2016a.

MARQUES, Joseti. *Leitor interpela Ouvidoria sobre artigo na Coluna*. Ouvidoria da EBC. Rio de Janeiro: EBC, 16.mar.2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/noticias/2016/03/leitor-interpela-ouvidoria-sobre-artigo-na-coluna>>. Acesso em: 19.mar.2016b.

MARTÍN-BARBERO. *Dos meios às mediações - Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008

_____. *Chaves do Debate – Televisão pública, televisão cultural, entre a renovação e a invenção*. In: RINCON, Omar (org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo : Friedrich Ebert Stiftung, 2002. Original disponível em: MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Claves de debate: televisión pública, televisión cultural : entre la renovación y la invención [recurso eletrônico]*. Bogotá/Bonn: Friedrich Ebert Stiftung (FES Library), 2001. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/kolumbien/04199.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

MARTÍN-BARBERO.; REY, German. *Os Exercícios do ver*. São Paulo : Senac, 2004.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista – O diálogo possível*. São Paulo: Ática, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. *Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir*. Florianópolis: Insular, 2012.

MELO, Ricardo. *TV Brasil é para dar voz a quem não tem, diz presidente da EBC*. IN: FOLHA DE SÃO PAULO. Edição nº 31.868, 3 jul. 2016, p. 9.

_____. *Entrevista concedida ao pesquisador na sala da Direção de Jornalismo da EBC*. Brasília: 4 dez. 2015. (38'20"): gravação em áudio.

MIANI, Rozinaldo Antonio. "Comunicação comunitária: uma alternativa política ao monopólio midiático". *Anais. Encontro da União Lationamericana de Economia Política da Informação, Comunicação e da Cultura – ULEPICC*. Niterói: IACS UFF, 2006.

MICK, Jacques (org). *Perfil do jornalista brasileiro*. Florianópolis : Insular, 2013.

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES. 2016a. Dados gerais sobre radiodifusão. Disponível em: <www.comunicacoes.gov.br/espaco-do-radiodifusor> Acesso: nov. 2016.

_____. 2016b. *Relação de Rádios Comunitárias com Licença Definitiva – Brasil*. Disponível em <<http://www.comunicacoes.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radio-comunitaria>> Acesso: nov. 2016.

_____. 2012b. *Plano Nacional de Outorgas 2012-2013 – Radiodifusão Comunitária*. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/radiodifusao/planos-nacionais-de-outorga>>. Acesso em: abr. 2016.

MIOLA, Edna. *Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na imprensa*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências. Belo Horizonte, 2012.

MOREIRA, Sonia Virgínia (org.). *70 anos de radiojornalismo no Brasil (1941-2011)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011a.

_____. *Mundos do Jornalismo, uma pesquisa colaborativa internacional em rede*. Anais. 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011b.

_____. *Geografias do público e do privado na configuração de um marco legal para as comunicações*. Anais. 34º Intercom, Recife, set. 2011c.

_____; FORTI, L. *Marcos regulatórios e mídia pública em países da UNASUL – análise comparada Argentina, Brasil e Colômbia*. IX Congresso LUSOCOM. São Paulo, ago. 2011d.

_____. *Para além dos clichês: o Brasil e o contexto internacional da radiodifusão digital*. In: Magnoni, A. F. e Carvalho, J. M. de. *O novo rádio, cenários da radiodifusão na era digital*. São Paulo: Editora SENAC SP, 2010

_____. *Análise documental como método e como técnica*. In: DUARTE, Jorge (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. *Algumas perspectivas para o rádio brasileiro*. In: BENETON, Rosana (et. al.). *Rádio: sintonia do futuro*. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

NEPTUNE, Nordahl C. *A televisão pública no Brasil*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2011.

NEUBERGER, Rachel Severo Alves. *O rádio na era da convergência das mídias*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO. 2012. “*Seminário aponta propostas para a mídia pública*”. Disponível em:
< <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=26763> > Acesso: abr. 2014.

OBSERVATÓRIO DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA DA AMÉRICA LATINA. 2014. “*A criação de uma Escola Nacional de Comunicação Pública*”. Disponível em:
<http://www.observatorioradiodifusao.net.br/index.php/destaques/1554-a-criacao-de-uma-escola-nacional-de-comunicacao-publica> . Acesso em: 14 jun. 2016.

OLIVEIRA, Luis André Ferreira de. *Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no país: um estudo do rádio de 1930 a 1945*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

OLIVEIRA, Maria M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*. Campinas: Ponte, 1999.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Depoimento concedido após abertura do Intercom [anexada à tese]. Brasília: ECA-USP, 6 set. 2016 (5'40"): gravação em áudio.

_____. Mediações e televisão pública: a desconstrução múltipla da televidência na era da vassalagem mediática. IN: RINCÓN, Omar (org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.

PIERANTI, Octavio Penna. *Políticas Públicas para radiodifusão e imprensa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

PEREZ, Rosario de Mateo; SAURA, Laura Bergés. Los retos de las televisiones públicas – financiación, servicio y libre mercado. Sevilha (Espanha): CS Comunicación Social, 2009.

PERUZZO, Cicília M. K. 2006. "Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária". *Anais. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM*. Brasília. Disponível em: <www.unifra.br/professores/rosana/Cicilia+Peruzzo+.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.

POLISTCHUCK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. *Teorias da Comunicação: o pensamento e a prática do jornalismo*. Rio de Janeiro : Elsevier, 2003.

PORTAL EBC. *Missão, Visão, Valores*. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/missao-visao-valores>>. Acesso em: jun-ago. 2016

REGOTTO, Thiago. Que rádio é esse? Memórias, questionamentos e perspectivas do rádio não comercial brasileiro. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

_____. Entrevista concedida por e-mail [anexada à tese]. Rio de Janeiro: 6 ago. 2016.

REIS, Ruth. *Bem dito seja, a construção da esfera pública pela comunicação e os discursos dos profissionais de comunicação pública*. In: XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza, 2012.

RELATÓRIO ANUAL DA OUVIDORIA. Brasília: EBC, 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria>>. Acesso em: mar. 2016.

RELATÓRIO ANUAL DA OUVIDORIA. Brasília: EBC, 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria>>. Acesso em: out. 2015.

RINCÓN, Omar (org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

ROCHA, Renato. Entrevista concedida ao pesquisador na sala da Gerência de Jornalismo da EBC. São Paulo: 18 jul. 2016. (32'11"): gravação em áudio.

ROTHBERG, Danilo. *Jornalismo Público*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

TEMER, Ana Carolina R. P. Desconstruindo o telejornal: um método para ver além da *melange* informativa. IN: COUTINHO, Iluska, VIZEU, Alfredo (et.al.) (orgs.). *Telejornalismo em questão*. Florianópolis: Insular, 2014.

UNESCO. *Public Broadcasting. How? Why?* Montreal: World Radio and Television Council, 2000.

_____. O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiros [recurso eletrônico]. Série Debates CI (Comunicação e Informação). Brasília: Unesco, n. 7, fev. 2011. Disponível em: <www.unesco.org.br/brasil>. Acesso em: dez. 2014.

VALENTE, Jonas. Entrevista concedida ao pesquisador na sede do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. Brasília: 8 jun. 2015. (63'30"): gravação em áudio.

_____. Concepções e abordagens conceituais sobre sistema público de comunicação. IN: *INTERVOZES. Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo*. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009, p. 25-45.

_____. Sistema Público de Comunicação no Brasil. IN: *INTERVOZES. Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo*. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009, p. 269-287.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania – a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. *A programação de rádios públicas brasileiras*. Florianópolis : Insular, 2012.

_____. “A história do Rádio Público no Brasil: um resgate pela linha do tempo”. *Anais. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação*. Recife, 2011.

APÊNDICE A – Entrevista com Nereide Beirão - ex-diretora de Jornalismo da EBC

Pergunta: Hoje é 12 de junho de 2015, 18h20, fazendo entrevista com a Nereide Lacerda Beirão, diretora de jornalismo da EBC, aqui em Brasília.

Nereide, na pesquisa estou trabalhando obviamente é pra gente entender um pouco essa questão de comunicação pública. Não é fácil imaginar sete anos e EBC contra a 70, 80 anos de uma BBC. Quer dizer, essa dificuldade além da relação do público brasileiro com os sistemas públicos que é totalmente diferente: brasileiro nasceu vivendo a TV comercial. Assim, eu queria, se possível, que você adentrasse essa ideia de como a Nereide entende essa ideia de comunicação pública no país e se você percebe que é preciso trabalhar com algumas diferenças com relação ao sistema público nacional de outros países.

Resposta: Eu entendo isso que você disse. Você tinha experiências de jornalismo público em emissoras estaduais, mas pensar um jornalismo nacional, para uma empresa, com essa sistemática da EBC é uma coisa completamente nova, recente, e que tá sendo construída. Mas eu acho assim, que a gente já avançou muito, aqui no jornalismo a gente construiu o manual de jornalismo. Discutimos muito exatamente para colocar parâmetros, porque eu até discuto um pouco a expressão jornalismo público. Porque na realidade eu acho que o jornalismo público é o jornalismo de verdade, é o jornalismo que eu, que pelo menos estudei em uma faculdade progressista, bacana, que era a comunicação da PUC em Minas... É o jornalismo que a gente aprende a fazer na universidade: um jornalismo que não manipula, um jornalismo correto, que ouve todas as fontes, diverso, sem preconceito, um jornalismo que eduque... É um jornalismo que todo jornalista sonha em fazer, um jornalismo com ética, um jornalismo de verdade assim digamos. O jornalismo em si, na sua essência.

Sempre falo para as pessoas que começam, que vêm trabalhar aqui, os concursados. Eu falo: gente, nós temos um privilégio. A gente pode ter uma série de dificuldade: pouco reconhecimento, pouca audiência porque tem tudo isso que você disse... um desconhecimento, um preconceito, problemas mesmo técnicos, problemas de divulgação, de alcance de sinal. Até perguntei se você assistia lá em Londrina. Então a gente tem várias questões, mas temos um privilégio de poder fazer um jornalismo com todos estes pressupostos: sem tá pretendendo manipular, sem tá pretendendo distorcer a informação... E você tem a possibilidade de fazer isso com liberdade. Todo mundo fala “Ah, a TV do Lula”, né, no início! Quando entrei aqui ainda era o governo Lula. Entrei com a Teresa Cruvinel. A Helena Chagas saiu para fazer a campanha da Dilma – ela era a diretora de Jornalismo – entrei no lugar da Helena.

(3:35”) Pergunta: dia 2 de agosto de 2010, é isso?

Resposta: exatamente, entrei em 2 de agosto de 2010. Então eu peguei a eleição da Dilma e, desde então... Gente, a interferência é... Eu nunca recebi telefonema de ministro... do Thomas [Traumann, ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social – SECOM], do Edinho [Silva, também ex-ministro da SECOM]. Nem conheço esse Edinho... Então assim, pra dizer “Olha, faça isso, isso, aquilo outro”.

Então eu acho que é uma coisa que você, em TV privada, você... Eu trabalhei muitos anos na TV Globo e vivi períodos infinitamente melhores do que a TV Globo vive hoje. Era muito diferente! Você que trabalhou lá, você sabe! Então eu peguei a época do Evandro [Carlos Andrade, ex-diretor da Rede Globo], por exemplo, que tentou resgatar a credibilidade da TV que tava afetada com aquela história do Collor, das Diretas...

(4:50") Muitas vezes eu acho que o próprio jornalista é mais realista que o rei. Então, o jornalista achava que agradar patrão, fazia aquilo... Eu sei que hoje tem uma interferência muito direta. Mesmo vivendo um tempo melhor, você tinha assim: pessoas que não entravam [no ar], pessoas que entravam demais, como o ACM [Antonio Carlos Magalhães, ex-senador da Bahia]. Você tinha assuntos que eram prioritários, por exemplo a campanha da privatização... Tinham claramente um privilégio de informação.

E você desconhecia outros, como por exemplo... Índio, questão indígena... Ih, nossa, você não via. Então, hoje aqui, você tem a grande vantagem de dar todos os assuntos que os outros não dão. A gente dá muito [material sobre] índio, dá muito direitos humanos, a Comissão da Verdade: a gente acompanhou enormemente. A questão dos 40 anos de 1964, a gente fez séries, fizemos programas...

P: Chegaram a ganhar prêmios, é isso?

R: Isso, ganhamos prêmios, fizemos muito conteúdo ligado a estes temas.... A gente se preocupa com, por exemplo, a questão do LGBT, toda a defesa de todo mundo que sofre preconceito, do todo mundo que é minoria das minorias... A gente tem um preocupação, a gente dá atenção... Fora que a gente tenta dar assuntos, com todas nossas dificuldades de não ter uma rede, não tá no Brasil inteiro, não ter recursos de viagem fácil, não ter helicóptero, nada... Ter pouco equipamento, pouca gente e muita burocracia, muita dificuldade pra viajar e fazer todas as coisas jornalísticas... A gente consegue, com a rede pública também precária que a gente tem... assim, acordos... A gente consegue mostrar coisas do Brasil também que os outros não mostram e que... Assim... Londrina vai aparecer somente quando tem uma desgraça! É mais ou menos assim! A gente foge disso: a gente tenta dar notícias bacanas, a gente não fica nesse pessimismo, tentando achar só coisa ruim, só coisa negativa... Não quer dizer que a gente não mostre coisas negativas, a gente mostra! Mas a gente não mostra esse viés que a imprensa cada vez mais tem de achar a informação negativa. Pegar uma informação, tá tudo bom, mas tentar achar um ponto negativo!

(8:15") Tem um indicador econômico e você vê todas as comparações. Hoje, por exemplo, tava vindo pra cá e aquele jornal da [Rádio] CBN na hora cheia. Era uma manchete dizendo sobre a Petrobrás, sobre algum enfoque de que tinha caído a produção. Eu estava com um jornalista do lado e aí ouvimos: considerando o ano passado, aumentou a produção! Falei com ele, o jornalista: gente, produção da Petrobrás, ou novo poço, nunca são primeira escalada da CBN. Então, vem batendo sistematicamente recorde de produção, o pré-sal tá produzindo... Nunca tem esta notícia! E acharam no resultado de um mês pro outro um número negativo que tinha caído a produção por lá e virou manchete, é a primeira notícia da CBN.

(9:35") P: quer dizer, noticiar, ok, mas a importância que vai ser colocado depois.

R: exatamente, esse índice também deveria ter sido colocado. Mas assim, o que tá acontecendo hoje é assim: você vê todos os indicadores. Você tem um critério, porque deve ter um critério, assim você compara ou com o mês anterior ou com o ano passado. Mas assim, normalmente acaba tendo

um jeito de ser que alguns índices você compara sempre com o mês anterior ou com o ano anterior. De acordo com o índice. E o que acontece é o seguinte: a interpretação da notícia as vezes tem algumas coisas curiosas. Tem assim: “em comparação com cinco meses”, ou “seis meses”, você acha alguma forma de pegar o negativo, de pegar alguma coisa sem ter critério. Sendo que você deveria ter um critério. Então é o que a gente fala aqui: “não, gente! É um critério, você não pode comparar da informação”.

(10:32”). Ontem a gente fez um Caminho da Reportagem [um dos programa das EBC] que tinha bons exemplos, tinha algumas críticas, mas aí na abertura do programa o repórter tinha feito o seguinte, ele falava assim: “ah, que a educação no Brasil está entre as 20 piores do mundo”, e o editor pra tentar melhorar colocou uma artezinha dizendo assim “60 em 79 fonte”... Não sei, era uma fonte. E eu olhei e falei assim, gente, tem 79 países no mundo só? Não! Então a informação não está errada? Porque não pode dizer que está entre as 20 piores do mundo. E isso jornalista faz assim, a gente tava fazendo isso. Então a precisão da informação, você ter preocupação... Podia claramente dar essa informação se dissesse que era entre os 79 países pesquisados na pesquisa tal, pronto, tinha problema nenhum. Agora dizer que tá entre os 20 piores do mundo? Tá errada. É isso que a gente tem que preocupar o tempo inteiro. A gente deve dar a informação, mas a informação de uma forma correta, de uma forma criteriosa e que tenha lógica.

P: Voltando ao jornalismo em essência

(12:32”) R: Exatamente. Outra coisa que eu acho bacana em jornalismo público. Por exemplo, algumas notícias do setor privado elas parecem uma charada. Por exemplo, citando um show aí, se eles tivessem dando o show, você ia noticiar porque acha que é importante, que é bacana saber que é de graça, e é num shopping. Aí, por causa do departamento comercial, a TV Globo vai achar que não deve dar o nome do shopping, aí dá notícia e não fala onde. Aquele princípio básico do jornalismo: onde, quando, quem, porque (isso é muito comum: “em um shopping de Brasília”). O máximo que eu vi um dia foi uma matéria do jornal da Globo que tinha tido um show do Jota Quest, numa posse, acho que até posse do Aécio [Neves] e falaram assim “ah, um grupo mineiro cantou”, pra não divulgar. Então vira jornalismo do artigo indefinido. Se aquele fato virou notícia é importante, se tem uma escola, por exemplo, se tem uma entidade que tá fazendo um projeto muito bacana que você acha que virou notícia, você tem de dar quem tá fazendo aquilo. Até para você dar credibilidade praquela fonte. Se você tá usando aquilo como fonte, então assim, “um instituto de pesquisa”, se você tá usando dados de um instituto de pesquisa, que instituto de pesquisa é aquele? Quando ele fez aquela pesquisa? Que data era aquela? Quantas pessoas ela ouviu? Você tem de dar aquilo. A gente vê notícia assim assim: “uma rede social. Gente, é facebook, ou é twitter, ou é google. “Ah, o endereço é tal”, se aquilo virou notícia e você tá dando aquilo para o bem ou para o mal, você tem de dar a informação completa.

P: E aqui vocês tem feito isso?

R: E aqui a gente tem feito isso. Às vezes é tão forte o hábito. Ah... “saiu num jornal”, se você pega uma notícia do Correio Brasiliense e acha que ela tem uma repercussão e foi uma notícia do Correio Brasiliense que fez aquela apuração e repercutiu, então “uma notícia do Correio Brasiliense”, não é “um jornal de Brasília” (pra dar credibilidade à produção dele). Se você considera que aquilo é notícia, é a fonte, então você tem de dar a fonte. De vez em quando escapa.

P: Nereide, até porque falamos isso, avançamos bastante. Você falou assim: “não gosto de chamar de jornalismo público porque jornalismo público é jornalismo”. Você colocaria o jornalismo da EBC numa outra categoria ou num outro termo?

R: Eu brinquei que não é jornalismo público. Eu acho que é diferente a forma de você fazer jornalismo público, você trabalhar numa empresa pública. Acho que você tem muito mais responsabilidade. Jornalismo é jornalismo. Porque o jornalismo na essência do jornalismo é jornalismo. Deveria ser como é feito na empresa pública. Agora você fazer jornalismo na empresa pública você deve ter muito mais responsabilidade com aquilo que você tá fazendo, com aquilo que você tá pautando, com a resposta e o atendimento que você dá as pessoas, com a forma como você trata as pessoas. Porque a forma que você trata as pessoas acho que é jornalismo também. Por exemplo, uma outra coisa: a gente tem uma passagem de bloco que é uma entrevista, “o povo fala”, opinião das pessoas, e essa passagem de bloco é ouvir as pessoas e ouvia em todos os lugares, só colocavam onde tinham sido ouvidas, se era em Brasília colocavam em Brasília, se era no Rio colocavam o Rio. A pessoa tem nome e sobrenome, todo mundo tem nome e sobrenome, todo mundo tem função. Não é só porque o cara é ministro ou só porque o cara é especialista, se eu estou entrevistando um doutorando, que você tem nome. Você tem nome também como cidadão que tá na rua (parece o jornalismo internacional das emissoras que fala assim “esse japonês”). Exatamente. Eu falo, gente, a pessoa tem nome e sobrenome, tem profissão. No caso de uma criança ela tem idade. A pessoa tá falando como pai de alguém, ou mãe de alguém. Mas tem nome, a pessoa tem nome. Então essa coisa é outra que nós temos respeito.

(17:28”). Outra coisa que a gente não faz: expor as pessoas. Uma coisa que é uma muleta que jornalista muitas vezes tem. Por exemplo, o que é, sei lá, isquemia? Ah, se eu não sou médico posso não saber o que é isquemia. Então assim, muitas vezes o próprio jornalista que pauta o repórter que vai perguntar, ele ficou sabendo na hora que saiu da redação, porque ele não sabia. Aí chega ele pra pessoa e pergunta “você sabe o que é isquemia?”. Gente, você tá andando no meio da rua, chega alguém perguntando, você não tem de saber tudo. Então, você expor as pessoas a um constrangimento ou a pessoa falar tudo errado e você exibir aquilo, é uma coisa que a gente tem maior cuidado. Tem o maior cuidado também com a questão da câmera oculta. Porque, assim, você expõe pessoas. Primeiro você grava alguma coisa sem a pessoa saber, e grava alguma coisa sem a pessoa saber onde aquilo vai ser usado e porque vai ser usado. Então, assim, a gente tem o maior respeito com as pessoas. As pessoas que estão dando entrevista pra gente a gente tem o maior respeito. Evidente, assim, não é que a gente é bonzinho e não vai dar um problema, o deputado falando bobagem, ou o ministro falando bobagem, você não vai pôr. Vai pôr. Mas a pessoa tá sabendo o que ele tá falando, então você não vai fazer sacanagem com a pessoa, desrespeitar a pessoa. Não vai fazer isso.

P: Nereide, aí a gente tá falando a questão, pelo que eu estou entendendo é isso de você tentar trazer o que é a essência do jornalismo que você sempre trabalhou.

(pausa – segunda parte da entrevista – novo time code)

P: vamos entender as pessoas por esse processo que é diferente da iniciativa privada, que você seleciona os seus profissionais, que é o concurso público que na minha visão acho que não é o ideal, mas é o menos pior, das maneiras de colocar isso em qualquer ambiente, aqui, no judiciário, sei lá.

Como pensar esse profissional aqui, dentro da EBC especificamente? Isso é feito através de treinamento, de preparativo. Como é que é buscado essa construção do profissional que você pelo menos tenta realocar, colocar como coordenador, colocar como chefia, ir pra rua, editar? Como é que funciona isso?

R: Olha, a gente hoje, a gente tem todos os funcionários concursados a não ser alguns coordenadores, gerentes e chefe.

P: Você não lembraria quantos profissionais hoje? No jornalismo?

R: Olha, no jornalismo hoje temos 360 mais ou menos. Antigamente, até mês passado, eu ainda tinha a Agência Brasil sob minha responsabilidade. Agora a Agência Brasil passou pra mídia. Quer dizer, eu sou responsável pela parte editorial, pela linha editorial. Mas assim, no dia a dia os funcionários não estão sob o meu guarda chuvas mais. Aí considerando também administrativo do jornalismo, pessoal auxiliar de repórter cinematográfico, algumas pessoas radialistas coordenadores de produção, coordenadores que põem o jornal no ar, tem 460 pessoas aqui em Brasília, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo. Porque na verdade eu sou editora de jornalismo da EBC inteira. E na diretoria de jornalismo, tá todo o jornalismo, tele jornalismo, programas jornalísticos da TV e do Rádio.

P: Mas quem que faz a Voz do Brasil, por exemplo?

R: Não, aí a voz do Brasil não é nem a Agência do Brasil. Porque deixa eu te explicar: a diretoria de serviços que tem a parte toda da Voz do Brasil e da NBR. Os 460 é todo o conteúdo jornalístico que é feito pra TV Brasil que são os telejornais nacionais, locais e os programas jornalísticos. É uma produção pra TV Brasil Interacional e o rádio. Os radiojornais tem alguns programas jornalísticos e tem os programates que tem de hora em hora de notícia, o dia inteiro, desde as oito horas até a meia noite.

P: Mas, aí então eu tô colocando então rádios e TVs...

R: Todo jornalismo de programas, telejornais e radio jornais e programas, TV e Rádio. Aí é Brasília, aí, por exemplo...

P: E aí agência, não?

R: Não, agência não, agência estava no meu guarda-chuva também mas agora tá nessa multimídia que juntou agência com o portal da EBC.

(3:42) P: Tinha muito índice de comissionados, caiu bastante. Foram substituindo por concursos. Como que foi? Porque tinha né? Acho que eram uns duzentos. Eu lembro que tinha um levantamento público disso há uns dois anos atrás.

R: não, mas é o seguinte, porque, os comissionados...

P: não, eu digo no jornalismo mesmo. Atuando. Não funções as vezes técnicas.

R: não, o jornalismo tinha, antes do concurso... porque o que aconteceu... quando foi criada a EBC, ela uniu. Ela pegou toda a TV Nacional. A TV Educativa do Rio, a TV Educativa do Maranhão, criou uma sucursal em São Paulo e criou a TV Brasil aqui. E as pessoas que estavam na Rádiorbras elas foram quase todas para a diretoria de serviços. Então a TV Brasil em Brasília, pra formar a TV Brasília em Brasília e a TV Brasília em São Paulo, eles criaram uns quadros chamados "temporários" que eram profissionais de mercado que foram contratados pra tocar. O próprio Jonas [Valente] era temporário antes do concurso

P: Isso, cargo de confiança, alguma coisa assim.

R: Não é bem de confiança, era cargo de mercado.

P: você tá falando desde a medida provisória em 2007?

R: É, quando criou a EBC. E no Rio de Janeiro era fundamentalmente a ACERP, tinha a fundação Roquete Pinto, que tocava o Rio. Aí os provisórios, os temporários, foram demitidos assim que começou a ser convocado o concurso. As pessoas foram sendo substituídas. E no Rio de Janeiro, a ACERP foi substituída há pouco tempo. Foi no final de 2013 que praticamente terminou a ACERP. Então, 2014 foi todo mundo novo e 2015 a maioria das pessoas concursadas. Que que aconteceu? Assim... o concurso, ele teve, evidente que não é geral, assim, que teve bons profissionais que foram contratados pelo concurso também. Mas o concurso, ele foi feito muito teórico, então ele pegou profissionais sem nenhuma experiência de mercado.

P: foi mesmo teórico. Eu lembro que eu fiz pra gestor.

R: ...e não passou

P: não, não é por isso! O objetivo era pra testar mesmo, porque eu estava dando aula, eram mil e pouco e eu passei em quinquagésimo.

(06:05"). R: Mas eu tô te falando sério, todo mundo que é bom de serviço, que tinha alguma experiência, não passou.

P: Mas pode falar isso, Nereide? Tá gravando!

R: Não, eu tô falando sério, eu tô falando assim... então... eu tô falando porque é pra você, não vou falar pra imprensa. Mas, a gente tem inúmeros exemplos de pessoas experientes que não passaram, porque na realidade, a prova teve até erro assim. A prova de gestor mesmo, a única pergunta mais prática sobre o funcionamento de uma redação de telejornal, a pergunta tava errada, a resposta tava errada, pra você ter uma ideia. E aí foi um gestor, ele até morreu já, uma pessoa que tinha sido chefe de redação de várias emissoras e era da EBC São Paulo, inclusive. Ele me ligou falando, "Nereide, olha aqui". Ele pegou o gabarito e falou assim "olha aqui a resposta", uma coisa que tava como errada, tava dando como certa. E essa prova era assim, se você errasse alguma coisa, perdia o outro, né? Então na realidade ela prejudicava sim, quem sabia não só tinha errado como tinha perdido um ponto que tivesse acertado. Aí a ACERP lá, né, cancelou essa questão. Mas, foi uma questão que ele viu e ele me falou, e eu falei, entendeu? A prova teve um repórter cinematográfico de São Paulo, o melhor repórter cinematográfico de São Paulo, que era uma pessoa que fazia Caminhos [da Reportagem] premiadíssimos e tal, ele passou na prova e foi fazer a parte prática, então assim, ele na hora que passou na prova, falou "oba, pronto, acabou", resolvido a questão. Aí na hora que saiu o resultado ele não tinha passado. Aí ele foi olhar a nota dele e tinha levado 0. Como assim levou 0 um repórter cinematográfico? Aí a gente reclamou, porque disseram um nome específico de uma coisa específica que a gente sabia, a gente reclamou, aí a ACERP falou que tinha errado na hora de computar a nota. Quer dizer, um negócio esquisito, muito esquisito. E a gente teve em São Paulo mesmo, por exemplo, uma menina que passou como repórter cinematográfica, tá lá, mas assim, é difícil, porque ela não carrega a câmera, só trabalha com tripé, umas coisas assim, que ela chegou lá e a gente perguntou assim "qual a sua experiência?", "ah, eu gravei um programa na universidade, gravei um vídeo na universidade". Quer dizer, passou como repórter cinematográfico de uma TV Nacional, pra fazer matéria assim né. Então, a gente teve muitos problemas desse sentido.

P: E eu acho que eu vi que girou muito também. Porque eu lembro que 70 vagas, 77, eu não lembro que eram de jornalistas, e convocaram assim cento e pouco... muita gente desiste também.

R: Já rodou a turma...

P: Eu lembro que vocês pediram prorrogação...

R: Já houve a convocação de todos, algumas pediram pra ir pro final da fila, e a fila já tá voltando e já tá no final da fila de novo. Então assim, todo mundo que passou foi convocado. Mas, o que a gente sentiu é isso, gente com pouca experiência. Aí a pessoa vem com pouca experiência, mas veio assim com uma... isso tudo eu tô falando não é genérico, é evidente que tem inúmeras exceções, mas as pessoas vieram com uma ideia de que elas eram superiores a todos e todas, porque elas tinham passado num concurso. É... e que elas tinham mais direito do que qualquer uma das pessoas que estavam aqui porque elas tinham passado no concurso e eram concursados, e que não era legítimo quem não tinha.

P: Havia um conflito com esse pessoal temporário também.

(10:40") R: É, exatamente. E o pessoal da ACERP que teve muito problema, porque a ACERP, algumas pessoas tentaram passar no concurso, não passaram, eram profissionais e estavam lá, tinham de ser demitidos e conviveram durante um período porque iam sendo substituídos pouco a pouco exatamente pra mesclar um pouco pra não ficar com todo mundo muito inexperiente e ter gente experiente, né? E aí a gente tem uma equipe no geral de repórteres muito inexperientes. Que acaba refletindo no conteúdo que vai ao ar. Não só de repórteres como de editores também. Então, muitas vezes a gente vê no ar e fala "gente, tá falando", que é isso que a gente tenta fazer também. Quer dar mais informação, quer fazer matéria mais completa, quer contextualizar, então você perde informação. Que a produção lá, que a pessoa... eu falo com eles assim: gente, você tá fazendo uma matéria, você tem de pensar com o olhar do telespectador. O telespectador não tá lá. Mas a gente tem chance no nosso telejornal ou no nosso rádio jornal, a gente tem tempo, a gente não tem a obrigação de ficar fazendo tudo muito rapidinho pra poder segurar a audiência. Aquela coisa de "ah não, tem de ser uma sonora muito forte".

P: Dependem de ibope?

R: É... de ficar naquela visão de que só alguns assuntos são interessantes, né? Então a gente pode mostrar, mesmo sendo assunto aparentemente chato, a gente pode ir lá no Congresso e mostrar, "olha, como é que que é, como é que funciona, quem que é?" em vez de falar aquela coisa igualzinha toda de "ah, congresso votou, aprovou", sabe, não, vamos lá, teve isso, como é que foi, as pessoas tavam isso, tinha gente assistindo, tinha gente não assistindo". Seu olhar assim, pra você ir lá, ficar vendo, observando e vamos falar de tudo o que aconteceu. E o que as pessoas disseram também.

P: É uma das minhas perguntas. Você falou assim, "reflete na programação". Eu, lógico, observador também, trabalhei no mercado e, mesmo trabalhando no mercado, ele te dá uma experiência boa, respeito muito o seu trabalho acho que isso colabora muito com uma base pra gente poder fazer e, ao mesmo tempo, colabora pra tentar inovar isso. Agora, o pessoal tá fazendo algo muito parecido com o que é feito já. E aí, imagino que vocês...

R: Mas é por causa disso, porque são pessoas sem experiência que foram criadas vendo aquilo daquele jeito. Entendeu? Então muitas vezes você nem consegue... As pessoas acham que quando

você tá querendo fazer maior ou ter esse outro olhar que é essa coisa, eles não estão acostumados. Essa coisa que falei, por exemplo, do indefinido. Ah, vejo sempre falando “o jornal não sei o que...”. Vai! Fala o jornal...

P: Lembrei de um exemplo agora: ah, foi aprovado a questão lá do financiamento, aí as TVs normais começam assim “foi aprovado, lá, o financiamento”, acho assim, cabe “o que é esse financiamento? O que isso vai mexer na sua vida, você que está assistindo”? É uma ideia.

(13:42”) R: Exatamente. Exatamente isso. Tem algumas coisas que você vê nas matérias, você fala assim: “você entendeu?”, eu pergunto pro repórter e pro editor: “você entendeu o que que aconteceu?”. Gente, como é que você põe no ar uma coisa que não explica? Assim, tá tudo lá? (as autoridades dizem, mas), as informações estão todas lá? Você vai cobrir uma decisão do Congresso, as vezes usa até palavras que a própria pessoa não entende ou não explica, ou sigla. Uma vez o Murilo [Ramos, conselheiro da EBC] falou “ah, mas eu acho vocês muito didáticos”. Eu falei, não, mas tem que ser didático, porque não é didático chato. Mas assim, porque tem o negócio que o Repórter Brasil explicar. Mas assim, tem coisas que você tem que explicar mesmo, que você tem de fazer “olha gente, é assim assado”, sabe, e você tem de ter, porque você faz um jornal, mesmo, gente, ninguém sabe tudo, sabe, algumas vezes aqui, tem reunião aqui dos chefes, aqui de manhã, 11 horas, eu, os editores chefes. Eu falo, gente, você sabe explicar como é que vai funcionar? Olha, eu li todos os jornais e vi no jornal, eu não sei. Eu não sei como é que vai mudar a minha vida ou a vida da minha empregada. Eu nem tenho empregada, assim, fixa. Mas a vida dela, ou aquela história ou não sei o que. “Não sei”. Então assim, tem algumas coisas que você tem que explicar mesmo, didaticamente, que você tem de dizer, e não adianta ficar... isso é uma briga constante, porque o resumo, a nota [dentro do telejornal]... Eu fico vendo o script ali, aí eu vou, quando chega mais perto do jornal, eu vou lá ficar olhando e eu fico lá consertando, eu falo “gente, tem mais observações, porque a gente tem essa nota tão curta? Por que a gente tem essa nota que tá faltando explicação?”, “ah, a FIFA adiou a decisão sobre a Copa, onde vai ser a nova Copa do Mundo”. Quais os países que são candidatos? Por que que não tem?

P: Exato! Até porque num ambiente, numa política internacional, informar que a Rússia é o próximo país da Copa tem tudo a ver com você entender...

R: Mas aí nesse caso nem é a Rússia, a Rússia já tá escolhida, é o outro depois, do Catar. Mas assim, sabe o quê que são? Esses caras todos que estão denunciando. É Londres, é, sabe, é tudo assim. Então, por que você não pôs [na nota] os 3 países. E adiou pra quando? Infinito ou não? Então a coisa do fazer [texto] curtinho, de fazer não sei o que, é tudo assim, tá tão dentro de todo mundo (tá cristalizado, né?), cristalizado, agora, acaba assim, a gente... mesmo assim eu acho que a gente consegue fugir bastante, porque como a gente sempre pensa em debate, pensa em entrevista, tem o Emir [Sader], tem o [Luis] Nassif... que aí ajudam muito, a gente fala “ah, a questão dos juros”, por exemplo, aí você não tem nenhuma emissora de televisão o Nassif falando “olha gente, esse negócio de juros fica aumentando juros, falando que vai combater inflação, combate coisa nenhuma, só ajuda o mercado”, sabe, então assim, essas coisas a gente consegue dar... ou o Emir explicando aquela coisa que assim, você fica dando notícia do Estado Islâmico, sabe... aí você, num momento fala, gente, mas as pessoas estão morrendo, tão morrendo mesmo é o que: Estados Unidos, a Palestina? Olha, na época que Israel tava lá bombardeando tudo, matando as pessoas. Elas morreram mas eu não sei

quando... e aí a gente sempre tentava, “ô gente, as pessoas estão morrendo lá”, é um absurdo ninguém falar (darem uma simples nota), todo mundo achar que é isso, que tá acontecendo isso.

(17:39”) A história do Haiti, desses imigrantes haitianos. Aí a gente explica, e vai, vai no Acre, vai num sei aonde, explica essa coisa da imigração, do tratamento que é dado. Esses africanos que estão morrendo ali no Mediterrâneo e assim, né, as pessoas mandando a polícia ir lá afundar os barcos praticamente, porque deixam eles lá à deriva, passando fome, todo mundo lá no sol, todo mundo, um negócio terrível... então a gente tenta assim, fala de país? Então tem de ter um mapa, porque também ninguém sabe, nem um professor de geografia acho que sabe todos os países da África, onde estão, de cór (que região do oriente médio, o que que é) é, o que que é, como é, então a gente tenta assim, fazer esse diferencial de ser didático.

P: Então eu estou percebendo o seguinte: que ainda, exatamente, virou um efeito cascata, a dificuldade de se trabalhar com as limitações, né, equipamento e tal, se uniu a essa questão de experiência de ver um jornalismo – especificamente do jornalismo, não tô falando dos outros programas – passar por esse processo. Então, na verdade, o que eu percebo contigo é que vocês estão buscando mudar essa visão primeiro pra depois tentar constituir esse processo de programação ou você estão tentando fazer isso paralelamente?

R: As duas coisas juntas, não tem como. As duas coisas juntas, até pra formar esse povo dum jeito é... porque, não adianta também deixar a coisa como tá e eles irem... a gente tá formando dentro desse espírito, mas só que com problemas. Eu acho que evoluiu muito o espírito do jornal tratar de temas diferenciados, de temas com mais contextualizados, com mais comentário e com mais assuntos práticos. Mas, ao mesmo tempo, na medida em que foi evoluindo isso, foi reduzindo a questão das pessoas que estão fazendo isso terem mais experiência. Porque as pessoas que tinham mais experiência aqui foram saindo. Então, você vai fazendo as duas coisas juntas, tem que ser. Aí você tem muito, além da questão jornalística mesmo, a gente tem muito problema também porque foi uma mudança geral na Empresa, então você tem muito problema técnico. Você tem muito problema de erro de crédito [nas reportagens].

P: Você tá falando isso a partir do concurso?

(20:01”) R: A partir do concurso. Então, você tem problemas também técnicos, você tem erros de crédito, muitos erros de créditos, problemas de operação, erro de corte errado, às vezes imagens que aparecem errado. Então parece assim, um amadorismo, uma coisa de... (vazou imagem, os termos que a gente usava...) é, exatamente. Teve outro dia que o Repórter Brasil, o principal jornal da noite, ele teve oito interrupções de efeito *colorbar*. Então assim, a matéria, tá no meio da matéria, aí entrava e efeito e depois já entrava o *colorbar*. Não, não foi isso. Era um erro de operação, falaram que é no plano de equipamento. Era um problema de equipamento, que equipamento travou, não sei o que, e aparecia isso, na hora. Mas assim, isso, pra quem tá assistindo, gente, é muito amador (claro, a gente trabalhou, a gente sabe...), aí você fala assim, é muito amador. Então, tem isso também. E teve um período que a TV Brasil sofreu muito com a questão de sinal, ainda sofre um pouco.

P: Eu assisto na TV a Cabo. Você me perguntou antes e eu assisto em TV a cabo, ainda.

R: É... então assim, a NET [empresa líder em canais por assinatura via cabo] trata a gente mal pra caramba. A NET... o que tem problema na NET

P: Pode usar esses temas? Tá gravando.

R: Não, não tem problema não. A NET trata a gente mal mesmo, trata mesmo. A NET, a EMBRATEL... eu falo que a NET trata mal, tem problema não, porque assim, olha, eu nunca vi, eu tô assistindo a programação, tá normal e tal, aí entra o jornal e começa a ter mosaico [oscilações, variações na imagem]... aí muitas vezes o áudio... uma variação de áudio horrorosa. É um negócio assim, que não, não, e que o povo, tem gente, as vezes o telespectador acha que é até um boicote.

P: Eu ia comentar uma outra coisa que me fez lembrar sobre a transmissão chegar, essa tentativa. Eu lembro que eu pedi um relatório, acho que uma proposta de futura que a EBC faz todo ano, eu esqueci o termo técnico, um plano de trabalho, acho que foi em 2012, não sei, havia até 2011, 2012... de a EBC chegar até 24 emissoras [no país]. Lógico, como no Paraná – eu leciono lá – eu lembro que era Maringá, Foz, ou seja, aquela tentativa de fugir das capitais, algumas cidades estratégicas nas regiões de fronteira, assim, a segunda tríplice fronteira além de Tabatinga. Tava lá a previsão de uma TV e uma Rádio em Foz, que é estratégico também. Como anda essas ideias desses planos de trabalho?

R: Ah, ficou meio abandonado.

P: Foi abandonado assim, isso em relação, sei lá, à conjuntura ou a ter que começar primeiro a resolver internamente algumas coisas, como que é isso?

R: Eu acho que eles acharam, eu não sei, houve uma mudança de política, porque a gente foi tendo corte de orçamento, de investimento. Aí eles foram priorizando outros tipos de investimento. Porque de qualquer forma você tem um custo de colocar antena, manter antena (é o custo de instalação dessas estruturas), e aí, e mesmo assim muitas vezes só ter a retransmissora lá. Eu estive em Foz nas férias, agora, e eu não consegui ver a TV Brasil. Achei assim um absurdo, fiquei brava. É um lugar bonito e eu achei uma vergonha. Eu conheço muito o Brasil, conheço muito a América do Sul, a Europa... Primeira vez que fui, levei meu marido lá, falei, gente, mas que vergonha, um lugar tão bonito.

P: Mas eu digo que é uma situação estratégica. Eu quero conhecer Tabatinga pela curiosidade, uma tríplice fronteira fluvial, de imaginar essa questão de foz, por exemplo, Uruguaiana, Rio Grande do Sul, então assim, eram ideias, na verdade praticamente juntou essa questão de limitações financeiras também.

R: Exatamente!

P: Essa questão que você falou do concurso, que já chamou, já “reconvocou”, como vai fazer? (24:00”) R: vai ter um outro concurso.

P: Vocês vão acabar fazendo outro concurso? Seria inevitável?

R: Vai ter outro concurso. Porque eles vão pôr, acho que pouca vaga, mas vai deixar um quadro reserva, porque você tem substituição, você tem aposentadoria, você tem... houve ampliação, porque foram fazendo outras coisas. O jornalismo na realidade nem repôs todo mundo que ele tinha.

P: e aí me vem a pergunta básica assim, muitas pessoas giraram da EBC, saíram, porque eles fazem concurso público achando que vai ter aquele salário de judiciário, acima de 2 dígitos, e quando chega a realidade... eu digo isso porque é público também, aparece lá o salário do jornalista. Eu dou exemplo do Paraná, que no jornalismo privado do Paraná o salário pra 5 horas é R\$ 2.700,00, muito bem gente, isso é uma vergonha pra ensino público e superior de que qualquer pessoa, mas eu digo

assim, na realidade de mercado pra jornalista, eu lembro de um pessoal do sindicato de Santa Catarina eles reivindicavam assim “queremos equiparação com o piso paranaense” porque eles ganhavam R\$ 1.900,00. Então eu vi isso na EBC, porque vendo o salário da EBC também é um fator que acho que as pessoas querem fazer as vezes como trampolim para tentarem outro concurso. É uma ideia minha, não sei se está acontecendo isso.

(25:10”) R: Não, não. Acho assim, tem isso, mas a questão do salário é que a maioria dos jornalistas tem um acordo de hora de extra. Porque aquele salário é por 5 horas. (Sim, claro). Então aí você ganha mais duas horas (padrão São Paulo e Rio). Então o salário, em termos de mercado, mesmo considerando Brasília e São Paulo não é ruim considerando que o mercado de jornalistas deu uma, né, fora agora que nem se fala.

P: Hoje, você tem na tabela qual o salário mínimo de um jornalista na EBC?

R: Ah, eu posso conseguir com você.

P: Porque na verdade eu ia até pedir porque, assim, quando eu vi a tabela, até onde eu tenho acesso, tem de J1 a J41, né. Essas categorias, imagino que tem de coordenação.

R: Não é ruim não, não é ruim em termos de mercado. Agora, o que que é? O problema que existe na coisa do concurso, é que – também não é geral, tá? – tem gente que entra aqui com o espírito assim, eu passei num concurso numa empresa pública, então, fiz minha vida, vou sentar e pronto, e vou criar problema, entendeu? Então assim, você tem muito, sabe o espírito do jornalismo que é bacana que é o público, mas que o espírito do jornalista é assim, “ah, vou fazer, vou querer”, nossa, mas é assim, tudo assim “ah não, tá fora do horário, tem que ter intervalo de jornada”. Aí é o final de semana, não quer trabalhar, e o plantão num sei o que, trabalha no feriado e quer dois dias de folga, tudo é hora extra, tudo é num sei o que, a escala de plantão tem que ser com um mês de antecedência. É assim, uma visão que é difícil pra jornalista porque você sabe, você trabalhou, não é a exploração, mas assim, eu trabalhava toda a minha carreira, assim, que era um horror, mas na minha época trabalhava todo feriado. Tinha folga, num sei o quê... pra você folgar, dobrava, você trabalha num feriado e folga no outro, então assim, era um esquema muito puxado. Mas, assim, gostava muito, entendeu? (É outra, você trabalhava sabendo que essa era a realidade de compromisso jornalístico). É igual você ser médico. Você vai ser jornalista. E nossa, mas aqui é muita visão assim, é funcionário público no sentido ruim, porque tem muito funcionário público que trabalha muito, que rala muito, né? Então assim. Mas o funcionário público naquela imagem ruim. Então, “ah... vai tirar um dente de siso, uma semana de licença”. Na hora que me falaram isso, eu falei, “gente, não pode. Gente, se uma menina, que foi tirar um dente de siso, uma semana de licença médica, gente, inconcebível isso”, né? Então assim, isso é um negócio.... outra coisa, você tem algumas coisas de jornalista que você tem um talento pra algumas coisas... por exemplo, você falou até que não é repórter de TV, eu também trabalhei em TV anos e anos e fui repórter muito pouco tempo, porque eu não gostava, você achava uma exposição, você precisa de ter uma cara de pau. Você tem de ter uma cara de pau, uma cara de pau, porque assim, faz umas coisas que assim, eu não gostava, eu fui pouco tempo, aí me chamaram pra ser chefe de reportagem, na mesma hora eu fui, e fui substituindo férias, e fiquei e tal, gostava muito mais de que trabalhar fora [da tela]. Assim, sabe. Não gosto.

P: Inclusive quando, bom, nós que trabalhamos na parte de bastidores, a gente entende que na verdade, o editor e o pauteiro, é toda a questão de construção de uma telerreportagem, de uma reportagem de TV, basicamente. (Exatamente). O maior prazer do editor é justamente esse, você pode alterar e formular isso, acho isso importante, e aqui imagino que isso seja um problema também.

(29:18''): R: É um problema, porque, acaba as pessoas meio que não ter esse espírito de aprender. Porque você começou com certeza, como eu, assim, eu já tinha trabalhado em jornal impresso, 3 anos, antes de ir pra televisão. Impresso é uma coisa e televisão é outra. E televisão é muito trabalho de equipe. Você pode ser o bambambam como repórter que se ele não tiver um bom cara repórter cinematográfico, um cara captando um áudio bem feito (perde tudo), você não consegue, não consegue fazer um bom trabalho. É um trabalho de equipe. E muitas vezes as pessoas não enxergam isso. Falta uma formação assim.

P: Aliás, sobre a formação é uma questão que eu ia perguntar também, se há treinamento, se há formação interna, projetos.

R: Agora que tá começando. Porque a gente precisa ter de formação do bê-á-bá porque as pessoas estão aprendendo, fazendo assim.

P: Mas não tem, não tem? Não é possível ter?

R: Agora que foi feito um projeto, um plano de ter. Assim, vai ter.

P: Seria o que? Oficinas, cursos? Mini cursos?

R: Oficinas, cursos. Tudo. Tudo. Mas assim, você não tem nem uma coisa básica. Assim, um fonoaudiólogo. Sabe, assim, as pessoas não têm, não têm fonoaudiólogo. As pessoas às vezes recitam... você tem uma narração muito ruim, então isso acaba afetando a qualidade.

P: Só pra... você falou agora. Agora é em 2015? Não?

R: Agora estão fazendo o plano. O plano ainda não tem. O plano agora é pra esse ano que começa a ter esse projeto de qualificação e capacitação para o segundo semestre. Que tem uma área de RH que fez pra esse ano, para o plano de trabalho, esses projetos, e vai começar a treinar. Porque tinham alguns cursos. Porque cursos, a gente mesmo fez aqui no jornalismo. Mas, eram cursos muito mais temáticos do que práticos. Então, você tem um curso sobre "ah, questões como tratar do trânsito, como tratar da violência, alguns cursos da área de planejamento". Cursos mais teóricos de informação pra cobertura de determinados assuntos. Mas essa coisa básica assim do fazer, o produzir, que você já pressupõe que muitas das pessoas já sabem, mas como não sabe? (Redação mesmo, né). Redação, português, é... roteiro. Como você constrói uma matéria, edição. Captação de imagem. Como é que o repórter constrói a matéria. Essas coisas.

P: Já que eu falei de previsão de tempo pra isso. Precisão de concursos também, pra esse ano, pro ano que vem. Não tem previsão?

(32:13'') R: Não, deve ser no ano que vem, eu imagino. Até fazer, como fazer o edital, deve ser ano que vem. Agora, eu tô levantando mais ou menos a demanda, a necessidade, apesar que eu acho que vai ter pouca vaga, mas com um quadro de reserva grande.

P: Mas, é isso que eu ia perguntar Nereide. Você como diretora, há uma previsão, você teria um número hoje, a necessidade mínima hoje da EBC? (Hoje a gente passou o dia inteiro fazendo o levantamento de necessidade). Hoje, minimamente, precisaria de quantos?

R: Eles vão fazer. Não, tá levantando ainda.

P: E percentual? A EBC precisaria de ter uns 20% a mais, 10% a mais?

R: Ah, na realidade alguns até pra reposição já. Uns pra reposição, mas novas vagas. Porque não vai conseguir muito com o DEST porque a gente tem uma limitação do DEST aqui das estatais.

P: Ou seja, vocês vão precisar de tanto, mas o orçamento vai liberar tanto, e depois...

R: A gente vai ter assim, um número de funcionários. Você não pode ficar tendo quadro. Porque o custo é um custo de pessoal, é um custo de governo que é todo definido pelo DEST, que é o departamento que regulamenta as estatais, né?

P: Desculpe, DEST?

R: DEST, D-E-S-T. Que é Departamento das Estatais, eu acho que chama isso [Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais]. É um órgão do Ministério de Planejamento, um departamento que controla esse custo, o pessoal que faz, como é, acompanha relatório, gestão, conselho de administração e essas coisas todas das empresas estatais.

P: Entendi. Tem uma coisa que não posso deixar de comentar, até porque, lógico, além disso tudo ainda temos conselho, comissões. Por exemplo, algumas coisas que eu queria perguntar e eu deixei anotado aqui. Eu sei que tem o Conselho Curador, não, é a ideia de se criar câmara do jornalismo no Conselho Curador.

R: Não, já tem, sempre teve. A Câmara do Jornalismo é o seguinte, o conselho curador tinha algumas câmaras de, era... jornalismo, era rádio, programação infantil, infanto-juvenil, alguma coisa assim, aí eles mudaram essas câmaras, recentemente. Mas a Câmara de Jornalismo e Esporte sempre continuou, porque, o foco deles é sempre esse.

P: É câmara de jornalismo e esporte ou câmara de jornalismo esportivo?

(34:42") R: Chama Câmara de Jornalismo e Esporte. O que você deve querer saber, porque é uma... eles, o conselho pediu pra criar um Comitê Editorial de Jornalismo. Que tenha um comitê editorial. Que é um comitê do jornalismo. Aí esse comitê editorial... no manual de jornalismo, a gente fala da criação do comitê editorial. Posteriormente ao manual, então, esse comitê que o conselho ficou cobrando a gente fez o comitê mas lá no manual tava definido que esse comitê seria, é... coordenado pela diretoria de jornalismo com a participação de jornalistas do quadro. Então, são... é... que a escolha foi minha, quer dizer, eu indiquei pro Nelson [Breve]. O Nelson concordou com minhas indicações e nomeou ao comitê.

P: Quantos integrantes, você lembra?

R: Somos dez, onze comigo. E aí, qual que é a ideia desse comitê? São todas pessoas do quadro, mas nesse caso, a EBC, além desses temporários que eu falei da ACERP e tal, ele tinha, apesar da diretoria de jornalismo ter muito contato com muitos dos temporários, a diretoria de jornalismo tinha também vários jornalistas principalmente na Agência Brasil, jornalistas de concursos anteriores, ou pessoas que trabalhavam na Radiobras e que tinha sido, eram do quadro, eram de carreira. Então, o comitê editorial consegue ter pessoas mais experientes. Porque tem essas pessoas mais antigas, e tem algumas pessoas também do concurso novo, mas pessoas que a gente já tinha tido experiências anteriores.

P: Os dez também são por indicações ou alguns saíram de alguma reunião?

R: Não, foram indicações assim (conversa com uma redação), é, com uma redação, (vai chamando por pessoa, tá), mas de qualquer forma a gente teve critérios que aí limitaram um pouco. Quais são? A gente ter pessoas diferenciadas de cada veículo. De todos os veículos. Inclusive no caso do portal da EBC que não era do jornalismo. Tinha do portal do EBC. Então todas as áreas da EBC onde existe jornalismo público. Não tem ninguém da diretoria de serviços, por exemplo. Mas, quem faz jornalismo público, tem representante aqui. A gente tentou também colocar (diversificação) pessoas não só de Brasília, mas de Rio e São Paulo. Além disso, que é um critério que o conselho curador insiste, que eu acho, eu apesar de ser mulher, eu (tá gravando!), é que tenha mais mulher... gênero. (Diversidade) diversidade, e ficar preocupado com essa questão do gênero.

P: Mas sem percentual?

R: Sem percentual. Dando prioridade pra questão de gênero.

P: Você não vai lembrar quantos desses dez...

R: Desses dez, sete mulheres e três homens, eu acho.

P: Sete mulheres, você tá te incluindo também. Porque são onze, né?

R: Sete e três, é.... deixa eu ver. Uma comigo. Eu acho que sete, e quatro homens. Sete me incluindo. E quatro homens.

P: E aí só pra fechar também. O comitê editorial foi criado quando?

R: Início de 2014. Tem um ano mais ou menos.

P: Isso é o comitê editorial. E a câmara de jornalismo?

R: A câmara de jornalismo é do conselho, sempre existiu.

P: Então comitê editorial tem um ano (é, um ano). Tem alguma avaliação desse um ano?

R: Eu acho que foi boa, a gente discutiu.... a gente acabou aprovando pra esse ano, como a gente começou no início do ano passado, a gente pegou a... ajudou a formular a questão da cobertura da copa e da cobertura da eleição.

(39:31") P: Ah... pegaram um período...

R: Período quente. E a gente fez planos, porque o conselho e a câmara de jornalismo, quando tem uma cobertura assim especial, a gente faz um plano de cobertura que é levado pra essa câmara de jornalismo, a câmara de jornalismo analisa, aprova.

P: Reuniões mensais, semanais, esporádicas, quando convocados?

R: A câmara de jornalismo (não, a câmara sim, né), desculpe, o conselho editorial, a ideia era de ser de 15 em 15 dias, mas, a gente...

P: Como tem gente de fora... ou faz vídeo conferência?

R: Faz vídeo conferência. De 15 em 15 dias. Mas a gente tem um tempo que a gente não faz. Deve ter um mês ou mais que a gente não faz porque eu saí de férias e antes de sair de férias a gente tinha marcado uma reunião que teve que ser cancelada porque, a Mara Régia, que trabalha comigo aqui, que é a coordenadora e relatora desse comitê, ela adoeceu no dia da reunião, e ai não pôde vir, e a gente não...

P: Isso era uma dúvida então... tá funcionando há um ano. Pegou um período tenso, inclusive devem avaliar depois com mais calma isso (é... a gente publica as datas na intranet). Bom saber que eu vou acessar. Eu coloquei, eu tinha anotado um levantamento que eu fiz que era mais ou menos

2500 trabalhadores, quase 400 jornalistas, você me falou agora de 460 e aí eu vou pedir depois se eu posso pedir junto contigo, depois, o salário, que é uma coisa. Agora, tem uma outra coisa. Desculpe, não perguntei pra você. Eu conversei até com o Jonas especificamente... é que eu coloquei dúvidas minhas pros dois, sobre essa questão do acordo coletivo que ele precisa ser único que cada sindicato estadual resolve isso. Outra burocracia, né? E ele falou que tem a tal da CONTCOP [Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade], Confederação que envolve todos os funcionários públicos, os jornalistas públicos. Isso não passa por você. (Não). Isso é uma questão dos sindicatos que se resolveram e se ajustaram a isso.

(42:00") R: Não. É assim, o acordo coletivo é até um problema, porque o acordo coletivo, a diretoria administrativa, o RH sempre negociou e nem ouvia, assim, a gente não tinha relação nenhuma sobre o acordo coletivo. Então o acordo coletivo, hoje, ele tem distorções. Como essa história que eu te falei que a gente tem de fazer escalas de finais de semana com um mês de antecedência. Aí você tem questões, assim, que você... cada feriado, se você trabalhar no feriado, invés de ganhar uma folga pra compensar, você ganha duas folgas. Então, você não pode ter escala de feriado, você trabalha em um e folga no outro. Não. Você tem de folgar mais do que um dia, entendeu?

P: E essa questão de diferenças aqui são isso? Questões salariais são as mesmas? Horário?

R: É a mesma, o salário é a mesma coisa, o horário é a mesma coisa, o intervalo de jornada é a mesma coisa. Qual que é o que pega, que o jornalista deve ter essa coisa da Contcop. Por exemplo, eles estava fazendo uma negociação, que fizeram até uma greve aqui no passado (isso eu ia perguntar também, da greve, mas tudo bem) eles tinham um acordo, é... teve uma negociação que aí os sindicatos dos jornalistas e radialistas tava tocando, mas aí tem Rio, Brasília, São Paulo e não sei o que, mas aí na hora de assinar o acordo tem que ter uma representação só que é a Contcop, e isso dá uma confusão danada, porque a Contcop não representava, entre eles mesmo, entre o sindicato e a Contcop deu problema e aí acabou, foi uma confusão.

P: Isso durante a greve? Ou isso que provocou a greve?

R: Durante a negociação, durante a greve, pra acabar a greve. Eu acho que em cada negociação acaba tendo problema porque tem essa questão dos sindicatos da Contcop.

P: E ainda não se resolveram?

R: Ainda não se resolveu. E acho que é difícil resolver. Porque como a representação, a EBC é nacional e faz esse acordo nacional, e tem de ser uma representatividade nacional. E não pode ser FENAJ, por exemplo, no caso (não, porque, eu conversei com o pessoal da FENAJ e não pode mesmo), é, não pode ser.

P: E aí tem data-base? Como é que funciona?

(44:14") R: Tem data-base. Tem data-base que é mês de novembro. E a data-base é, o que que não houve problema o ano passado? Porque depois da greve foi feito um acordo de 2 anos que previa um reajuste já com, acho que IPCA, não sei o que, pra esse ano, mas sem uma nova negociação, porque deu tanto desgaste que foi feito um acordo pra dois anos.

P: Entendi. Reposição salarial. E teve aumento real?

R: Teve o aumento real. Teve o aumento do tíquete alimentação e o vale cultura. Alguns benefícios, que aí acabaram, como tíquete refeição ou alimentação. O valor é alto, acaba sendo um salário um acréscimo de salário bom pro profissional, entendeu? Isso que foi negociado na época.

P: Entendi. Uma pergunta: como é que tá a situação de Tabatinga, especialmente, que é tão avançado, um posto avançado? Tem profissionais concursados? É terceirizado?

R: Não, lá é FCC. Deixa eu te explicar. FCC tinha função comissionada Radiobrás antiga.

P: FCC. Era isso? Continua com esse termo?

R: É. Função comissionada Radiobrás. Que eram profissionais ainda da antiga Radiobrás, que era um tipo, acho que era, essa função comissionada, ela existiam várias funções comissionadas, que existia essa linha de contratação. Que teve que ser extinta. Então foi sendo pressionado, pra todas as empresas extinguirem essa função comissionada. E na realidade acabou no final do ano passado, que foi outra baixa porque tinha gente também, essa função comissionada, era gente mais antiga, mas era gente de mercado e essas pessoas

P: Nossa, nem me fale. Teve um assassinato de uma profissional da EBC lá, me lembro disso.

R: E aí, lá em Tabatinga a situação é tão grave que são todos FCCs.

P: Você lembra quantos? Muita gente?

(46:34") R: São cinco.

P: Em redação? A gente tá falando...

R: Cinco, praticamente, porque lá é uma rádio, assim, que reproduz, tem uma produção pequena, local, que vai pro jornalismo de rede, que é, então é pequeno.

P: Esporadicamente faz alguma coisa em vídeo lá, ou não? Vocês precisam terceirizar esse vídeo também?

R: Não, é só a rádio. Lá é só rádio. Lá não tem TV.

P: Mas eu digo, se precisarem alguma coisa, não há terceirização, mandam vídeo de Manaus? Manaus tem redação?

R: Não, nada, nada. Se acontecer alguma coisa, alguma coisa assim, por exemplo, no assassinato da Lana [Cirino Fonseca, morta em 26 de maio de 2013] a gente foi, mandou a equipe e fizemos. Aí a gente conta assim, muitas vezes o próprio pessoal do rádio consegue alguma coisa do celular, alguma coisa assim, e manda. Mas, não tem equipe... é só rádio lá. E lá foi prorrogado, excepcionalmente, na última reunião da diretoria, esses cinco, esses contratos dos cinco, até o concurso. Porque nesse concurso novo, vai ser feito um concurso, específico pra Tabatinga, para as pessoas trabalharem lá, com funções para as pessoas, as funções mínimas, numa escala mínima de pessoas de operação e de conteúdo pra trabalhar lá. Até a gente vai lá no final do mês, vai ter reunião da diretoria lá. Porque tá fazendo dois anos que a Lana morreu, aí vai ter um, eles vão instalar um centro de defesa da mulher, uma coisa lá. (Sim, nossa, eu lembro que eu cheguei a fazer um contato com ela, lá atrás). Ela era a maior entusiasmada, ela era super.

P: É, eu lembrei disso também... deixa eu ver o que tenho aqui pra não te segurar mais. É, ok, agora a última pergunta técnica aqui. A EBC tem essa ideia do pessoal, quer discutir a ideia de democratização da comunicação e sempre pensar o sistema público integrando a Rádio Educativa, a Rádio Comunitária, a TV Educativa. E agora Nereide, trabalhando isso? Eu digo isso porque vocês

estão em reuniões, porque ontem teve uma reunião, o pessoal das rádios, eu lamentei porque não pude vir (pois é), porque se eu pudesse, puxa, não acreditei.

R: Era uma reunião com as rádios e as TVs públicas, e as universitárias, fundações estaduais.

P: E isso tudo tem que fazer em forma de parceria?

(49:08") R: A rede, hoje, a EBC já tem acordo com várias emissoras de TV que formaram a rede pública. Então, essa rede pública tem alguns critérios que, você cede o conteúdo da EBC, a pessoa reproduz o conteúdo da EBC, e alguns horários tem uns espaços pra produção local. E também tem troca de conteúdo. Além de participar do jornalismo, eles têm um horário da EBC, que a EBC pega conteúdo das empresas públicas também.

P: Em troca, alguma reportagem pertinente vai pro parceiro...

R: É, na realidade não tem nem uma troca. Assim, agora tem com algumas empresas, o que a EBC fez? Assinou um acordo de parceria financeira. Que ajuda algumas emissores, tem um volume fixo pro jornalismo e um volume variável que é pro jornalismo, pra produção e pra programação. Então, deixa eu te explicar como é que funciona: eles têm de mandar o mínimo de matérias por mês, e o mínimo, assim, daquele povo fala da passagem de bloco...

P: É terceirizado isso?

R: Não, não é terceirizado porque é empresa pública, lá do estado. Porque a EBC (é uma parceria?), é uma parceria, é um acordo de parceria (entendi, nesse acordo...) porque nesse acordo de parceria você tem pra empresa parceira, pra essa emissora parceira, receber um valor fixo por mês que vai ajudar ela a comprar equipamento, contratar um repórter, ou sei lá, é, ajudar lá pra qualidade lá da produção dela, ela tem de mandar no mínimo de produção pro jornalismo. E fora isso, tem o acordo que a gente pode, eventualmente, assim "ah, tá precisando que essa equipe viaje para fazer uma matéria especial que não é na capital, lá no interior, que lá vai ter um custo extra", ou "um programa uma ajuda pra reportagem" aí você paga um valor além daquilo, no mês, que é variável.

P: É um valor tabelado?

R: Tudo tabelado. Tem um contrato tudo certinho, todo tabelado.

P: Digo assim, não varia de acordo com uma região não, né? Mesmo preço pra todo mundo?

R: Não, mesmo preço pra todo mundo.

P: Você tem a noção mais ou menos?

R: Você tem 20 mil pro negócio do jornalismo. Fixo, por mês (pra cada parceiro...), se a pessoa cumprir a produção determinada. E tem assim, "ah, você vai fazer uma entrada ao vivo, num telejornal porque vai ter um evento lá, uma festa junina", aí você paga, sei lá, acho que dois mil reais ao vivo. Porque você pode eventualmente alugar um link, e tal, e fazer. "Ah, pedimos uma entrevista especial com alguém que tá num final de semana, que não tem equipe, a equipe vai ter de pagar um extra", ou fazer uma viagem, ou fazer um Caminhos da Reportagem. O Caminhos da Reportagem a pessoa ela ganha R\$ 8 mil. Então tem assim, um... o Caminhos de Reportagem, de qualquer forma, é o que eu tava falando ontem com o pessoal, você tem de... o Caminhos de Reportagem é todo orientado, roteiro... assim, a gente ajuda, ajuda na edição, o programa vai e volta, a gente volta, e sugeri coisas.

P: Entendi. Você tem de cabeça quantos parceiros hoje, mais ou menos, no total?

R: Acho que são 12 ou 14, 12 eu acho. Nesse contrato.

P: E pretende expandir? Estou falando de TVs e Rádios, ok?

(52:52") R: Não, aí é só TV. O rádio, o rádio também quer muito, principalmente essas rádios, coitadas, aí as emissoras de rádio elas querem muito. Mas, não tem a rede de rádios ainda. Então, precisa primeiro formalizar a rede. Porque a EBC só pode passar a fazer contrato com parceiro que ela tenha um contrato, contrato mesmo, contrato de parceria, que determine que não pode fazer coisas com conteúdo, que não pode distorcer, sabe, essas coisas de pegar, primeiro formar as redes de rádio, que tá sendo formado, depois vai ter acordo com as parceiras de rádio. Agora as rádios, de qualquer forma, assim como a Agência Brasil disponibiliza o conteúdo e as fotos, desde que cite as fontes, a Rádio Agência Nacional é muito bacana porque a Rádio Agência, todo o conteúdo que a gente produz no Radiojornalismo e mesmo alguns programas, esportes, algumas produções do rádio, a Rádio Agência põe na internet. Ela edita o conteúdo. Então assim, as rádios não só públicas como várias rádios privadas utilizam aquilo como agência de notícias de rádio, então assim, pega matéria e usa como noticiário nacional e internacional.

P: E aí só com a condições dos créditos? Sem problema.

R: Só com o crédito. Sem problema. Então assim, a gente, a EBC acaba fazendo várias coisas, e coisas assim públicas mesmo, disponibilizando conteúdo que as pessoas podem utilizar tranquilamente. Então assim, por exemplo, você tem...

P: Você está falando de áudios e fotos, também?

R: Fotos. Na Agência Brasil tem fotos, que pode usar também. Você tem que dar o crédito na foto. Então você põe aqui, esse cara, por exemplo, se for da Agência Brasil, põe Agência Brasil e só Agência Brasil.

P: Ok. Encerrar e fazer a última pergunta, Nereide. E aí, pergunta à profissional da diretoria, assim.... Qual é a proposta sua agora como diretora que você pretende fazer? Ah, "estamos focando agora 2015 isso, 2016 aquilo"...

(55:21"). R: Tá. Eu tenho assim, meio um mandato, que é de 3 anos. Então, foi renovado em 2013. É.... mas o, quê que é plano/projeto? A gente tem de melhorar muito essa coisa da qualificação (esse é um das...), é. A gente tá discutindo junto com toda a diretoria geral a questão do horário da faixa noturna. Que aí envolve muito jornalismo, assim, se a gente vai antecipar o jornal, como vai fazer com os programas que são jornalísticos, né, do Nassif, Espaço Escuta, Caminhos da Reportagem. Tem a questão do esporte, que a EBC tem investido muito no esporte, transmitido vários jogos. Tem as Olimpíadas e as Paraolimpíadas.

P: Mas aí está sob...

R: É, esporte é do jornalismo também.

P: Tá transmitindo alguma proposta agora de manter isso, tentar inserir mais...

R: É, investir no esporte até por causa da Olimpíada e da Paraolimpíada principalmente, que a gente tem a tradição de cobrir muito esporte amador.

P: Olimpíada, daria outra entrevista gigantesca (pois é...), mas um dia a gente fala sobre isso. São esses três focos agora: qualidade, horário da faixa noturna, esporte...

R: E a gente tá criando também uma central de pauta pra gente melhorar, evitar "retrabalho" e melhorar a circulação da notícia e da informação mesmo. Porque hoje tem pauta até no caso do

jornalismo só, a gente já tem muito entrosamento e faz muitas reuniões conjuntas. Mas a gente precisa de ter uma pauta mais consolidada e mais participativa também assim, então...

P: Mas, internamente?

R: Internamente e externamente. Mesmo de outras áreas também. A gente quer saber o que as outras áreas estão fazendo, e até pra, sei lá, como a gente fez outro dia: tava lá um artista que a gente queria que ouvisse o Raul Seixas, a gente tava fazendo o Caminhos da Reportagem sobre o Raul Seixas. Então assim, essa coisa da gente ter uma melhor conexão de todas as áreas da empresa. Tem um monte.

P: Integração...

R: É, melhor integração das áreas.

P: Eu acho que era isso, porque daí, se eu precisar eu entro em contato... Obrigado.

R: Se precisar você liga, não tem problema não.

APÊNDICE B – Entrevista com Jonas Valente – presidente do Sindicato dos Jornalistas do DF, funcionário concursado da EBC e pesquisador universitário

Pergunta: entrevista com Jonas Valente, dia 08 de junho de 2015, na sede do Sindicato dos Jornalistas em Brasília... Sabe onde eu quero chegar? No jornalista público. Eu lembro que, acho que a Fabiana Lopes tem um livro chamando “Ser Jornalista no Brasil”, e ela começa a discutir toda essa questão do campo público privado, academia. Aí o Jacques Mick fez uma pesquisa que é esse perfil do jornalista brasileiro com 3.000 entrevistas, achei muito bom. Só que eu falei: “gente, e o profissional?”. Porque tem aquilo: “ah, então você está no campo público! Você passou na EBC então tem estabilidade, você pode fazer matéria questionando toda estrutura”...

Resposta: Estabilidade? Mais ou menos...

P: Então, essa é uma das ideias que eu tenho discutido com a minha orientadora. Eu falei: “professora, eu acho que a gente vai se surpreender um pouco depois que eu conversar com o Jonas sobre isso”. Jonas Valente, em uma entrevista oficial, a partir de agora, entre outras coisas: pesquisador, sindicalista no Distrito Federal e autor também do livro Sistema Público de Comunicação no Mundo [INTERVOZES, 2009]. Na verdade, é um coletivo que assina, mas praticamente, você que coordenou o projeto, se eu não me engano.

R: Não era um coordenador. Foi feito entre três pessoas e a gente dividiu a produção. Mas a diferença é que houve uma divisão entre os países e para fazer o livro eu fui além e fiz o artigo das abordagens conceituais.

P: Com base nesse livro e até na sua própria experiência, você coloca aqui, exatamente, uma proposta de separar a ideia de sistema público de comunicação, de mídia pública. Eu queria questioná-lo assim: depois de 2009, se você ainda mantém esse conceito ou se você quer colocar alguma coisa, alguma ideia para ver se ainda se integra como mídia pública.

R: Eu dou aula na especialização, em uma instituição que se chama IESB [Instituto de Educação Superior de Brasília], eu dou aula sobre TV Pública. Nessa aula eu trabalho com a seguinte noção: pra definir o que é sistema público, mídia pública, campo público, você precisa combinar uma dimensão legal e política. E conceitual na verdade. As três coisas. Algumas coisas são dadas por um foco no conceito, outras na política, outras no que a legislação diz. Então, se a gente for olhar do ponto de vista da legislação, a nossa constituição é muito clara. Existem três sistemas: público, privado e estatal. (3:51”) Desses três sistemas, só o sistema público é regulamentado e ainda assim pela metade. Porque a única regulamentação que existe é na esfera federal. Mais especificamente do Executivo Federal. Porque a lei da EBC quando fala, ela não trata, por exemplo: o que que são os veículos da câmara e do senado, ou o que são os veículos do judiciário? Então, nós temos uma regulamentação muito específica que foi uma menção ao sistema público como dispositivo condicional para criar a EBC. E aí é importante. Existe um debate conceitual e político sobre a Voz do Brasil e a NBR deveriam estar dentro da EBC ou não. Se a gente pegar do ponto de vista legal, a EBC não faz comunicação pública e estatal. Inclusive, tem que explicar isso para os próprios diretores da EBC. A EBC faz comunicação pública e pode prestar serviço. E, nessa prestação de serviço, aí sim, entre outras coisas, ela opera,

não é dela, não é da sua natureza, mas ela opera determinados produtos ou veículos que são de comunicação governamental e que podem ser encaixados dentro do sistema estatal embora não haja uma regulamentação clara do sistema estatal.

(05:16") Quando eu usei no livro "mídia pública", foi exatamente para entender o seguinte: a gente precisa entender isso não só do ponto de vista legal, e a gente precisa dar centralidade aos veículos, exatamente para fugir do debate da confusão da turma da assessoria que fala que comunicação pública é a comunicação das instituições públicas. Então, a gente fez questão aí de não trabalhar com comunicação pública. Então, primeira diferença: não estamos falando de assessoria de Ministério, de TV web do Ministério dos Esportes, não estamos falando disso. Estamos falando aqui das emissoras públicas, e essas emissoras públicas do ponto de vista do Governo Federal, aquilo que está vinculado à administração direta ou indireta. Elas têm um amparo legal claro. Para além disso, aí você vai ter que entrar e usar dos recursos políticos e conceituais para definir o restante. A TV Cultura de São Paulo é público-estatal. A TVE do Rio Grande do Sul é público-estatal. A TV Câmara é público-estatal. Cada uma vai falar uma coisa. No próprio livro e na minha dissertação eu arrisco uma definição. Que é uma definição pouco parecida com a da Intervezes, mas guarda diferenças. Se você for pegar, por exemplo, uma fonte que não é acadêmica, mas que é interessante você pegar, é o projeto de lei de iniciativa popular da Lei da Mídia Democrática, porque lá tem uma definição. A minha definição é: o sistema público é aquele com veículos criados exclusivamente para o fim de produzir comunicação voltada à sociedade, com instâncias de participação com a possibilidade de que todos e todas possam, de alguma maneira, ascender a essas instâncias. Isso diferencia, por exemplo, uma TV Brasil de uma rádio comunitária. A Rádio Comunitária é um ente privado. Ela não é um ente público. Agora, ela é um ente híbrido, porque ela é um ente privado, uma associação que eu e você podemos formar, mas que a sua lei traz algumas obrigações de publicização, como a necessidade de ter um conselho com participação da sociedade. Então assim, o sistema público é isso: veículos criados exclusivamente para esse fim, com instâncias participativas e que todo mundo pode ascender suas estruturas dirigentes. O sistema estatal é aquele sistema de veículos vinculados institucionalmente a um poder. Então, TV Câmara, TV Senado. Aí entramos em um debate: o que são as emissoras estaduais? Elas podem ser qualquer um dos dois. Eu entendo que, por exemplo, uma emissora como a TV Educativa do Paraná, que não tem conselho até onde eu sei, não sei já foi formado, ela pode ser a mais revolucionária do mundo, mas ela não é TV pública. E acho que, inclusive, na Cultura, aí é um debate conceitual que se faz. Porque, já que esses entes não estão amparados na legislação, resta para a gente o debate político e conceitual. Então, a TV Cultura, para mim, tem alguns problemas, mas ainda assim tem participação na sociedade civil. Você tem situações como é o caso da TV Cultura do Pará, da Rede Minas, que tem a indicação dos conselheiros que é quase que exclusivamente feita pelo Governo Estadual local, então isso faz com que elas sejam basicamente emissoras estatais. Então, voltando pro lead da pergunta. Eu acho que o conceito de mídia pública pode continuar sendo usado. Hoje, da forma como eu percebo, não acho que ele se diferencia dos sistemas públicos. Eu acho que o sistema público é o arranjo legal institucional. A mídia pública é o meio, o veículo, a empresa. Então, a EBC é uma empresa de mídia pública. A TV Brasil é uma mídia pública. E eles fazem parte de um universo que, do ponto de vista legal, é o sistema público de comunicação. E que não tem a ver com a comunicação pública.

(09:45") Do ponto de vista político, se a gente pegar a plataforma, você deve saber, provavelmente, em novembro do ano passado houve um fórum Brasil da comunicação pública. Ali, a comunicação pública é usada no sentido mais amplo para o quê? Com uma intenção política. Fortalecer um campo mais amplo. Mas, aquilo ali é coisa com pouca preocupação conceitual e nenhum tipo de preocupação legal. É uma coisa mais de agitação. E aí tem um outro contexto, um outro conceito que precisa ser trabalhado no Brasil. Que é o conceito de campo público. Campo público foi pensado enquanto tal no contexto do primeiro fórum nacional de TVs públicas. Tem toda uma questão dentro do "que foi a derrota do processo da TV Digital e tal". Por que um campo público? Porque ali existiam tanto emissoras... um canal universitário de uma universidade comercial privada, de um objetivo, não é uma emissora pública. Não é! Não é nem uma emissora, é um canal. Mas não é. Naquele momento, qual era a ideia? Politicamente acabou tendo uma noção muito mais de alternativa modelo comercial. Nós não queremos ficar aqui entre nós nos diferenciando. Nós sabemos que nós queremos juntar todo mundo que não é mídia comercial. E aí, criou-se o fórum nacional que se chamada "de TVs públicas", mas aí você, nos documentos, vai ver o tempo inteiro a referência ao que se chamava de campo público de televisão ou de rádio, etc e tal. Então você tem o sistema público, a mídia pública, a comunicação pública e o campo público. Para mim, em um resumo hoje, o campo público seria a somatório dos meios que compõem o sistema público e o sistema estatal.

P: Que, inclusive, podem incluir toda essa ideia de unir o não-comercial, podem entrar tudo nessa esfera?

R: É tudo aí. É o não-comercial.

P: Eu lembro quando eu estava vendo seu currículo essa dissertação, estava imaginando essa discussão exatamente sobre a TV digital como alternativa. WebTV também, se alguém for entender um pouco essa discussão. E aí a gente sempre brinca que isso é atropelado pelo discurso da TV por demanda, *Youtube*, que ele acaba, entre aspas, democratizando esse processo que tentou se fazer em uma outra maneira. Não sei se você tem algum outro comentário a fazer...

R: Essa questão de TV digital eu sinto mais como uma questão histórica. No meu entendimento é: a televisão aberta no Brasil vai continuar sendo importante por muitos anos. E a TV digital, foi um assassinato de um futuro que a gente poderia ter tido de ampliação da oferta e que não foi feito. No fundo, foi uma TV digital analógica. Tanto que a gente nem fala em TV digital. Se você vai para a Argentina, ninguém fala em a "TV", eles falam "TTT", TV Digital Terrestre. Nome de televisão lá é TTT. Aqui ninguém nem menciona TV digital. Porque a lógica foi, exatamente, não haver uma alteração.

P: Ou então se condicionou a ideia de sinal digital, só isso.

R: Porque para as grandes emissoras valia só uma melhoria de espaço.

P: Foi importante colocar isso. Ambientar toda essa discussão de campo público, mídia pública. Porque agora vem a ideia minha de pensar, dentro dessa mídia pública, por enquanto, a ideia do jornalismo. A gente sabe que a TV como um todo, a produção televisiva, enfim, a produção midiática, vai ter entretenimento, processos diferentes. Mas, aí eu estou focando nesse processo de investigação, da busca da notícia, da informação e o tratamento jornalístico desse material. Aí vem a pergunta: existiria hoje um jornalismo público, no Brasil?

R: Assim como a minha opção, do ponto de vista do debate conceitual foi fugir da confusão com a comunicação pública, eu, onde fiz a... participei da elaboração do manual da EBC também, mesmo sendo sindicalista, trabalhador, mas fui chamado lá e contribui. Quebrei muito pau, inclusive internamente. Eu não usaria esse conceito de jornalismo público. Porque eu acho que ele dá margens para muitas confusões. Porque ele passa a ser como se fosse uma espécie de um gênero ou de uma subdivisão do jornalismo. E aí você vai entrar e “ah, mas todo mundo faz jornalismo público, Futura faz jornalismo público, o jornalismo público é um jornalismo bacaninha”. Eu prefiro falar o seguinte: jornalismo de mídia pública. Então, o que é jornalismo de mídia pública? Eu não estou preocupado se a Globo, a Record, a Futura, a Globo News, quem quer seja, vai fazer uma coisa bacaninha. Inclusive, às vezes, a Globo News, a Globo ou não sei quem, fazem coisas mais supostamente públicas do que nós fazemos na TV Brasil. Por isso, que a minha preocupação não é entrar em uma subdivisão do jornalismo. Porque daí você vai cair em um debate interminável. Agora, devemos sim pensar em um jornalismo de mídia pública? Devemos! Aí tem um outro argumento que você tem que combater.

(15:08”) Porque o debate do manual do jornalismo da EBC foi esse. “Mas jornalismo é jornalismo. Então, nós não temos que ficar inventando aqui, nós temos que fazer jornalismo”. E isso, vinha dos chefes, da turma com 20, 30 anos de mercado. Com aquela cabeça mais fechada. A turma que tava lá, que era, inclusive, mais novo, muitos que se formaram na EBC, vinham com uma discussão: “não, nosso jornalismo é diferente”. Ele é diferente não só por estar em um âmbito de uma emissora que não depende da lucratividade, e aí portanto ele não tem que ter nenhuma pressão para ser apelativo. Não que nos outros a gente deva normalizar. Então assim, as emissoras privadas, elas prestam um serviço público, e esse serviço público envolve obrigações. A nossa constituição diz que deve haver preferência a finalidades educativas, culturais, artísticas e tal. Então, tudo isso tem que ser respeitado. Mas, nós enquanto jornalismo de mídia pública, temos que ter uma preocupação com os cidadãos e os públicos que o outro não tem. Que o outro fala para todo mundo: “busca o gosto médio, busca a audiência”, isso é uma questão inerente, nós não temos que buscar audiência. Nós temos que buscar alcance e relevância. Eu não defendo uma emissora pública que ninguém veja, acho um absurdo. É óbvio que nós temos que buscar sermos vistos pelas pessoas. Agora, as vezes o fato da gente trabalhar com determinados tipos de conteúdo que contemplam determinados segmentos da sociedade que nunca vão aparecer naqueles, isso é fundamental. Exemplo: “ah, eu vou fazer uma cobertura aqui das religiões de matriz africana senão ninguém vai fazer” ou “vou fazer uma cobertura de gays, de transexuais”, não, beleza, ok, os gays, lésbicas, são minoria? Ok! Mas dentro dos gays, lésbicas, tem os trans, os travestis, que são minoria da minoria. Então assim, esse papel de pensar isso da mídia pública é fundamental. Agora, eu discordo também, na minha dissertação, inclusive, tento trabalhar com o conceito que eu chamo de complementaridade marginal. As emissoras públicas foram relegadas a uma complementaridade marginal desde quando elas nem existiam. Se você for pegar o que o Assis Chateaubriand fez para impedir que o Roquete Pinto criasse uma TV pública em 52, desde quando elas eram, sei lá, espermatozoide tentando fecundar, a mídia privada e o estado já estavam dando o cacete. Então assim, não é também virar e falar assim “olha, então quem vai cobrir a Lava Jato é a Globo, nós vamos cobrir a feirinha hippie...”, não, tem que fazer as duas coisas. E o manual trabalha isso com dois conceitos interessantes: o foco no cidadão e o foco do cidadão. E esse é um debate

quase filosófico. Porque remonta a questão de interesse público e interesse do público. É preciso ter uma construção dialética entre esses dois conceitos.

P: Você tá falando dos conceitos da complementaridade marginal e esse no cidadão e do cidadão...

R: Da complementaridade marginal eu usei para dizer o seguinte: ela não tem que só completar. Ela tem que juntar, ao mesmo tempo, aquilo que é complementação, aquilo que é cobertura de minorias, aquilo que é o não mostrado, com uma abordagem diferenciada qualificada, aprofundada e contextualizada dos temas de relevância. Quais temas de relevância? Aí é uma outra diferença da mídia pública. Que é a discussão entre interesse público e interesse do público. A comunicação, historicamente, se arvorou, os meios se arvoraram os definidores do que é o interesse público. Então ele fala o seguinte: “eu sei qual é o seu interesse”. “Ah, mas eu discordo”. “Não! Não importa, eu sei! ”. Então, eu arvorou a ideia de interesse público que, inclusive, é o que está na base filosófica do modelo de comunicação norte americana. Eles falam: “ah não, nós estamos defendendo o interesse público”. Quando você fala em interesse público, a questão central é: mas quem define o que é interesse público?

P: Entendi! E aí entrou o conflito no manual, por exemplo?

20:13”. R: E aí, quem define a mídia pública é a mídia que, por excelência, tem que fazer uma construção entre o que as suas estruturas diretivas consideram que é interesse público. O que as suas instâncias de participação consideram que é interesse público. E o que os seus profissionais consideram que é interesse público. Então o meu jornalismo vai ser a síntese entre o que o meu diretor de jornalismo, meu chefe de reportagem, meu editor chefe vai pautar, mais o que o cidadão vai pautar por meio da ouvidoria, por meio do conselho curador, por meio de uma instância de participação, mais o que o profissional entendido como um sujeito relevante dessa construção, porque ele não foi colocado lá pelo governo, ele é um sujeito entendido na burocracia no sentido positivo do termo. Uma concepção hegeliana de estado, estado como universal. Eu não acho que o estado seja isso, mas a gente pode ver o funcionário público como uma pessoa que, por estar ali com um grau de estabilidade em que ele não deve supostamente a ninguém, e depois nós vamos entrar na segunda parte do problema, ele tem um grau de autonomia para responder quem manda na decisão editorial do funcionário: o manual de jornalismo da EBC. Esse cara tem que ser o guardião do manual. Obvio que ele está submetido a uma hierarquia. Ninguém vai ignorar isso. Por isso que eu estou falando que é uma síntese entre a estrutura diretiva, o corpo profissional e a participação. Porque também não adianta os chefes e os trabalhadores ficarem falando “nós sabemos o que é interesse da população”, e a mídia pública é a única que, entre a mídia estatal e a privada, tem canais efetivos de participação. Porque é obrigação dela. A Folha, se quiser, pode acabar com o ombudsman amanhã. É obrigação da EBC ter uma ouvidoria. É obrigação da EBC ter um conselho curador.

P: Aliás, eu ia perguntar uma coisa que é meio óbvia, você já deixou meio claro, mas só para gente explicitar isso também para depois não ser cobrado sobre isso no futuro. O manual ampararia esse processo todo, condensaria toda essa síntese. Tudo bem, vamos nos amparar nesse trabalho. Mas aí vão dizer: “o manual da Folha de S. Paulo faz isso também”. Há uma diferença muito grande na essência da construção desses manuais? Você vai dizer que sim, eu sei. Mas eu digo assim: no

contexto da produção jornalística, já que o jornalismo é jornalismo, porque o jornalismo não é jornalismo na EBC?

R: O jornalismo é jornalismo na EBC, mas com características específicas. Específicas. Tanto que isso se reflete a partir do momento em que o manual trata o foco no cidadão e o foco do cidadão, ele está dizendo que ela [a EBC] não é simplesmente um veículo que vai informar da melhor forma possível à sociedade como a Folha diz, como a Globo diz.

P: Então o manual não vai se fechar como o manual de uma Folha se fecha. Tem que fazer isso contra. O manual deve, deveria orientar...

R: O manual traz as diretrizes. Obvio que ele não vai dar conta de tudo. Ele é como se fosse nossa constituição interna. Agora, a diferença da mídia pública é que ela é viva, ela tem uma dinâmica reflexiva de atualização disso. Exemplo: o manual prevê um comitê editorial. Pergunte para a Nereide do comitê editorial. Ela vai te dizer que o “comitê editorial é formado pelos trabalhadores”, bla bla bla, tudo mentira! Tem trabalhador ali? Tem! Mas ninguém sabe o que comitê editorial faz. Porque não existe representação. São pessoas indicadas pela chefia. Mas se o comitê editorial funcionasse você iria ter um comitê editorial para regulamentar o manual. Isso é o que a gente queria. E é obvio que a direção da EBC não vai querer isso, porque eles querem que eles próprios regulamentem o manual. O manual das diretrizes. Quem decide se vai cobrir as diretrizes da forma A ou B? A diretora de jornalismo e os seus subordinados. A nossa defesa era que o comitê editorial não tivesse que resolver o “râmi, râmi” do dia a dia. Mas, “vamos cobrir um grande evento”? É como se grandes dúvidas surgissem, houvessem um espaço. Nós temos a câmara de jornalismo do Conselho Curador, que já se pronunciou, por exemplo, sobre a cobertura dos protestos, de eleição. Então assim, a diferença entre EBC e a Globo não é só a existência do manual. É que o manual deveria estar, pelo menos, imerso em uma dinâmica viva de construção e reconstrução que envolve o profissional, a estrutura diretiva e participação da sociedade. Essa deve ser a diferença.

(25:17”). Então essa é uma diferença de método de construção, mas existe a própria diferença de mérito que é a que o manual trabalha. Que é a abertura, a participação da sociedade, a cobertura dos temas das minorias, um foco especial nos direitos humanos, em cidadania, o entendimento daquilo que impacta a visão do cidadão. Então, por exemplo, o governo vai lançar o plano Pronaf [Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar], a cobertura da comunicação pública não tem que ser “o palácio do Planalto, Dilma, presente hoje...”, não! O que que esse Pronaf vai interferir na vida da pessoa? Não tem que ser na hora da cobertura da reforma política “ah, porque o Eduardo Cunha brigou com o PT que brigou com não sei o que”, não! Cidadão Joãozinho aí, que está assistindo a gente, o que isso pode interferir na sua vida? O que que financiamento público-privado interfere, o quê que “distritão” [projeto de reforma política que, à época, tramitava no Legislativo] interfere ou não interfere? É isso que a comunicação pública tem que fazer. Aí alguém pode falar, “mas isso é o jornalismo”. Não! Porque não é nem na teoria nem na prática do meu ponto de vista. E eles não tem a quem prestar contas. A comunicação pública tem a quem prestar contas.

P: Agora vamos pegar aquele gancho que você falou que é exatamente essa ideia de trabalhar, efetivamente, com a mão de obra, entre aspas, que são esses profissionais do dia a dia da redação. Ou seja, a gente já falou de uma ideia do manual que orientaria ou deveria orientar todo esse processo

de produção. Falamos também desse processo de estabilidade, e aí nesse campo que eu queria entrar contigo agora. Como constituir isso, claro, pensando na diversidade de profissionais, suas experiências, que passaram em um concurso. Não passaram porque são experientes especificamente na TV, foram encaminhados certinho, naquela função, aí tem o editor que trabalha aqui, esse é do rádio, mas o foco dele é no rádio político. Como é que se constitui isso, pelo menos como você tenta entender isso como jornalista da EBC e ao mesmo tempo como pesquisador?

R: Nós precisamos trabalhar isso em duas dimensões. Primeiro é uma dimensão mais normativa, daquilo que a gente acha que deve ser, da regra geral. E uma segunda na dimensão da EBC. Uma dimensão mais normativa, o quê que a gente poderia entender? Então assim, eu vou dar consequência ao meu argumento. Se o jornalismo da mídia pública é aquele que é construído em uma síntese entre a estrutura diretiva e participação da sociedade profissional, esse profissional tem que ter condições adequadas para que ele tenha autonomia necessária para que ele possa reivindicar o manual. Questionar as decisões das suas chefias. Não que a chefia vai incorporar. Eu defenderia uma alto gestão total e completa, mas acho que, no momento, não é isso que nós temos. Eu inclusive defendo se fosse todo um deleito, lá. Mas mesmo se a gente não trabalhar com isso, se a gente trabalhar com um aspecto... essas pessoas, primeiro, tem que garantir que são as pessoas do quadro. Eu acho que quanto mais você põe as pessoas de fora, você cria uma possibilidade do governo de plantão, vim criar uma rede, e essa rede trava tudo. Tanto que, um dos grandes debates que nós estamos tendo, e amanhã temos uma reunião com a EBC para discutirmos plano de carreira. E o nosso debate do plano de carreira não é só um debate “ah, queremos ganhar mais”, é obvio que nós queremos ganhar mais, porque nosso piso é o mais baixo da administração direta. Agora, nós fazemos debate de autonomia. Quanto mais gratificações, coordenações, adicionais e afins discricionários houver, menos vai ser a autonomia da empresa. Porque a gente já vê isso acontecendo. A empresa tem um conjunto de instrumentos de domesticação dos seus trabalhadores, e aí saindo do lado normativo e indo para o lado mais concreto, que é impressionante. Que passa por dar ou não uma coordenação, por dar ou não uma prorrogação de jornada, por onde o sujeito está lotado, então se ele quer sair daquele lugar que ele está para ir para um outro lugar, dentro daquele lugar, qual é a função que ele exerce. Então, se o sujeito é um repórter, se ele quer continuar sendo setorista de congresso ou não. Folgas. Substituições de chefia... todos esses instrumentos. Retaliações das mais diversas. Todos esses instrumentos, hoje, são utilizados para domesticar as pessoas, os jornalistas na EBC. E não só na EBC, porque a gente sabe que isso existe em outros lugares também. Ameaça de retirada.

(30:35”) O Eduardo Cunha acabou de lascar o sistema de comunicação da Câmara⁵³. E muitos trabalhadores não se levantaram contra isso. O sistema de comunicação da Câmara desde uma resolução do Michel Temer era dirigido por funcionários dos servidores da casa. O Eduardo Cunha entregou na mão do PRB, aí o PRB trouxe um cara de fora, um executivo da Record para meio que mandar na história. Mas, esses caras que são servidores, também têm lá os seus instrumentos. Na EBC, que a gente conhece mais efetivamente, são muitos mais instrumentos.

⁵³ Conforme coluna, na Revista Carta Capital, assinada pelo Coletivo Intervozes. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/eduardo-cunha-entrega-comunicacao-da-camara-para-bancada-evangelica-8413.html> > Acesso em: 27 nov. 2016.

P: São efetivamente utilizados?

R: Loucamente! Quer que eu te dê um exemplo? Dentro da EBC os jornalistas fazem clip. Existe uma forma lá de retaliação que a pessoa nunca mais saia do clip. Porque o cara tem que trabalhar de madrugada. Nós fizemos uma greve em 2013, e parte desse debate todo tem a ver com aquilo que a gente chama de PSI, processo de seleção interna. Que é exatamente a ocupação dos cargos de confiança que a gente acha que tem que se dar de forma transparente. Por que isso? Porque quanto mais impessoal e discricionário for a dinâmica de ascensão dentro da EBC, menor autonomia os trabalhadores vão ter. Nós temos um caso concreto, lá na TV Brasil, de um repórter que passou em uma PSI, fez greve e nunca mais foi chamado para trabalhar num jornal. A empresa abandona. E isso atinge frontalmente a autonomia da empresa como um todo e atinge frontalmente a crença do profissional no projeto. Porque aí tem um debate que não é um debate tão formalista. O manual pode ser lindo. A lei pode ser maravilhosa. O discurso do [presidente da EBC] Nelson Breve: “ninguém se sente responsável por aquilo que não constrói”. O discurso da Nereide: “podemos fazer o que nós quisermos”. Na prática, o sujeito é retaliado. O que vira representante dos empregados vira alvo de sindicância, tem perseguição, prática anti-sindical.

P: Sindicância?

R: Sindicância. O povo fez meme. É mais bizarro do que parece. Exposição. Eu mesmo fui vítima lá de várias. Então todos esses instrumentos são problemáticos. Aí você me faz a seguinte pergunta: como a gente trabalha com a questão do concurso, com a ocupação dos cargos e com um serviço de qualidade? Eu acho que o instrumento do concurso, com todos os problemas que ele tem, ainda é o mais justo. Eu acho que é. Eu sei que ele favorece pessoas que muitas vezes têm condições socioeconômicas melhores, porque podem estudar, o pai pode liberar, pode se preparar e etc e tal. Mas ainda assim ele é mais justo. E ver o que a gente tem na EBC hoje é uma confirmação de que, se não fosse por concurso, seria muito pior. Agora, efetivamente, se a gente for olhar para a EBC hoje, houve uma renovação sinistra. 60, 70% das pessoas não têm cinco anos de casa. E aí, o que você precisa entender? Você precisa formar os seus profissionais. A EBC tem que entender. Aí, o Nelson Breve vai lá e dá uma declaração para uma entrevista esses dias: “a EBC precisa ter uma cultura de inovação”. Concordamos! Cadê a formação? “Ah, tem um R\$ 1,7 milhão só para a educação corporativa”, isso não é nada! O repórter da agência vai viajar para cobrir a greve dos professores no Paraná, aí alguém vira para ele e fala assim “você vai fazer para TV também”. Aí, o sujeito já fica meio assim, porque não sabe fazer para TV, como é que ele vai. Está no acordo coletivo, há dois anos, isso é para mostrar que não é uma coisa que “ah, a gente acha que é ruim”, é uma obrigação legal há dois anos que ela [EBC] nunca cumpriu, que ela tinha que dar cursos para essas pessoas. Aí ela pega o repórter e fala “liga para o seu editor que ele vai te dar umas dicas”. A pessoa que entra, ela não é minimamente ensinada daquela atividade dela. Então assim, não há nem a formação básica. Embora isso esteja melhorando, ainda que de forma totalmente insuficiente. E nem é aquilo que vai levar inovação. O que vai levar inovação não é a formação para aprender a fazer lead no rádio. É um a mais. É a coisa que, inclusive, não necessariamente é só formação. É qualificação, atualização e reflexão coletiva.

P: Inclusive fugindo das experiências comerciais...

R: Quando a gente estava discutindo o planejamento da empresa, houve a participação dos trabalhos, só que nada foi implementado. Fez 200 projetos só que nada foi implementado. Eu sugeri: gente, vamos criar uma coisa chamada laboratório de cobertura jornalística. E, logicamente, nós vamos pegar os trabalhadores e vamos falar o seguinte “como é que nós damos taxa de juros? Vamos ver como os outros veículos dão? Vamos chamar alguém que possa nos provocar, de reflexão e de apontar caminhos novos. Não existe, não existe, não existe. Recentemente, ao Conselho Curador, foi encomendado uma pesquisa sobre radiojornalismo da EBC. Essa pesquisa foi feita pela UnB. Foi apresentada e constatou o que todos os trabalhadores de lá já sabiam: não tem reunião de pauta. Na rádio. Para mim, isso é coisa número zero de jornalismo é reunião de pauta. Não tem. Aí, qual é a grande questão? Você pedir reunião de pauta é visto com: “você está me questionando”. Aí você já entra no processo das retaliações. Então, existe, e aí fazendo jus tanto de empregados do quadro em cargos de chefia quanto de pessoas de fora, uma visão muito anacrônica, autoritária, sobre os papéis dos trabalhos, a possibilidade de questionar. A pessoa não tem maturidade para dizer o seguinte: “vá, diga, eu estou te ouvindo, eu entendo seu ponto de vista, mas cabe a mim decidir. E aí, nesse caso, eu vou decidir dessa forma, e aí nós vamos avaliar”. Não pode fazer isso! Não pode questionar! Existe uma cultura. É em todos os lugares? Não é em todos os lugares. Em várias possibilidades, em vários momentos, a gente consegue pautar coisas legais? [Na EBC] não é que é um lugar com cultura de silêncio absoluto. Mas existe muito isso. Principalmente nas coisas mais sensíveis.

(38:06”) E aí, saindo do normativo. Defendo o concurso. Defendo que o trabalhador tem que ser visto como algo essencial. Porque ele é o perene. Ele é o que não está preocupado com quem é o presidente dele. Defendo que isso deve ser combinado com uma cultura de formação, reflexão e inovação permanente, por quê? Porque sempre vai entrar gente nova. E aí a empresa tem que dar conta de formar os seus quadros, e não formar os seus quadros falando assim “ah, então vamos trazer aquele cara da Globo pra ele ensinar pra gente como é que é o jornalismo”. A EBC não tem uma periodicidade de formação sobre o que é comunicação pública. O curso que tava na intranet tinha erro conceitual. Você já leu aquele texto do Ericson Meister Scorsin [“O controle dos serviços públicos de radiodifusão no Brasil”, publicado em 2000] definindo sistema públicos privados estatal?

P: Vou anotar aqui...

R: Nem te recomendo. Mas se você quiser ler. Porque eu acho que é problemático do ponto de vista conceitual. Tava lá, na intranet. Então assim, é muito ruim, muito ruim muito ruim. Eu acho que tudo isso tem que existir, e aí os trabalhadores têm de estar nas instâncias dirigentes. Eu tenho que ser empoderado, e aí não o meu chefe que tem que me escolher. Os meus pares têm que me eleger para eu estar no comitê editorial, para eu ir lá no comitê editorial e discutir de igual para igual. Porque quando, por exemplo, nós temos representantes no conselho de ética, ele discute de igual para igual. No caso da EBC, além de todos esses problemas que eu estou te falando existe, na minha opinião, um vício de origem. Qual é o vício de origem? Como a EBC nasce sob um fogo cruzado de que é a TV do Lula, e aí você chama lá a Tereza Cruvinel que é alguém que vem do mercado, a Helena Chagas que é alguém que vem do mercado, tem aquela preocupação de “não podemos fazer nada governista”, embora sempre houve governismo dentro da EBC. Quando eu entrei na TV Brasil em 2010, a pauta que a gente recebia na reunião para conversar, o primeiro item era a agenda da Dilma,

independentemente do que fosse a agenda. Nós, chão de fábrica lá, batemos, batemos até isso aí dar pauta. E hoje tem a Dilma, quando eles acham que é alguma coisa [válida]. Mas objetivamente a gente tem, por conta desse complexo de “ai meu Deus, a gente é TV do Lula”, houve a seguinte percepção: na Radiobrás ninguém sabe trabalhar. Nós vamos trazer todo mundo do mercado. Aí trouxe um monte de gente que tinha um histórico de profissão na Globo, na Band, no SBT. Essa turma vem com um chip, a concepção de jornalismo do mercado. Então, você conseguia ter os dois problemas ao mesmo tempo.

P: Nós estamos falando de um período que foi de herdar esses da Radiobrás, que é uma coisa, e os concursos que colocam pessoas profissionais, que aí não é palavra minha, é de um outro pesquisador mais velho, mais experiente, que diz: “pois é, o problema é que muita gente dessa nova geração vem sem anticorpos”. E aí pode discutir isso no contexto de jornalismo clássico, mais questionador ou não, que eu acho que isso não tem a ver com idade. Prova disso dessa tua tripla função: na área sindical, pesquisador e trabalho. Mas, eu acho que essa frase diz muito. Às vezes a pessoa entra com esse chip, que ele já recebeu isso vendo, observando o dia a dia, má formação acadêmica.

R: Seja pela faculdade dele. Seja pelo cara que já tá há 20 anos e fala “isso é jornalismo”. E ele chega com essa autoridade. Porque a cultura, explícita ou não, lá dentro é: “quem sabe fazer é quem veio da Globo, da Record, do SBT, da Folha”. Então você pega e traz uma pessoa para ganhar 10 mil reais, para ela ser uma chefe de reportagem que você sabe que a outra pessoa poderia fazer, só que para a outra pessoa, eu inclusive ofereci para essa outra pessoa que é do quadro, só que para ela não tem função. Você quer ser chefe de reportagem? Aí a pessoa pensa o seguinte “eu vou me lascar de trabalhar, para ganhar a mesma coisa?”. Não! Aí, eles falam “opa, beleza, então vou trazer meu amigo lá da Globo e ele vai virar chefe de reportagem”. Então essa é a cultura.

P: E aí para aquela função de assessor especial, porque aí já não é concurso mais, né? Ou não, essa pessoa passou em um teste, foi deslocado...

R: Não. É o seguinte. A EBC tem funções de chefia, tipo gerência, gerência executiva, coordenação e assessoria, e funções de confiança. Assim como toda empresa tem. E ela usa funções de confiança para colocar um editor chefe, um editor executivo, uma chefe de reportagem.

P: Não um concursado?

R: Não um concursado. E ainda usa PJ [pessoa jurídica]. O que a gente entende que é ilegal.

P: Pergunto isso porque assim, como estou sempre no Rio também, eu percebo isso. E além disso, essa ideia ou essa noção de distanciamento físico. Porque uma administração fica em Brasília e no Rio o pessoal vem para passar ordem. Resumidamente é isso. E somem de novo.

R: Agora, quais são os dois problemas ao mesmo tempo? Nós conseguimos ter que lidar com o chefe ou um próprio trabalhador. Não é só o chefe, tem o próprio trabalhador. Que vai achar ruim fazer uma matéria sobre gays, indígenas, movimentos sociais. E as vezes você tem chefes, e aí eu vou ter que ser justo, você tem chefes que bancam mais determinadas pautas, que no ponto de vista trabalhistas eles são terríveis, mas no ponto de vista editorial, em algumas situações, eles bancam mais determinadas pautas. Seja porque tem consciência, seja porque são governistas. Então, não é uma coisa tão preto no branco. E você tem governismos, sim, que você tem que lidar, em que muitas

vezes, entre a diretora de jornalismo e a turma que é mais realista que o rei. Vou te dar um exemplo: uma vez a Nereide comentou uma coisa com alguém em uma reunião, e aí alguém veio para a redação com esse negócio da reunião, que falou com o chefe de pauta, que virou e falou assim: “isso aqui é REC”. Matéria recomendada. Mas a gente falou “não faz menor sentido ser REC”. E aí quando você vai, cavuca, apura, não era REC, era uma coisa que ela comentou. Mas “porque a diretora comentou”. Então assim, aquela cultura domesticada, autoritária do jornalismo que a pessoa não pode nem falar... “você tem certeza que nós vamos dar isso?” Ela existe! Então você tem um governismo, desde a própria direção. Tem vezes, sim, que a Nereide olha texto, que o diretor geral olha texto. Você tem isso! Até o sujeito que tá no meio da cadeia e que ele é governista porque acha que não tem que passar, até o próprio trabalhador que as vezes vira e fala assim “mas isso aqui é TV do governo”. E a gente fazer um trabalho intenso, interno, de falar assim “não bicho, não é a TV do governo, volta lá e questiona essa pauta”. É uma introjeção.

P: É o que a gente fala no sindicato sobre a autocensura. O pessoal já chega com a autocensura no segmento.

45:44”. R: Tem tudo disso quando a gente tá falando de fazer jornalismo na EBC. E essas coisas incidem, se multideterminam. Mas se eu pudesse dar um lead, meu lead é: A EBC hoje faz muita coisa de um jornalismo interessante, muitas pautas que os outros não cobrem. Tem medo crônico quando está cobrindo escândalos que envolvem o governo. Demora para entrar. Tudo é uma crise, para colocar a oposição em determinadas coisas e tal. E esse medo crônico, às vezes, é resultado concreto de uma pressão que vem de cima, às vezes não. Às vezes é uma autocensura e uma livre interpretação dos seus trabalhadores. E sofre também de um combate constante e uma disputa constante contra uma visão tradicional de jornalismo que vem dos veículos comerciais. Então, se eu vou dar greve, vou dar greve para dizer que a greve atrapalhou o trânsito, e não para dizer quais eram as reivindicações. Se eu vou dar uma manifestação no Paraná, e a gente teve debate num grupo da EBC quando uma matéria da EBC falou: “professores e polícia entram em confronto em frente a Assembleia Legislativa do Paraná”. Os trabalhadores no grupo do facebook falaram assim “vocês são malucos? Que entrar em confronto é esse? Pelo amor de Deus. Olhem as fotos. Os caras foram massacrados, gente”. Tem tudo isso.

(pausa – segunda parte da entrevista – novo time code)

P: Continuando a entrevista agora Jonas. Entra uma ideia meio mirabolante. Não sei se consigo fazer uma conexão ou não. O seu lado sindical pode tentar avaliar isso que vou falar agora. A EBC também tem essa ideia de, um dia, conseguir abranger, abarcar, chegar aos rincões brasileiros através de uma estrutura não comercial. E aí eu sei que isso também envolve essa questão desse distanciamento entre cabeça, tronco e membro, e esse distanciamento também envolve as próprias experiências individuais. Por exemplo, o sindicato dos jornalistas aqui do Distrito Federal está atuando até porque você é uma pessoa de dentro da EBC com essa experiência. No Rio de Janeiro isso aconteceu, em Manaus, em Tabatinga, naquela Rádio, lá em São Paulo já tem uma coisa muito encrustada da TV Cultura. Como é que é trabalhar essa relação de funcionários e realidades distintas, mesmo sendo capitais, por enquanto, e em um número muito pequeno. Ou seja, aquele eixo Rio, São Paulo, Brasília continua existindo.

R: Primeiro, porque é fundamental que a gente pense as condições de trabalho e ascensões de carreira entendendo as particularidades e as adversidades. Hoje, essa adversidade não é tão grande. Porque nós temos três praças, mais ou menos parecidas. Se a gente pudesse falar que Rio, Brasília e São Paulo são mais ou menos parecidas. E a gente já percebe isso no Maranhão. Tabatinga é só cargo de confiança. Então, hoje, a gente não tem uma situação tão ampla assim da EBC. Eu não sei nem se a EBC vai ter. Mas a ideia é ter. Várias empresas tratam isso de diferentes formas. Por exemplo: o plano de carreiras da EMBRAPA prevê determinados adicionais para pessoas que vão ficar em locais mais isolados. Hoje, na EBC, o debate que existe na verdade é o contrário. Como a gente tem poucos locais, é o entendimento que o seguinte “olha, o custo de vida, Brasília, Rio e São Paulo é muito alto”. Mas como é só o Maranhão que não tá, também não existe uma proposta muito efetiva de “ah, então nós vamos subir para todo mundo e não para o Maranhão”.

(02:34”) Então, do ponto de vista: o que que nós temos dos nossos regimentos, nos nossos acordos e plano de carreira, isso hoje não é um problema tão grave. É um problema grave do ponto de vista da estrutura de gestão. Você traz do Rio de Janeiro é um problema com o qual nós convivemos. Então assim, a EBC achar que ela, de forma centralizada em Brasília, vai conseguir gerar uma empresa que é Nacional, não vai dar conta. E não foi à toa que nós tivemos uma crise no Rio. A EBC não teve a competência mínima de fazer uma transição de contratação. A ACERP foi embora, que era a organização social, e faltou papel higiênico, água. E os trabalhadores quase tiveram que quebrar tudo para a empresa entender que aquilo era o problema.

P: Parece que tá tudo em reforma, tudo em um prédio só, a Rádio MEC misturou... eu vi fisicamente...

R: Lá é tragédia. Aí você junta a questão de “o cara não vai cobrar do superintendente porque senão nisso ele vai entender que é um sinal de fraqueza dos trabalhadores que estão batendo”. Então, ao invés da sinalização, que é dada pelos trabalhadores, ser tomada de forma séria, vira um cabo de guerra. Aí o sujeito não resolve. Aí os trabalhadores precisam endurecer mais. Eles fazem uma greve, porque os editores de imagem não têm condição de ficarem editando, porque não tem ar-condicionado. Coisas básicas assim. Quando a coisa chega no limite e que as pessoas já estão se matando, a diretoria vai falar: “ah não, então tudo bem, agora nós vamos pensar como é que resolve”. Faz um plano de ação, passam mais 200 anos e as coisas não andam. Então assim, esse é um problema grave que eu vejo.

P: Só para complementar o seguinte. Desculpe fazer o gancho com o sindicato, porque assim, é uma coisa muito específica. Só para dar um exemplo: piso [do jornalista profissional] no Paraná hoje é R\$ 2.780,00 para cinco horas. É um grande piso. Para realidade de formação superior, claro que não, que é um salário muito baixo. Mas por exemplo, o sindicato de Santa Catarina ainda quer se equiparar ao piso do Paraná. Olha a que ponto chegamos. (A gente também quer). É, isso que a gente percebe. “Olha, a gente quer chegar ao piso do Paraná, lá no Sul, porque a RBS está muito mal e eles colocam isso como reivindicação sindical. Como tratar isso nessa relação. Como tratar isso nessa relação por ser um sindicato de Brasília...

R: Mas, isso não tem problema porque nós temos um acordo coletivo só. A EBC tem um acordo coletivo nacional. O instrumento que rege os direitos trabalhistas, historicamente, é assim porque a

EBC como sempre foi uma empresa nacional, sempre teve acordo coletivo. Onde está a complexidade disso? Está no fato de que formalmente quem firma assinatura desse acordo coletivo é uma entidade que chama CONTCOP. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade. Ninguém conhece, ninguém sabe para quê que serve, para quê que existe. A gente sabe que eles acompanham as reuniões, vão lá e assinam acordo.

(05:33") Inclusive na greve isso ficou claro, porque eles ficaram contra a greve e quase lascaram os trabalhadores. Na prática, criou-se uma estrutura bem delicada que é a junção dos sindicatos dos jornalistas e radialistas do DF, Rio e São Paulo, mais uma comissão de empregados que é nacional, que tem pessoas de Brasília, Rio, São Paulo e Maranhão. Então, não há nenhuma instância formalizada. A Associação dos Trabalhadores da EBC tem, mas ela não serve para nada. Não existe um sindicato nacional dos trabalhadores da EBC, e nós nem queremos que tenha. Mas, o quê que a gente tenta fazer? O tempo inteiro a gente tenta coesionar esse conjunto de representações. Nem sempre isso é possível. É delicado? Pra cassete. É uma paciência. As vezes, quatro querem, dois não querem. Então tudo é muito mediado, e a gente sempre faz um esforço para ter assembleias, e a gente usa lá vídeo conferência da EBC. E na assembleia tem isso. Às vezes o Rio quer fazer paralisação e São Paulo não quer. Brasília quer e o Rio não quer. Então, é uma construção política. Assim como, por exemplo, se você for olhar negociação dos bancários, em que eles tem a sua confederação. Ou o dos correios, por exemplo, que você tem a federação dos Correios e os sindicatos locais. O cara para fechar um acordo, tem que dialogar com tudo isso. Mas no caso dos Correios são 35, é muito mais difícil. Para o nosso caso são quatro, mas já dá um trabalho desgraçado.

P: Aí envolve questões muito práticas. A gente falou no início, você não vai lembrar agora quantos funcionários tem na EBC, jornalistas efetivamente. Mas depois a gente pode ver isso...

R: Olha, hoje você tem 2.500 trabalhadores. Eu acho que jornalistas, se a gente for somar Rio, São Paulo e Brasília, deve tá na casa dos 400 e pouco.

P: Acho que menos que isso. Eu digo isso porque eu estava acompanhando os concursos da EBC. Você deve ter feito isso, inclusive, que tinha um concurso para gestor e um para jornalistas, né. Gestor eram 30 vagas, chamaram 33, 35. Não alterou nada, não havia interesse em... né? (Eles viram que eles fizeram uma besteira). Jornalistas tinham mais de 70 vagas (88), mas acho que, com cinegrafistas e fotógrafos, davam mais de 100. Mas tinha isso e aí chegou, nossa, 200 convocações, e ainda continua até hoje porque muita gente dexistiu e revalidaram o concurso e tal. Quer dizer, eu percebo que não há interesse nenhum no gerenciamento, deixa os gestores do jeito que tá, e aí eu queria perguntar exatamente isso.

R: Os gestores, lá na gestão da Tereza Cruvinel, na linha do "precisamos de pessoas experiências do mercado, etc etc e tal". Alguém deu uma ideia brilhante: vamos criar um cargo dentro da estrutura da EBC, que a pessoa ganhe mais, e que a gente possa chamar, aí sim, esses jornalistas. Aí, criaram o tal do cargo do gestor em jornalismo, só que fizeram um cargo de 40 horas, e não de 30, e uma descrição super maluca, que é: realizar atividades de jornalismo e planejamento não sei o que lá, não sei o que lá.... Entraram os gestores. A gente já tinha alertado isso antes. Falávamos "olha, vocês vão cair em uma armadilha jurídica. Porque se esses caras fizerem trabalho de jornalista, nós vamos entrar com uma ação de equiparação salarial. Então, eles vão ter que fazer outra atividade.

Agora, se eles fizerem atividade de coordenação, vocês vão ter que dar coordenação para eles. O que aconteceu na prática? Metade dos gestores faz atividade de jornalista, e metade não faz. Vamos entrar com uma ação de equiparação salarial.

P: Mas, metade de acordo com interesse ou por que...?

R: Interesse. Porque a EBC, e o Nelson falou quando ele chegou, que é um corpo estranho, então assim, a EBC trata com uma coisa que “beleza, alguém fez, tá ali, deixa”.

P: Por isso que eu percebi analisando os dados e no que isso reflete. É visível o não interesse da EBC de colocar isso em um cargo efetivamente de função para coordenador, orientar especificamente. Parece que não há interesse nisso, é visível. Ao mesmo tempo, eu também quero tirar essa dúvida. Se essa reconvocação se deve a muitas desistências ou se a pessoa se decepcionou, o salário. Do jornalismo, por exemplo (tem de tudo). Ou então, se acharam que só 88 eram muito pouco.

R: Com certeza ocuparam muito mais vagas. Mas tem gente que passou em outros concursos, que não topou.

P: Mas eu acho que sacaram que precisariam de mais gente, né?

R: Porque eles fizeram aquela mensuração das 88 vagas, e houve aquela troca final. Tiraram a ACERP mesmo. Então no fundo eles acabaram precisando de mais vagas.

P: Ah tá. Pela saída da ACERP. Tudo bem, entendi.

R: Agora você teve os FCs que é o meu caso. Eu entrei lá como cargo de confiança. E aí passei em um concurso e virei concursado. Saíram duzentos FCs.

P: De uma vez só ou aos poucos?

R: Aos poucos. Eles foram substituídos por pessoas concursadas. Não só jornalistas, mas radialistas também. Então, esses FCs que saíram foram repostos. A turma da ACERP foi resposta.

P: E ainda tem muito?

R: Na verdade acho que era para eles terem acabado com isso há muito tempo. E agora acho que sobraram uns 20 que eles estão negociando até o fim do ano. A eterna vida da EBC é negociar com o Ministério do Planejamento, que ela não tenha que cumprir os percentuais de se desfazer ou garantir os empregados do quadro de cargo de confiança. Porque o DEST que é o departamento que cuida das estatais estabelece percentuais e cronogramas. E a EBC é o tempo todo tentando adiar.

P: Eu li lá nos planos para 2012, eu lembro que tem até hoje em PDF, que são esses planejamentos. Criar 24 unidades, depois ampliar isso. Tinham unidades de preferência para fugir da capital. Paraná, por exemplo, eram Maringá, Foz do Iguaçu e uma outra cidade, acho que divisa com Santa Catarina, não me lembro. Quer dizer, havia um planejamento de ampliar essa estrutura que foi totalmente abandonado. Estamos falando de abandono em termos de estrutura.

R: Tem três coisas aí. O governo não tem a menor noção para que serve a EBC. É sério. Não tem a menor noção. Então, quanto você não tem o núcleo de quem decide bancando, aí não adianta. Você olha para a Argentina e fala “porque na Argentina os caras bombaram a TV pública, criaram o Canal Encuentro, estão fazendo um monte de coisa”. Porque a Cristina [Kirchner, ex-presidente argentina] bancou. Vamos fazer. Você olha aqui, o Governo não sabe para o quê que serve. Olha e fala “500 milhões de reais nesse negócio?”. Segundo, agora nós temos uma conjuntura de ajuste fiscal, mas a EBC ficou aí anos em que ela poderia ter avançado. E terceiro, a EBC tem direito a um recurso

que é um recurso da contribuição de fomento à rádio difusão pública. Uma fonte que está prevista na lei 11652 [de 2008]. Quando as teles começaram a liberar, o que o governo fez? Ah, ok, EBC, estou te dando 400 milhões e 100 milhões é receita própria. As teles aqui liberaram 200 milhões, ele não transformou 500 em 700. Ele tirou 200 do orçamento da União e substituiu. Esses 200 ele jogou para outra coisa que ele queria jogar, e esse 1 bilhão que está aqui ele continua fazendo superávit primário. Esse é o jogo.

P: Que reflete totalmente no processo de ampliação, estrutura, equipamento.

R: Claro! Agora o contingenciamento foi de 30 e poucos por cento do orçamento. A EBC vai sobreviver com aparelhos. E a atual gestão é uma gestão em que você pode pegar várias entrevistas do Nelson Breve e ele fala “realmente, o Governo tem outros problemas mais importantes para cuidar”. Que é a diferença que muitas pessoas falam da Tereza e do Nelson. A Tereza é uma pessoa que tinha muitos problemas. No trato, no método, na organização. Mas era uma pessoa que ia lá, rodava a baiana porque o negócio tinha que acontecer. O Nelson é um cara que foi lá, priorizou essa história de gestão, planejamento, replanejamento, redesenho. Não enfrenta o governo.

P: É legal querer entender a conjuntura, mas é legal você se incluir na conjuntura e falar “espera, mas eu não dou espaço”. Não no sentido meramente orçamentário. Propostas de projetos.

R: Se o presidente da EBC não for lá, e não quebrar o pau pela existência do negócio, quem que vai? E a gente sempre falou “olha, a importância da EBC aqui, nós somos parceiros”. Esse debate de financiamento, a gente chamou audiência na câmara, fora o Brasil de Comunicação Pública, nós participamos ativamente. Agora, existe uma concepção complicada que é: ninguém pode fazer crítica interna porque isso ataca o projeto de comunicação pública.

(pausa – terceira parte da entrevista – novo time code)

P: Não é exatamente esse o foco, mas a questão daí é o resultado disso tudo que a gente está começando. De bastidores, orçamento, estruturas, redefinição, conceito, na questão da proposta, do que é produzido, do resultado, e aí eu sei que é uma avaliação meio pessoal. A avaliação do Jonas sobre o que é produzido na EBC. Não sei se você consegue abarcar rádio, mas pelo menos a TV Brasil onde você atuou. Avaliação jornalística, tá?

R: Eu acho que tem muita coisa interessante que o jornalismo da empresa faz. Muitas coberturas que ninguém mais faz. Nós temos programas de grandes reportagens. O Caminhos da Reportagem é um programa muito bacana. Acho que, por exemplo, nos programas de debate, a gente ainda padece. Tem muita crítica ao espaço público que, enfim, esse negócio de “traz o jornalista de esquerda”. O Paulo Moreira Leite é muito ruim de TV, apesar de ser um puto jornalista. Acho que o meu debate é assim: eu acho que o problema central hoje da EBC é que não há compreensão política sobre a importância dela. Isso que traduz em falta de orçamento. Mas, mesmo com orçamento que a gente já tem, dava para fazer coisa diferente. Exemplo, não faz o menor sentido do [telejornal] Repórter Brasil noite ter uma hora. Todo mundo sabe. Isso é motivo de piada generalizada. Piada. As pessoas falam. Nem as pessoas que trabalham lá conseguem assistir uma hora de telejornal. Isso não é dinheiro, isso é adesão política. O cara quer um telejornal que seja visto, ou não? Aí eu vou dar três milhões para o [programa] Observatório da Imprensa, ok. Eu quero dialogar com os programas que tem histórico para manter a audiência? Bacana. Quero continuar tendo o Observatório da Imprensa? Bacana. Aí eu vou

dar três milhões para fazer o Observatório da Imprensa e não tem dinheiro para viajar na agência? Eu falo: eu fiquei responsável por boa parte do material que foi produzido pelo Repórter Brasil pela série “Nos 50 anos da Ditadura”. Um monte de programa lindo do Silvio Tendler, de não sei o que lá, e não tinha dinheiro para o repórter ir para Goiânia. Goiânia! Então existe um complexo de vira lata. Como é que nós vamos ter audiência? “Ah, nós vamos chamar um cara foda, um Silvio Tendler, e ele vai fazer um produto foda. Nós vamos chamar o Paulo Moreira Leite e ele vai fazer um negócio foda”. Agora, essas coisas, não dá, você tem que ter o que um amigo meu chamava de indústria própria, você tem que criar *know how* de produção, você tem que investir nos seus programas para que eles sejam de qualidade. E aí tem uma coisa que não diz respeito ao jornalismo, mas, o sinal é um lixo! Tem muita gente que não assiste as nossas coisas porque não acha o sinal. Isso é uma coisa que não adianta você contratar 20 mil jornalistas, capacitar todo mundo. A gente fez belíssimas séries. Eu me orgulho de ter feito uma série sobre a Operação Condor, ganhamos prêmio. A EBC e a TV Brasil ganham prêmio todo dia. Aí o cara desliga, porque ele fica dois minutos com aquele sinal horrível, ele desliga.

Então, são esses aspectos da grana, da estrutura, eles são condicionados. Agora, eu acho que a gente podia fazer um jornalismo mais ousado. Aquilo que eu já falei, há um conjunto de produções interessantes, de pautas que ninguém, de movimentos sociais. Não só sociais, mas diversidade cultural, que eu acho bacanas. Acho que na cobertura da política a gente poderia ser muito mais ousado. Acho que na cobertura das polêmicas do momento a gente poderia ser muito mais ousado. Fazer bons programas sobre descriminalização do aborto, das drogas. E bem feitas, entendeu? Bem feitas. Acho que a gente precisa constituir, a empresa precisa constituir uma cultura de formação e inovação. Talvez uma medida interessante para isso tenha isso a criação – e eu sugiro que converse com a Joseti Marques [ouvidora da EBC] – ela está à frente do centro de pesquisa. Então, a EBC ia criar uma escola, e ela acabou criando um centro de pesquisa. Então, ela está pegando pessoas que são pesquisadoras dentro da casa para produzir pesquisa. Isso eu acho fenomenal. Inclusive, se eu fosse você, eu já me oferecia para ser pesquisador, acompanhante, qualquer coisa que seja. Nós precisamos juntar nossa turma. Não é tanta gente assim produzindo.

P: Essa pesquisa que eu estou fazendo hoje, é uma coisa que tinha que ser feita em Brasília, por exemplo. Não que seja impossível. Acho que, inclusive, dessa conversa a partir de hoje vai surgir alguma coisa... Valeu. Obrigado.

APÊNDICE C – Entrevista com Ricardo Melo – ex-diretor e ex-presidente EBC

Pergunta: Bem, são 15h28 do dia 4, sexta-feira, 4 de dezembro de 2015, começo uma entrevista com Ricardo Melo. Primeiramente, peço uma breve apresentação do senhor.

Resposta: Eu trabalhei na mídia impressa do país. Trabalhei na Folha, Estadão, Revista Exame, Diário de São Paulo, Valor Econômico. Na web, trabalhei no lançamento do jornal da Lilian Witte Fibe, do portal Terra. Na televisão, trabalhei como editor-chefe no Jornal da Band, no tempo do Paulo Henrique Amorim, trabalhei na Globo como editor-chefe do Jornal da Globo, no tempo da Lilian Witte Fibe e depois num breve espaço com Ana Paula Padrão – até ser chamado pela Lilian para ir ao portal Terra; e no SBT como chefe de redação. Depois do SBT, vim pra cá para ser diretor de jornalismo da EBC, cargo no qual estou desde fim de agosto [de 2015].

P: Esta pergunta, o pedido desta auto apresentação do senhor – vou chama-lo de senhor – é uma maneira de mostrá-lo ... A gente entende que isso é uma apresentação ao conselho, para o público, a visão para o mercado privado de quem é o Ricardo. Pergunto: o que o Ricardo Melo pode trazer, com a experiência extensa de jornalismo, para a EBC? Ou por que foi convocado para tal função?

R: Eu esqueci de dizer também que, além da Folha... Eu saí da Folha três vezes. Até assumir a EBC eu era colunista da editoria de Política da Folha. Escrevia toda segunda-feira e depois que vim para EBC deixei de escrever lá.

O que eu posso trazer pra EBC é mais ou menos o espírito que marca a atual gestão, cujo presidente é o Américo Martins, a diretoria-geral é o Asdrúbal Figueiró, ambos egressos da EBC, da Rede TV e tudo mais. Também no sentido de tentar trazer para a empresa uma visão de empresa pública competitiva, que faça diferença, tenha relevância e enfrente as outras emissoras que existem no Brasil, na área de Comunicação, com aquilo, com as armas que o mercado oferece para você utilizar

(3:52) Ou seja, não adianta nada a gente ter uma expectativa de fazer uma televisão de qualidade, com programas voltados para o cidadão, que tenha relevância social, que defina uma série de questões vinculadas aos direitos humanos, às questões fundamentais, se a gente não conseguir entrar nessa competição com as outras empresas.

Esta visão de competitividade, esta “agressividade” no bom sentido, seja a busca por um espaço dentro desse um universo que até hoje foi dominado por quatro ou cinco grandes grupos de comunicação, quatro ou cinco famílias, requer que a gente use também as armas de competição que os caras usam, sem rebaixar o nível e sem violentar os objetivos que uma empresa pública de comunicação tem que ter.

P: Ou seja, o objetivo número um é o Ibope?

R: Não...

P: É a maneira para se chegar...

R: Mas a gente precisa do Ibope!

P: Na sua avaliação?

R: De nada adianta fazer uma emissora pública de qualidade se ela não é vista por ninguém!

P: Exemplo da BBC de Londres: respeito, referência e índice de audiência...

R: E a BBC é a principal empresa. Agora, tem uma série de diferenças entre a EBC e a BBC. A começar pelo financiamento. A EBC, hoje, 90% é financiada pelo governo, embora ela seja regida por um estatuto e por uma lei de criação que coloca independência dela em relação... Quer dizer, ela não é uma empresa estatal. Ela não se pretende uma empresa estatal.

Agora, quando você tem um financiamento que depende quase que integralmente do governo, você fica engessado. A BBC, por exemplo, é diferente. Todo mundo que tem televisão no Reino Unido, na Grã-Bretanha, para uma taxa que reverte diretamente para a BBC. Ela tem uma independência financeira que permite a ela um grau de possibilidades muito maior que quando você depende do orçamento...

(6:10) P: Esta taxa naturalizou... Os britânicos lá...

R: Isso... Você tem televisão... Você paga. A lei que criou a EBC prevê também esta independência financeira ao criar um fundo... Não sei o nome do fundo, acho que é Fistel [Fundo de Fiscalização das Telecomunicações], onde toda empresa de comunicação faz um depósito que reverte diretamente para a EBC. Só que isso tá sub judge, ou seja, está embargada porque as empresas entraram com liminar, recorreram às instâncias judiciais. Então a gente tem muito dinheiro embargado pela Justiça. Então a gente não pode dispor deste dinheiro. Então, por exemplo, hoje o governo federal está enfrentando problemas graves com relação à orçamento, arrecadação, tudo mais. Então isso reverte, pra nós, também a necessidade de economizar, de fazer cortes, de se adequar à situação financeira do nosso patrão, entre aspas... Patrão no sentido financeiro.

(7:15") Então isso tudo prejudica o nosso plano de vôo! Eu quero fazer uma cobertura assim, uma cobertura assado, eu quero lançar novos programas, eu quero ampliar o alcance da TV Brasil, eu quero investir na rádio da EBC, constituir uma rede nacional, tudo mais, e fica limitado por estas restrições financeiras. Então, esta questão é meio crucial pra nós: achar meios de a EBC se auto sustentar, pra ela poder, inclusive, ter esta agressividade, essa competitividade, esse arrojo e esta ambição maior do ponto de vista na disputa com as outras redes que pertencem ao mercado, são frutos de grupo privado e tudo mais. Temos que levar em conta que isso existe. Bom, eu faço um programa maravilhoso! Quantos viram? O índice de audiência é um por cento, é um ponto do Ibope. É nada, enquanto a Globo tem 30, enquanto o SBT tem 18, a Record tem 20.

P: As ferramentas e as armas são as mesmas, é isso? É que o objetivo é diferente: vocês não querem chegar ao Ibope alto para terem retorno publicitário que é o objetivo natural da empresa privada?

R: Não, não, não! Queremos ter um Ibope alto pra difundir um certo tipo de comunicação. A comunicação pública, desimpedida, plural, crítica, que tenha uma preocupação fundamental com a cidadania, sabe, que não tenha rabo preso com nenhum grupo comercial, com nenhum grupo empresarial, tudo mais. Agora, pra isso a gente precisa ser visto porque senão perde o sentido! A comunicação pública onde o público não assiste? Ela perde o sentido de existir.

E todo o trabalho desta nova gestão é neste sentido: é priorizar o conteúdo, qualificar o conteúdo, fazer uma coisa realmente com padrão de excelência e fazer com que este conteúdo chegue a um

número maior de pessoas do que ele chegou até agora, nestes oito anos de existência da EBC. Nosso desafio é esse.

(9:35") P: Na sua prática é o que? Revisão de estratégias às vezes pontuais, em textos, em programação, em horário?

R: Em tudo, em tudo, em tudo.

P: De agosto até agora como está a sua avaliação?

R: A gente, por exemplo, tá modificando a grade de programação. A gente não vai ser uma emissora que só fale de jornalismo. Ou só de política. A gente quer ter uma grade de programação de empresa de televisão no Brasil. Que tenha programas de entretenimento, novelas, coluna boa de esportes e jornalismo forte, relevante, presente, atuante e que realmente seja um balizador para que a cidadania brasileira possa tramar suas decisões. A gente não quer orientar a decisão de ninguém. Mas dar elementos com os quais o cidadão possa se servir para poder tomar suas decisões. Além de prestar serviços.

P: Que é essa parte das agências... tá separada agora, não é?

R: Não, não. É da EBC. É tudo EBC. Ela não tá no jornalismo. Como ela tem suas especificidades, ela tem sua superintendência. Não chega a ser uma diretoria. Mas estão todas vinculadas. Diretoria geral. Participa de tudo. Então a gente quer ter uma grade competitiva. Uma grade que o cara olhe e fale "a novela da EBC é melhor do que a novela do globo".

P: Novela importada?

R: Não necessariamente. Pode ser importada. Ou não importada. Mas que dê uma mensagem para o cidadão que seja mais importante do que a novela da concorrência. Ter um telejornalismo que o cara possa usar como referência. Não um telejornalismo que só ouça um lado e se estiver aliado com A ou B ou C, só noticia A ou B ou C. A gente quer noticiar A, B e C. Falar de todo mundo. A gente não faz um jornalismo governamental. Para isso tem a NBR que também pertence a EBC, mas a NBR é uma instância da EBC que é voltada para fazer a comunicação do governo.

P: E você pontua isso claramente? Você chega na redação e fala: "oh pessoal...".

R: Sim. Claramente. Nosso telejornal fala de tudo desde que eu entrei aqui. Antes não era bem assim. A gente fala da operação lava jato, do impeachment, da ocupação das escolas em São Paulo. A gente fala da tragédia em Mariana. Ouve o governo, a empresa. Epidemia de dengue. A nossa preocupação não é agradar o governo, A, B ou C. A nossa preocupação é tentar chegar o mais próximo possível da verdade. Ou seja, mostrar todas as posições que influenciam e estão presentes em determinados fatos, eventos ou situações. Sem nenhuma preocupação de: "olha, o governo pode não gostar". Não. Não tem isso aqui. Na minha gestão, nessa nova gestão, pelo menos.

P: Tem uma situação que gera uma nova pergunta e que é uma conexão interessante. Porque até hoje ninguém sabe definir, nem os autores estrangeiros, nem os nacionais, o que é comunicação pública. Mas eu entendi que Ricardo Melo chega apresentando essa discussão: entendendo EBC como uma grade completa, rádio, TV...

R: Não é nem Ricardo Melo. É a nova geração da EBC.

P: É isso que estou dizendo. A nova geração do jornalismo. Não é especificamente só no jornalismo que você tá tratando. Você já tá tentando...

R: É. Eu cuido da parte do jornalismo. Mas a política dessa nova gestão é pensar isso. Pensar a TV como a televisão mesmo. Cujas diferenças com relação às outras você vai ver na diferença de conteúdo. Não de forma, necessariamente. Porque você precisa de uma forma atraente. Não adianta você ter o melhor conteúdo do mundo se você não tem uma forma atraente. E a televisão brasileira tem uma característica: é uma das melhores do mundo. A televisão enquanto forma. Não estou dizendo enquanto conteúdo delas. (Enquanto mídia, né?). É, enquanto mídia, ela está entre as quatro melhores televisões do mundo.

(13:47") E o público brasileiro está acostumado a um certo padrão televisivo, que não pode ser rebaixado sob o pretexto de que: "bom, mas nosso conteúdo é melhor. A gente é mais pobrinho, mas nosso conteúdo é melhor". Você precisa fazer uma coisa de qualidade, porque senão o cara não assiste. Porque na televisão, o cara precisa ver uma coisa bem feita, bem iluminada, boas cores, uma boa imagem. Tem esse público inteligente e isso interfere quando você passa uma mensagem pro cara. Então não adianta você fazer a melhor coisa do mundo se tá lá mal iluminado, a imagem tremida, você ter um cenário sem nenhuma criatividade. Não adianta. Você não vai conseguir atrair o telespectador. Então nosso desafio é esse: pegar o que tem de bom na televisão brasileira enquanto mídia e enquanto formato, e colocar um conteúdo de qualidade e voltado para a cidadania.

P: Isso que você falou complementa talvez a pergunta que ia fazer agora: eu não vou perguntar o que é comunicação. Eu vou perguntar o que é jornalismo público pra ti. Engloba também essa ideia de pensar visualidade ou tem mais alguma coisa que queira complementar sobre a sua ideia de jornalismo público. (só fazendo uma foto sua aqui. Pode falar, pode ir falando, porque eu preciso registrar...)

R: O jornalismo público, a característica que a gente deve ter é aquilo que eu falei. Ele deve ter alguns preceitos como: primeiro deve estar a serviço da cidadania. Estar a serviço dos direitos humanos. Lutar contra os preconceitos. Defender a igualdade social. Lutar contra a discriminação. Estes são os preceitos fundamentais que o jornalismo público deve perseguir. E não ser vinculado a nenhum interesse empresarial. Para ser um reflexo das demandas da sociedade. Isso aparece inclusive nas instâncias. Nós temos o Conselho Curador. Uma série de instâncias...

P: Quer dizer: a gente encontra isso na condição de estrutura legal da EBC, por exemplo?

R: Isso, isso. Está no estatuto de formação da EBC.

P: Isso não é utópico?

R: Não, não. Não é utópico. Isso são os preceitos. Ela tem que seguir isso todo o ano. Eu estou há pouco tempo, a três meses. Passou o ano você faz um balanço: como é que foi na sua cobertura da área de direitos humanos, cobertura na área de preconceito, discriminação, que tipo de serviço a gente prestou e tudo mais.

16:24". Agora, dentro destes preceitos a gente tem que ser informativo. Nós temos que informar as pessoas sobre aquilo que está acontecendo. Por exemplo, tem o desastre em Mariana? Nós temos que ir lá cobrir. Tem os atentados em Paris? Nós temos que ir lá cobrir. Porque isso é informação. E a gente trata sob uma ótica dos preceitos que estão previstos pelos direitos humanos e tal. Tem o período de impeachment? Nós temos que ir lá cobrir. Tem a operação Lava a Jato, escândalos de corrupção?

Nós temos que ir lá cobrir. Ou seja, nós não somos só uma televisão ou jornalismo de serviço do ponto de vista de...

P: Informativo, de publicizar...

R: Isso, nós somos também um jornalismo noticioso. Porque nós temos que competir. E essas questões de notícia são coisas que dizem respeito a cidadania. Os atentados em Paris dizem respeito a cidadania.

P: E aí me vem uma pergunta que eu tinha feito para Nereide e eu vou fazer para ti. Você que está há pouco tempo aqui, não se sinta às vezes constrangido. Estrutura jornalística da EBC, enquanto mão de obra, tecnologia. Principalmente mão de obra. Porque por sistema de concurso, assim Ricardo Melo, a direção escolhe isso ou não...

R: Uma parte é concurso.

P: Sim, eu ia perguntar dos comissionados também...

R: Uma parte é concurso. Isso faz parte da bandeira como foi criada a EBC. Porque na verdade ela foi criada em toda uma junção da Radiobrás, Roquete Pinto, não sei o que, coisa e tal... o concurso! Agora, ela tem 70%, 65% de pessoas concursadas. Outros 30% são cargos de provimentos que chamam, pessoas jurídicas que a gente contrata. Eu, por exemplo, não sou concursado. E outras tantas pessoas. O que eu acho é o seguinte: em termos de mão de obra, às vezes o concurso não consegue fornecer uma mão de obra com a expertise técnica que o jornalismo precisa ter. Agora, isso não implica que eles não possam vir a ter. Então, o que eu sempre defendi aqui é que a gente tem que fazer uma mescla, uma mistura. Pegar gente qualificada do mercado, tarimbada, que seja reconhecida, jornalistas reconhecidamente competentes, talentosos, investigativos e que tenham empatia com o público com as pessoas que estão aqui, e ir formando áreas do dia a dia. Até porque minha visão do jornalismo, eu acho faculdade de jornalismo uma perda de tempo.

P: Tá gravando.

R: Eu tô falando da faculdade de jornalismo. Mas é uma perda de tempo. Vocês que estão me ouvindo: é uma perda de tempo. Eu não fiz faculdade de jornalismo. O meu pai, que foi diretor da Última Hora, do Samuel Wainer, ele era responsável da Última Hora lá em São Paulo e ele tinha o segundo grau. E a maioria dos grandes jornalistas do Brasil nunca passou por uma faculdade de jornalismo. Eu acho que o cara fazer faculdade que dê para ele o mínimo de base, de conteúdo, em qualquer área que seja, se ele tiver aptidão jornalística, interesse, a técnica jornalística você aprende em dois dias. Não precisa ficar 4 anos. Você entende? Eu tenho diploma de segundo grau.

(21:20") Comecei a faculdade de economia na Universidade de São Paulo, fiz três anos, o curso tinha quatro, fiz três anos, e o resto do tempo eu ficava fazendo movimento estudantil porque era na época da ditadura militar. Eu entrei na faculdade em 1973. Aí fez, 73, 74 e 75, fiz o curso normalmente, mas aí me envolvi com movimento estudantil e comecei a fazer política estudantil. E não me formei. Não tenho diploma universitário. E te digo, não me fez nenhuma falta pra fazer jornalismo. Absolutamente nenhuma. Eu teria perdido quatro anos da minha vida se tivesse feito faculdade de jornalismo. Então o cara pode tranquilamente fazer faculdade de história, economia, medicina, direito e virar jornalista. Tanto que hoje, no Brasil, você não precisa de nada pra... hoje você não precisa [do diploma]. Eu não tinha MTB, registro de jornalista, até abril desse ano. Mas trabalhei nas principais

empresas de comunicação do país. “Mas ah... o cara não tem registro, mas o cara é um jornalista”, vai fazer o que? E é um jornalista competente, ele tem algo a oferecer, tem algo a contribuir nas empresas que trabalhei.

(21:53”) Então, eu sinto está falando isso para um professor de jornalismo, eu lamento o tempo que você perdeu estudando isso, lamento muito. Mas eu acho que você... eu ganhei muito mais fazendo... eu fiz militância política, estudantil e militância política partidária durante praticamente quinze anos, e eu aprendi muito mais do que se tivesse sentado em um banco de faculdade.

P: Mas pra essa nova geração hoje, você acha que é possível também?

R: Eu acho, eu acho. E pode fazer no máximo um ano. O cara fazer qualquer faculdade e depois faz um ano de habilitação técnica. Só para aprender o que é lead, a melhor maneira de fazer um título, como construir uma matéria, um curso de redação. Mas isso aí em seis meses, um ano no máximo ele precisa fazer. O resto você não precisa. Estudar semiótica? Para que você precisa de semiótica? Eu lhe pergunto. Pergunto para você. Agora eu estou entrevistando você. Para que você precisa de semiótica?

P: Não sei porque não dou aula de Semiótica... e tive dificuldade quando era estudante...

R: Não precisa, gente. Precisa saber história, saber escrever. Ser curioso. Precisa ser curioso, uma pessoa curiosa. Jornalista que não é curioso e não sabe escrever, não tem tendência para jornalismo. Precisa ler muito, saber escrever, ser curioso e ter o mínimo de conhecimentos gerais para não chamar o governador de senador, o prefeito de presidente, para saber mais ou menos quem são os principais grupos econômicos. Mas isso tudo se aprende. Então é isso. Agora, o cara que faz jornalismo, não é curioso, não sabe escrever direito e não tem paciência de às vezes ficar 48 horas acordado atrás de uma notícia? Não tem paciência de não ter horário pré-definido, não dá. Não dá. Não adianta. Pode formar em Harvard.

P: A gente fala isso para os alunos, é difícil. A gente passa às vezes noites dentro de uma Polícia Federal esperando um resultado. Já cansei de contar isso, e “pô, mas por que?”.

R: É isso. Se o cara não tiver essa disposição... nesse sentido, o jornalista é meio parecido com médico. Porque o médico está 24 horas à disposição. Não adianta você “ah, tô de plantão”, mas aí tem o incêndio da boate Kiss [tragédia em Santa Maria – RS]. Se você é jornalista, a primeira coisa que você vai fazer é ligar pra redação pra saber “vocês estão precisando de mim?”. (Você não vai dizer se vou ficar cinco horas e vou embora, né?). Foi como eu fiz. Eu não tava de plantão. Foi num domingo. Me ligaram as sete de manhã: “olha, teve um incêndio lá, morreram umas quinze pessoas”. Eu falei: pô. Eu comecei a pôr a roupa. Dali a meia hora: “já subiu pra 50”. E eu morava a 40 minutos do SBT lá em São Paulo. Cheguei lá às 9 horas da manhã e fiquei até meia noite. Na boa. E aquilo ali é uma coisa que, sabe, gratificante não, evidentemente não, pelas perdas, pela tragédia, que foi uma coisa terrível. Mas sabe, eu, poder tá exercendo minha missão jornalística de informar, colocar coisas no ar, acompanhar o sofrimento, a culpa. Cobriu o fato? Para mim, isso vale a pena. Eu não ia ficar lá olhando no relógio. Trouxemos dez horas de cobertura.

P: E trazendo essa experiência ou essa visão que você tem do jornalismo, para a EBC, de novo, pensando na questão dos profissionais que estão aqui, é possível? Você deixa isso muito claro para eles, ponderando isso?

(25:40") R: Claro, muito claro. Evidentemente, ninguém trabalha de graça, certo? A gente sabe que as pessoas têm contas pra pagar, têm família. Mas, o cara se ficar dez horas aqui ele vai acabar hora extra. Mas eu quero, se precisar, eu deixando muito claro pra todo mundo o seguinte: "se precisar você vai ter que ficar", você tem que tá disposto a ficar. Ninguém vai ficar atoa. Não adianta também você trazer um monte de gente quando tem um evento e as pessoas não terem o que fazer. Aí você começa a medir se o cara tem ou não aptidão pro negócio. Porque não adianta. Não tô pedindo pra ele trabalhar de graça dez horas. Muitas vezes na iniciativa privada você acaba trabalhando de graça. Aqui as pessoas têm direitos, são respeitadas, do ponto de vista profissional. É uma empresa onde os direitos dos trabalhadores são profundamente respeitados. Mas o cara tem que ter disponibilidade. Não pode chegar e "olha, passou a minha hora". Não, passou sua hora... passou a sua hora, mas tem lá o negócio de Paris. Nós vamos ter que ficar aqui até meia noite. Eu dou um conselho: quem não tiver esse tipo de disposição, abandone o jornalismo já. Saia da faculdade. Ou então vá fazer um outro tipo de jornalismo. Tem outros tipos de jornalismo.

P: Mas estamos falando da EBC em que a pessoa fez o concurso e está aqui. E aí? Eu sei que você está na função geral da direção e tem os supervisores. Alguém que fica lá na rádio, alguém que fica ali na TV. Já está pedindo, por exemplo, para dar essa perspectiva, entender quem são, quem não são?

R: Sim, sim. Eu acho que, tirando as exceções de praxe, que tem em qualquer imprensa, o material humano da EBC, tanto aquele já formado quanto aquele por formar, aquelas pessoas que ainda são jovens, são de primeiríssima qualidade. De primeiríssima qualidade. Eu não encontrei, em nenhum momento, nenhuma resistência, no curto espaço de tempo que estou aqui e nos eventos que houve... eu peguei aqui o negócio de Paris [atentado terrorista], aquele terremoto que teve no Chile, agora toda essa onda de Lava Jato, impeachment.

P: Na verdade você pegou tudo, incluindo agora o impeachment, a greve que acabou agora...

R: Mas a greve é um elemento à parte, faz parte dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Mas todas as vezes que as pessoas foram demandadas, elas responderam positivamente. Se não fizeram mais, é porque você tem limitações de formação. Pessoas mais experientes, menos experientes. Mas eu não encontrei nenhuma resistência de pedir para uma pessoa: "olha, vamos ter que ficar mais tempo aqui", vamos ter que não sei o que, coisa e tal, tal e coisa. Desde a parte operacional, editores de imagem, câmeras até a parte editorial propriamente dita, eu não tive nenhum problema com a relação a isso

P: Está satisfeito...

R: Nenhum problema.

P: Então uma pergunta que bate mais ou menos com o que você falou agora, essa questão da formação profissional, ou limitações por jovialidade. Há uma preocupação com formação complementar? Desde fonoaudiologia...

(29:02") R: Sim. A gente está um pouco amarrado em relação a isso. A gente prevê um orçamento com cursos de capacitação, formação, contato com nossa rede de emissoras. Só que, desde o tempo em que eu estou aqui, tudo isso você tem que levar em conta e dá um desconto pelo prazo que estou aqui. Então, você está com um problema financeiro grave e tudo isso demanda dinheiro.

Infelizmente, esse ano a gente não pôde cumprir com uma série de objetivos nessa área que a gente pensava em realizar, mas está previsto sempre isso no orçamento, na discussão dos objetivos do ano, nas metas a alcançar, incentivo de capacitação, de formação, de treinamento.

P: Você está falando de entender Internet, questão um pouco técnica, textos?

R: Tudo. A gente prevê cursos desse tipo. Mas eu não tive ainda a oportunidade de realizar nenhum deles. Porque realmente estamos em uma recessão orçamentária muito delicada. O nosso provedor, que é o Governo Federal, tem um buraco de 120 bilhões de reais. Nós não somos um Banco do Brasil, por exemplo. O Banco do Brasil é ligado ao governo, é maioria acionária do governo, mas ele gera lucro. Caixa Econômica, você entende. Mesmo a Petrobras, fora do escândalo da corrupção e outras empresas. A EBC não tem o apoio de receitas, então a gente fica meio amarrado. Então uma recessão orçamentária dessas é um negócio que pega na cara, pega na cara mesmo.

P: E aí tem essa questão também da EBC ainda ter esse percentual de comissionados. Assim, dá para perceber que é necessário. E eu não sei como funciona esse debate...

R: Tem um debate aqui dentro. Mas olha... de fixar um número de 70% de concursados e 30% de comissionados...

P: Mas está mais ou menos isso, não é isso?

R: Está mais ou menos isso. Ajeitar a 60 e alguma coisa...

P: Entendi. Definir um parâmetro?

R: Eu acho só o seguinte: a EBC não pode ficar limitada, em uma área de comunicação, em um parâmetro como Brasil, ela não pode ficar limitada e engessada a só trabalhar com concursado. Por exemplo, a maioria se faz com licitação. Mas eu não posso ficar licitando apresentador, por exemplo. E eu não vou licitar apresentador. Não vou licitar. Se tem pessoas no mercado que a gente pode trazer para o lado da comunicação pública, os caras conhecidos, que tem credibilidade de tomador público, eu não vou licitar ele. Não, não, eu não vou fazer isso, porque televisão tem suas especificidades. Não estou fazendo um concurso de encanador, ou de ter uma técnica específica, uma habilitação, bem definida, que não tem nada subjetivo, se é possível, você que sabe montar uma torneira. Pronto, aí eu posso fazer uma licitação: quem faz melhor e pelo menor preço. Agora televisão tem um elemento subjetivo. Se eu posso trazer um bom apresentador, ou um bom repórter. Um Caco Barcelos, por exemplo? Eu vou licitar o Caco Barcelos com um cara que saiu da faculdade, com o outro que passou no concurso? Não, eu não vou! Eu quero trazer!

(33:10") E as pessoas precisam entender e eu tive já uma discussão aqui em relação a isso, que pare de fazer separação entre concursado e não concursado. Concurado é melhor que o não concursado? Não! O interesse nosso, até para ampliar a penetração e a visibilidade da TV Brasil, da Rádio Nacional, da Agência Brasil e todos os órgãos que a EBC tem é trazer as melhores pessoas para o nosso lado. Se o cara quiser vir para cá, e evidentemente há um preço que a gente possa pagar e dentro das nossas limitações orçamentárias, nós vamos sair ganhando. E não só nós, é a direção que vai sair ganhando. E a emissora saindo ganhando, todas as pessoas que estão lá vão sair ganhando, é cada um, concursado ou não, que vai sair ganhando. Então não tem que ter essa diferenciação.

P: Trazer essa visão pessoal, não entender essa separação interna.

R: Isso. Não. Essa separação interna existe bem antes. Não fui eu que criei. E eu também não quero entrar nessa discussão.

P: Você quer diminuir, com certeza.

R: Eu quero é fazer o seguinte: eu quero é trazer as melhores pessoas para cá. Não quero ser obrigado a abrir mão de uma pessoa que poderia trazer uma puta contribuição para a empresa só porque preciso por concursado. Eu não quero ter esse dilema. Esse dilema não existe. Em comunicação e televisão não existe.

P: Eu inclusive perguntei isso porque tem alguns exemplos e aí volta a ideia de pensar essa questão de redes nacionais, constituir essa grande rede. Por exemplo, Tabatinga, que é o local mais distante, que praticamente todo mundo é comissionado. Mas, estava falando do sistema da fronteira, no meio da Amazônia, e eu acho que continuam ainda todos eles comissionados. Por que como você vai fazer um concurso ou deslocar lá? E aí eu imagino que seja isso porque a EBC também pensa em ampliar, criar novas redes, novas sedes, novas sucursais.

R: Sim. A gente tem hoje emissores próprias da EBC é Brasília, São Paulo, Rio (São Luiz) e Maranhão. Acabou. O resto tudo é parceria. Eu quero ampliar as praças próprias da EBC. Aprofundar as parcerias também. Quero ter mais visibilidade em São Paulo e no Rio, por exemplo, que é bastante reduzida e menor do que em Brasília. Então eu tenho planos de fazer disso realmente uma empresa de comunicação. Não uma estatal onde você tem um monte de concursado, um momento de gente, que faz coisas maravilhosas só que ninguém assiste e fica consumindo dinheiro do contribuinte. Não podemos fazer isso. Você entende? Eu tenho um compromisso. Cada centavo que tem aqui é um contribuinte que deu e eu tenho um compromisso com isso aí. E o que eu posso dar de retorno para ele é fazer uma emissora de qualidade e que ele possa assistir essa emissora de qualidade. Que saibam que ela existe, que presta um serviço de primeira, que tenha uma programação de utilidade pública, informativa e de entretenimento e isso é o meu compromisso.

(36:02) P: Última pergunta. A gente falou em rede de TV. Ainda assim tem uma constituição razoável e essa questão agora da busca pela constituição dessa rede de rádio. É possível, hoje, nos parâmetros, nas propostas? Porque teve aquela questão de um X reais que é passado se alguém produz algo. Eu lembro que tem uma questão assim, já funcionando em TV.

R: Rádio... a gente tem duas prioridades. Três prioridades, quer dizer: fortalecer a Agência Brasil, TV Brasil e Rádio. A gente quer criar uma rede de rádio nacional. A gente está investindo agora em termos de conteúdo e em termos de investimento para que criar uma rádio All News, uma rádio noticiosa, e cujo conteúdo se espalhe pelo Brasil inteiro. Seja através de parceria, seja através de emissores próprias. A gente tem algumas limitações que a gente tá procurando superar. Por exemplo, São Paulo a gente não tem rádio. A nossa rádio (a MEC, é AM) é a AM. É, tem a rádio MEC, mas que tem um certo foco. Mas a rádio mesmo, a rádio nacional é AM. Ninguém mais tem AM. É FM ou..., mas nem para aqueles rádios que você compra para o carro. Tem que ser FM. Então tem uma série de coisas que são herdadas do passado, da Radiobrás, Roquete Pinto, e não sei o que, coisa e tal, aquela coisa toda, que a gente está procurando superar. Mas a rádio, pra a gente, é estratégico. Porque a rádio é uma coisa que tem uma capilaridade e um poder de multiplicação. Na Amazônia...

P: Entendi. Eu digo isso porque a gente percebeu nos últimos anos, era meio lateral, um foco na TV Brasil...

R: Eu, por exemplo, sou um cara que sou de televisão atualmente, mas na minha casa, por exemplo, eu tenho um rádio no quarto, no banheiro, no meu escritório, na cozinha e sala. Porque eu adoro ouvir rádio.

P: Sem contar que quem mora em Brasília ouve muito rádio no carro, com certeza. Pegar um carro num trânsito desse de Brasília.

R: É uma mídia muito fácil. Diziam que o rádio ia acabar... agora tem o celular.... que o rádio ia acabar quando aparecesse a televisão. Muito pelo contrário. Pelo contrário.

P: Muitas rádios AM agora estão tendo espaço no celular...

R: E quando você para o carro você não pode ficar vendo televisão, certo?

R: Correto (risos). Obrigado pela entrevista.

APÊNDICE D – Entrevista com Tércio Luz e Renato Rocha Santos, chefe de redação e gerente de produção e reportagem da EBC São Paulo

Emerson: Ok. Gravando. Hoje é segunda feira, 18 de julho de 2016, agora 15h11m, e eu estou na sede da EBC São Paulo, na rua Mofarrej (nome complicado), número 1200, e eu estou com os dois responsáveis pelo jornalismo aqui, o Tércio e o Renato. Eu queria que vocês se apresentassem primeiro para mostrar que a gente está fazendo uma entrevista com os dois.

Tércio: Eu sou o Tércio Luz, sou o gerente de redação. Entrei na EBC em 2010, no final de 2010, em Brasília, na chefia de redação e fiquei um ano e meio. Depois fui transferido para São Paulo na mesma função de chefia de redação onde estou até hoje.

Renato: Eu sou o Renato Rocha, agora em agosto completo seis anos de casa. Entrei como um chefe de reportagem, pela ACERP, fui convidado para ser gerente de produção e reportagem e estou até hoje.

Emerson: Trabalhou sempre em São Paulo, Renato?

Renato: Sempre em São Paulo.

Emerson: Pessoal, primeira pergunta é sobre a estrutura da EBC para os jornalistas. A gente tem um número de quantos jornalistas na EBC em São Paulo trabalhando?

Tércio: Para atender as demandas que a gente tem hoje a equipe é, como eu diria, razoável. A gente precisa considerar que, como a EBC tem a matriz em Brasília e a programação feita principalmente com produtos gerados em Brasília, você minimiza o impacto de necessidade de cumprir a programação por São Paulo. Então São Paulo tem alguns programas, tem uma contribuição interessante. E para essa demanda funciona. Nós temos um jornal local que seria uma produção exclusiva nossa aqui. Temos o jornalismo, que tem meia hora de duração, no ar ao meio dia e meio. E esse jornal tem um ano e pouco. Uma experiência bem recente. Então, para uma emissora que já tem sete, oito anos de existência, há um ano ter um jornal local é um episódio inteiramente novo.

Emerson: só para ficar registrado então. Esse jornal local tem algum nome específico?

Tércio: Repórter São Paulo. Que é apresentado pela jornalista Márcia Dutra. E é um programa que a gente procura focar principalmente a cidade de São Paulo e a questão da inclusão, que a gente foca bastante. E como a TV aqui em São Paulo é uma TV aberto e UHF, não em VHF, isso limita de certa forma o nosso alcance. Esse é um dos desafios que a TV pública tem em São Paulo. A gente procurou cobrir a área mais metropolitana, ao invés de fazer um jornal estadual. Porque a gente não tem muita clareza de qual abrangência. Então nossos recursos foram canalizados mais para a cidade de São Paulo. O que não impede que a gente trate dos outros temas quando são relevantes, também estaduais. A TV pública, apesar dos recursos serem bem razoáveis, a gente tem algumas orientações em função da agilidade que normalmente uma emissora privada não tem. São recursos muitas vezes improvisados e de emergência. Talvez o Renato tenha condição de falar melhor do que isso. Mas, em emergências a gente tem certas desvantagens na mobilização da equipe, uma vez que tudo é preciso ser licitado. Você não tem uma verba extraordinária. Tudo precisa ser comprovado. Enfim, são desafios inerentes da forma como a TV pública está inserida e como foi possível ela ser inserida.

Emerson: disso você estão falando em projetos maiores, por exemplo. Não no dia a dia do jornalismo.

Tércio: mesmo no dia a dia do jornalismo também.

Renato: Sim. Eu entro nessa parte que o Tércio falou que é a dificuldade que nós temos. Uso um exemplo próximo aqui: se eu tenho um evento factual, um evento em Campinas, eu demando de um pedido de viagem, que é feito para o Departamento Responsável em Brasília. E isso daí tem que ser feito na verdade com uma certa antecedência. Que tem toda uma aprovação para fazer o repasse da viagem. Só que concorda que um factual não dá para você prever? Acontece e tem que mandar. A gente tem toda essa burocracia que acaba atrapalhando.

Tércio: E a comprovação de despesa que em uma emissora privada você tem a contabilidade muito mais ágil. A pessoa solta uma nota... (gravação interrompida)... você tem uma comprovação mais fácil, através de nota, recibo, enfim. Aqui esse procedimento é um pouco diferente. Mas, isso é um aspecto. O que não...

Renato: ...não inviabiliza.

Tércio: Definitivamente. A gente consegue superar essas dificuldades. Eu estou dando um exemplo de uma das diferenças possíveis.

Renato: Na verdade é um comparativo. Além do Repórter São Paulo, a gente também tem o Repórter Brasil Tarde, que é o Repórter que é o nacional apresentado no Rio de Janeiro na hora do almoço. E o RBN [Repórter Brasil Noite], que é o nosso nacional de Brasília. E nós temos o Fique Ligado que é o programa que é todo produzido aqui também e que é mais um perfil de uma revista eletrônica. Você pergunta do nosso efetivo aqui de São Paulo, eu não sei quantificar. Mas nós temos uma produção que é relativamente enxuta, já que ela trabalha com produtores para todos os programas, todos os produtos, todos os três jornais. É a mesma pauta. Nós temos editores que trabalham para o mesmo grupo.

Tércio: Tem um grupo que realiza pautas para os diversos telejornais, você não tem uma produção exclusiva. E nós estamos com dez equipes de externa. Só que dessas dez equipes de externa, efetivamente disponíveis para o hard News, quer dizer, para a cobertura dos telejornais a gente tem entre seis e sete. Porque você sempre tem uma disponível para os programas jornalísticos. Uma disponível para NBR, que é a empresa prestadora de serviço da EBC. E você tem também a produção que é aqui em São Paulo. Eventualmente pede socorro para o jornalismo para poder fazer demandas que muitas das vezes programas que não são jornalísticos pedem. E a gente procura conciliar isso tudo. Então não é uma equipe pequena se a gente pensar nas demandas que a gente tem hoje. Mas em termos de potencial ela está limitada pro crescimento, porque uma cidade como São Paulo, extremamente complexa, você dependendo da sua proposta de abrangência de pauta você fica limitado. Nós temos também uma unidade de *uplink*, satélite, que você pode conectar em São Paulo (móvel), compartilhada com Brasília e Rio, mas que a gente tem condição e tem sido usada com certa frequência, o que aparentemente dá uma boa mobilidade pra gente. Mas, como São Paulo é uma cidade que tem muitos prédios, você tem pontos – buracos negros, vamos dizer assim – em que mesmo você tentando direcionar para o satélite os prédios impedem. Então, você tem locais que precisaria estar ao vivo, você tem um equipamento de satélite, mas fica impedido de fazer porque fica três quadras

o local onde você enxerga o satélite, por exemplo. E para isso ser solucionado precisaria de tecnologia um pouco mais moderna, que hoje já é disponível, embora ainda não muito eficaz, como multilinks, motolinks, que são recursos importantes. Outro recurso que eu acho que seria importante, que no futuro a TV tivesse e embora não seja prioridade nesse momento, é uma mobilidade maior na cobertura aérea. Porque a cobertura aérea em uma cidade como São Paulo, o deslocamento para você ter efetividade, você precisaria de um helicóptero. Então muitas das nossas coberturas são inviáveis por causa do acesso não poder ser feito.

Emerson: Imagina que vocês colocam todo ano a previsão orçamentária, e todo ano, “não, não passar”. Vocês pedem?

Tércio: Já me disseram que isso aqui já foi tentado algumas vezes e como existem várias demandas, existem outras prioridades para a TV pública, com certeza, uma delas é eu acho que é a questão do sinal. Hoje a emissora ainda não transmite em HD, isso está sendo colocado aos poucos, porque tem um investimento a ser feito e é caro. E hoje nós estamos vivendo um momento difícil, particularmente difícil.

Emerson: Essas parcerias que ocorrem com conexões São Paulo, Rio e Brasília, aqui vocês tem parceiros no interior, por exemplo?

Tércio: Tem. Isso aí quem poderia falar melhor é o Garceso e o Davi Olinares. São os caras responsáveis.

Renato: Nós temos parceiros. Parceiros do dia a dia.

Tércio: É. Eles fazem a parte da rede. Especialmente do Brasil inteiro, mas aqui em São Paulo a gente, através deles, estabelece contatos com o jornalismo. Então não tem contribuição não, isso é Unesp. Unesp de Bauru e outras que tem participado inclusive com boas reportagens que a gente troca com eles.

Emerson: Material fechado.

Tércio: Exatamente. As vezes sugere, acata sugestões quando eles podem, porque eles também têm limitações, mas a gente tem feito boas parcerias.

Emerson: Essa estrutura que eu estou vendo aí, a redação bastante enxuta e aqui a parte da televisão, a gente tem hoje pauteiros, editores, cada um na sua respectiva função.

Tércio: Sim, isso tem.

Emerson: Outra coisa também que o pessoal sempre pergunta sobre a questão de concursados e FCs, como que funciona? Tem esse índice?

Tércio: Tem sim. Aqui temos três gerentes que são Lei de Provisão. É o Florestan, eu e o Renato, no jornalismo. Nós temos coordenador, temos uma coordenação de edição de texto, que é a Priscila. Esses não são do quadro. E temos uma coordenação de edição de programas que é da Bianca Vasconcelos. Esses não são do quadro. Os outros coordenadores todos são. Nós temos coordenador de edição, o Álvaro. Coordenador de cinegrafia, o Décio. Temos o coordenador de pauta que é o Guilherme. E o coordenador André que não é do quadro, é da agência. Todo o desafio nosso realmente foi que a chegada dos concursados, que se deu há dois, três anos, foi feita de uma maneira muito impactante, eu diria.

Renato: pra não falar traumatizante.

Tércio: A substituição dos funcionários contratados provisoriamente se deu de uma maneira muito rápida. Por causa de prazo e etc. E então você enfrentou o seguinte desafio: como o concurso ele foi muito genérico, ele não fez uma previsão de que você teria profissionais para a televisão, com especialização em televisão, profissionais da rádio, profissionais para a agência, a pessoa não fazia escolha. À medida em que as pessoas iam chegando, os currículos iam sendo analisados rapidamente, a experiência prévia de cada pessoa e a gente fazia uma análise grosseira aqui em São Paulo, eu poderia dizer que 90% dos profissionais que vieram trabalhar em televisão, 90 ou mais não tinham experiência anterior em televisão. Então, você substitui praticamente toda uma redação no prazo de um ano com profissionais que nunca exerceram a função. Então, você tinha que fazer assim: igual um técnico de futebol chega num time e não sabe quem é jogador, se já foi goleiro ou se não foi, se já foi zagueiro ou se não foi...

Renato: E isso para todas as tarefas. Para pauteiro, repórter...

Tércio: Você tinha que identificar rapidamente se a pessoa tinha alguma capacidade para ser repórter, se ele tinha vontade. E isso é um desafio interessante, é desafiador. Mas teve um impacto muito grande na cultura, no processamento da construção. Acho que esse processo poderia ter sido mais eficaz. Essa é uma crítica que eu faço do processo todo. E hoje, olhando para trás...

Emerson: porque, se não me engano, só tem uma pessoa com rádio, por exemplo aqui, não é isso?

Tércio: Mas, isso é porque aqui em São Paulo não tem rádio. Nem tinha antes. Que é a Katia, né? A Katia que estava em Brasília e foi transferida para cá.

Emerson: esse concurso em 2011 era amplo mesmo, né? Era para jornalista!

Tércio: Jornalista!

Renato: Mas, não tinha especificações. De experiência e tanto tempo em tal área.

Tércio: É. Porque você imagina, as pessoas chegaram, sem... digamos, embora a empresa tenha se esforçado, diretoria e todos os gerentes, para acolher, e transferir ao máximo de conhecimento, leva um tempo, uma maturação que não é fácil. E olhando para trás, eu acho que a gente conseguiu fazer uma evolução boa. Tem bons profissionais. Pessoas que se deram bem com o veículo. Um ou outro que tem um pouco mais de dificuldade e até não desenvolveu o interesse. Mas, nada que seja assim tão traumático. Eu acho que a gente conseguiu superar bem.

Emerson: É possível realocar? Por exemplo, um jornalista de Brasília para cá.

Tércio: Isso é possível sim, mas demanda autorização. Primeiro, precisa existir a vaga no local em que a pessoa quer e essa autorização precisa ser dos dois comandos. Tanto de Brasília como de São Paulo, por exemplo. Aconteceu muito isso aqui em São Paulo. Porque muita gente que veio para São Paulo, que passou no concurso e veio para cá, muitos eram do Rio. Porque como a TVE do Rio é que mobilizou muita gente interessada no concurso, muitos passaram e vieram para cá primeiro, com a intenção de voltar para lá. E a empresa teve que criar uma coisa que estava prevista no processo, um modelo de transferência. E isso impactou também com a gente. Porque o profissional muitas vezes ficava três, quatro meses com a gente, começava a engatar o processo de conhecimento do trabalho, e era transferido para o Rio. E a gente recebia um outro completamente sem experiência. São Paulo acabou sendo uma escola para muitos.

Emerson: falando em concurso preparatório, essa preocupação de complementariedade, talvez um trabalho complementar. Não sei se vocês fazem curso...

Tércio: Teve uma parte de educação corporativa mais atuante há um tempo atrás. A gente fez, aqui mesmo. A Bianca Vasconcelos fez com o Décio, uma espécie de workshop, foram até remunerados para isso. E convidamos os funcionários todos para entender como é que se faz reportagem, como é que edita e também chamamos um cinegrafista do Rio para dar uma aula para poder tentar criar um mínimo padrão. Porque como são escolas diferentes, os que conheciam o produto vieram de agência de publicidade, alguns de televisões, mas boa parte dos técnicos que eu estou falando, não dos jornalistas, tinham experiências diversas, era necessário fazer uma aproximação dos conhecimentos para que a gente tivesse algum padrão. Senão a conversa não ia fluir.

Emerson: Tércio, duas perguntas, uma específica. Falei com o Jonas Valente também lá em Brasília, e ele também é licenciado da EBC, está no sindicato, vocês conhecem...

Tércio: Ele trabalhou comigo lá...

Emerson: o sindicato lá acaba se responsabilizando pelos funcionários jornalistas da EBC na rede, imagino, foi o que eu entendi. E aí eu pergunto sobre essa questão de diferenciação de carga horária, a gente sabe que tem uma padronização salarial que são realidades distintas do Rio, Brasília, São Paulo. Como é que funciona esse relacionamento? De carga horária, questão sindical?

Tércio: Esse é um nó que acho que você vai ter que rapidamente buscar uma alternativa, porque não é possível você conseguir satisfação do funcionário se ele não tem uma perspectiva não só de melhoria, e também de entender que determinadas funções que exigem maior responsabilidade vão ser melhor remuneradas. Então, por que que a pessoa vai querer ser repórter? Por que que a pessoa vai querer ser editor? Por que vai querer ser pauteiro? Por que que vai querer ser produtor? Qual é a característica? O que vai atrair? Existe a possibilidade de uma pessoa exercer função de responsabilidade em um jornal ou como um editor executivo ou como um editor chefe sem receber algo que justifique essa responsabilidade? E isso não está claramente previsto. Atualmente não é previsto. Você cria circunstâncias para poder contornar isso através das funções que tem de coordenação, gerência, então você empresta a pessoa que tem uma remuneração um pouco maior, uma responsabilidade maior. Mas como os cargos são limitados e a quantidade que não justifica a necessidade, você as vezes coloca uma pessoa para responder por determinada responsabilidade, mas o salário acaba não acompanhando.

Emerson: São seis horas aqui?

Renato: São sete horas. Aqui em São Paulo.

Tércio: E isso também veio com outra questão que é legal, né? Quem trabalha sete horas precisa fazer o intervalo de uma hora. E isso é um nó. Porque, como fazer esse intervalo? Quem tá trabalhando na externa, tem que voltar aqui para fazer o intervalo? Pode fazer lá? Em que circunstâncias isso acontece? Isso é negociado com o chefe? Então você cria circunstâncias que podem prejudicar o relacionamento chefia e funcionário.

Renato: E essa questão da interjornada, a gente já está a mais de um ano com a interjornada e é diário isso. Você tem uma pauta que ele está no extremo sul de São Paulo, no meio do mato, o quê que a gente faz?

Tércio: Não come, não faz nada?

Renato: E se não tem restaurante? Tudo é negociado. Você tem que negociar com a equipe o quê que é melhor para a equipe e também para a produção. É uma briga diária. Briga no bom sentido. Tem que estar bom para ambas as partes. O jargão.

Emerson: Até isso na pauta vocês já estão prevendo?

Renato: Sim, há um certo acordo, meio velado. Feito entre as partes para tentar contornar isso. Mas sempre fica à mercê da legislação. Um ou outro lá vai estar errado e vai gerar...

Emerson: Eu, por exemplo, no Paraná, apesar de estar transitando entre São Paulo e Rio, e lá por exemplo são cinco horas e um piso de quase três mil reais. São R\$2960. Então assim, a gente fala que o concurso é um salário baixo, né? Para a realidade da EBC, do trabalho em São Paulo, Rio e Brasília, é um valor baixo.

Tércio: Com certeza.

Emerson: E aí como é que funciona essa questão de pessoas que desistem. Pela convocação, o índice é alto...

Tércio: A questão é que, infelizmente, nossa profissão está em crise, né? Os salários pagos aqui na EBC, embora possam ser considerados baixos, quando você tem a prorrogação da jornada ele tem um acréscimo de 70% quando você ganha mais duas horas. E isso já cria um atrativo diferente. Nós tivemos nesse período talvez umas três desistências. Não mais.

Renato: Eu acho que até menos.

Tércio: Um menino que começou e era do interior e voltou. (Renato: que até era da UNESP, se não me engano). E uma menina que recentemente passou em um outro concurso. Duas né?

Renato: É. A Fabrícia...

Tércio: E a Barbara.

Renato: É.

Tércio: Foram 3.

Emerson: Está baixo mesmo. Bem baixo.

Renato: Na verdade foram trocas, né?

Tércio: O nosso mercado não está bom. Um repórter iniciando na Globo ganha menos.

Emerson: Sim, com certeza.

Renato: Na Globo, R\$ 3.400.

Emerson: Exatamente.

Tércio: E já vi salário de 2.500 para a produção.

Emerson: Outra pergunta específica é o seguinte: já que a gente está falando de qualidade de trabalho, há um certo acompanhamento, por exemplo, se o pessoal que está trabalhando tem um certo respaldo da direção em termos de "olha, não dá...", enfim, a questão psicológica. Eu não sei se a gente tem um certo stress aqui, porque eu Brasília é muito evidente, conversando com o pessoal.

Renato: Insatisfação?

Emerson: É, insatisfação. Ao ponto de ter essa questão do stress ser muito comentado. Dos levantamentos que a gente fez, aparece muito.

Tércio: Sempre vai ter, né? Eu acho que a relação do jornalismo você tem ambientes de todo tipo. Mas, hoje com a situação no país, o jornalismo tem uma espécie de antena pra isso, a relação entre poder interno de uma redação é extremamente complexa. Então se você fizer pergunta para todo subordinado, a maioria não vai gostar do chefe. Nunca. Eu acho que existe uma questão de conjuntura na EBC. Eu peguei a construção do manual de jornalismo quando entrou o grupo novo de funcionários, foi na transição. E havia um interesse em se ouvir mais as pessoas. Estavam iniciando isso, bem tímido. E a sensação hoje que a gente tem é que ele foi atropelado por toda conjuntura política que a gente está vivendo. Então, eu acho que o primeiro passo é tentar resgatar isso de novo. Esse canal de conversação com o alto comando, gerente, coordenadores, tudo. Um todo. Esse processo precisa ser repensado. Eu acho que enquanto a gente tiver essa experiência dessa insegurança que a gente tá experimentando pelas circunstâncias políticas do país, esse avanço vai ser mais tímido, embora também ele possa oferecer oportunidade e está oferecendo para que as pessoas questionem algumas práticas. Os profissionais do quadro estão tendo a oportunidade de se manifestar e serem ouvidos mais do que em outros tempos. Vamos ver até onde isso vai dar. Mas eu acho que esse coquetel não estava previsto. Se a gente não tivesse tido esse processo e embate político desde o encadeamento do impeachment, eu acho que a gente teria uma realidade bem diferente hoje.

Emerson: E aí me vem a última pergunta. Exatamente pegando essa questão da situação atual, como é que fica a produção de jornalismo da EBC em um ambiente desses?

Tércio: O jornalismo da EBC claramente é um jornalismo que quando eu entrei você tinha apenas um espaço para opinião. Que era do Luiz Nassif, que fazia o comentário econômico. Eu sempre percebi uma certa, não vou dizer a palavra ambição, mas uma certa preocupação em manifestar uma opinião. A opinião você dava na linha editorial pela pauta. Os temas que você interessa, qual é a nossa linha de abordagem sobre a realidade brasileira. Mas nunca a opinião. E nos últimos tempos isso foi cedendo espaço com a chegada do Paulo Moreira Leite. Mais recentemente todo o episódio que levou ao processo de afastamento da presidente, com auge nas próprias manifestações e tudo mais. Teve um espaço maior para que as opiniões se manifestassem. Então, não é que agora está se recuando não. Acho que na verdade voltou a ser o que era antes com menos ainda porque você não tem o Nassif que naquele momento exercia um papel de fazer entender um pouco as questões da economia sob o ponto de vista de quem tem uma bagagem como ele tem e que tem uma determinada visão do quadro político.

Emerson: Você tá dizendo o seguinte, tinha um programa, chegou a ampliar, e agora está retrocedendo. É isso?

Tércio: Não, não chega a retroceder. Eu estou falando em relação a opinião. Isso pode ou não ser bom. Não estou fazendo nenhum juízo de valor. Apenas registrando que isso ocorreu. Foi um movimento que ocorreu. Poderia ter aprofundado e hoje a gente tem a questão da opinião que eu acho que é algo que precisa ser superado mesmo. Você tem que adotar opinião, na minha visão, tem que ter opinião. Só que é algo que é visto com muito risco, muita cautela. Porque como é uma TV pública você tem envolvido os diversos lados. Você tem que ter opiniões diversas. A sociedade precisa se manifestar de alguma maneira e ela não é uniforme, né? Ela tem particularidades distintas, né?

Renato: Eu acho que é isso mesmo, acho que toda essa situação que nós estamos passando no país acaba refletindo aqui, com certeza, até na questão dos ânimos, não que estejam exaltados,

mas acaba refletindo sim, de alguma forma, negativa. A gente tem sentido isso na qualidade do trabalho também. Acho que a produção sentiu bastante isso daí. E é claro que toda essa movimentação que tem acontecido na TV e essa incerteza na direção, todas essas mudanças que nós estamos passando, a gente tem acompanhando de perto e, talvez, pior do que saber uma má notícia é você não saber o que vai acontecer. Que é o que a gente está passando. Tanto do país quanto aqui dentro da TV.

Tércio: Esse impacto de planejamento, né? Dá uma ideia de indefinição que não é saldável no nosso negócio, que é um negócio que precisa ter planejamento, uma expectativa e um alvo claro, mas essas são as circunstâncias. E eu acho que a equipe aqui de São Paulo eu diria que é a que sofreu menos impacto nesse aspecto. É a equipe que mantém a mesma estrutura, que está mais integrada, e a gente tem buscado manter a mesma linha de abordagem nossa em termos de jornalismo. No que é jornal local não houve nenhuma mudança. Nas pautas propostas para Brasília continuamos fazendo o mesmo enfoque. Claro, nós não temos controle editorial sobre os telejornais que são fechados em Brasília. Mas, o material que a gente manda, o material que a gente produz, não houve nenhuma mudança.

Emerson: O material final. Ele não vai passar depois por nenhuma mudança?

Tércio: É. A gente manda e quem escolhe é o editor chefe que está em Brasília, é o editor chefe que está no Rio, que são os telejornais de rede que são feitos lá.

Renato: Não passamos por nenhuma censura.

Tércio: Não, não houve nenhuma abordagem “olha, nós vamos mudar nossa pauta em função...”, nada.

Renato: Manifestações, atos, todos possíveis e imagináveis, nós acompanhamos dentro das nossas condições. Não deixamos de mostrar nada. E eu acho que o bom disso é que a gente não teve a intervenção de “agora é A ou agora é B”, não teve isso.

Emerson: Inclusive o Ibope, né? A gente sabe que, o meu objetivo nunca é IBOPE, mas assim, subiu relativamente pouco em São Paulo também, né?

Tércio: É, o debate acaba sendo muitas das vezes desagradável para nós, porque há uma ideia manipulada sobre a TV pública, principalmente nos meios de comunicação tradicionais, que enfim, não têm interesse que a TV pública avance ou a empresa pública avance. Mesmo assim isso trouxe um contingente de pessoas com curiosidade sobre o quê que é isso, né? Como é que funciona? É claro que em um ambiente como a gente está vivendo, cheio de preconceitos, ou você está de um lado ou de outro, aquela história toda, isso fica um pouco pasteurizado. Mas eu acho que é também uma oportunidade para estar debatendo isso. Embora o ambiente não seja o mais agradável.

Emerson: Gente, eu agradeço demais. Vou pedir para vocês deixarem email. Obrigado.

APÊNDICE E – Depoimento de Guillermo Orozco Gómez

Depoimento Orozco Gómez para a pesquisa – dia 6.9.2016, depois da abertura do Intercom 2016 (ECA-USP)

Pergunta: Bom dia. Sou Emerson Dias, professor da UEL, no Paraná, e também doutorando em Comunicação na UERJ. Professor, o senhor tem trabalhos e artigos sobre Televisão Pública. Em um livro organizado por Omar Rincón (2002), o senhor tem um artigo importante ali que fala exatamente sobre esta preocupação com a audiência, a televidência na Televisão Pública. Eu pergunto se este espaço da televisão pública não seria talvez um dos locais para experimentos dos direitos ou para iniciativas destes direitos que o senhor propõe? E também complemento a pergunta tratando das ameaças políticas que a televisão pública vem sofrendo na América Latina. O Brasil enfrentou isso agora recentemente, aliás, esta semana [extinção do Conselho Curador da EBC por meio de MP do governo Temer]. Eu gostaria que o senhor comentasse sobre isso, por favor.

Orozco: Que bom que menciona a televisão pública. Eu começaria a questionar se na América Latina temos televisão pública. Temos televisão governamental, estatal, temos uma televisão diferente mas não necessariamente pública. Um exemplo que vale a pena seguir é da televisão espanhola. Espero que ela se recomponha e que possamos seguir com uma televisão que foi muito criativa em formatos. Que foi muito livre ou mais livre, pelo menos, que a televisão comercial para a informação e para os pontos de vista nas discussões. Bem, isso muito distante daqui, igual a BBC de Londres, que são duas referências importantes da televisão pública. Creio que na América latina, a televisão pública está muito vigiada. No México, eu creio que a televisão pública não tem liberdade para dizer o que realmente se quer dizer. Incluo a Televisão Pública Nacional como o Canal 22 e o Canal 11, que tem feito muitas coisas boas, tem programação excelente, incluindo ficção, mas que em termos de notícias, de informação se veem dando um passo adiante como na televisão comercial mas não conseguem dar um passo completo, quero dizer que estão vigiadas. Há uma pressão muito forte do Estado mexicano para a informação e a opinião, sobretudo na televisão pública. Mas, ainda assim tem alguns espaços. Eu creio, por exemplo, há uma grande esperança na Colômbia.

Estive lá na semana passada e neste momento que retorna a paz, mesmo que seja somente um decreto, há um grande espírito, uma grande esperança. Eu senti, e todos os colegas sentimos, que se respirava um momento diferente. E lá estão modificando a televisão pública. Por exemplo, o canal público da cidade de Bogotá, um canal para 8 milhões de colombianos, mudou de diretor e este novo diretor tem, me parece, um projeto revolucionário. Quero dizer que ele quer fazer uma televisão pública para Bogotá. E quis ter uma equipe de defensores de audiência para que o acompanhasse e contratou colegas comunicadores e educadores de la Javeriana de Bogotá [Pontificia Universidad Javeriana de la Compañía de Jesús] para fazer um acompanhamento permanente do que está passando no canal público e entre a televisão pública e os bogotanos. Eu tive a sorte, o privilégio de estar na primeira reunião com o pessoal do canal e os defensores para ver como estavam trabalhando. Bom, os defensores inventaram toda uma tipologia de observação e é realmente assim como um sonho transformado em realidade.

Como eu que estou trabalhando em defensorias para uma boa televisão, ali eu vi pela primeira vez que é possível realizar quando se juntam vontades e quando há um espaço minimamente democrático para levar a cabo um projeto. É isto que teríamos que estar multiplicando na América latina. Na Colômbia está ressurgindo, renascendo, reinventando a televisão pública.

Também estive na cidade de Cali, e lá os dois canais públicos, um de toda a zona de Calca que é uma região muito perigosa, e outra na cidade de Cali que tem um novo diretor e uma nova equipe de trabalho e estão começando a fazer coisas muito importantes com pouco. E o mais importante é aproximar a audiência da televisão e dar espaço à audiência para que fale com a outra audiência. Dentro dos limites, estão sendo muito criativos.

Assim, se requer um ambiente mínimo político externo que permita reinventar a televisão pública na América Latina e isso é uma meta muito importante. (Fim TC - 01:08:40)

APÊNDICE F – Entrevista por e-mail com Nereide Beirão (já como ex-diretora)



Emerson Dias <emerson.dias@gmail.com>

Contato do prof. Emerson - UERJ

Em 23 de dezembro de 2015 00:32, Emerson Dias <emerson.dias@gmail.com> escreveu:

Nereide, boa noite!

Espero que esteja tudo bem contigo neste fim de ano.

Envio mensagem para dizer que voltei a Brasília para entrevistar o Ricardo Melo duas semanas atrás. Reforço que vossa entrevista concedida em junho continua sendo extremamente importante em nossas pesquisas e também na minha tese. Por isso, peço também por meio deste e-mail vossa colaboração em duas coisas:

- Responder o questionário padrão que havia lhe apresentado (pesquisa envolvendo 70 países).
- Responder virtualmente duas perguntas para complementar a entrevista que me concedeste em junho.

Se sim, deixo já as questões a serem respondidas.

1- Poderia narrar como foi vossa saída do cargo de chefia do Jornalismo da EBC?

2- Agora observando de fora: como vê ou analisa os caminhos da comunicação pública no Brasil por meio da EBC?

Sobre o questionário, segue o link:

<https://docs.google.com/forms/d/1dKSdCqvSLLwLBEpTRbtfeljMk8l7xshgwFI4serP70g/viewform>

Gostaria que preenchesse de acordo com a função que exercia na EBC. Destaco que vai aparecer quase no final do questionário o pedido de um código, O vosso é 651 (preencher apenas os 3 dígitos no campo "Código do Entrevistado (T1)". Já o código do entrevistador (que sou eu), pode deixar em branco, ok? faça com calma porque quando começar, tem que ir até o fim (sistema não salva parcial). Depois de preencher, será um questionário criptografado (vai embaralhar a identificação dos códigos).

Desculpe enviar esta mensagem às vésperas das festas de fim de ano, mas considero pertinente voltar a conversar contigo e ter vossa visão do desligamento da EBC e também vossas observações sobre o futuro da Empresa.

Desejo um ótimo Natal e um ótimo ano novo!

Abraço do prof. Emerson Dias e da profa. Sonia Virgínia Moreira (orientadora e coordenadora).

====

Nereide Beirão <nereidebeirao@gmail.com> 30 de dezembro de 2015 17:42

Para: Emerson Dias emerson.dias@gmail.com

Boa tarde professor Emerson,

1- Saí no dia 26 de agosto, depois da nomeação do Américo Martins como novo presidente da EBC. Não houve uma explicação ou justificativa para a minha saída, a não ser a de que eu iria ser substituída pelo Ricardo Melo, da Folha de São Paulo. Américo e o novo ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência fizeram grandes mudanças na gestão da

empresa. Trocaram todos os antigos diretores da EBC e alguns superintendentes. A única diretora da antiga gestão, a da produção, era interina até fevereiro de 2015. Ela foi confirmada no cargo após a posse do Américo Martins, como diretor-geral.

2- Acho que a EBC desempenha um papel importante na comunicação pública. Conseguiu, apesar de todas as dificuldades, construir uma rede nacional de televisão com empresas e fundações estaduais, tem uma boa produção de conteúdo, mantém rádios históricas, uma agência de notícia pública e gratuita e um portal. Produziu o seu Manual de Jornalismo, com valores, princípios e regras da comunicação pública e, em um momento crítico do jornalismo brasileiro, acredito que consegue ser uma alternativa de informação correta e sem manipulação. Mas a luta da comunicação pública no Brasil não é fácil. A empresa é relativamente nova, tem apenas oito anos e sofre com a pequena divulgação, com falhas na qualidade técnica, com poucos investimentos em tecnologia e na comunicação virtual, com o ainda pequeno alcance dos seus sinais de TV e rádio, e com o preconceito de parte do público por ela ser pública. O "não vi e não gostei". Até parte do governo federal não apoia ou respeita a empresa.

Respondi o questionário com a data de agosto, como se ainda estivesse no cargo. Não sei se ficaram registradas as minhas respostas. Caso o questionário não tenha sido registrado ou se for necessário algum novo esclarecimento sobre as questões acima, estou à disposição.

Ótimo 2016 e felicidades para a pesquisa de vocês e para a comunicação pública.

Abraços,

Nereide Beirão.

APÊNDICE G – Entrevista por e-mail com Thiago Regotto (diretor Rádio MEC-FM).



Emerson Dias <emerson.dias@gmail.com>

Opa, contato do Emerson (UEL / UERJ)

Em 9 de julho de 2016 15:51, Emerson Dias <emerson.dias@gmail.com> escreveu:

Olá Thiago, tudo bem contigo?

Aqui é o Emerson Dias do doutorado UERJ e orientando da Sonia Virgínia Moreira. Há quanto tempo, heim?!

Bem, envio mensagem para saber se posso contar contigo para responder algumas questões para inserir na pesquisa, isso porque tu estás como coordenador da Rádio MEC FM carioca, certo? Se puder colaborar, deixo 4 questões pra responder por escrito (ou se quiser gravar respostas, é só mandar o áudio que eu transcrevo).

Abs pra ti. Emerson

==--==

Thiago Regotto <thiagoregotto@gmail.com> 6 de agosto de 2016 21:35

Para: Emerson Dias <emerson.dias@gmail.com>

Olá Emerson, tudo corrido por aqui também! Mas damos conta.

Vamos lá com as respostas!

Primeiro, sou diretor da FM. Da Rádio MEC AM é a Liara Avellar. liara.avellar@ebc.com.br

1- Os prédios das rádios MEC e Nacional seguem interditados. Como estão os encaminhamentos burocráticos em relação a isso? Teremos estas emissoras de volta aos seus espaços originais?

R: O da MEC posso te responder. O da Nacional não sei como anda a negociação. Pois envolve o INPI que também é dono do edifício A Noite. O da MEC sou presidente da comissão de obras. O projeto da obra está em andamento e será entregue até o final deste ano. Depois, teremos a tarefa de conseguir verba para executar a obra. O prédio da Rádio MEC tem 7 andares. A ideia é usar o espaço para duas finalidades: 4 andares para o Centro de Memória EBC - espécie de espaço cultural e acervo central da Rádio MEC, Rádio Nacional e TVE/TV Brasil - um MIS da EBC com guarda e pesquisa de acervo e espaço para apresentações e exposições. Os outros 3 andares, os originais da rádio, serão do Centro de Produção de Rádio, um novo espaço com estúdios modernos e escritórios para produção de rádio. Depois da obra, a ideia é voltar para o espaço reformado.

2- Como a tese trata de detalhar as condições dos jornalistas de mídia pública, como está o ambiente de trabalho destes profissionais, tanto físico quanto legal (quantidade de funcionários, relação entre concursados, temporários e comissionados, equipamentos, condições de produção jornalística...)?

R: Não tenho como responder esta questão. Na EBC cada área tem seu gestor. Repondo pela produção e programação da MEC FM. O jornalismo tem uma diretoria separada, que cuida da cobertura jornalística para rádio, tv e web. O que posso dizer é que hoje temos poucas pessoas não concursadas. Se você pedir estes dados na SIC da EBC eles te passam oficialmente. Tem o link no site da EBC.

3- Sobre a relação tensa entre EBC e presidência da república, como os profissionais da MEC estão encarando esta realidade?

R: Na MEC somos todos concursados. Não temos problema com as trocas de comando. Seguimos fazendo o trabalho normal da rádio.

4- Por fim, como coordenador de uma Rádio Pública, como vê a atual conjuntura do país para a mídia pública ou para o sistema público que ainda está em formação? E especificamente para o Jornalismo de Mídia Pública?

R: Não existe rádio pública no Brasil. A MEC, por exemplo, é um rádio educativa tentando ser menos ligada ao governo - estatal - e mais ligada a sociedade, pública. Avançamos, mas a dependência do orçamento mostra que ainda somos rádios educativas/estatais e nacional(oficial)/estatal.

-- abs,

Thiago Regotto
Jornalista e Produtor
Rio de Janeiro - Brasil
+55 21 99668-6483
thiagoregotto.com

ANEXO A – Medida provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007

Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta, no âmbito federal, serão prestados conforme as disposições desta Medida Provisória.

Art. 2º A prestação dos serviços de radiodifusão pública por órgãos do Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta deverá observar os seguintes princípios:

- I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- V - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e
- VI - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Art. 3º Constituem objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta:

- I - oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;
- II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;
- III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação do cidadão;
- IV - cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;
- V - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento por intermédio do oferecimento de espaços para exibição de conteúdos produzidos pelos diversos grupos sociais e regionais;
- VI - buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;
- VII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores; e
- VIII - promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão.

Art. 4º Os serviços de radiodifusão pública outorgados a entidades da administração indireta do Poder Executivo serão prestados pela empresa pública de que trata o art. 5º, e poderão ser difundidos e reproduzidos por suas afiliadas, associadas, repetidoras e retransmissoras do sistema público de radiodifusão, e outras entidades públicas ou privadas parceiras, na forma do inciso III do art. 8º.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação - EBC, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Art. 6º A EBC tem por finalidade a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, observados os princípios e objetivos estabelecidos nesta Medida Provisória.

Parágrafo único. A EBC, com prazo de duração indeterminado, terá sede e foro na cidade do Rio de Janeiro e escritório central na cidade de Brasília, podendo instalar escritórios, dependências e centros de produção e radiodifusão em qualquer local.

Art. 7º A União integralizará o capital social da EBC e promoverá a constituição inicial de seu patrimônio por meio de capitalização e da incorporação de bens móveis ou imóveis.

Art. 8º Compete à EBC:

I - implantar e operar as emissoras e explorar os serviços de radiodifusão pública sonora e de sons e imagens do Governo Federal;

II - implantar e operar as suas próprias redes de Repetição e Retransmissão de Radiodifusão, explorando os respectivos serviços;

III - estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas à formação da Rede Nacional de Comunicação Pública;

IV - produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;

V - promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos;

VI - prestar serviços no campo de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal;

VII - distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União; e

VIII - exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ou pelo Conselho Curador da EBC.

§ 1º Para fins do disposto no inciso VII do caput, entendese como publicidade legal a publicação de avisos, balanços, relatórios e outros a que os órgãos e entidades da administração pública federal estejam obrigados por força de lei ou regulamento.

§ 2º É dispensada a licitação para a:

I - celebração dos ajustes mencionados no inciso III, que poderão ser firmados por até dez anos, renováveis por iguais períodos;

II - contratação da EBC por órgãos e entidades da administração pública, com vistas à realização de atividades relacionadas ao seu objeto, desde que o preço contratado seja compatível com o de mercado.

Art. 9º A EBC será organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e terá seu capital representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos cinquenta e um por cento serão de titularidade da União.

§ 1º A integralização do capital da EBC será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, destinadas ao suporte e operação dos serviços de radiodifusão pública, mediante a incorporação do patrimônio da RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A., criada pela Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975, e da incorporação de bens móveis e imóveis decorrentes do disposto no art. 26.

§ 2º Será admitida no restante do capital da EBC a participação de entidades da administração indireta federal, bem como de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, ou de entidades de sua administração indireta.

§ 3º A participação de que trata o § 2º poderá ser realizada mediante a transferência, para o patrimônio da EBC, de bens representativos dos acervos de estações de radiodifusão de sua propriedade ou de outros bens necessários e úteis ao seu funcionamento.

Art. 10. O Ministro de Estado da Fazenda designará o representante da União nos atos constitutivos da EBC, dentre os membros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. O Estatuto da EBC será publicado por decreto do Poder Executivo e seus atos constitutivos serão arquivados no Registro do Comércio.

Art. 11. Os recursos da EBC serão constituídos da receita proveniente:

- I - de dotações orçamentárias;
- II - da exploração dos serviços de radiodifusão pública;
- III - de prestação de serviços a entes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação;
- IV - de doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;
- V - de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos;
- VI - de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, voltada a programas, eventos e projetos de utilidade pública, de promoção da cidadania, de responsabilidade social ou ambiental;
- VII - da distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública federal, segundo o disposto no § 1º do art. 8º;
- VIII - de recursos obtidos nos sistemas instituídos pelas Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
- IX - de recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;
- X - de rendimentos de aplicações financeiras que realizar; e
- XI - de rendas provenientes de outras fontes.

§ 1º É vedada, nas hipóteses dos incisos V e VI, a veiculação de anúncios de produtos e serviços.

§ 2º Para os fins do inciso VII, fica a EBC equiparada às agências a que se refere a Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965.

Art. 12. A EBC será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, e na sua composição contará ainda com um Conselho Fiscal e um Conselho Curador.

Art. 13. O Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, será constituído:

- I - de um Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;
- II - do Diretor-Presidente da Diretoria Executiva;
- III - de um Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- IV - de um Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado das Comunicações; e
- V - de um Conselheiro, indicado conforme o Estatuto.

§ 1º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por dois terços dos seus membros.

§ 2º As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

§ 3º O quorum de deliberação é o de maioria absoluta de seus membros.

Art. 14. O Conselho Fiscal será constituído por três membros, e respectivos suplentes, designados pelo Presidente da República.

§ 1º O Conselho Fiscal contará com um representante do Tesouro Nacional, garantindo-se, ainda, a participação dos acionistas minoritários, nos termos do Estatuto.

§ 2º Os conselheiros exercerão suas atribuições pelo prazo de quatro anos, vedada a recondução.

§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e sempre que convocado pelo Conselho de Administração.

§ 4º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

§ 5º As reuniões do Conselho Fiscal só terão caráter deliberativo se contarem com a presença do Presidente e de pelo menos um membro.

Art. 15. O Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa da EBC, será integrado por vinte membros, designados pelo Presidente da República.

§ 1º Os titulares do Conselho Curador serão escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, de reputação ilibada e reconhecido espírito público, da seguinte forma:

- I - quatro Ministros de Estado;
- II - um representante dos funcionários, escolhido na forma do Estatuto;
- III - quinze representantes da sociedade civil, indicados na forma do Estatuto, segundo critérios de representação regional, diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais.

§ 2º É vedada a indicação ao Conselho Curador de:

- I - pessoa que tenha vínculo de parentesco até terceiro grau com membro da Diretoria Executiva;
- II - agente público detentor de cargo eletivo ou investido exclusivamente em cargo em comissão de livre provimento da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, à exceção dos referidos nos incisos I e II do § 1º;

§ 3º O mandato do Conselheiro referido no inciso II do § 1º será de dois anos, vedada a sua recondução.

§ 4º O mandato dos titulares do Conselho Curador referidos no inciso III do § 1º será de quatro anos, renovável por uma única vez.

§ 5º Os primeiros conselheiros referidos no inciso III do § 1º serão escolhidos e designados pelo Presidente da República para mandatos de dois e quatro anos, na forma do Estatuto.

§ 6º As determinações expedidas pelo Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, são de observância cogente pelos órgãos de administração.

§ 7º O Conselho Curador deverá se reunir, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por dois terços de seus membros.

§ 8º Participarão das reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, o Diretor-Presidente e o Diretor-Geral da EBC.

§ 9º Os membros do Conselho Curador referidos nos incisos II e III do § 1º perderão o mandato nas hipóteses de renúncia, processo judicial com decisão definitiva, ou na hipótese de ausência injustificada a três sessões do Colegiado, durante o período de doze meses.

§ 10. Os membros do Conselho Curador referidos no inciso III do § 1º também perderão o mandato por decisão do Presidente da República, mediante a provocação de três quintos dos seus membros.

Art. 16. A participação dos integrantes do Conselho Curador referidos no inciso III do § 1º do art. 15, às suas reuniões, será remunerada mediante pro labore, nos termos do Estatuto, e suas despesas de deslocamento e estadia, para o exercício de suas atribuições, serão suportadas pela EBC.

Parágrafo único. A remuneração referida no caput não poderá ultrapassar mensalmente dez por cento da remuneração mensal percebida pelo Diretor-Presidente.

Art. 17. Compete ao Conselho Curador:

- I - aprovar as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC;
- II - zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Medida Provisória;
- III - opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Medida Provisória;
- IV - aprovar a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática;
- V - deliberar, pela maioria absoluta de seus membros, quanto à imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria Executiva, no que diz respeito ao cumprimento dos princípios e objetivos desta Medida Provisória; e
- VI - eleger o seu Presidente, dentre seus membros.

Parágrafo único. Caberá, ainda, ao Conselho Curador acompanhar o processo de consulta pública, a ser implementado pela EBC, na forma do Estatuto, para a renovação de sua composição, relativamente aos membros referidos no inciso III do § 1º do art. 15.

Art. 18. A condição de membro do Conselho Curador, bem como dos órgãos de administração da EBC, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos do § 2º do art. 222 da Constituição.

Art. 19. A Diretoria Executiva será composta de um Diretor- Presidente e um Diretor-Geral, nomeados pelo Presidente da República, e até seis diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva são responsáveis pelos atos praticados em desconformidade com a lei, com o Estatuto da EBC e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho de Administração.

§ 2º O mandato do Diretor-Presidente será de quatro anos.

§ 3º Os membros da Diretoria Executiva serão destituídos nas hipóteses legais ou se receberem dois votos de desconfiança do Conselho Curador, no período de doze meses, emitidos com interstício mínimo de trinta dias entre ambos.

§ 4º As atribuições dos membros da Diretoria Executiva serão definidas pelo Estatuto.

Art. 20. Observadas as ressalvas desta Medida Provisória e da legislação de comunicação social, a EBC será regida pela legislação referente às sociedades por ações.

Art. 21. O regime jurídico do pessoal da EBC será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar.

Art. 22. A contratação de pessoal permanente da EBC far-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pelo Conselho de Administração.

§ 1º A EBC sucederá a RADIOBRÁS nos seus direitos e obrigações, e absorverá, mediante sucessão trabalhista, os empregados integrantes do seu quadro de pessoal.

§ 2º Para fins de implantação, fica a EBC equiparada às pessoas jurídicas referidas no art. 1º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com vistas à contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado.

§ 3º Considera-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, para os efeitos da Lei nº 8.745, de 1993, a contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, imprescindível ao funcionamento inicial da EBC.

§ 4º As contratações a que se refere o § 2º observarão o disposto no caput do art. 3º, no art. 6º, no inciso II do art. 7º e nos arts. 9º e 12 da Lei nº 8.745, de 1993, e não poderão exceder o prazo de trinta e seis meses, a contar da data da instalação da EBC.

§ 5º Durante os primeiros noventa dias a contar da constituição da EBC, poderá ser contratado, nos termos dos §§ 2º e 3º, mediante análise de curriculum vitae, e nos quantitativos aprovados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social, pessoal técnico e administrativo para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, pelo prazo improrrogável de trinta e seis meses.

Art. 23. Fica a EBC autorizada a patrocinar entidade fechada de previdência privada, nos termos da legislação vigente.

Art. 24. As outorgas do serviço de radiodifusão exploradas pela RADIOBRÁS serão transferidas diretamente à EBC, cabendo ao Ministério das Comunicações, em conjunto com a EBC, as providências cabíveis para formalização desta disposição.

Art. 25. A EBC terá regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, editado por decreto, observados os princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

Art. 26. O contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, será objeto de repactuação, com vistas ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória, no prazo de até noventa dias a contar da sua publicação.

§ 1º Até a data do seu encerramento, o contrato de gestão firmado entre a União e a ACERP terá seu objeto reduzido para adequar-se às disposições desta Medida Provisória, garantida a liquidação das obrigações previamente assumidas pela ACERP.

§ 2º O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 para o cumprimento do contrato de gestão referido no § 1º em decorrência do disposto nesta Medida Provisória, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 5º, § 1º, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário, mantidos os valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

§ 3º Reverterão à EBC os bens permitidos, cedidos ou transferidos para a ACERP pela União para os fins do cumprimento do contrato de gestão referido no caput.

§ 4º Em decorrência do disposto neste artigo, serão incorporados ao patrimônio da União e transferidos para a EBC o patrimônio, os legados e as doações destinados à ACERP sujeitos ao disposto na alínea "i" do inciso I do art. 2º da Lei nº 9.637, de 1998.

Art. 27. A EBC poderá contratar, em caráter excepcional e segundo critérios fixados pelo Conselho de Administração, especialistas para a execução de trabalhos nas áreas artística, audiovisual e jornalística, por projetos ou prazos limitados, sendo inexigível a licitação quando configurada a hipótese referida no caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 28. A RADIOBRÁS será incorporada à EBC após sua regular constituição, nos termos do art. 5º desta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os bens e equipamentos integrantes do acervo da RADIOBRÁS serão transferidos e incorporados ao patrimônio da EBC.

Art. 29. As prestadoras de serviços de TV a Cabo (CATV), de distribuição de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite (DTH), de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), televisão por assinatura (TVA), bem como as prestadoras de outros serviços afins, independentemente da tecnologia empregada, que vierem a ser disciplinados pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, deverão tornar disponível, gratuitamente, dois canais destinados ao Poder Executivo Federal, a serem operados pela EBC, um deles para o estabelecimento da Rede Nacional de Comunicação Pública e o outro para a transmissão de atos e matérias de interesse do Governo Federal.

Parágrafo único. Caberá à Anatel regulamentar a forma do disposto no caput às atuais e futuras outorgas, sem prejuízo de sua aplicação imediata.

Art. 30. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de outubro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Paulo Bernardo Silva

Dilma Rousseff

Franklin Martins

ANEXO B - Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.

Conversão da MPv nº 398, de 2007.

Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta, no âmbito federal, serão prestados conforme as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação dos serviços de radiodifusão pública por órgãos do Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta deverá observar os seguintes princípios:

- I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;
- VI - não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;
- VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;
- VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e

IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Art. 3º Constituem objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta:

- I - oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;
- II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;
- III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;
- IV - cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;
- V - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes;
- VI - buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;
- VII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores;
- VIII - promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão; e
- IX - estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. É vedada qualquer forma de proselitismo na programação.

Art. 4º Os serviços de radiodifusão pública outorgados a entidades da administração indireta do Poder Executivo serão prestados pela empresa pública de que trata o art. 5º desta Lei e poderão ser difundidos e reproduzidos por suas afiliadas, associadas, repetidoras e retransmissoras do sistema

público de radiodifusão e outras entidades públicas ou privadas parceiras, na forma do inciso III do caput do art. 8º desta Lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Art. 6º A EBC tem por finalidade a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, observados os princípios e objetivos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. A EBC, com prazo de duração indeterminado, terá sede e foro em Brasília, Distrito Federal, mantendo como principal centro de produção o localizado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo instalar escritórios, dependências, unidades de produção e radiodifusão em qualquer local, dando continuidade obrigatoriamente àquelas já existentes no Distrito Federal, Rio de Janeiro e Maranhão.

Art. 7º A União integralizará o capital social da EBC e promoverá a constituição inicial de seu patrimônio por meio de capitalização e da incorporação de bens móveis ou imóveis.

Art. 8º Compete à EBC:

I - implantar e operar as emissoras e explorar os serviços de radiodifusão pública sonora e de sons e imagens do Governo Federal;

II - implantar e operar as suas próprias redes de Repetição e Retransmissão de Radiodifusão, explorando os respectivos serviços;

III - estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas na formação da Rede Nacional de Comunicação Pública;

IV - produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;

V - promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos;

VI - prestar serviços no campo de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal;

VII - distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União;

~~VIII - exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ou pelo Conselho Curador da EBC; e~~ (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

IX - garantir os mínimos de 10% (dez por cento) de conteúdo regional e de 5% (cinco por cento) de conteúdo independente em sua programação semanal, em programas a serem veiculados no horário compreendido entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º Para fins do disposto no inciso VII do caput deste artigo, entende-se como publicidade legal a publicação de avisos, balanços, relatórios e outros a que os órgãos e entidades da administração pública federal estejam obrigados por força de lei ou regulamento.

§ 2º É dispensada a licitação para a:

I - celebração dos ajustes com vistas na formação da Rede Nacional de Comunicação Pública mencionados no inciso III do caput deste artigo, que poderão ser firmados, em igualdade de condições, com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão, por até 10 (dez) anos, renováveis por iguais períodos;

II - contratação da EBC por órgãos e entidades da administração pública, com vistas na realização de atividades relacionadas ao seu objeto, desde que o preço contratado seja compatível com o de mercado.

§ 3º Para compor a Rede Nacional de Comunicação Pública, nos termos do disposto no inciso III do caput deste artigo, a programação das entidades públicas e privadas deverá obedecer aos princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 4º Para os fins do disposto no inciso IX do caput deste artigo, entende-se:

I - conteúdo regional: conteúdo produzido num determinado Estado, com equipe técnica e artística composta majoritariamente por residentes locais;

II - conteúdo independente: conteúdo cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviço de radiodifusão de sons e imagens ou prestadoras de serviço de veiculação de conteúdo eletrônico.

§ 5º Para o cumprimento do percentual relativo a conteúdo regional, de que trata o inciso IX do caput deste artigo, deverão ser veiculados, na mesma proporção, programas produzidos em todas as regiões do País.

Art. 9º A EBC será organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e terá seu capital representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) serão de titularidade da União.

§ 1º A integralização do capital da EBC será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, destinadas ao suporte e operação dos serviços de radiodifusão pública, mediante a incorporação do patrimônio da RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A., criada pela Lei no 6.301, de 15 de dezembro de 1975, e da incorporação de bens móveis e imóveis decorrentes do disposto no art. 26 desta Lei.

§ 2º Será admitida no restante do capital da EBC a participação de entidades da administração indireta federal, bem como de Estados, do Distrito Federal e de Municípios ou de entidades de sua administração indireta.

§ 3º A participação de que trata o § 2º deste artigo poderá ser realizada mediante a transferência para o patrimônio da EBC de bens representativos dos acervos de estações de radiodifusão de sua propriedade ou de outros bens necessários e úteis ao seu funcionamento.

§ 4º A EBC divulgará anualmente, como parte do balanço da empresa, listagem contendo nomes dos empregados, dos contratados, dos terceirizados e dos demais prestadores de serviços com que haja contratado nos últimos 12 (doze) meses.

Art. 10. O Ministro de Estado da Fazenda designará o representante da União nos atos constitutivos da EBC, dentre os membros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. O Estatuto da EBC será publicado por decreto do Poder Executivo, e seus atos constitutivos serão arquivados no Registro do Comércio.

Art. 11. Os recursos da EBC serão constituídos da receita proveniente:

- I - de dotações orçamentárias;
- II - da exploração dos serviços de radiodifusão pública de que trata esta Lei;
- III - no mínimo, de 75% (setenta e cinco por cento) da arrecadação da contribuição instituída no art. 32 desta Lei;
- IV - de prestação de serviços a entes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação;
- V - de doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;
- VI - de apoio cultural de entidades de direito público e de direito privado, sob a forma de patrocínio de programas, eventos e projetos;
- VII - de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, vedada a veiculação de anúncios de produtos ou serviços;
- VIII - da distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública federal, segundo o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei;
- IX - de recursos obtidos nos sistemas instituídos pelas Leis nos 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
- X - de recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;
- XI - de rendimentos de aplicações financeiras que realizar;
- XII - de rendas provenientes de outras fontes, desde que não comprometam os princípios e objetivos da radiodifusão pública estabelecidos nesta Lei.

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, entende-se apoio cultural como pagamento de custos relativos à produção de programação ou de um programa específico, sendo permitida a citação da entidade apoiadora, bem como de sua ação institucional, sem qualquer tratamento publicitário.

§ 2º O tempo destinado à publicidade institucional não poderá exceder 15% (quinze por cento) do tempo total de programação da EBC.

§ 3º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, fica a EBC equiparada às agências a que se refere a Lei no 4.680, de 18 de junho de 1965.

~~Art. 12. A EBC será administrada por 1 (um) Conselho de Administração e por 1 (uma) Diretoria Executiva, e na sua composição contará ainda com 1 (um) Conselho Fiscal e 1 (um) Conselho Curador.~~

Art. 12. A EBC será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria-Executiva e, em sua composição, contará com um Conselho Fiscal. (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

Art. 13. O Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, será constituído:

- I - de 1 (um) Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

I - por um Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República; (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

II - do Diretor-Presidente da Diretoria Executiva;

II - pelo Diretor-Presidente da Diretoria-Executiva; (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

-III - de 1 (um) Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

- III - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Educação; (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

-IV - de 1 (um) Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado das Comunicações; e

IV - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Cultura; (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

-V - de 1 (um) Conselheiro, indicado conforme o Estatuto.

V - por um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

VI - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e (Incluído pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

VII - por um membro representante dos empregados da EBC, escolhido na forma estabelecida por seu Estatuto. (Incluído pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

§ 1º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros.

§ 2º As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

§ 3º O quórum de deliberação é o de maioria absoluta de seus membros.

Art. 14. O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros e respectivos suplentes designados pelo Presidente da República.

§ 1º O Conselho Fiscal contará com 1 (um) representante do Tesouro Nacional, garantindo-se, ainda, a participação dos acionistas minoritários, nos termos do Estatuto.

§ 2º Os conselheiros exercerão suas atribuições pelo prazo de 4 (quatro) anos, vedada a recondução.

§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Conselho de Administração.

§ 4º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

§ 5º As reuniões do Conselho Fiscal só terão caráter deliberativo se contarem com a presença do Presidente e de pelo menos 1 (um) membro.

~~Art. 15. O Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa da EBC, será integrado por 22 (vinte e dois) membros, designados pelo Presidente da República. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~§ 1º Os titulares do Conselho Curador serão escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, de reputação ilibada e reconhecido espírito público, da seguinte forma: (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— I - 4 (quatro) Ministros de Estado; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— II - 1 (um) representante indicado pelo Senado Federal e outro pela Câmara dos Deputados; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— III - 1 (um) representante dos funcionários, escolhido na forma do Estatuto; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— IV - 15 (quinze) representantes da sociedade civil, indicados na forma do Estatuto, segundo critérios de diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais, sendo que cada uma das regiões do Brasil deverá ser representada por pelo menos 1 (um) conselheiro. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— § 2º É vedada a indicação ao Conselho Curador de: (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— I - pessoa que tenha vínculo de parentesco até terceiro grau com membro da Diretoria Executiva; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— II - agente público detentor de cargo eletivo ou investido exclusivamente em cargo em comissão de livre provimento da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, à exceção dos referidos nos incisos I e III do § 1º deste artigo. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— § 3º O mandato do Conselheiro referido no inciso III do § 1º deste artigo será de 2 (dois) anos, vedada a sua recondução. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— § 4º O mandato dos titulares do Conselho Curador referidos nos incisos II e IV do § 1º deste artigo será de 4 (quatro) anos, renovável por 1 (uma) única vez. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— § 5º Os primeiros conselheiros referidos no inciso IV do § 1º deste artigo serão escolhidos e designados pelo Presidente da República para mandatos de 2 (dois) e 4 (quatro) anos, na forma do Estatuto. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— § 6º As determinações expedidas pelo Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, são de observância cogente pelos órgãos de administração. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— § 7º O Conselho Curador deverá se reunir, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— § 8º Participarão das reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, o Diretor-Presidente, o Diretor-Geral e o Ouvidor da EBC. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— § 9º Os membros do Conselho Curador referidos nos incisos III e IV do § 1º deste artigo perderão o mandato: (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— I - na hipótese de renúncia; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— II - devido a processo judicial com decisão definitiva; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— III - por ausência injustificada a 3 (três) sessões do Colegiado, durante o período de 12 (doze) meses; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— IV - mediante a provocação de 3/5 (três quintos) dos seus membros. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— Art. 16. A participação dos integrantes do Conselho Curador referidos nos incisos II e IV do § 1º do art. 15 desta Lei nas suas reuniões será remunerada mediante pro labore, nos termos do Estatuto, e suas despesas de deslocamento e estadia para o exercício de suas atribuições serão suportadas pela EBC. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— Parágrafo único. A remuneração referida no caput deste artigo não poderá ultrapassar mensalmente 10% (dez por cento) da remuneração mensal percebida pelo Diretor-Presidente. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— Art. 17. Compete ao Conselho Curador: (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— I - deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— II - zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— III - opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— IV - deliberar sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— V - encaminhar ao Conselho de Comunicação Social as deliberações tomadas em cada reunião; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— VI - deliberar, pela maioria absoluta de seus membros, quanto à imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria Executiva, no que diz respeito ao cumprimento dos princípios e objetivos desta Lei; e (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— VII - eleger o seu Presidente, dentre seus membros. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— § 1º Caberá, ainda, ao Conselho Curador coordenar o processo de consulta pública a ser implementado pela EBC, na forma do Estatuto, para a renovação de sua composição, relativamente aos membros referidos no inciso IV do § 1º do art. 15 desta Lei. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— § 2º Para efeito do processo de consulta pública a que se refere o § 1º deste artigo, a EBC receberá indicações da sociedade, na forma do Estatuto, formalizadas por entidades da sociedade civil constituídas como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas, ainda que parcialmente: (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— I - à promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos ou da democracia; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— II — à educação ou à pesquisa; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~
~~— III — à promoção da cultura ou das artes; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~
~~— IV — à defesa do patrimônio histórico ou artístico; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— V — à defesa, preservação ou conservação do meio ambiente; (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~— VI — à representação sindical, classista e profissional. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~§ 3º Não serão consideradas, para efeito do processo de consulta pública a que se refere o § 1º deste artigo, indicações originárias de partidos políticos ou instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais ou confessionais. (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

~~Art. 18. A condição de membro do Conselho Curador, bem como dos órgãos de administração da EBC, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e de direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do § 2º de art. 222 da Constituição Federal.~~

Art. 18. A condição de membro dos órgãos de administração da EBC, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e de direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

~~Art. 19. A Diretoria Executiva será composta de 1 (um) Diretor-Presidente e 1 (um) Diretor-Geral, nomeados pelo Presidente da República, e até 6 (seis) diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração.~~

Art. 19. A Diretoria-Executiva será composta por um Diretor-Presidente, um Diretor-Geral e quatro diretores. (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

~~§ 1º Os membros da Diretoria Executiva são responsáveis pelos atos praticados em desconformidade com a lei, com o Estatuto da EBC e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho de Administração.~~

§ 1º Os membros da Diretoria-Executiva serão nomeados e exonerados pelo Presidente da República. (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

~~§ 2º O mandato do Diretor-Presidente será de 4 (quatro) anos.~~

§ 2º O prazo máximo da ocupação de cargo na Diretoria-Executiva é de quatro anos, vedada a recondução. (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

~~§ 3º Os membros da Diretoria Executiva serão destituídos nas hipóteses legais ou se receberem 2 (dois) votos de desconfiança do Conselho Curador, no período de 12 (doze) meses, emitidos com interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre ambos.~~

§ 3º Os membros da Diretoria-Executiva são responsáveis pelos atos praticados em desconformidade com a legislação, com o Estatuto da EBC e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho de Administração. (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

~~§ 4º As atribuições dos membros da Diretoria Executiva serão definidas pelo Estatuto.~~

§ 4º As atribuições dos membros da Diretoria-Executiva serão definidas pelo Estatuto. (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

Art. 20. A EBC contará com 1 (uma) Ouvidoria, dirigida por 1 (um) Ouvidor, a quem compete exercer a crítica interna da programação por ela produzida ou veiculada, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, bem como examinar e opinar sobre as queixas e reclamações de telespectadores e rádio-ouvintes referentes à programação.

§ 1º O Ouvidor será nomeado pelo Diretor-Presidente da EBC, para mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

§ 2º O Ouvidor somente perderá o mandato nas hipóteses de renúncia ou de processo judicial com decisão definitiva.

§ 3º No exercício de suas funções o Ouvidor deverá:

I - redigir boletim interno diário com críticas à programação do dia anterior, a ser encaminhado à Diretoria Executiva;

II - conduzir, sob sua inteira responsabilidade editorial, no mínimo 15 (quinze) minutos de programação semanal, a ser veiculada pela EBC no horário compreendido entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro) horas, voltada à divulgação pública de análises sobre a programação da EBC;

~~III - elaborar relatórios bimestrais sobre a atuação da EBC, a serem encaminhados aos membros do Conselho Curador até 5 (cinco) dias antes das reuniões ordinárias daquele colegiado.~~

III - elaborar relatórios bimestrais sobre a atuação da EBC, a serem encaminhados aos membros do Conselho de Administração no prazo de até cinco dias antes das reuniões ordinárias daquele colegiado. (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)

Art. 21. Observadas as ressalvas desta Lei e da legislação de comunicação social, a EBC será regida pela legislação referente às sociedades por ações.

Art. 22. O regime jurídico do pessoal da EBC será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar.

§ 1º A contratação de pessoal permanente da EBC far-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pelo Conselho de Administração.

§ 2º A EBC sucederá a Radiobrás nos seus direitos e obrigações e absorverá, mediante sucessão trabalhista, os empregados integrantes do seu quadro de pessoal.

§ 3º Para fins de implantação, fica a EBC equiparada às pessoas jurídicas referidas no art. 1o da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com vistas na contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado.

§ 4º Considera-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, para os efeitos da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, imprescindível ao funcionamento inicial da EBC.

§ 5º As contratações a que se refere o § 3º deste artigo observarão o disposto no caput do art. 3o, no art. 6o, no inciso II do caput do art. 7o e nos arts. 9o e 12 da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e não poderão exceder o prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da instalação da EBC.

§ 6º Durante os primeiros 180 (cento e oitenta) dias a contar da constituição da EBC, poderá ser contratado, nos termos dos §§ 3º e 4º deste artigo, mediante análise de curriculum vitae, e nos quantitativos aprovados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social, pessoal técnico e administrativo para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, pelo prazo improrrogável de 36 (trinta e seis) meses.

Art. 23. Fica a EBC autorizada a patrocinar entidade fechada de previdência complementar, nos termos da legislação vigente.

Art. 24. As outorgas do serviço de radiodifusão exploradas pela Radiobrás serão transferidas diretamente à EBC, cabendo ao Ministério das Comunicações, em conjunto com a EBC, as providências cabíveis para formalização desta disposição.

Art. 25. A EBC terá regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, editado por decreto, observados os princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

Art. 26. Com vistas no cumprimento do disposto nesta Lei, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, o contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, nos termos da Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998, será objeto de repactuação, podendo ser prorrogado por até 36 (trinta e seis) meses.

§ 1º Até a data do seu encerramento, o contrato de gestão firmado entre a União e a Acerp terá seu objeto reduzido para adequar-se às disposições desta Lei, garantida a liquidação das obrigações previamente assumidas pela Acerp.

§ 2º O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 para o cumprimento do contrato de gestão referido no § 1º deste artigo em decorrência do disposto nesta Lei, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1o do art. 5o da Lei no 11.439, de 29 de dezembro de 2006, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário, mantidos os valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

§ 3º Reverterão à EBC os bens permitidos, cedidos ou transferidos para a Acerp pela União para os fins do cumprimento do contrato de gestão referido no caput deste artigo.

§ 4º Em decorrência do disposto neste artigo, serão incorporados ao patrimônio da União e transferidos para a EBC o patrimônio, os legados e as doações destinados à Acerp sujeitos ao disposto na alínea i do inciso I do caput do art. 2o da Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998.

Art. 27. A EBC poderá contratar, em caráter excepcional e segundo critérios fixados pelo Conselho de Administração, especialistas para a execução de trabalhos nas áreas artística, audiovisual e jornalística, por projetos ou prazos limitados, sendo inexigível a licitação quando configurada a hipótese referida no caput do art. 25 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 28. A Radiobrás será incorporada à EBC após sua regular constituição, nos termos do art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. Os bens e equipamentos integrantes do acervo da Radiobrás serão transferidos e incorporados ao patrimônio da EBC.

Art. 29. As prestadoras de serviços de televisão por assinatura deverão tornar disponíveis, em sua área de prestação, em todos os planos de serviço, canais de programação de distribuição obrigatória para utilização pela EBC, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelo Supremo Tribunal Federal e pela emissora oficial do Poder Executivo.

Parágrafo único. No caso de comprovada impossibilidade técnica da prestadora oferecer os canais obrigatórios de que trata este artigo, o órgão regulador de telecomunicações deverá dispor sobre quais canais de programação deverão ser oferecidos aos usuários.

Art. 30. Os servidores em exercício na Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP poderão ser cedidos para a EBC, na forma do art. 93 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, mediante termo de opção.

Art. 31. (VETADO)

Art. 32. Fica instituída a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, com o objetivo de propiciar meios para a melhoria dos serviços de radiodifusão pública e para a ampliação de sua penetração mediante a utilização de serviços de telecomunicações. (Produção de efeito)

§ 1º A Contribuição é devida pelas prestadoras dos serviços constantes do Anexo desta Lei, e o seu fato gerador é a prestação deles.

§ 2º A Contribuição será paga, anualmente, até o dia 31 de março, em valores constantes do Anexo desta Lei.

§ 3º A Contribuição sujeita-se às normas relativas ao processo administrativo fiscal de determinação e exigência de créditos tributários federais e de consulta, previstas no Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972, bem como, subsidiariamente e no que couber, às disposições da legislação do imposto de renda, especialmente quanto às penalidades e aos demais acréscimos legais.

§ 4º São isentos do pagamento da Contribuição o órgão regulador das telecomunicações, as Forças Armadas, a Polícia Federal, as Polícias Militares, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Cíveis e os Corpos de Bombeiros Militares.

§ 5º A totalidade de recursos de que trata este artigo deverá ser programada em categoria específica e utilizada exclusivamente para o atendimento dos objetivos definidos no caput deste artigo.

§ 6º Na ocorrência de nova modalidade de serviço de telecomunicações, será devido pela prestadora, em caráter provisório, o valor da contribuição prevista no item 1 da Tabela constante do Anexo desta Lei, até que lei fixe seu valor.

~~§ 7º À Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL compete planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento da contribuição prevista neste artigo, cabendo-lhe promover as demais atividades necessárias à sua administração. — (Incluído pela Medida Provisória nº 460, de 2009)~~

§ 7º À Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL compete planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento da contribuição prevista neste artigo, cabendo-lhe promover as demais atividades necessárias à sua administração. (Incluído pela Lei nº 12.024, de 2009)

~~§ 8º A retribuição à ANATEL pelos serviços referidos no § 7º será de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do montante arrecadado. — (Incluído pela Medida Provisória nº 460, de 2009)~~

§ 8º A retribuição à Anatel pelos serviços referidos no § 7º será de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do montante arrecadado. (Incluído pela Lei nº 12.024, de 2009)

~~§ 9º O percentual e a forma de repasse, à Empresa Brasil de Comunicação – EBC, dos recursos arrecadados com a contribuição deste artigo serão definidos em regulamento, respeitados o mínimo estabelecido no inciso III do art. 11 desta Lei e o disposto no § 8º deste artigo. — (Incluído pela Medida Provisória nº 460, de 2009)~~

§ 9º O percentual e a forma de repasse à Empresa Brasil de Comunicação - EBC dos recursos arrecadados com a contribuição deste artigo serão definidos em regulamento, respeitados o mínimo estabelecido no inciso III do art. 11 desta Lei e o disposto no § 8º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.024, de 2009)

~~§ 10. Enquanto não editado o decreto a que se refere o § 9º, deverá a ANATEL repassar integralmente à EBC toda a arrecadação da contribuição deste artigo, observado o disposto no § 8º deste artigo. — (Incluído pela Medida Provisória nº 460, de 2009)~~

§ 10. Enquanto não editado o decreto a que se refere o § 9º, deverá a Anatel repassar integralmente à EBC toda a arrecadação da contribuição deste artigo, observado o disposto no § 8º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.024, de 2009)

~~§ 11. Excepcionalmente, no ano de 2009, a contribuição anual prevista no § 2º poderá ser paga até o dia 31 de maio de 2009, nos valores constantes do Anexo desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 460, de 2009)~~

§ 11. Excepcionalmente, no ano de 2009, a contribuição anual prevista no § 2º poderá ser paga até o dia 31 de maio de 2009, nos valores constantes do Anexo desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.024, de 2009)

§ 12. O decreto a que se refere o § 9º regulamentará o percentual e a forma de repasse de parte do produto da arrecadação da contribuição prevista no caput, para o financiamento dos Serviços de Televisão e de Retransmissão de Televisão Pública Digital explorada por entes e órgãos integrantes dos Poderes da União, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD, respeitado o mínimo estabelecido no inciso III do art. 11 desta Lei e o disposto no § 8º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.024, de 2009)

Art. 33. O caput do art. 8º da Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação: (Produção de efeito)

“Art. 8º A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será paga, anualmente, até o dia 31 de março, e seus valores serão os correspondentes a 45% (quarenta e cinco por cento) dos fixados para a Taxa de Fiscalização de Instalação.

.....” (NR)

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, relativamente aos arts. 32 e 33 desta Lei, a partir do ano seguinte à sua publicação.

Brasília, 7 de abril de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guido Mantega
Dilma Rousseff
Franklin Martins

ANEXO C – Medida provisória nº 744, de 1º de setembro de 2016.

Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12. A EBC será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria-Executiva e, em sua composição, contará com um Conselho Fiscal.” (NR)

“Art. 13.

I - por um Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República;

II - pelo Diretor-Presidente da Diretoria-Executiva;

III - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Educação;

IV - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Cultura;

V - por um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

VI - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

VII - por um membro representante dos empregados da EBC, escolhido na forma estabelecida por seu Estatuto.

.....” (NR)

“Art. 18. A condição de membro dos órgãos de administração da EBC, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e de direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.” (NR)

“Art. 19. A Diretoria-Executiva será composta por um Diretor-Presidente, um Diretor-Geral e quatro diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria-Executiva serão nomeados e exonerados pelo Presidente da República.

§ 2º O prazo máximo da ocupação de cargo na Diretoria-Executiva é de quatro anos, vedada a recondução.

§ 3º Os membros da Diretoria-Executiva são responsáveis pelos atos praticados em desconformidade com a legislação, com o Estatuto da EBC e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho de Administração.

§ 4º As atribuições dos membros da Diretoria-Executiva serão definidas pelo Estatuto.” (NR)

“Art. 20.

§ 3º

III - elaborar relatórios bimestrais sobre a atuação da EBC, a serem encaminhados aos membros do Conselho de Administração no prazo de até cinco dias antes das reuniões ordinárias daquele colegiado.” (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008:

I - o inciso VIII do caput do art. 8º; e

II - os art. 15 a art. 17.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de setembro de 2016; 195ª da Independência e 128ª da República.

RODRIGO MAIA

Dyogo Henrique de Oliveira

Eliseu Padilha